

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO LYCEU MARANHENSE (1838-1889)



São Luís
2022

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO LYCEU MARANHENSE (1838-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SOUZA, Mateus de Araújo.

A Cultura Material Escolar No Lyceu Maranhense 1838-1889
/ Mateus de Araújo SOUZA. - 2022.
205 p.

Orientador(a): César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luis,
2022.

1. Cultura Material Escolar. 2. Instrução Secundária.
3. Lyceu Maranhense. I. Augusto Castro, César. II.
Título.

MATEUS DE ARAÚJO SOUZA

A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO LYCEU MARANHENSE (1838-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Data ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza (avaliador externo)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos (Avaliador interno)

Doutor em educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr.^a Francisca das Chagas Lima Silva (Suplente)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a José Ribamar e Maria do Amparo

AGRADECIMENTOS

Tenho plena convicção de que seria impossível chegar ao fim deste trabalho sozinho. Essa empreitada só pode ser realizada por meio do apoio e confiança de muitas pessoas as quais agradeço aqui de todo coração.

Primeiramente e sobre todas as coisas a Deus, em quem acredito e que confiou a mim este desafio me mostrando que nunca está desamparado quem nele deposita sua fé.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão e todas as professoras, professores, funcionárias e funcionários que de diversas formas contribuíram para o meu crescimento pessoal, profissional e intelectual; certamente sem sua colaboração não seria hoje o mesmo.

Ao meu orientador Profº. Dr. César Augusto Castro que ao ter me recebido das mãos de meu pai no meu primeiro dia de UFMA sempre me mostrou pelo exemplo a dedicação necessária e a humildade que devemos ter quando decidimos nos dedicar ao trabalho científico. Agradeço pela confiança depositada em mim.

Ao professor Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos sem o qual não conseguiria chegar até aqui. Obrigado por sua disponibilidade, paciência e dedicação com a qual me conduziu desde a iniciação científica no NEDHEL, fazendo-me crescer no enquanto pesquisador, mas principalmente como pessoa.

À professora Dra. Diana Rocha da Silva pela generosidade em ceder seu tempo e olhar a este trabalho. Agradeço pelas contribuições e orientações feitas na qualificação e também ao incentivo e acolhimento no NEDHEL.

À Professora Dra. Gizele de Souza e a prof.^a Dra. Francisca das Chagas Lima Silva pelas contribuições feitas a esta pesquisa, agradeço as sugestões feitas na qualificação e ressalto a imensa satisfação em ter este trabalho submetido a olhares tão cuidadosos.

A minha família pelo apoio e suporte incondicional, meu pai José Ribamar Vieira de Souza, companheiro fiel das madrugadas que nunca me deixou sair de casa sem uma benção e um abraço;

A minha mãe Maria do Amparo Ferreira de Araújo, pelo amor incessante que dedicou aos seus filhos, pelos conselhos e orações e pela força dada no momento certo.

Meus irmãos Jéssica e Tiago por mostrarem a importância de ter com quem contar nas horas difíceis.

Às minhas amigas Orlanira Castro Serra, Karla Regina Serra Santos, Nelita Kelly Gomes de Araújo e Rute Ferreira, Luan Costa, Eliane Vale, Carlos Miguel Lucena e Júlia Brandão pela contribuição com essa pesquisa e pelo apoio em momentos cruciais oferecendo recursos imprescindíveis para a conclusão desse ciclo.

A Minha segunda família o NEDHEL, aos amigos com quem tive o privilégio de conviver: Mayra Cabral, Phellype Kássio, Tátilla Barroso, Rita Pajaú, Luciana Furtado, Almicéia Borges, Jaciara, Cláudia, Nathalia.

De modo especial a Andréia Monteiro Carvalho que continuou comigo tanto na graduação quanto no Mestrado, obrigado pelo apoio.

Aos colegas da turma 20 do mestrado pela amizade de imediato conquistada fruto do imenso respeito, generosidade e disponibilidade que o tempo inteiro foi a marca dessa turma. Obrigado pelo presente que foi percorrer esse caminho junto de todos vocês.

Por fim, à Jarina Serra Santos pelo companheirismo, carinho e amor dedicado a mim do qual não sou merecedor, mas que agradeço todos os dias, pois diante das impossibilidades da vida, nossos destinos se encontraram. Obrigado pelo desejo recíproco de prolongar este encontro.

Muito Obrigado a todos por tudo.

Estudar o conceito de Cultura Material implica tratar os múltiplos significados dos objetos, para além de sua estrutura técnica e de sua função, buscando compreendê-los através das relações de que fazem parte, e das diversas manifestações instauradas na vida escolar, tais como: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, agir, dizer... (VINÃO FRAGO, 1995).

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a cultura material escolar no Lyceu Maranhense no Oitocentos, concebida como um conjunto de artefatos utilizados para o ensino, aspectos estruturais e demais condições materiais relativas ao funcionamento e organização da escola, enfocando-se aqui quatro categorias de análise: utensílio da escrita; mobiliário escolar; livros escolares e; materiais visuais, sonoros e táteis. Vincula-se este estudo ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA na linha de pesquisa História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana, analisando-se as representações dos objetos escolares sobre a dinâmica desta instituição no período de 1838 a 1889, a partir do mapeamento realizado junto às fontes. Utilizam-se os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural com base em seus três elementos indissociáveis e auxiliamo-nos nas pesquisas bibliográfica e documental: a primeira, sustentada na teoria da história e da cultura escolar, na história do Maranhão e da imprensa local; já a segunda, apoiada em jornais, relatórios e ofícios dos inspetores da instrução pública e nos dos presidentes de província, assim como nas leis e regulamentos, onde se percebe a influência que estes artefatos exerceram sobre a prática pedagógica dos professores na instituição, bem como as relações que foram estabelecidas via materialidade entre as culturas política, administrativa e empírica da escola. Conclui-se que os utensílios da escrita e o mobiliário escolar constituem-se em categorias de materiais que são cotidianamente utilizados no trabalho pedagógico e dão indícios dos processos de ensino no Lyceu Maranhense; já os materiais visuais, sonoros e táteis apontam para a influência que os objetos exercem na prática pedagógica enquanto componentes necessários à realização das aulas. Os processos de aquisição de livros escolares por meio da Congregação dos professores eram a principal forma de seleção dos compêndios tendo como parâmetro a estruturação curricular da escola; saberes objetivados que se materializaram em uma intensa e contínua produção de livros onde os lentes atuavam como autores e avaliadores das obras, tornando-se o Lyceu Maranhense por todos estes aspectos a principal instituição de ensino no Maranhão Império.

Palavras-chave: Lyceu Maranhense; Cultura Material Escolar; instrução secundária.

ABSTRACT

This work has as object of research the school material culture at Lyceu Maranhense in the 19th century, conceived as a set of artifacts used for teaching, structural aspects and other material conditions related to the functioning and organization of the school, focusing here on four categories of analysis: writing tool; school furniture; school books and; visual, sound and tactile materials. This study is linked to the Postgraduate Program in Education at UFMA in the line of research History, Educational Policies, Work and Human Formation, analyzing the representations of school objects on the dynamics of this institution in the period from 1838 to 1889, the from the mapping carried out with the sources. The theoretical-methodological assumptions of Cultural History are used, based on its three inseparable elements, and we are supported by bibliographic and documentary research: the first, based on the theory of school history and culture, on the history of Maranhão and the local press; the second, supported by newspapers, reports and official letters from the inspectors of public instruction and those of the provincial presidents, as well as the laws and regulations, where the influence that these artifacts exerted on the pedagogical practice of teachers in the institution is perceived, as well as the relationships that were established via materiality between the political, administrative and empirical cultures of the school. It is concluded that writing tools and school furniture constitute categories of materials that are daily used in pedagogical work and give evidence of the teaching processes at Lyceu Maranhense; the visual, sound and tactile materials, on the other hand, point to the influence that objects exert on pedagogical practice as necessary components for the realization of classes. The processes of acquiring school books through the Congregation of Teachers were the main way of selecting textbooks, having as a parameter the school's curricular structure; objectified knowledge that materialized in an intense and continuous production of books where the lecturers acted as authors and evaluators of the works, making Lyceu Maranhense, in all these aspects, the main educational institution in Maranhão Império.

Keywords: Lyceu Maranhense; School Material Culture; secondary instruction.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Convento do Carmo – Primeiro prédio do Lyceu Maranhense	47
FIGURA 2 - Prêmio do Lyceu Maranhense	57
FIGURA 3 - Anúncio do Compendio da Grammatica Phliosophica da Lingua Portugueza de Antonio da Costa Duarte	112
FIGURA 4 - Modelos de escrivaninhas para professores	139
FIGURA 5 - Modelos de escrivaninhas para professores com a respectiva cadeira de palhinha.....	141
FIGURA 6 - Carteira banco norueguês (1867)	142
FIGURA 7 - Modelos de cadeiras para professores e alunos	143
FIGURA 8 - Modelo de banco escolar francês 1892.....	144
FIGURA 9 - Ampulheta de 15 minutos.....	146
FIGURA 10 - Pote de barro quartinha.....	147
FIGURA 11 - Sofá de palhinha colonial.....	148
FIGURA 12 - Modelos para o ensino da escrita	151
FIGURA 13 - Obra Lições de Geographia pelo Abbade Gualtier (1838)	166
FIGURA 14 - Gramática Elementar da Lingua Portugueza (1863).....	171
FIGURA 15 - Casas de Venda, Livrarias e Typografias relacionadas ao fornecimento de materiais ao Lyceu Maranhense.	182

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Início de um trajeto	12
1.2	Problemática da investigação	17
1.3	Objetivos Geral e específicos a serem alcançados	19
1.4	Percurso metodológico	22
1.5	Estruturação do trabalho	37
2	LYCEU MARANHENSE: indícios materiais na dinâmica escolar do ensino secundário	41
2.1	Representações do Lyceu Maranhense por meio da cultura material escolar	55
2.2	Relações institucionais da instrução secundária e a materialidade escolar: posições e ações	70
3	CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A DINÂMICA NO PROCESSO DE ENSINO	100
3.1	O Lyceu maranhense: entre materiais e discursos	103
3.2	Utensílios da escrita e mobiliário escolar: prescrições e práticas	116
3.3	Livros escolares: entre permissões e vetos	156
3.4	Materiais visuais, sonoros e táteis: o que se diz e o que se faz	178
4	CONCLUSÃO	191
	REFERÊNCIAS	196

1 INTRODUÇÃO

1.1 Início de um trajeto

O Liceu Maranhense é uma instituição com forte representação na sociedade, especialmente no Oitocentos, que inaugura o ensino público secundário organizado na província do Maranhão no período imperial, outrora ministrado de forma desordenada em meio ao improviso de cadeiras isoladas quase sempre nas casas dos professores e alunos. Dessa maneira constitui-se como uma forma escolar de socialização destacada a partir do momento de sua implantação na província – via Lei n. 77 de 24 de julho de 1838 –, seja por meio de sua ação formadora expressa mediante uma prática educativa propedêutica e humanista, seja pela influência exercida na instrução percebida pela ação dos lentes como intelectuais e políticos.

Por este motivo, alguns trabalhos em nível local abordam o Lyceu Maranhense explorando a temática de variadas perspectivas a fim de clarificar e ampliar o conhecimento gerado sobre a instrução pública secundária no Oitocentos. Dentre as diversas pesquisas que abordaram a história da instituição podemos citar Silva (2007), que por meio da estruturação curricular, identifica as representações sociais de intelectual nela expressas e as formas como influenciaram na sociedade local; Furtado (2016) que pela análise das táticas de apropriação dos discentes, presentes nas notícias publicadas na imprensa estudantil, aponta uma série de problemas denunciados pelos alunos a respeito de materiais insuficientes, faltas de livros para o acompanhamento das aulas, a desestruturação do prédio escolar, entre outras denúncias que nos possibilitam a compreensão da dinâmica escolar. Ribeiro (2006) quando trata da implantação do ensino público maranhense por meio da instituição escolar, tida pelas elites como forma ideal para a instrução dos jovens, disponibilizando-se o liceu ao serviço do fortalecimento das relações de poder na província.

As pesquisas realizadas sobre o Lyceu Maranhense, no entanto, não abordam a história e memória desta instituição tendo como foco os aspectos materiais que possibilitaram sua institucionalização; desta forma, traçar uma história dessa instituição partindo de sua cultura material é o propósito desta investigação, na tentativa de abordarmos os processos de produção, indicação e adoção destes materiais veiculados na imprensa periódica, assim como nos dispositivos legais que

regulam a prática educativa com relação à instituição. Para tanto nos utilizamos da classificação elaborada na pesquisa conjunta realizada pelo projeto *“Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)”*¹ seu processo de elaboração envolveu um estudo comparado entre diversos estados a fim de traçar uma história comparada da escola em diversos aspectos, dentre os quais a cultura material escolar está presente, e foi expressa na obra: *“Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)”* que teve como organizador Castro (2013) e reuniu diversas séries documentais destes estados elaborando a partir daí a categorização dos artefatos escolares.

Tal obra nos auxilia enquanto contribuição empírico-analítica sobre os objetos escolares feita pela pesquisa. Assim o estudo sobre *A Cultura Material Escolar na História do Lyceu Maranhense no Império* aqui pretendido traz como eixos centrais da investigação a teoria da forma escolar e a da cultura material escolar; trabalhamos especificamente com quatro das 13 categorias levantadas, a saber: Livros e revistas escolares; utensílios da escrita; mobiliário escolar e materiais visuais sonoros e táteis, por entendermos que tratam mais diretamente dos processos de ensino e possibilitam a apreensão da prática pedagógica. Tais práticas são exercidas dentro da sala de aula envolvendo as várias dimensões do ato de instruir e estão relacionadas estritamente a processos pedagógicos como ação consciente e participava dos sujeitos (FRANCO, 2016). Dessa maneira centramo-nos em categorias de objetos escolares que tem direta relação com as práticas pedagógicas e com a sala de aula, entendendo que tais materiais dão testemunho do meio em que são utilizados e nos fornecem indícios acerca da cultura material escolar em uso na instituição. Nossa hipótese é de que a cultura material escolar influenciou na ação de instruir a sociedade maranhense oitocentista, levada a cabo pelo Lyceu e pelo poder provincial de modos diversos tanto pela regulação dos alunos via espaço escolar e/ou controle dos conteúdos a serem ensinados, quanto por meio da regulamentação da prática pedagógica dos professores e ainda pela inculcação de valores e condutas almejadas por meio da prática educativa relacionada a normas disciplinares e valores morais disseminados pela escola.

¹ Diversos autores participaram da elaboração dessa categorização dentre os quais: Diana Gonçalves Vidal, Diana Rocha da Silva, Eliane Peres, Etienne Baldez Louzada Barbosa, Franciele F. de França, Gizele de Souza, Marília Gabriela Petry, Vera Lúcia Gaspar da Silva, Wiara Rosa Rios Alcântara, Solange Simões Machado e Sylvia Tavares Barum.

É necessário, a fim de demarcar as diferenças no interior das noções de práticas, que tenhamos explicações e nos utilizemos de autores que já elaboraram constructos ao respeito. Primeiramente buscaremos o reconhecimento das práticas pedagógicas e das práticas educativas passíveis de apreensão por meio da cultura material escolar da instituição. Por prática educativa baseamo-nos em Franco (2016, p. 536), quando ao refletir sobre a relação entre educação e pedagogia, tanto na perspectiva epistemológica quanto na ontológica, afirma que se trata de “[...] um conjunto de práticas sociais que atuam e influenciam a vida dos sujeitos de modo amplo, difuso e imprevisível”. Por tanto, as práticas educativas relacionam-se diretamente com a educação e com os processos educacionais mais amplos; sua ação se dá nos mais diversos espaços (casa, rua, igreja, escola, etc.), manifestando-se em condutas inculcadas, hábitos disciplinares ou rituais escolares, sendo incentivada, por todos os agentes da vida escolar (OLIVEIRA, 2020). Por sua vez, as práticas pedagógicas relacionam-se à concretização de processos pedagógicos e “[...] se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo” (FRANCO, 2016, p. 537). No sentido de práxis configura-se sempre como uma ação consciente e participante surgida das múltiplas dimensões que circundam o ato de ensinar.

De acordo com Caldeira e Zaidan (2010) no cerne do conceito de prática pedagógica estão imbricados simultaneamente aspectos particulares que dizem respeito: ao docente, aos demais profissionais da escola e ao discente; ao currículo, ao projeto político-pedagógico da escola e ao espaço escolar; assim como à comunidade em que a escola se insere e às condições locais. Para as autoras

A prática pedagógica é entendida como uma prática social complexa, acontece em diferentes espaços/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor-aluno-conhecimento. (2010, p. 21)

Variáveis como a experiência dos professores, corporeidade, formação, condições de trabalho e escolhas profissionais devem ser levadas em consideração para uma análise satisfatória a respeito da prática pedagógica em si; elementos relativos ao espaço escolar, suas condições materiais e de organização e, ainda, aspectos atinentes aos alunos que se inserem nessa relação, já que para as autoras a corporeidade, a idade e as condições socioculturais influem de forma decisiva. A principal distinção entre a prática pedagógica e a prática educativa, a nosso ver, diz respeito ao direcionamento que tomam na instrução; enquanto a primeira se realiza

primordialmente no espaço/tempo escolar, a segunda exerce influência na vida de forma geral delineando visões a respeito do ensino, pautando tomadas de posições com respeito a processos educativos, bem como reproduzindo comportamentos apreendidos no ambiente escolar.

Quanto às práticas culturais podemos afirmar que os sujeitos dão significado ao mundo tecendo relações com as diversas representações (CHARTIER, 1989). As práticas são construtivas do mundo social e em seu escopo está contida a lógica que governa a produção dos discursos, logo a realidade é passível de ser apreendida por meio deles. No entanto, as práticas culturais não se fazem presentes unicamente nestas preleções, mas também nos rituais e hábitos subjacentes a determinados sujeitos; ou seja, é preciso tomar cuidado com a categoria texto, uma vez que muitas práticas não obedecem a ordem dos discursos (CHARTIER, 1989).

Esta proposta de investigação surge a partir da nossa inserção nas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL)², como aluno de iniciação científica, onde desenvolvi atividades no projeto financiado pelo CNPq *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (1840 - 1930)*, que culminou com a apresentação da monografia intitulada *A cultura material na história do Lyceu Maranhense por meio d'O Publicador Oficial e Publicador Maranhense (1838-1885)*, ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 2018, na qual categorizamos e classificamos os objetos da cultura material escolar por meio de técnicas de análise temática da informação, tais como: a indexação e a classificação.

Para além dessa categorização, estende-se aqui a análise do equipamento ergológico³ do Lyceu Maranhense e das relações subjacentes à materialidade escolar, em função da prática educativa da instituição (FRANCO, 2012), da cultura da escola em suas esferas política, administrativa e empírica (ESCOLANO BENITO, 2017), bem como, do estudo sistemático das representações sobre o ensino público secundário na província do Maranhão (CHARTIER, 1989). Nessa lógica, entendemos que a “[...] materialidade da escola expressa suas finalidades sociais, políticas e culturais” (SOUZA, 2007, p. 12), o que nos permite tomar este conceito como o significado simbólico contido nos mais diversos objetos que compõem a cultura da

² Do qual faço parte desde 2013.

³ Entende-se aqui como equipamento ergológico, o conjunto de artefatos que constituem um sinal e um elemento essencial, visto que refletem a diversidade de soluções encontradas perante os condicionamentos naturais e históricos. (FIGUEREDO; RODRIGUES, 1982, p. 189)

escola, sejam eles atribuídos ao prédio escolar, ao mobiliário e/ou ao livro escolar, sejam a qualquer outro artefato. Desta forma, enquanto materialidade contida no livro escolar e passível de apreensão, temos por exemplo:

[...] as reformas educacionais a que foi exposto, dependendo dos trâmites de aprovação, adoção e veto, as concepções pedagógicas às quais esteve vinculado, a relação com os diferentes tipos de escola a que foi destinado, que podem denunciar projetos de ensino e de formação para grupos de sujeitos específicos, e relacioná-lo com a expansão dos espaços escolares que está inscrita no quantitativo de remessas registradas no corpus documental (CASTELLANOS, 2020, p. 12)

Ainda nessa perspectiva, é possível afirmar que a cultura escolar pode ser entendida como todos os aspectos componentes da materialidade da escola, no que tange aos significados subjacentes nos objetos escolares e aos significantes materializados nos próprios artefatos que permitem a circulação das mensagens, os comportamentos atrelados aos materiais e/ou às posturas apreendidas em relação com os objetos.

Como bibliotecário o interesse pelo trabalho com as diversas fontes, os modos de organização, bem como a constante proposição de novas formas de classificação, tanto dessa documentação como das próprias categorias utilizadas que versam ao respeito dos materiais didáticos utilizados no ensino, a nosso entender contribuem de forma decisiva com o desenvolvimento do pesquisador em formação e também do profissional da informação. Acreditamos que de alguma forma a investigação feita em acervos históricos possa despertar o interesse de novos trabalhos, possibilitando outras formas de tratamento com a documentação como também que estas informações possam ser preservadas na relação pesquisadores/instituições de guarda.

Como aluno do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFMA), as motivações que nos levaram a estudar a institucionalização do ensino público secundário e as bases de uma primeira iniciativa de sua estruturação no Maranhão oitocentista, advém do interesse de compreendermos a construção histórica da instrução pública já principiado enquanto bolsista de iniciação científica no NEDHEL⁴.

⁴ O Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL, integra-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação e História e aos Departamentos de Biblioteconomia e Educação I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Objetiva desenvolver estudos e pesquisas em História da Educação e História do Livro; levantar e disponibilizar documentos sobre a Educação, Livros, Imprensa maranhense em tempo e espaços diversos; promover o intercâmbio de pesquisadores (graduação e pós-graduação) em nível nacional e internacional nas áreas de História da Educação e História do Livro; formar pesquisadores para desenvolverem estudos e pesquisas nas áreas de História da Educação e História do Livro no

Por meio desse percurso de pesquisa inicial, a decisão pela continuidade das investigações em nível superior, reforçou-se nas escolhas feitas por outros membros do grupo que seguiram esse caminho, tais como: Furtado (2016), Borges (2018) e Coelho (2017), entre outros que optaram também pelo prosseguimento de seus trabalhos. A partir dessa decisão entramos em processo de preparação de um projeto que se enquadrasse na linha História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana, caracterizada por atividades de interação historiográfica no nosso espaço-tempo educacional. Mais uma vez tive o apoio do NEDHEL que se constituiu núcleo de sociabilidade e formação fundamental além do incentivo sempre constante.

A linha de pesquisa, nos aspectos atinentes à história da educação “[...] inclui a história das instituições escolares e dos sujeitos sociais da educação, a cultura material e escolar e o livro, a leitura e os espaços de sociabilidade, por meio do resgate da memória, biografias e autobiografias” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019, p. 2). Desta forma, segui as orientações ao respeito dessas exigências no intuito de projetarmos uma investigação que fosse ao encontro destes objetos de estudo.

1.2 Problemática da investigação

As relações estabelecidas para pôr em prática o ensino secundário institucionalizado na província do Maranhão se dão de diversas formas e exigem uma série de ações e discussões ao respeito da instrução influenciando na sociedade de maneira ampla e diversa. Nesse sentido, nossa problemática consiste em analisarmos em que medida os objetos da cultura material escolar constituem relações de mútua influência entre sujeitos, determinações do poder e processos de ensino do Lyceu Maranhense no período imperial? É perceptível a influência do equipamento ergológico sobre a prática pedagógica dos professores na instituição, sobre os processos de aprovação, aquisição e recomendações de uso dos materiais, bem como na escolha dos livros e compêndios; fatos que testemunham ao respeito do funcionamento da escola. Dessa forma tornou-se necessário o aprofundamento da questão, pois a escolarização no século XIX no Maranhão sofreu mudanças

Maranhão e nas Regiões Norte e Nordeste; realizar eventos científicos que possam divulgar os estudos e as pesquisas sobre a História da Educação e a História do Livro maranhense e estimular e desenvolver ampla produção científica nas áreas de História da Educação e História do Livro no Maranhão.

perceptíveis com a chegada deste novo espaço, permitida pelo Ato Adicional de 1834 que, descentralizando o poder moderador, possibilitou às províncias legislarem sobre a instrução pública e resultou na criação e institucionalização de diversos estabelecimentos dessa natureza por todo o país, tendo no Collégio Dom Pedro II uma instituição modelar.

Faria Filho (2007), ao se referir a certo tipo de escola oitocentista como instituição modelar definitiva da instrução pública primária no século XIX, como por exemplo, os grupos escolares, consideram esses espaços de ensino como definidores de normas a serem seguidas; formas de utilização do tempo, modos de controle dos professores e a organização seriada das classes que juntos constituíam a gramática do ensino que serviria de modelo para todas as instituições dessa natureza. Quanto ao Collégio D. Pedro II, como espaço de instrução pública secundária, pode-se argumentar que tal instituição no Brasil imperial passou por processo semelhante; principal estabelecimento de ensino secundário do país – criado em 2 de dezembro de 1837 – se torna um modelo a ser copiado. Ribeiro (2006, p. 45), corrobora esta visão quando afirma que “[...] o currículo do Pedro II era o mesmo oferecido nos Liceus provinciais, com o predomínio de literatura estrangeira, abstrata, descritiva alheia à realidade o qual servia [...] de base aos demais liceus do país”. (FURTADO, 2016, p. 70). Dessa forma reconhecemos a influência exercida por esta escola com relação ao Lyceu Maranhense; no entanto o que nos interessa, são as particularidades dessa instituição, bem como as condições materiais que propiciaram criar e manter um ambiente escolar tido como ideal para a instrução da juventude.

Consideramos de suma importância a apreensão da cultura material escolar do Lyceu, já que para se concretizarem as representações sobre esta escola como berço de intelectuais na província, além de contarem com professores autores de obras de destaque para uso no ensino, existiam condições materiais que possibilitaram a realização do empreendimento. Na esteira desses condicionantes, questões norteadoras foram lançadas, entre elas:

- Qual é o papel, o funcionamento e a representação do Lyceu Maranhense como instituição de ensino público secundário no Oitocentos?
- Como a cultura material desta instituição é representada nas fontes?
- De que forma os objetos da cultura material escolar neste estabelecimento foram relacionados aos processos de ensino?

A compreensão sobre o funcionamento do Lyceu Maranhense no período é imprescindível e pode ser atingida via fontes de pesquisa, sejam elas leis, normas, estatutos, sejam regulamentos ou jornais, uma vez que revelam as “[...] marcas do que se foi, [...] traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós, revelados como documentos pelas indagações da História” (PESAVENTO, 2012, p. 98). Esta escola devia contar com os melhores professores, modos de ensino e equipamento ergológico ideal, bem como exercer a prática pedagógica de forma moderna e de excelência no ensino.

A partir daí abre-se a possibilidade de percebermos a cultura material escolar do Lyceu, principalmente, de como a instituição é representada. Dessa forma, a apreensão da sua representatividade nas fontes — jornais, leis, estatutos e ofícios — será possível, não apenas com relação ao quanto se fala sobre esse espaço escolar, mas, e de igual maneira, com respeito a o que se fala, como se fala e para quem são dirigidos os discursos que versam sobre a instituição. Assim podemos cruzar as informações obtidas na garimpagem das fontes a fim de poder traçar uma relação de mão dupla entre os objetos da cultura material escolar da instituição e os processos internos de funcionamento, os modos de escolha com relação a essa esfera da atividade cotidiana, como também as relações subjacentes a esses objetos que envolvem o ensino no estabelecimento e quais práticas pedagógicas estão em uso no interior dessas relações.

1.3 Objetivos Geral e específicos a serem alcançados

Analisar as relações de mútuas influências entre objetos da cultura material escolar e os sujeitos, determinações do poder e processos de ensino do Lyceu Maranhense no período imperial é o nosso objetivo geral, na medida em que por meio dos jornais *Publicador Maranhense* (1841-1885) e *O Publicador Oficial* (1831-1841), e de dispositivos legais como os ofícios da instrução, as leis e os estatutos do Lyceu, além de relatórios de presidente de província e dos inspetores da instrução pública entre as décadas de 1840 a 1860 e 1880, será possível apreender os processos de produção, adoção, indicação e uso dos objetos escolares e também visualizar diversos aspectos atinentes, tanto à estética, ao aspecto psicológico e ao plano recreativo; quanto aos elementos referentes ao alcance do político, aos aspectos de preservação do patrimônio material entendendo a instrução como bem público e, por

fim, aos aspectos didáticos considerando-os incorporados aos objetos escolares, já que existem inúmeras possibilidades formativas (ESCOLANO BENITO, 2018).

Analisar o papel, o funcionamento e a representação do Lyceu Maranhense no Oitocentos é nosso primeiro objetivo específico, já que as necessidades de preenchimento dos quadros profissionais das diversas repartições públicas pelas quais passou a sociedade maranhense foram projetadas às instituições de ensino locais, sejam primárias, profissionalizantes ou de ensino secundário como ocupações ideais a serem exercidas. Projeções que surgiram de uma série de “[...] relações e funções que devem ser analisadas em conjunto quando nos referimos à formação das profissões e ao exercício das ocupações” (CASTELLANOS, 2019, p. 798). Portanto, existe todo um contexto composto por diversas formas complexas de relações sociais envolvidas que podem vir à tona quando se analisam as funções e ocupações desejadas para determinado grupo. Tendemos a acreditar que o Lyceu Maranhense intencionava com a sua ação formadora, constituir uma juventude em elite letrada que pudesse exercer ocupações distintas no seio da sociedade, como afirma Elias (2001, p. 90), para quem as

Profissões, despojadas de suas roupagens próprias, são funções sociais especializadas que as pessoas desempenham em resposta a necessidades especializadas de outras; são, ao menos em sua forma mais desenvolvida, conjuntos especializados de relações humanas.

Dessa forma, acreditamos que o Lyceu era fundamental para os planos provinciais referentes à instrução da infância, pois como consta em discurso proferido no relatório do inspetor da instrução, Francisco Baltazar da Silveira, (1853) “as ocupações do homem, [...] nas sociedades bem organizadas divid[em]-se em três ramos principais [...]: os trabalhos manuais; os industriais, e os científicos” (MARANHÃO, 05 de abril de 1853). A infância aqui elencada diz respeito à chamada segunda infância, período oscilante entre os 7 e 12 anos, que pode estender-se até a terceira (12 e 13) e, mesmo entrar na adolescência (CASTELLANOS, 2019); infância que neste caso a consideramos como “[...] divisor de águas das práticas de ensino, dos controles morais, autocontrole e policiamento individual das emoções da criança e do adolescente” (CASTELLANOS, 2019, p. 799). Temos por base a idade mínima de ingresso ao curso do Lyceu Maranhense de 11 anos prescritas nos estatutos da instituição de 1838 e a estimativa de duração do curso de 7 anos também estabelecidas por esta norma.

Para cada uma destas ocupações projetava-se um ensino diferenciado, estando reservado ao Lyceu Maranhense o papel de instruir os “trabalhos científicos”. Era esperado dos alunos que frequentassem a instituição, “o perfeito conhecimento da cultura dos povos clássicos” e também dos “bons conhecimentos históricos” (MARANHÃO, 05 de abril de 1853); portanto a existência do Lyceu Maranhense pressupunha certa expectativa a respeito das ocupações a serem exercidas pelos egressos, ainda que inspiradas em culturas mais gerais, uma vez que as representações do mundo, embora pretendam ser universais, sempre são fruto dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1990). Quanto ao funcionamento, também pode ser apreendido, não apenas nos discursos dos jornais, mas de forma mais específica, nos diversos dispositivos legais que regulamentaram a instrução pública em sentido geral e, por suposto, esta própria instituição em questão.

Desse modo, compreender as representações e as práticas culturais do Lyceu Maranhense relacionadas à cultura material escolar, como segundo objetivo específico se faz necessário, uma vez que representações e práticas estão inscritas nos discursos sobre a instrução, veiculados nos diversos espaços de transmissão de ideias que circularam no Maranhão oitocentista dando sentido e significado à realidade social. A relação entre Lyceu Maranhense e colégio Dom Pedro II enquanto importação e aplicação de um modelo geral a uma realidade local, pode sem dúvida ser um indício da prática pedagógica pretendida pela instituição; no entanto, é preciso consultar as fontes com olhar intencionado para identificar-se indícios.

Uma primeira prática pedagógica ligada a essa representação, ou à busca dela, pode ser identificada e até mesmo acessada, pois se materializa no estatuto do Lyceu Maranhense de 1838. As disposições tratavam: das Matrículas, das Aulas, da Polícia das aulas e dos Exames; do Bacharelato, dos Prêmios, das Férias e dos Honorários; da Congregação, do Diretor, do secretário e dos Lentes; dos Inspectores, do Porteiro e dos Alunos, determinando-se o proceder de cada um destes no interior de suas instalações (CASTRO, 2009). A busca de adequação a um modelo de instituição de ensino levou a escola a organizar-se inteiramente, enquanto prática educativa, de acordo com aqueles ideais específicos. Segundo com Franco (2012, p. 152), as práticas educativas são “[...] práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais [...]”, mais abrangentes que as práticas pedagógicas e por isso, podendo ocorrer tanto dentro dos espaços educacionais quanto fora deles, por meio de concepções veiculadas ou modelos a serem seguidos, por exemplo. Nessa

lógica, pode-se afirmar que cada representação está ligada a uma prática específica ou a diversas práticas conjuntamente relacionadas.

É possível também pensar, a partir daqui, de que não era unicamente o modelo de escola a ser seguido que constituía isoladamente uma representação; a própria escolha do modelo escolar se constitui numa, já que imbricado a ele existem diversos aspectos que faziam parte da realidade social e cultural da província. Primeiro, o ideal de escola centrado no Colégio Dom Pedro II não foi propriamente escolhido nem pela sociedade maranhense nem por seus políticos, senão foi imposto como forma de retirar o Maranhão do atraso; por outro lado, os elementos de moral e de civilidade exigidos e, por fim a noção de modernidade que a escola devia carregar são alguns dos elementos que devem compor um primeiro estudo sistemático das representações sobre o Lyceu Maranhense.

Após o entendimento das relações, representações e práticas apreendidas a partir das fontes, mapear, descrever e categorizar os objetos da cultura material escolar da dita instituição, bem como examinar suas relações e usos nos processos de ensino é nosso terceiro objetivo específico; ações que se tornam de fundamental importância para a investigação, quando almejamos uma arqueologia do cotidiano e/ou uma reconstituição do ambiente familiar dos indivíduos, graças ao estudo serial de uma fonte privilegiada para o desnudamento singular e confecção cômoda de fichas (POULOT, 2018). No entanto, não buscamos apenas uma categorização quantitativa das fontes no momento de sua extração e tratamento, senão a reconstrução dos contextos dos objetos e de sua circulação, dos processos de captação e aquisição e, igualmente, de seu gozo no seio dos processos de ensino.

1.4 Percurso metodológico

Um estudo sobre os materiais escolares não deve centrar-se apenas na descrição dos artefatos, mas atentar-se para a apreensão da complexidade presente nos imediatos contextos subjacentes aos materiais, sejam eles advindos da cultura do escrito, sejam dos campos pedagógico e editorial; apreensão das materialidades da escola enquanto significados inscritos nas fontes e em suas respectivas conjunturas, que só pode ser realizada por meio de uma racionalização metodológica e do rigor científico aplicados no processo de investigação.

O conhecimento historiográfico, enquanto forma intelectual para a compreensão do mundo (LE GOFF, 1996) deve estar enquadrado em um processo de pesquisa que inclua a definição de uma problemática e a formulação de questões norteadoras, um trabalho de coleta de dados e o confronto com o corpus documental, a inserção da problemática num campo conceitual e metodológico, o desenvolvimento de um *modus operandi* de exploração e as formas de ler-se os documentos e, por fim, o diálogo incessante relacionando com teoria, os dados e os inquéritos (PERES; SOUZA, 2011).

Partindo dessas conjecturas, entendemos o fazer historiográfico como forma de compreensão do mundo por meio da organização, sistematização e questionamento constante dos discursos, os quais são considerados aqui como processos complexos de definição de problemas e de medidas para as suas resoluções (NÓVOA, 1997); busca-se – nas ações que pretendem solucionar problemas, bem como nas descrições dos problemas enfrentados pela instrução pública na província e, mais especificamente, no Lyceu Maranhense – os escritos que tratem especificamente dos objetos escolares relacionados diretamente ao processo de ensino.

Neste sentido, é preciso ter em mente que os discursos pedagógicos constituem um lugar de poder e disputas entre as diversas formas de ordenação, explicação, hierarquização e classificação do mundo escolar, uma vez que “[...] instituem e organizam o universo escolar, determinando ações, comportamentos, relações [e] posições” (PERES; SOUZA, 2013, p 46). Partimos do entendimento de que “a prática educativa é algo que não pertence por inteiro aos professores [nelas estão contidos] traços culturais compartilhados que formam o que pode ser designado por subjetividades pedagógicas” (FRANCO, 2016, p. 536); por sua vez as práticas pedagógicas, consistem em uma ação consciente e participativa do sujeito que emergem das várias dimensões do ato de instruir, portanto relacionadas estritamente a processos pedagógicos.

Ao pensar na estruturação teórico-metodológica de um trabalho científico realizado no campo da História da Educação, algumas questões, além das discutidas anteriormente, se nos impõem como pesquisador em formação. Começaremos discutindo a objetividade científica na tentativa de, ao mesmo tempo, tomar posição na relação desta com a pesquisa histórica. O objetivismo na corrente historiográfica positivista tem enquanto fundamento os ideais de neutralidade e imparcialidade

historiográfica reconhecendo não haver uma única espécie de imparcialidade, senão várias, dependendo da posição do sujeito-historiador frente à metodologia, epistemologia e ideologia. Dentre as várias vertentes relacionadas ao objetivismo Barros (2013) cita a escola dos *Annales* que alia um subjetivismo epistemológico a um objetivismo metodológico. Assim, acreditamos que este objetivismo metodológico dos *Annales* foi incorporado pela História Cultural que trabalha com um objetivismo metodológico semelhante, tanto no que se refere à escolha das fontes e seu tratamento, quanto aos aspectos relacionados com a forma de investigação dos sujeitos componentes do objeto pesquisado, no sentido de determinação de um roteiro de inquirição centrado nas relações – de poder – entre diversos atores sociais, membros de uma realidade histórica.

Outro tipo de objetividade elencado pelo autor tem a ver com a posição epistemológica do historiador frente ao objeto, no sentido de mantê-la nas relações epistemológicas da pesquisa, fundamentalmente nas categorias de análise. Nestes casos é recomendado que nos mantenhamos em constante vigilância epistemológica frente às categorias elencadas, atentos às subjetividades presentes no contexto histórico em questão. Dito isso, a pesquisa sobre a cultura material escolar do Lyceu Maranhense aqui almejada traz em seu escopo três teorias, das quais faremos uso tentando manter a objetividade metodológica aliada à posição de vigilância própria do subjetivismo epistemológico dos *Annales*: a teoria da forma escolar, a teoria da cultura material escolar e a teoria das instituições escolares, enquanto campos epistemológicos de estudo, que propiciaram as bases necessárias nesta investigação.

A abordagem teórico-metodológica a ser utilizada neste estudo se baseia na História Cultural, segundo seus três elementos indissociáveis: a história dos objetos na sua materialidade, a história das práticas nas suas diferenças, e análise destes dois eixos numa maneira mais geral para compreender as formações ou configurações sociais, as mudanças nas estruturas psíquicas dos sujeitos e as armaduras conceituais impostas por cada época, nas suas variações históricas segundo Chartier (1990). O trabalho de pesquisa no campo da história cultural necessita de um esforço de “[...] estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos” (REVEL, 1993, p. 530), assim a cientificidade da história relaciona-se com a condução metodológica.

Neste sentido, outra questão de cunho teórico-metodológico que se nos impõe é o redimensionamento do tempo histórico enquanto contribuição fundamental

da Escola dos *Annales* ao campo da história. Dentre as muitas contribuições, a percepção do tempo enquanto estrutural destaca-se e é tida como pedra fundamental (BARROS, 2012). Este redimensionamento do tempo se dá por meio de dois conceitos a saber: a longa duração e o reconhecimento da multiplicidade de tempos históricos. O primeiro refere-se às noções/conceitos que pouco se modificam ou que permanecem imóveis por um tempo extenso, no seu interior diversos aspectos se organizam em períodos mais curtos (média duração e curta duração). Partindo desta organização o conceito de multiplicidade de tempos históricos ou dialética das durações se afigura.

No projeto conceitual da longa duração estão relacionadas duas ações fundamentais: estruturar o evento e mobilizar a estrutura, que de acordo com Braudel (2011), a multiplicidade de tempo se dá em durações diferentes. A curta duração refere-se ao evento (para o autor a esfera política) passando pela média duração que relaciona as mudanças no interior da estrutura (apresentam repetições, ciclos e regularidades) até chegar à longa duração, caracterizada como a própria estrutura, aquilo que permanece (por exemplo, o aspecto geográfico). O autor nos afirma que a curta duração se dá nos acontecimentos da vida política do objeto estudado, em nosso caso, um acontecimento político de fundamental importância consiste na criação do Lyceu Maranhense, materializada na Lei nº 77 de 24 de julho de 1838, que cria a instituição e dá outras recomendações; no entanto, não nos centraremos especificamente na criação da escola, mas no processo de instalação e materialização como forma de escolarização secundária na província do Maranhão que autonomiza a relação pedagógica e pedagogiza as relações sociais.

Por outro lado, estruturar o evento consiste em analisar um acontecimento de relevância política tentando encontrar seu lugar na estrutura (em determinado período de tempo e suas características), no que concerne aos aspectos materiais, à criação de uma escola, seja ela qual for, traz junto de si toda uma demanda de ações, insumos, objetos e utensílios para a viabilização de tal empreendimento, o que implica, por sua vez, em uma mudança de caráter radical de determinado contexto; nesse caso, para nós, o contexto do ensino público secundário no Maranhão oitocentista.

O projeto conceitual da arquitetura das durações metodologicamente tem relação direta com as fontes utilizadas na pesquisa, pois este aspecto teórico implica no trato das fontes. Trabalhamos com a História Cultural traçando uma relação com

alguns aspectos da história serial no sentido de elaboração de séries documentais, uma vez que analisamos o objeto na longa duração e identificamos nas fontes as regularidades, variações, mudanças, tendências e discrepâncias que aparecerem. No entanto, o trabalho com a história serial só pode ser contemplado na parte metodológica, tendo em vista que esta se utiliza de uma abordagem de conjuntos das fontes buscando única e simplesmente a quantificação, análise tópica e identificação de recorrências e mudanças apresentadas pela documentação (BARROS, 2013). A história cultural, por sua vez, procura nas fontes não apenas a quantificação, senão as relações de poder, os usos e apropriações do objeto estudado, além das práticas dos sujeitos e suas representações que compõem a realidade histórica sobre a qual versam essas fontes: as armaduras conceituais impostas pela época, instituições ou grupos de homens; as mudanças nas estruturas psíquicas dos sujeitos imersos nos processos considerados, como também as formações ou configurações sociais estabelecidas entre os indivíduos tendo em conta o equilíbrio de tensões imanentes, a partir das estratégias de imposição e as táticas de apropriação analisadas por meio do modelo polemológico de Certeau (2012).

Fizemos uso do método histórico por entender ser este o mais adequado e que fornece as alternativas de resposta à nossa problemática, bem como o meio para a análise das fontes tendo em mente a “plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda a opinião” (GADAMER, 1998, p. 17). Acreditamos que o conhecimento histórico e seu modo de realização nos permite compreender o presente por meio da reconstrução do passado, bem como nos proporciona as ferramentas imprescindíveis para tal reconstrução. É preciso ter em mente também que toda a história se faz no presente mediada por documentos, mas de igual modo pela construção do pesquisador e, principalmente, pelas questões feitas às vozes do passado que “[...] está sempre retornando ao presente para transformá-lo, diuturnamente, como força viva que atua no presente” (BARROS, 2013, p. 180).

No que se refere à Pesquisa Bibliográfica, a concebemos como aquela que se sustenta em obras, artigos, teses ou dissertações que tratem do tema estudado com a finalidade específica de apropriação dos conceitos e construção de categorias de análise (MOROSSINI, 2015); por sua vez, Oliveira (2007, p. 69) afirma que trata-se de “[...] Uma modalidade de estudos e análises de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científico [constituindo-se] um estudo direto em fontes científicas”. Escolheu-se esta pesquisa

justamente para a construção de um corpus teórico e metodológico que pudesse suprir nossas necessidades de investigação, bem como subsidiar a escolha de nossas categorias de análise.

Nesse sentido, utilizamos de variadas linhas de estudo para dar conta das questões levantadas junto às fontes. Primeiramente nos auxiliamos de autores da História Cultural, tais como: Castellanos (2016) no texto *A circulação do “livro de classe” francês no Maranhão Império* e de Castro e Castellanos (2018) n’*A escola como vitrine: os objetos escolares nas exposições do trabalho no Maranhão Império*, que ao afirmarem que esta abordagem teórico-metodológica permite o inquérito das fontes, neste caso os diversos documentos elaborados pelos agentes governamentais, nos incursionam a flagrar os contextos de produção das fontes analisadas, as posições ocupadas pelos remetentes e destinatários das correspondências, assim como, as estratégias e táticas subjacentes aos diálogos constantes entre o proibido e o permitido, seja com relação aos agentes do poder provincial e suas imposições, seja dos sujeitos envolvidos com a instrução pública e suas diversas apropriações.

Todos estes aspectos fazem da História Cultural a abordagem teórico-metodológica que nos permitiu perceber as relações subjacentes aos contextos materiais de produção, adoção, usos e vetos a respeito dos objetos escolares do Lyceu Maranhense, bem como os jogos de poder contidos em cada uma dessas ações. Chartier (1989), n’*A História Cultural entre práticas e representações*, explana sobre o entendimento das práticas culturais que dão sentido ao mundo e que produzem uma realidade que constantemente nos é legada do tempo pretérito, além de trabalhar com as representações culturais que são sempre frutos dos grupos que as forjam (portanto, sempre construídas e determinadas), trata ainda ao respeito das formas diversificadas de apropriação por parte dos sujeitos que constantemente modificam e transformam a realidade estabelecida fazendo das imposições matéria prima para a resistência e reinvenção.

Tais proposições quanto às práticas, representações culturais e apropriação nos auxiliam, pois visamos identificá-las via discursos inscritos em nossas fontes com respeito ao Lyceu Maranhense oitocentista e a sua cultura material escolar. Nunes e Carvalho (1993) que em *Historiografia da educação e fontes*, afirmam apoiadas na visão de chartieriana, que por meio da História Cultural podemos estudar os usos que um indivíduo, uma sociedade ou um grupo fazem de um determinado texto ou

imagem, alertando-nos para a impossibilidade de separar os textos das formas impressas, imagéticas ou materiais que o fazem circular, além de apontar para as materialidades dos processos de produção e apropriação culturais, tanto dos objetos postos em circulação – livros, jornais ou museus –, como das práticas culturais que os produzem. Nos utilizamos dessas concepções, ao aproximarmo-nos dos objetos culturais, principalmente dos livros escolares, atentando para os usos e apropriações realizadas por diversos sujeitos envolvidos com estes materiais.

Paralelamente, com respeito à cultura material escolar, utilizamos a categorização dos objetos da escola elaborada de forma conjunta por meio da obra *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925⁵)*, dividindo-as em 13 grupos de análise; estratégia que torna possível “[...] ver o interior da escola, sua organização, seus rituais, suas engrenagens de funcionamento; de perceber as relações entre seus agentes, seu entorno, seu local” (CASTRO, 2013, p. 7). A cultura material escolar aqui trabalhada trata-se de uma pesquisa realizada em conjunto por cinco estados brasileiros, com o objetivo de traçar uma história comparada com respeito às mais diversas fontes e realidade de cada estado; obra que tem por principal pressuposto a influência, ao mesmo tempo exercida e sofrida pelos objetos escolares na dinâmica da instrução, sobretudo, no cotidiano da escola.

Outro aspecto que nos auxiliou, diz respeito à melhor compreensão da dinâmica entre fontes de pesquisa e a cultura material da escola, possibilitada por esta coletânea, uma vez que “[...] Os discursos pedagógicos instituem e organizam o universo escolar, determinando ações, comportamentos, relações, posições” (PERES; SOUZA, 2013, p. 46). Por sua vez, Castellanos (2020) em *A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista*, nos ajuda, não só na compreensão da teoria alusiva aos artefatos escolares, como também a cruzar os dados referentes que estão registrados nos relatórios de presidente de província e de inspetores da instrução pública, nos anúncios, denúncias e críticas expostas pelos jornais locais, servindo-nos como modelo de análise e tratamento das informações com relação a estas fontes em nossa investigação.

⁵ Tal obra contou com a participação de importantes pesquisadores de diferentes estados tais como: prof. Dr. Diana Gonçalves Vidal (USP), Eliane Peres (UFPel), Gizele de Souza (UFPR), Vera Lucia Gaspar da Silva (UDESC), César Augusto Castro (UFMA). (CASTRO, 2013).

Escolano Benito (2017; 2018) em *A Escola como cultura: experiência memória e arqueologia* e em *Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas exposições universais*, nos ajuda quando intenciona uma investigação das diversas culturas da escola por meio de uma abordagem, tanto antropológica dos objetos escolares quanto a uma análise hermenêutica desses materiais, no constante movimento exercido nas esferas política, administrativa e empírica da cultura escolar que é “[...] entendida como conjunto de práticas e discursos que regularam ou regulam a vida das instituições de educação formal e a profissão docente” (2017, p. 119). Tais definições permitem-nos compreender de uma maneira mais ajustada a escola e suas esferas culturais, algo extremamente importante para uma pesquisa em cultura material. Para o autor o instrumental material é reflexo da cultura empírica da escola, da tradição corporativa relacionada ao ofício do professor e também dos discursos corporativos e normativos sobre este espaço de ensino.

Em *Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate*, Silva e Souza (2018), refletem sobre listas de materiais presentes em manuais pedagógicos elaborados para subsidiar a formação de professores e chegam à conclusão de que possibilitam identificar uma série de aspectos do ensino elementar como indicadores, tanto do controle do tempo escolar presentes em objetos como campainhas, ponteiros dos repetidores e relógios, quanto da organização das salas de aula como estrados para a exposição das lições, quadros pretos envernizados e quadros de leitura, e por fim, aqueles que apontam à prática de leitura e escrita como tinteiros e ardósias. Reflexão que nos auxilia na análise das relações que podem estar imersas a partir dos registros e indícios sobre os objetos escolares. Também os modos de abordar as listas de objetos tidos como necessários ao ensino nos deram direcionamentos a respeito da forma de tratamento com esse tipo de registros.

As leituras baseadas em Barros (2019), que ao construir uma taxonomia em *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos* nos fornece subsídios acerca dos modos de se trabalhar com os registros do passado, já que as considera como uma “máquina do tempo” do historiador que trabalha com sociedades desaparecidas ou transmutadas; fontes históricas que podem ser definidas como “[...] os diversos resíduos, vestígios, discursos e materiais de todos os tipos que, deixados pelos seres humanos historicamente situados no passado, chegaram ao tempo presente através de caminhos diversos” (BARROS, 2019, p. 7). Ao referir-se

especificamente aos jornais, o autor os define como “[...] uma forma de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade” (p. 246), sendo preciso compreender este tipo de publicação periódica para além do senso comum, ao encará-lo como produto cultural das sociedades inserido em um contexto. Para o trabalho com os jornais, o autor sinaliza três aspectos principais a serem identificados: a forma impressa (formato ou materialidade da publicação); o ritmo de disponibilização (periodicidade) e a publicização (modo ou abrangência da fonte). Especificamente, em se tratando dos periódicos, a importância das formulações de Barros (2019) ajudou-nos sobremaneira, constituindo-se para nós um modelo de análise dos periódicos que circulavam na São Luís oitocentista e compuseram nosso *corpus* documental.

No que tange aos aspectos contextuais a respeito da imprensa maranhense oitocentista, se nos utilizamos de Serra (2001), que em *Sessenta anos de jornalismo no Maranhão*, trabalha com as principais tipografias, jornais, tipógrafos e todo um contexto relacionado ao funcionamento e demais aspectos pertinentes ao mercado tipográfico local; com Jorge (2008) que trata sobre os periódicos publicados e seus autores, abordando o período de circulação, as posições políticas e seus conflitos, os modos de produção dos impressos, sua circulação e locais de venda na obra *Imprensa no Maranhão no século XIX (1821-1900)*, nos possibilitou ter uma ideia a respeito da dinâmica que envolvia a atividade tipográfica do Maranhão no século XIX por meio da interpretação singular sobre esses veículos de circulação de ideias.

No que tange ao ensino secundário no século XIX, fizemos uso de alguns trabalhos que tem por objetos a história das instituições escolares, tais como: Furtado (2016), Ribeiro (2006) e Cabral (1982) que ao abordarem especificamente o liceu maranhense, nos auxiliaram na compreensão dos contextos da instituição no período imperial. A primeira, quando trata n’A *imprensa estudantil liceísta maranhense na Primeira República (1907-1930)*, dos discursos dos alunos por meio dos jornais estudantis com o intuito de identificar as táticas de apropriação expressas nas publicações, bem como as demandas precisas para o ensino secundário no Maranhão, demonstra que a relação entre Lyceu e imprensa periódica não se deu unicamente via professores/redatores e editores de jornais; também os jornais estudantis faziam parte desse ambiente e eram capazes de fornecer contextos importantes a respeito das representações que se tinha da escola e também indícios que fazem referência aos materiais e espaço escolares presentes no interior destas

publicações. A segunda, apresentou a gênese da criação dos liceus desde o grego criado por Aristóteles, passando pelo o Liceu na França até a fundação desta escola na Província do Maranhão em *A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense* (2006). Nos utilizamos desta obra por se tratar de um dos primeiros estudos sobre a implantação da escola e traçar um percurso na história das instituições escolares, elencando como categorias o ensino secundário e a elite intelectual. A terceira, *As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889)* (1982), explica que a instrução pública no Maranhão sofreu diversas mudanças; sobretudo, nas décadas de 30, 40 e 50 do século XIX, período a partir do qual as províncias ficaram responsáveis pela administração (via Ato Adicional - 1834) do ensino público tanto primário como secundário. O entendimento dos contextos políticos e econômicos constituem a principal contribuição desta obra em nossa pesquisa, uma vez que tais aspectos fazem parte também dos estudos em história cultural.

Ainda tratando de ensino secundário no Império Silva (2017) na obra n'A *prática educativa na companhia de aprendizes marinhaes do Piauí (1874 a 1915)*, acompanhamos um estudo a respeito da prática educativa das escolas ligadas as forças armadas do país e evidenciou que faziam parte do escopo da ação formadora da companhia de aprendizes marinhaes do Piauí, aspectos ligados à arquitetura, aos livros específicos que deviam incluir linguagem da cultura naval, além dos métodos de ensino que eram tidos como os mais modernos, indo do método mútuo ao intuitivo, sempre tendo em mente o perfil de profissional que se desejava formar. Este estudo permitiu um maior entendimento das possíveis relações que podem ser identificadas nos diversos usos objetos escolares, seja através dos métodos, conteúdos a serem ensinados, seja do aspecto arquitetônico e da infraestrutura ou ainda dos utensílios a serem utilizados no cotidiano das aulas; obra que nos fez perceber, que a instrução pensada para o Lyceu Maranhense também carregava uma representação sobre o tipo de aluno que se desejava formar e da prática educativa utilizada para alcançar esse ideal, uma vez que os discípulos deveriam gozar de um bom conhecimento dos povos clássicos, da história universal e local, da geografia, além do perfeito domínio da língua materna e línguas estrangeiras (MARANHÃO, 1853).

A respeito da Teoria da história nos sustentamos em autores como Pesavento (2012), que em *História e História cultural*, ao apresentar parâmetros epistemológicos, teóricos e metodológicos que embasam e delimitam o campo, também trata da

historiografia nacional marcada por uma virada de uma historiografia notadamente marxista, que se centrava na história social da cultura, para outra baseada na história cultural da sociedade, inspirada na tradição dos *Annales* e balizada pelos marcos temporais da estrutura e da conjuntura. O entendimento dos caminhos historiográficos brasileiro, fornecido por esta obra, nos possibilitou tomar consciência do meio em que estou inserido como pesquisador em história da educação ainda em formação. Do mesmo modo, Barros (2013, 2012) que em uma série de livros acerca da *Teoria da História*⁶, aborda as principais questões acerca do campo da história, tratando sobre a formação de diversos paradigmas da historiografia; abordagem que nos permitiu entender como surgiu e se foi estruturando a história cultural como pressuposto teórico-metodológico, e a relação existente entre a elaboração de séries documentais e a longa duração; dinâmica que buscamos aplicar em nossa investigação, por meio da imprensa periódica local, dos relatórios de presidentes de província, dos ofícios da inspetoria da instrução e demais fontes trabalhadas. Por fim, Certeau (2012) com *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*, nos oferece um estudo acerca da produção cultural tendo-a como campo em expansão que por meio de operações racionais procura gerir o trabalho mediante análise, mapeamento e massificação. Obra que nos permite apreender a produção por meio de dois tipos de operações: as estratégias, capazes de produzir, mapear e impor; e as táticas que utilizam, manipulam ou alteram de modos diversos as imposições, não modificando, com isso, as regras do jogo.

Com respeito ao uso de documentos na investigação científica, constituir um corpus satisfatório que possibilite tratar as pistas que nos forneçam informações ao respeito das questões levantadas é necessário. Sá-Silva, Almeida e Guindani afirmam, que a “[...] pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (2009, p. 5); motivo pelo qual é utilizada por proporcionar respostas adequadas aos problemas surgidos no diálogo com as fontes. Nessa lógica é preciso que se adote uma série de procedimentos e técnicas analíticas para que a documentação seja capaz de nos fornecer indícios que suportem as questões levantadas, dentro da amálgama de possibilidades das fontes para uma investigação histórica da escola. Barros (2019) nos diz que os resíduos, vestígios, discursos ou materiais deixados pelos seres humanos e historicamente situados no passado,

⁶ Ver Barros (2012). *Teoria da História: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. Vol. II. (2013) *Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História*. Vol. V.

permitem ao historiador trabalhar as transmutações e desaparecimentos nas sociedades, bem como os processos de extinção e transformações desse presente ido. Desta forma, aproximamo-nos do passado por meio de diversas fontes, com vistas a perceber as transformações pelas quais passou a instituição em foco, por meio dos objetos e artefatos da cultura material escolar utilizados diretamente na instrução, direcionando nosso olhar para as recomendações de seus usos, como também para os livros e compêndios pensados ou dirigidos para esse espaço público de ensino: vestígios sobre normas do Lyceu Maranhense (seus estatutos de 1838 e 1877), bem como o dia a dia das repartições públicas correlatas à instrução pública secundária, por meio dos relatórios dos inspetores e presidentes de província e dos correspondentes ofícios garimpados e identificados⁷.

A diversificação das fontes possibilitaria mapear, selecionar e analisar um universo empírico variado e rico, seja pela diversificação dos sujeitos anunciadores e anunciados [...], seja pelos lugares institucionais ocupados, como pelas práticas escolares narradas e discursivamente construídas. (PERES; SOUZA, 2011, p. 57).

Da mesma maneira nosso olhar deve ser direcionado para os anúncios de objetos escolares e, os locais de sua produção e comercialização. Fontes que se relacionam com o mundo da vida (ESCOLANO BENITO, 2018) da província e que circulam livremente: jornais direcionados para o público em geral, páginas específicas de anúncios que possibilitam recuperar indícios sobre o que era dito acerca dos objetos escolares; relatórios que eram transcritos nas páginas dos periódicos indicando os problemas enfrentados pela instrução; atas da reunião da congregação do Lyceu Maranhense também publicadas, dentre outros registros que nos legam janelas de onde podemos observar as posições tomadas e as opiniões dadas sobre a cultura material escolar (BARROS, 2019).

É preciso ainda, para a confecção de um quadro da cultura material escolar a localização e análise dos discursos que acompanham a necessidade e a possibilidade – ou não – da aquisição e inserção destes objetos no uso cotidiano nas salas de aula do Lyceu Maranhense. Para isso, também recorreremos a fontes ligadas ao expediente das repartições públicas do governo provincial que regulam o mundo da escola. Quanto aos jornais selecionados, utilizamos como base o *Catálogo de jornais*

⁷ Refiro-me às instituições que funcionavam anexas ao Convento do Carmo, juntamente com o Lyceu Maranhense nas primeiras décadas sua ação. Notadamente: uma cadeira de primeiras letras para meninas da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (TAVARES, 2009); a inspetoria da instrução (a partir de 1843) e a Escola Normal (a partir da década de 1840).

maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007, que nos auxiliou a identificar os mais extensos e significativos: *O Publicador Oficial* (1831-1841) e *Publicador Maranhense* (1840-1889). Além deste levantamento utilizamos o site da Biblioteca Nacional que disponibiliza em formato digital os principais jornais a circular na província no período.

Para melhor organização do *corpus* da pesquisa realizamos uma segmentação dos documentos trabalhados de acordo com as finalidades desejadas: a) **documentos de prescrição**, para identificarmos as recomendações de usos dos objetos escolares e também livros e compêndios ligados ao ensino no Lyceu Maranhense, agrupando aqui, os estatutos da escola de 1838 e 1877, e os ofícios da inspetoria da instrução; b) **documentos de publicidade**: para discernirmos os anúncios de objetos escolares, livros e compêndios e, os locais de produção e comercialização, bem como as relações subjacentes aos processos de aquisição, ao agruparmos os jornais locais do período, especificamente, *Publicador Maranhense* (1841-1885) e *O Publicador Oficial* (1831 a 1841); e por fim, c) **documentos de autoridades públicas e do ensino**⁸: para localizarmos e analisarmos os discursos que acompanham as necessidades/possibilidades ou não da inserção, usos e desusos dos objetos escolares bem como livros e compêndios, onde foram reunidas Leis que tratem do Lyceu maranhense, Ofícios da Instrução Pública e Relatórios de presidente de província (1850 a 1889).

Os Documentos utilizados na investigação são:

- **Jornais Locais**: Tanto *O Publicador Oficial* (1831-1841) quanto o *Publicador Maranhense* (1842-1885), fazem parte da grande imprensa local e tratam de notícias diversificadas, mais ou menos ligadas à administração provincial, além de folhetins, anúncios, editais entre outros temas que, para além de informar, pudessem manter um público fiel. Essas fontes encontram-se digitalizadas no site da Biblioteca Nacional⁹. Em decorrência da extensão da documentação optamos por utilizar no buscador da plataforma termos como: Lyceu, Licêo, Liceu, Lycêo e outras variações a fim de identificar notícias sobre o Lyceu Maranhense que foram organizadas em um arquivo eletrônico onde cada

⁸ Apesar de também poderem ser interpretados como documentos de prescrição, optamos pela divisão em virtude do tratamento diferenciado dispensado a estas fontes.

⁹ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

notícia é nomeada de acordo com a edição do jornal, o número da página em que aparece e a coluna de onde essa notícia foi retirada, sendo arquivada em uma pasta correspondente à categoria de análise da pesquisa. Nestes artefatos identificamos anúncios referentes aos objetos da cultura material escolar, opiniões, críticas e debates da assembleia provincial sobre o Lyceu, ações dos agentes públicos a respeito da instituição.

- **Relatórios de Presidente de Província do Maranhão (1838-1889):** Documentos apresentados geralmente, uma vez ao ano ou após a saída do presidente à Assembleia Provincial, especificando ações referentes ao mandato. A estruturação obedecia a uma forma de escrita singular, sendo os registros segmentados de acordo com a respectiva repartição, dividindo-se geralmente em: Segurança e Tranquilidade pública, Corpo de Polícia, Instrução pública, Iluminação pública, Obras Públicas, Catequese e civilização dos índios, entre outros. Essa documentação nos auxiliou especificamente na compreensão das ações e tomadas de posição dos presidentes com respeito à instrução, uma vez que lhe era destinada uma seção específica, na qual informações reunidas em conjunto com os inspetores da instrução pública, delegados literários e outros agentes ligados ao ensino eram organizadas e apresentadas pelo presidente aos deputados provinciais com vistas a informar seu progresso e dificuldades enfrentadas; orçamentos públicos para a instrução que se analisaram na perspectiva de identificar verbas destinadas à compra de materiais escolares; contraponto feito entre o que é relatado e o que efetivamente se concretiza na instrução, no intuito de encontrar visões e opiniões dos presidentes a respeito do Lyceu Maranhense.
- **Relatórios da Inspeção da Instrução Pública (1843-1885):** Documentação oficial elaborada pelos inspetores da instrução pública, com informações reunidas junto aos delegados literários e aos próprios professores que preenchiam os mapas de aulas e faziam solicitações aos agentes responsáveis pela fiscalização do ensino. Tais registros eram remetidos aos respectivos presidentes de província constituindo uma peça que permitia ao gestor acompanhar e controlar o andamento do ensino. Estes relatórios eram elaborados usando dados estatísticos, tais como: mapas de alunos, disciplinas, frequência dos professores, também estavam inclusas listas de materiais solicitadas pelas escolas, bem como sugestões e pareceres sobre o estado do

ensino público provincial com proposições do inspetor acerca dos rumos que desejava dar ao ensino.

- **Ofícios da inspetoria (1850; 1860; 1880-1883):** Correspondências oficiais dirigidas pelos inspetores da instrução pública aos presidentes de província, nas quais buscamos compreender a dinâmica que se manifesta entre os pedidos de materiais e reparos, sua possível aquisição e os processos de manutenção material da escola. As mais variadas situações podem ser identificadas acerca das solicitações remetidas à presidência de província, desde pedidos de objetos necessários ao aparelhamento material do Lyceu, até a solicitação de reformas no prédio e, também, pequenos reparos que tornassem possíveis o uso dos espaços disponíveis.
- **Legislação:** a Lei Provincial nº 77 de 24 de julho de 1838 que institui o ensino secundário por meio da criação do Lyceu Maranhense, tornando-se esta norma, a principal a ser examinada, pois se constitui no dispositivo legal que dispõe e determina sobre as ações a serem tomadas para implantação da escola. Trata dentre outras coisas: do currículo; da nomeação dos professores, diretor e porteiro; além da criação e instituição da Congregação do Lyceu, que se configura como importante órgão regulador, principalmente, para a adoção de livros para o ensino público. O “Ato adicional à constituição do império, publicado em 12 de agosto de 1834, [que] instituí a [às] Assembleias Provinciais e estabelecia entre suas funções legislar sobre a instrução primária” (FARIA FILHO, 2007, p. 149) é outro documento utilizado. Por conta dessa determinação legal, a partir de 1835, os presidentes de província fizeram publicar um número significativo de textos legais sobre a instrução e sua normatização constitui-se numa das principais formas de intervenção do poder público. A busca constante por adequar as províncias a um nível de desenvolvimento satisfatório e as tensões e disputas que fizeram parte dos contextos nos possibilitaram identificar desigualdades entre províncias que dotaram a instrução brasileira de regionalismos e especificidades marcantes, para essa pesquisa busca-se identificá-las principalmente nos aspectos atinentes às determinações de normas para regularização dos processos de aquisição dos objetos da cultura material escolar; procedimentos utilizados para avaliação, adoção ou vetos de livros didáticos; e por fim, determinações sobre compra, aluguel, transferência ou reformas do prédio do Lyceu.

- **Regulamentos da Instrução Pública (1854, 1874) e estatutos do Lyceu Maranhense (1838 e 1877):** documentos fundamentais, nos quais se podem flagrar, as determinações reguladoras dos espaços, tempos e funções a serem exercidas pelos sujeitos contemplados nesse ambiente escolar, uma vez que são as normas que definem os modos de proceder que sistematizam as tomadas de posições e que ordenam as ações. Documentos que podem nos fornecer prospectos das formas de aquisição dos objetos escolares e das recomendações de uso de livros, evidenciando a procedência dos recursos despendidos com a instrução, bem como as opiniões dos órgãos reguladores sobre a importância destes materiais.

1.5 Estruturação do trabalho

Este trabalho está dividido em 4 partes: Introdução, 2 seções e a conclusão. Na introdução abordamos as motivações que nos levaram a investigar a temática, a problemática e os objetivos em questão, tratamos dos pressupostos teórico-metodológicos que nos balizam, bem como de nossa pretensão em contribuir com os estudos acerca das instituições escolares, ensino público secundário oitocentista e cultura material escolar no Império.

Na primeira seção, abordamos o Lyceu Maranhense e os indícios de materiais em uso na dinâmica escolar do ensino público secundário, tendo como marco inicial a sua institucionalização, enquanto primeiro e principal estabelecimento dessa natureza no Maranhão Império, uma vez que esse ensino era ministrado por professores particulares de forma desorganizada e dispersa por meio de aulas avulsas; disciplinas isoladas na capital e nos interiores antes de sua criação. Tal situação modificou-se radicalmente, ao menos em São Luís, pois a província passou a contar com um prédio único e um corpo docente instituído, seguindo um currículo base de acordo com o modelo generalizado a partir do *modus parisienses*¹⁰, que

¹⁰ O *Modus parisienses* foi resultado de uma longa evolução e recebeu várias reformas e adaptações ao longo de séculos. As suas principais características são a divisão dos estudantes por classes, cada uma com um mestre e um programa preciso, ordenado e progressivo. Empregavam, também, o *Quadrivium* - aritmética, música, geometria e astronomia -, sendo que cada matéria tinha um professor especializado e as mesmas eram coordenadas com outras disciplinas ensinadas na mesma escola. Além disso, utilizavam a Bíblia para a formação dos jovens no ideal de vida cristã para o qual todas as ciências e letras deveriam estar direcionadas. Outros elementos típicos de sua pedagogia eram a adoção do sistema de decúrias, o exame de passagem para o nível de estudos literários, o

implicou numa mudança radical na estrutura material do ensino público secundário local. Essa reorientação nos instiga na sondagem dos indícios da cultura material escolar nesse espaço.

Portanto, tratamos da institucionalização do ensino público secundário na província por meio do Lyceu e da criação de instituições públicas de ensino – que se tornou possível pós Ato adicional de 1834 – bem como da dinâmica e do funcionamento deste espaço escolar, utilizando para isso os dispositivos legais, tais como: a lei nº 77 de 13 de julho de 1838 que o cria, os estatutos que possuiu durante o período (1838 e 1877), além de algumas leis ordinárias e regulamentos que versem sobre o estabelecimento. Por outro lado, abordamos as representações manifestas sobre o Lyceu e a respeito da cultura material escolar, tratadas nos dispositivos legais e nas fontes que foram analisadas, utilizando o modelo de estudo sistemático das representações proposto por Chartier (1989); modelo que consiste na análise, identificação e compreensão de cinco tipos distintos, a saber: representações iconográficas, das práticas, das aptidões e expectativas, dos sujeitos e, por fim, a compreensão das regras que governam as práticas dessas representações, todas elas tendo em mente, a dinâmica escolar estabelecida.

Ainda no processo de identificação das representações abordamos os sujeitos relacionados aos aspectos materiais e as práticas subjacentes a estas representações, tendo em vista o modelo polemológico de Michel de Certeau (2012) que, por meio da categoria poder, opõe estratégias de imposição dos órgãos reguladores da instrução às táticas de apropriação daqueles que circundam as esferas menores deste universo. Discutimos paulatinamente, sobre os contextos subjacentes à história desta instituição, focando em aspectos relacionados às formações sociais componentes do processo de sua institucionalização, tais como: 1) os professores que foram responsáveis por sinalizar as necessidades dos materiais para o ensino; 2) a Congregação como instrumento institucional detentor do poder da escolha de livros escolares para uso no ensino – primário e secundário –, como também dos materiais didáticos necessários ao Lyceu, dentre outras atribuições; 3) os alunos, como usuários dos artefatos escolares que lhe dão sentido e uso diversificado, sendo a principal justificativa utilizada pelos professores para as suas solicitações; 4) os inspetores enquanto responsáveis pela elaboração de diversos

cultivo da língua vernácula, os emolumentos para os melhores estudantes, o teatro escolar, as punições e as disputas (STORK, 2016, p. 3).

relatórios, ofícios e pareceres sobre a instrução pública e mais precisamente sobre o Lyceu.

Na segunda seção, apresentamos uma categorização dos objetos da cultura material escolar e tratamos de identifica-los nas fontes, sustentados pelos quatro aspectos inerentes à História dos objetos na sua materialidade, como primeiro eixo de análise da História Cultural: forma, frequência, dispositivos e estrutura. Discutimos ainda sobre as representações ligadas à materialidade escolar, o que possibilita uma compreensão dos usos, das recomendações e das práticas dos sujeitos envolvidos com o equipamento ergológico. Em cada subseção tratamos de categorias específicas da cultura material, foram avaliadas as notícias, segundo a análise sistemática das representações (CHARTIER, 1989), como também os dados relativos à adoção de livros e revistas escolares, as recomendações de compra de materiais para o ensino e os discursos a respeito do estado físico dos materiais escolares, assim como as listas de objetos para uso na escola e os pareceres sobre os livros para ensino, que fizeram parte do quadro da cultura material escolar na história do Lyceu Maranhense segundo sua trajetória. Para isso, utilizamos as proposições de Escolano Benito (2017; 2018) com respeito à cultura escolar, subjacente aos materiais escolares, examinando os artefatos, as relações das quais fazem parte, bem como a prática educativa e pedagógica proveniente de sua utilização no processo de ensino.

Na conclusão, partindo da hipótese que os objetos da cultura material escolar estabelecem relações de mútua influência tanto com os processos pedagógicos do Lyceu Maranhense quanto com as determinações do poder moderador local demonstramos como se dão estas relações nas esferas empírica, administrativa e política da cultura escolar (ESCOLANO BENITO, 2017). A pesquisa pode contribuir com a sociedade maranhense visto que não só trata da história do Maranhão, mediada por uma de suas principais instituições escolares, como também se soma aos estudos já realizados sobre o ensino secundário local, traçando uma história dessa instituição pela ótica dos artefatos escolares e das relações constituídas por meio deles. Os pesquisadores em história da educação poderão também se beneficiar com este trabalho, seja por meio da sistematização de fontes, categorização dos objetos ou mesmo a respeito dos contextos em que se insere a instituição, na medida em que foi possível perceber a cultura material como componente de um processo que engendra múltiplas relações e mutuas influências

entre sujeitos, normas, ações do governo local e ampla divulgação pela imprensa podendo oferecer subsídios para que outras pesquisas possam se interessar pelas relações estabelecidas via objetos escolares. Na esteira desses pressupostos, consideramos que este estudo pode contribuir com a sociedade maranhense, visto que não só se trata da História do Maranhão, mediada por uma de suas principais instituições escolares, como também se soma aos estudos já realizados sobre o ensino secundário local e nacional no Oitocentos, contribuindo com a História da Educação no Brasil, ao colocar-se a cultura material da escola como eixo condutor num novo olhar.

2 **LYCEU MARANHENSE:** indícios materiais na dinâmica escolar do ensino secundário

A lei de criação do Lyceu Maranhense promulgada em 24 de julho de 1838 pelo presidente de província Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo constitui-se a consolidação de diversas discussões – e imposições – acerca da modernização da instrução pública no Maranhão, fruto de um movimento exterior que se inicia principalmente nas décadas de 1820 e 1830, com ações do governo imperial do Brasil, que modificam a estrutura administrativa do Império, afetando com isso a instrução pública. A principal delas, o Ato Adicional de 1834, descentraliza o ensino e rearticula a administração da instrução pública no país, possibilitando a criação de assembleias legislativas pelas diversas províncias do Império e coloca sobre elas uma série de competências antes a cargo do governo central eximindo-o de muitas atribuições. Agora a responsabilidade de comandar os níveis de ensino primário e secundário se constitui numa nova obrigação e as autoridades locais começaram a pensar na escola como instrumento com utilidades e funções específicas; estas, idealizadas tomando certos modelos como referentes que correspondiam “não [apenas] a necessidades universais do homem que chegou a um certo grau de civilização, mas a causas definidas, a estados sociais muito particulares” (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001 p. 9).

Nos vemos então diante do mais poderoso instrumento utilizado pelas autoridades locais para pôr em prática suas concepções de ensino, os ideais mais difundidos de escola, os valores morais a que se atrelava a instrução pública e toda a sorte de ideias não apenas voltadas ao serviço de instruir. As leis e os regulamentos que constantemente aprovavam ou proibiam iniciativas sempre em prol da continuidade e modernização da sociedade, além de se constituírem em importantes dispositivos legais

[São] instrumentos jurídicos [que] possibilitam compreender a dinâmica, o cotidiano e a cultura escolar maranhense no oitocentos que, ao serem apropriadas por pesquisadores, podem ganhar inúmeros desdobramentos. Se por um lado as leis demarcam a ação do governo provincial, os regulamentos, além desse aspecto, revelam o funcionamento da educação e das instituições escolares (CASTRO, 2009, p. 21).

Por este motivo torna-se crucial a assimilação não apenas dessas normas e do que explicitamente revelam em seus capítulos, artigos e parágrafos; interessa-nos compreender o que se revela implicitamente sob a forma de determinações que

obrigatoriamente deveriam ser seguidas e guardadas por todos. Nos colocamos a apreender os contextos pelos quais estes dispositivos emergiram e as entrelinhas destes ordenamentos jurídicos. A compreensão dessas normas legais que criaram, regulamentaram e institucionalizaram o Lyceu Maranhense na província, nos permitiu perceber as demarcações e os modos de funcionamento idealizado para esta escola. No que concerne à cultura material escolar deste estabelecimento, observamos os artigos que se reportam diretamente a este aspecto, mas também os que se referem à materialidade escolar indiretamente, no intuito de perceber a posição assumida pelo poder provincial e, conseqüentemente, os seus legisladores com relação a esta instituição escolar.

Inicialmente diversos discursos, opiniões e ações foram emergindo do seio da sociedade no sentido de equiparar o ensino secundário no Maranhão com o praticado nas outras províncias. A busca por uniformização do ensino das disciplinas ministradas e da forma de organização da escola nos moldes das demais instituições do país se deve às imposições externas advindas da Côrte e da Europa onde se pretendia a unificação do ensino de acordo com um modelo próprio ideal, obrigando-as a exercer a escolarização de acordo com o *modus parisienses*. Nesse sentido, o próprio surgimento do Lyceu Maranhense, nos moldes em que foi concebido, está diretamente ligado a transformações na sociedade que são específicas, locais, regionais ou nacionais, todas pertencentes a um contexto próprio. Visava-se primeiramente reformular o espaço destinado ao ensino secundário, ministrado de forma eremítica e isolada, ora as aulas ocupando as casas de professores, ora as moradias dos próprios alunos, além de alguns espaços custeados pelo governo provincial; realidade notadamente considerada prejudicial ao bom andamento do ensino. Como podemos observar no discurso do presidente de província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (1838-1839) no ano de 1838, a vontade de trazer para a província uma instituição de ensino que a equiparasse às outras mais modernas do Império é exposta, afirmando-se que era imprescindível a criação de uma Lei “[...] que chamasse para um mesmo ponto todas as cadeiras de instrução secundária, e d’ellas formasse um centro, de que as Aulas de primeiras Letras, e Latim de toda a Província fossem outras tantas filiaes” (MARANHÃO, 3 de Maio de 1838).

Um dos principais problemas que se desejava sanar era a descentralização do ensino secundário, sendo crucial unificar a instrução e mostrar a ação do governo

no sentido da modernização da província. É perceptível que ao propor a criação desta escola, Figueiredo Camargo tinha em mente todo um modelo de organização preestabelecido. O “[...] desejo de dotar esta capital com um Lyceo, quaes os que existem em as outras do Imperio, [o movia] a fazer [...] esta proposta” (MARANHÃO, 3 de maio de 1838), sendo este o argumento usado perante a assembleia. Nessa proposição estava implícita toda a organização que tal empreendimento demandaria, dando-nos uma ideia de como se pretendia estruturar o ensino e desta forma colocar essas disciplinas

[...] de baixo da vigilância de um diretor nomeado pelo Governo, o qual informando o estado das aulas avulsas pelas Authoridades Policiaes, e em immediato contacto com o Chefe da Administração, providenciasse ora por si, ora cumulativamente com a congregação dos lentes na conformidade dos Estatutos por elles organisados, aprovados pelo Presidente, seria certamente um dos grandes benefícios, que os vossos Concidadãos devem exigir de seus constituídos. (MARANHÃO, 3 de maio de 1838).

Fazendo parte dessa organização modelar de escola, estão inclusos todo um “[...] conjunto de objetos utilizados no cotidiano, nos diferentes espaços-salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros que contribuía no processo de ensino e de aprendizagem e na administração dessas instituições” (CASTRO; CASTELLANOS, 2013, p. 179) que, por sua vez, compõe o ideal de escola almejado, devendo conter os métodos de ensino mais modernos, os melhores manuais e a estrutura física compatível com as disciplinas ministradas dentre muitos outros componentes. A própria lei de sua criação, já no seu art. 10º, estabelece que seria de obrigação do poder público “[...] providenciar [...] a respeito do edifício para o Liceu, assim como dos utensílios, e quaisquer despesas necessárias a este estabelecimento” (CASTRO, 2009, p. 51), determinando com isso o precedente para que se providenciasse a estruturação física dos ambientes de ensino.

Outra norma que se refere aos objetos escolares na instituição são os seus estatutos de 1838 – o art. 62 – indicando a secretaria do Lyceu como lugar de memória, onde deveriam guardar-se os artefatos utilizados no cotidiano das aulas, bem como na escrituração escolar, tais como: “[...] livros das Atas, matrículas, juramentos, exames, e registros, um exemplar de cada um dos compêndios e autores adotados pela Congregação [além dos] dicionários das Línguas e faculdades que nele se ensinam” (CASTRO, 2009, p. 312). Nessa dinâmica, é importante perceber na norma o destaque conferido à congregação dos professores e aos compêndios usados no ensino, fornecendo indícios do interesse que as obras escolares

suscitaram já no processo de normatização e planejamento da escola, estando presentes nos primeiros estatutos elaborados.

Por sua vez, no escopo da lei de sua criação, também é possível perceber uma organização escolar semelhante à que foi proposta pelo presidente Figueiredo Camargo (1838-1839), demarcando-se as disciplinas que se planejavam ensinar, a organização institucional, bem como a especificação das obrigações dos demais funcionários que compõem o ideal do projeto de como seria a escola e seus modos de funcionamento. Nos artigos desta norma estão presentes diversos aspectos que consideramos basilares, dentre os quais primeiramente destacamos, a organização de uma congregação dos professores, um importante instrumento decisório que “[...] deliberar[ia] sobre tudo quanto juga[sse] vantajoso ao regime do Liceu” (CASTRO, 2009, p. 308)

Art. 2^a. Os professores das cadeiras mencionadas no artigo antecedente, ou existentes, ou novamente criadas formarão a congregação do Liceu Maranhense, que organizará estatutos adequados, tanto ao método do ensino que se deve adaptar, como ao bom regime das Aulas. (CASTRO, 2009, p. 51)

Uma das principais tarefas desta congregação foi a organização dos estatutos da escola que nos trazem contribuições decisivas com respeito aos modos de pensar e agir dos sujeitos, bem como das representações sobre a instrução secundária que circularam na província expressas em seus discursos e dos objetivos almejados para a instituição. Estão contidos neles diversos indícios das influências que sofreu o Lyceu quando foi concebido, por exemplo, os códigos de conduta impostos aos alunos enquanto normas de disciplinamento, valores morais de decência e civilidade, a presença de aspectos religiosos, tendo em conta que a escola funcionava em um convento, a ideia de prêmios e castigos aos alunos enquanto prefiguração de que suas virtudes ou defeitos teriam consequências semelhantes tanto no ambiente escolar quanto na vida em sociedade; todos estes aspectos compõem a prática educativa do Lyceu Maranhense e são perceptíveis nas próprias normas que regulavam o seu ensino.

Os estatutos do Lyceu Maranhense foram postos em vigor aos 12 de outubro de 1838 em caráter provisório até que fossem submetidos e aprovados pela Assembleia Provincial. Regulamento que trazia determinações referentes aos aspectos cotidianos da escola, desde as matrículas, aula e preparatórios, até as obrigações dos alunos, porteiro e professores, e mesmo da congregação. De

antemão, percebe-se como pano de fundo dessa norma, a ideia do disciplinamento constante dos alunos dentro deste espaço escolar, expressa no seu capítulo IV, intitulado “Da polícia das aulas” (CASTRO, 2009, p. 305); capítulo em particular que se constitui em uma expressão do pensamento educacional da época, que prezava sempre pela ordem e transmissão não apenas dos conhecimentos técnicos das aulas, mas igualmente pela exigência do cumprimento de valores e modos de agir em conformidade com visões de mundo compartilhadas podendo ser decifradas a partir dos contextos e sujeitos que as produziram e levaram a cabo.

Os pupilos seriam moldados pela instituição e pelas regras impostas a fim de que se tornassem cidadãos úteis e honrados no seio da sociedade; normas que não só moldariam os sujeitos, mas a todo um conjunto de aspectos que induziriam os alunos a serem obedientes, aplicados e disciplinados. Entre estes aspectos, o espaço físico próprio seria um componente estratégico que os sujeitaria ao controle pela forma escolar de socialização, o qual se efetivaria de maneira mais eficaz e que aparece explicitamente nos seguintes trechos dos estatutos de 1838:

- Art. 19. Dentro do recinto do Liceu os alunos se portarão com toda a decência e circunspeção, tratando com o maior respeito, e civilidade aos lentes do mesmo Liceu; e fica o porteiro obrigado a participar ao Diretor qualquer infração deste artigo [...]
- Art. 23. O porteiro não consentirá que dentro do recinto do Liceu os alunos andem com o chapéu na cabeça, e nem lhes permitirá que se conservem ao salão, depois de findas as suas lições, sem reconhecida necessidade. (CASTRO, 2009, p. 51)

O edifício em que foi alojada a instituição propiciaria a normalização dos comportamentos dos alunos e a fiscalização e controle das ações que poderiam, a partir de então, serem planejadas de forma eficaz. Outra forma de controle que seria possibilitada pelo simples fato de centralizar o ensino secundário consiste no domínio do tempo; a organização da escola prescindia sim de uma ação controlada com relação a essa variável. Um dos principais componentes dessa organização e que se tornou imprescindível nesse processo foi o porteiro; função tão necessária que nos estatutos gozava de um capítulo próprio, no qual se determinavam as suas obrigações: Cap. XV “Do porteiro”.

- Art. 55. Ao porteiro compete além de outras obrigações:
 - 1ª. Conservar varridas as aulas, salas e corredores do Liceu;
 - 2ª. Abrir e fechar as aulas às horas determinadas;
 - 3ª. Avisar aos Lentes de que tem dado a hora da entrada ou saída das aulas; [...]
 - 5ª. Sortear os alunos para as sabatinas; (CASTRO, 2009, p. 311)

Pode-se perceber que a ação deste sujeito relaciona-se precisamente ao controle do tempo escolar e pela manutenção dos espaços destinados às aulas. A vigilância e conservação enquanto atividades também atribuídas ao porteiro, não se restringiam unicamente aos cuidados com o espaço físico, sua ação sobre os artefatos da escola de diversas naturezas é explícita, conforme o artigo 56: “[...] o porteiro será responsável pela guarda e asseio dos móveis e alfaias da Casa, fornecendo-a de água, e do mais que for preciso para a limpeza. As despesas que com isso se fizerem serão incluídas nas do expediente da Secretaria” (CASTRO, 2009, p. 311). Os mecanismos de controle exercidos pelo estabelecimento, portanto fixavam-se por meio da estrutura disciplinar, do espaço físico, da ação dos funcionários e também nas próprias regras e normas que foram criadas para organizar a sua ação institucional, as quais estão centradas especialmente nos alunos, na sua fiscalização e postas sob a supervisão de um funcionário específico, que tinha por atribuição fazer cumprir, principalmente, as normas disciplinares. Como fica evidente a seguir

Art. 57. Durante qualquer exercício do Liceu o porteiro é obrigado a achar-se presente, e terá o cuidado de fazer reinar o mais profundo silêncio nos corredores, não consentindo que pessoa alguma perturbe, e interrompa os trabalhos. (CASTRO, 2009, p. 311).

A prática educativa do Lyceu Maranhense foi estritamente planejada levando em consideração tanto a ação de inculcação de valores quanto a transmissão de saberes escolares e teria de atrelar-se tanto às normas de controle do tempo quanto de imposição e fiscalização que seriam propiciadas pelo espaço escolar. Nesse sentido, “[...] como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21), determinam-se dentre outras coisas, os horários rigidamente controlados sendo o tempo segmentado em frações que permitem dispor dessa variável para estabelecer o dia-a-dia de alunos e professores possibilitando perceber a organização do ensino no Lyceu expressa da seguinte forma:

[...] Depois do dia da abertura das aulas continuará a haver diariamente uma lição em cada uma delas, durando as de Latim, Francês e Gramática Filosófica da Língua por espaço de duas horas e meia, as de Inglês e Grego por espaço de duas horas e as de todas as outras matérias por espaço de uma hora e meia. (CASTRO, 2009, p. 304).

Não apenas as aulas entravam no planejamento para controle da ação escolar do Lyceu. Nessa instituição, praticamente tudo era monitorado e devidamente normalizado, as práticas avaliativas também se regiam ditadas pelas normas

temporais e em certas disciplinas determinava-se a avaliação semanal, envolvendo não apenas a ação de professores a alunos, mas contando também com a participação do porteiro da instituição, como fica evidente a seguir:

Art. 11. Quinze minutos depois da entrada das aulas o porteiro tomará o ponto dos alunos em cada uma delas, e dará ao secretário a nota dos que houverem faltado.

Art. 12. No fim de cada semana haverá sabatina em que se recordem as matérias estudadas na mesma semana. (CASTRO, 2009, p. 304).

A prática educativa desta instituição constitui-se da definição e determinação exaustiva de todas as funções, atitudes, comportamentos e atividades dos indivíduos de acordo tanto com as normas que foram criadas pelas autoridades embasadas nos objetivos da escola, quanto pelos valores que pautavam a sociedade dos quais a igreja era uma das principais guardiãs. Neste sentido, o espaço escolar onde esta escola funcionaria também precisava ser estabelecido de acordo com os modelos de escola determinados para o Lyceu, a fim de possibilitar o controle do tempo e o disciplinamento dos alunos dentro dos parâmetros da sociedade. No entanto, não seria possível, pelas condições com a qual contava o governo da província, edificar um espaço próprio para abrigar uma instituição de ensino nestes moldes. Para isso foi preciso recorrer à igreja católica que neste período exercia papel importante na sociedade maranhense e inúmeras vezes cedeu espaços para abrigar diversas instituições do poder provincial (LACROIX, 2012). O local escolhido para esse fim foi o Convento do Carmo considerado edifício que melhor correspondeu às necessidades para a instalação da instituição.

FIGURA 1 – Convento do Carmo – o primeiro prédio do Lyceu Maranhense



Fonte: Gaudêncio Cunha, 1908.

A igreja católica no Maranhão teve um papel importante na estruturação da capital São Luís desde a sua fundação, sendo crucial para a fixação do colono à terra e portadora dos valores carregados pela sociedade imperial Brasileira (LACROIX, 2012). A ação do clero na província foi estratégica, para estabelecer bases sólidas que acabavam por fazer surgir o espaço urbano organizado e – no caso das batalhas ocorridas entre franceses e portugueses – exerciam também atividades bélicas. Por essas razões, as igrejas, já no Maranhão colônia, tinham lugar de importância na vida da sociedade, herdando, pós expulsão dos franceses, espaços urbanos que foram distribuídos entre as principais congregações em missão no Norte Brasileiro.

[...] os carmelitas edificaram a Igreja do Carmo. Os franciscanos ficaram à esquerda do Carmo, mais para o interior da Ilha. Os mercedários, próximo à praia do Desterro. Os jesuítas, no espaço da atual Igreja e do Seminário de Santo Antônio e a primeira freguesia de São Luís, a de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1621. (LACROIX, 2012, p. 22).

A ligação do Convento de Nossa Senhora do Carmo, com a administração pública provincial, é outro ponto fundamental a se destacar, por esta ser um espaço de tradição centenária já na São Luís oitocentista, uma vez que, a sua ação data da fundação da cidade e a localização ocupa um ponto nevrálgico da vida social do Maranhão. A sua trajetória é marcada por lutas, desde a chegada dos frades carmelitas em 1615, quando receberam de Alexandre de Moura o sítio do Monsieur de Pineau – atual rua do Egito – até a edificação da igreja dedicada a Nossa Senhora do Carmo, localizada na Colina de Santa Bárbara e do convento adjunto a ela em 1627; espaço constantemente utilizado para outros fins que não exclusivamente da missão católica, servindo de armazenamento de peças de artilharia e baluarte nas lutas para a expulsão dos holandeses em 1641 (LACROIX, 2012).

Usada ao longo dos anos pelos frades Carmelitas, para o cumprimento da missão de evangelização católica, como também pelo poder governamental por diversas autarquias da administração pública, tais como: o corpo de artilharia, para quartel do corpo de polícia, como biblioteca pública e para abrigar o Lyceu Maranhense, atuando na formação de intelectuais na província e também para aulas de ensino primário, esse edifício apresenta para a sociedade maranhense um papel crucial na administração pública da província que diversas vezes precisou recorrer ao clero para pôr em prática suas ações governamentais dando-nos a perceber as motivações que levaram o governo a escolher este prédio para a brigar tal escola. Assim como as representações sobre o ensino encontram-se expressas nos

dispositivos legais dessa escola e nas normas de condutas aplicadas no interior dos seus processos de instrução, o espaço escolar e a sua materialidade, carregam-nas e trazem relações entre poderes das esferas externas à cultura escolar, constituindo “[...] o mais firme e objetivo suporte sobre o qual se pode fazer perguntas, de natureza etnográfica e de intenção interpretativa, aos indícios do passado que residem nas fontes materiais” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 27).

Precisamos nos perguntar ao respeito do modelo ao qual o Lyceu Maranhense se atrelou, dos liceus que existem nas outras províncias e do movimento imposto pelo exterior para todas as instituições de ensino público no Brasil. A existência de uma forma escolar de socialização comum que desejava-se hegemônica, pressupondo sua aplicação por todo o país, bem como impondo um mesmo modelo a todos, não importando qual fosse a realidade particular de cada província, compõe uma “forma social constitutiva do que se pode chamar uma relação escritural-escolar com a linguagem e com o mundo” (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 35), dais quais, a influência que se mostra mais latente e aparente no corpus documental que estudamos é a estabelecida entre a escola do Maranhão e o Colégio Dom Pedro II. É evidente que as autoridades locais buscavam, na maior parte das vezes, replicar as ideias e a estrutura da escola secundária da Côrte, o que se reflete, dentre outras coisas no currículo das duas instituições, notadamente humanista, e voltado ao ensino, principalmente, de línguas e literário.

Como afirmam Ferreira e Vechia (2010, p. 03) “O plano de estudos do Collegio de Pedro II tinha por objetivo principal conduzir o aluno ao ingresso nos cursos superiores e elevar os estudos de Humanidades, especialmente da Lingua Latina, no Brasil”. Desta forma, com objetivos e estrutura disciplinar em comum, estas instituições escolares baseiam-se em uma mesma forma escolar de socialização, obedecendo a uma estrutura organizacional semelhante e uma compreensão parecida com respeito à conservação de valores morais, disciplina e civilidade. Notadamente, tal fato não se trata de uma coincidência, tendo em vista em primeiro lugar, que o colégio da Côrte consistia num modelo de instituição imposto pelo governo imperial como ideal a ser seguido e replicado por todas as províncias do Império. Ideais que preconizavam uma série de aspectos atinentes à organização da gramática escolar, tais como, a reunião de diversas disciplinas em um mesmo espaço e postas a cargo de um professor, este sob a vigilância de um diretor que serviria, por sua vez, ao poder público e aos regulamentos internos destas escolas, controlando

toda a ação de instrução e prevendo as situações e posturas que os sujeitos deveriam tomar. Sem dúvidas, este se constitui num *modus operandi*, que não foi inaugurado nem pelo Lyceu Maranhense nem por qualquer escola do Brasil Imperial.

Em seu plano de estudos, o Lyceu compunha-se em grande parte do ensino de línguas e humanidades, propondo-se a exercer na província do Maranhão, exatamente o mesmo papel que cumprira o Colégio D. Pedro II: preparar os seus alunos para ingressarem nas instituições superiores do império e do estrangeiro. Fato explicitado pela Lei provincial Nº 93 de 16 de julho de 1840, determinando que “[...] só os Bacharéis em Letras formados no Liceu Maranhense poder[iam] gozar do favor concedido pela Lei Provincial N. 10, uma vez que não [fossem] maiores de vinte e cinco anos, e [tivessem] os requisitos especificados no art. 1ª da referida Lei” (CASTRO, 2009, p. 53). Além dos requisitos exigidos, referentes aos preparatórios em gramática latina, filosofia racional e moral, geometria, francês e inglês, os alunos deviam atender os valores éticos e morais que se esperava de discípulos formados nesta instituição, “[...] sendo os de talento e bons costumes, provados por atestado do Diretor do Liceu, passando em virtude de votos dos membros existentes” (CASTRO, 2009, p. 53). A inspiração deste estabelecimento de ensino secundário em outras instituições dos grandes centros europeus é claramente expressa no próprio corpo da lei e em seu artigo 5º é determinado que

O Presidente da Província solicitará da Assembléia Geral, pelo intermédio do Governo, para os Bacharéis de que trata o artigo antecedente, o privilégio que foi concedido pela Lei de 16 de agosto de 1830 aos Bacharéis em Letras das Escolas de França, e aos aprovados nelas em Coimbra. (CASTRO, 2009, P. 53)

Podemos inferir que a constante busca por modelos institucionais, tais como o colégio Pedro II, objetivando o alcance de vagas em escolas superiores da corte e do exterior, bem como dispor de dispositivos legais, enquanto ações que surtiram efeitos nos grandes centros europeus (França e Portugal), no intuito de replicar tais resultados às realidades locais, indicam que as influências efetivamente faziam parte das visões de mundo dos sujeitos que pensavam o ensino secundário. Um exemplo do interesse liceísta, por instituições de fora do país, pode ser percebido também na lei provincial Nº 10 aprovada em 5 de maio de 1835, versando sobre a escolha de “[...] três moços [...] de famílias pobres, estudiosos, de talentos e bons costumes, para estudarem onde mais conveniente for[em] os ramos de ciências naturais [...]” (CASTRO, 2009, p. 30). Acreditamos que esta norma abriu precedente legal para a

iniciativa da lei Nº 93, uma vez que agora a província contava com um ensino secundário institucionalizado que beneficiara tanto o Lyceu Maranhense com a representação de escola preparatória e formadora de futuros intelectuais para o Maranhão quanto a elite local oitocentista que teria seus jovens nas universidades mais representativas da Europa e do Império.

Ao determinar que somente alunos do Lyceu maranhense poderiam se utilizar dos benefícios garantidos pela lei a escola se afirma como principal instituição secundária local e monopoliza o papel de formadora de intelectuais para a elite local. A formação de jovens na Europa, propiciada por normas legais, suscitou uma prática comum no contexto da sociedade local maranhense, uma vez que sujeitos formados nos grandes centros, ao regressarem à província, exerciam funções estratégicas na administração pública, como intelectuais que teriam sob sua responsabilidade instituições e autarquias do governo. Além de apontar para as funções pensadas para o Lyceu esta situação indica um jogo de trocas entre as famílias abastadas do Maranhão que tinham seus filhos enviados à Europa e o Poder Público provincial que incorporava estes sujeitos aos seus quadros de funcionários.

Como exemplo, podemos citar o professor Felipe Benicio d'Oliveira Condurú, enviado à França em 1839, foi considerado pelo presidente Figueiredo Camargo, “um sujeito de reconhecida, e indisputável habilidade, a fim de aprender praticamente o ensino pelo Methodo Lancastrino, o qual assim instruído [viria a] reger uma Escola Normal na Capital da Província” (MARANHÃO. Lei Provincial 76/1838, p. 45). Nesta lógica, o poder público provincial, investia recursos em sujeitos que cumpriam os requisitos e gozavam de boas relações junto à sociedade letrada, para exercerem funções específicas dentro dos objetivos traçados enquanto modernização local da instrução. Desta maneira, a função de Condurú seria aprender tal método de ensino, retornar ao Maranhão e passá-lo adiante por meio da formação de professores da cidade de São Luís.

Outro que se formou na escola e usufruiu dos benefícios desta nova norma, foi o aluno João Antonio Coqueiro, nascido em 30 de abril de 1837, que fora enviado à França, destacando-se nas áreas matemáticas. Sempre incentivado em seus estudos pelos seus pais¹¹, que viam no filho um grande potencial para o trabalho com os cálculos. Sua viagem à Europa se daria em 1853 sob a iniciativa de seu pai, no

¹¹ Filho do Coronel Vespasiano Coqueiro e D. Raimunda Pulcheria Garcia Coqueiro

entanto, com o falecimento deste adiou-se tal objetivo até 1855. Durante esses dois anos, o aluno mantivera-se dedicado aos estudos que cumpria no Lyceu Maranhense

Para mantê-lo, ela recorreu ao governo, - de acordo com a Ata da Sessão da Assembleia Provincial, de 07 de julho de 1856 -, pedindo à comissão de instrução pública o auxílio de 600\$000. Como resposta, é-lhe autorizado o valor de 300\$000 anuais. (SOARES, 2017, p. 150)

Na França, Antonio Coqueiro estudou na conceituada Escola de Minas de Paris¹², por meio da qual obteve o grau de bacharel em letras em 1862. Durante estes anos, atuou como preparador auxiliar da cadeira de Física experimental, ingressando posteriormente na Universidade em Bruxelas, onde se tornou doutor em Ciências Físicas e Matemáticas (SOARES, 2017). Retornando ao Brasil, foi professor do Lyceu Maranhense ministrando as cadeiras de Cálculo, Matemática Elementar e Mecânica Racional. Na década de 1890, foi avaliador nos exames de admissão dessa instituição e em 1892, foi examinador das cadeiras de Física, Química e Mineralogia (PACOTILHA, 1892). No Rio de Janeiro, em 1898, participou das mesas dos exames do Externato Joaquim Serra. Foi nomeado diretor do Internato Ginásio Nacional¹³ em 1901 e em 1905 passou a ser o diretor do Externato. Em 1908, apresentou ao governo uma proposta de reorganização do ensino secundário, em que o curso ginásial seria dividido em dois ciclos: um curso fundamental de 04 anos, seguido de um curso complementar, de mais 03 anos. (SOARES, 2017, p. 153).

João Antonio Coqueiro é um exemplo de intelectual que teve formação no Liceu Maranhense e foi beneficiado pelos privilégios proporcionados aos estudantes dessa instituição. Ao voltar para seu país, contribui profundamente com a instrução, ocupando cargos importantes, elaborando projetos, fundando instituições de ensino importantíssimas como a Sociedade 11 de agosto, leciona e compartilha com o alunado local e nacional boa parte dos conhecimentos que obtivera por meio da publicação de pelo menos 10 livros escolares¹⁴, os quais foram adotados no Maranhão e por todo Império, tornando-se um dos mais notáveis matemáticos

¹²Fundada em 19 de Março de 1783 por decreto de Louis XVI, formando para as minas do Reino da França constituindo-se como uma das mais antigas e seletivas escolas de engenharia francesas. (OLIVEIRA, 2020)

¹³Antigo Colégio Dom Pedro II. A proclamação da República determinou a mudança de seu nome para instituto nacional de instrução secundária e, logo em seguida, para ginásio nacional. Só em 1911 voltou a ostentar o nome de origem. (www.cp2.br/ocolegio/historico.htm)

¹⁴*Tratado de Arithmetica* (1. Ed, 1860), *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal* (1863), *Prática de novas medidas de peso* (1.ed. 1863, 2.ed. 1866), *Soluções das questões propostas no trabalho de Arithmetica* (1867), *Curso elementar de matemática. Teórico e prático. Tomo I* (1869), *Primeiras noções de cálculo* (1871), *Tábuas estereométricas* (1871), *Curso elementar de matemática. Teórico e prático. Tomo II* (1874) (SOARES, 2017, p. 62-63).

maranhenses. Por tanto, é possível afirmar que ao menos no caso de Coqueiro, a referida lei teve um papel decisivo para sua formação, tendo em vista que não dispunha de recursos suficientes para passar tanto tempo no exterior dedicando-se aos estudos e também para o objetivo institucional do Lyceu de formar intelectuais para o Maranhão.

Como exemplo dessa ação formadora, podemos citar também a Temístocles Aranha, o qual estuda no Liceu Maranhense entre 1850-1853, quando foi enviado ao Rio de Janeiro, pelos seus pais, para que estudasse Engenharia na Escola Central¹⁵ na Corte; porém, seus estudos, não foram concluídos devido a sua saúde debilitada, condição que o fez retornar ao Maranhão em 1857 (SOARES 2017). Outro sujeito que teve sua formação neste espaço e concluída em instituições superiores de outras províncias foi Augusto Olímpio Gomes de Castro (1836-1909). Formado em direito no Recife, destaca-se nas carreiras jurídica, política e literária que culminou inclusive com a indicação na Academia Maranhense de Letras (SOARES 2017), além de ocupar os cargos de inspetor da instrução pública no ano de 1870 e de presidente de província em 1868 (FARIAS, 2020).

A lei nº 93, também apresenta um outro aspecto relevante para a compreensão da dinâmica desta instituição; a hierarquização do trabalho docente e a ideia de controle/disciplinamento dos professores – prioritariamente os substitutos. Essa norma trata principalmente das exigências para o ingresso de novos lentes, determinando sob quais critérios se deveria dispensar dos exames os ditos candidatos, considerando dispensáveis somente

“[...] quando forem Lentes do Liceu, que tenham a aptidão necessária, ou houverem professado a matéria, ou se mostrarem para isso habilitados por carta de aprovação plena em Academias acreditadas, cessando as funções dos que tiverem sido nomeados sem estes requisitos, logo que entrem em exercício os respectivos proprietários” (CASTRO, 2009, p. 53)

A norma pressupõe uma renovação nos quadros profissionais da instrução secundária provincial, retirando do exercício professores inabilitados e, estabelecendo critérios baseados em exames, pareceres de academias ou cartas de aprovação; luta aparente contra a nomeação de lentes baseados em outros critérios que não fossem

¹⁵A “Escola Central” de 1842-1858 formou agentes civis sob a administração do Exército para diversas profissões, seu curso inspirado nas *École Polytechnique* francesas. Os quatro primeiros anos, o discente saíria com o título de Engenheiro Geógrafo, cursando mais dois anos, saíria com o título de Engenheiro Civil. O título de bacharel em ciências matemáticas e físicas, seria concedido para o discente que obtivesse aprovação plena nos quatro primeiros anos, mais a segunda cadeira do quinto ano. Para a obtenção do grau de Doutor, todos os interessados haveriam de defender uma tese. (BARATA, 1973)

os técnicos. Há ainda uma delimitação clara nos artigos 2 e 3 ao respeito da autoridade exercida sobre a frequência dos novos lentes, estabelecendo-se como punição aos faltosos que acumulem 20 ausências ao longo do ano letivo, “[...] ser descontada a quinta parte do ordenado, logo no 1^a. quartel do ano seguinte” (CASTRO, 2009, p. 53). A fim de controlar a assiduidade, a congregação do Lyceu devia, todos os anos, apresentar à Inspetoria do Thesouro Provincial, um relatório contendo a frequência dos ditos substitutos; evidenciando o controle exercido sobre os novos professores por parte dos mestres que tinham mais tempo de serviço. Hierarquização do professorado que funcionara como prática educativa constante na instituição, formação regulada dos lentes substitutos, que aos poucos deviam galgar posições dentro da estrutura organizacional.

Mesmo com a inspetoria da instrução sendo criada em 1843, a congregação dos professores continua exercendo o mesmo papel à frente das ações relativas à fiscalização das escolas primárias, à adoção de livros, às deliberações ao respeito da própria escola, dentre outros. De acordo com Castro (2017) ocorre apenas uma mudança de denominação que não afeta propriamente as atribuições e a influência deste dispositivo institucional, perante a instrução pública local, quando afirma que “A congregação do Lyceu passa a denominar-se conselho da instrução pública segundo art. 16 da lei nº 267, de 17 de dezembro de 1849, para resolver os problemas do ensino” (CASTRO, 2017, p. 100). O autor aponta ainda para um detalhe que demonstra tal situação: os sujeitos que faziam parte do novo Conselho que continua a ser “compost[o] por professores do Lyceu, [agora conta com] dois professores primários do setor público sob a presidência do diretor da instrução” (CASTRO, 2017, p. 100).

Desta maneira, podemos inferir que os mestres que já detinham titularidade nas cadeiras, estavam em posição de poder com respeito à organização institucional da escola, exercendo o papel de agentes, segundo as imposições feitas pela estrutura organizacional aos recém chegados mestres. Tal local de domínio impossibilitava que as punições expressas nas regras chegassem aos mestres mais antigos, dotados de distinção e faz com que as mudanças ocorridas na instrução, não afetassem a influência a eles conferida por seus cargos, mesmo com a mudança e inclusão de outrem nos espaços antes monopolizados (BOURDIEU, 2007).

A sociedade maranhense da época tem como uma de suas características mais marcantes, a produção de obras escolares reconhecidas nacionalmente, bem

como de periódicos pela imprensa¹⁶. Essa relação com o escrito impresso, tanto em qualidade, quanto em quantidade e autores de destaque, fez com que fosse reconhecida no Império como *Atenas Brasileira*¹⁷. A congregação dos professores detinha posição privilegiada na província, pois além de ser composta por intelectuais com atuação constante no mercado livreiro local e nacional, concentrava o poder sobre a escolha das obras a serem adotadas no estabelecimento e nas escolas primárias, fato que o dotava de influência crucial, tornando-o em um dos principais órgãos controladores do ensino e do mercado.

Garantir, pois o funcionamento de uma instituição nos moldes do ensino ministrado na Côrte e nas escolas europeias exigia toda uma estruturação, não apenas de um edifício que subsidiasse a escola, mas no sentido da organização e regulação das condutas dos indivíduos. A modelação dos comportamentos não se restringiria apenas aos alunos, cada função dentro desse ambiente era prescrita e prevista exaustivamente. Dessa forma, os estatutos especificaram as condutas adequadas a cada cargo, presentes em capítulos próprio intitulados: “Dos professores”, “da congregação”, “do porteiro” e até mesmo “do diretor” (CASTRO, 2009). Por mais que essas disposições visassem o disciplinamento e a moral dos sujeitos, é perceptível também que algumas das normas se direcionavam ao aparato material da escola, sempre no sentido de manutenção e zelo com os objetos e espaços componentes da cultura material escolar.

Essa estruturação dos espaços e ambientes, de materiais e normas conjuntamente às ideais de escolarização e visões de mundo comuns e compartilhadas pelas autoridades que comandavam a instrução pública provincial, constituem o conjunto de materialidades e representações que desejamos examinar. A partir daqui, é preciso que se recorra a uma análise sistemática das representações presentes e em uso no contexto da criação e institucionalização do Lyceu Maranhense na província.

2.1 Representações do Lyceu Maranhense por meio da cultura material escolar

¹⁶ Segundo levantamento realizado por Castellanos (2017), cerca de 300 jornais foram publicados na província do Maranhão no Oitocentos.

¹⁷ A respeito das divergências do reconhecimento da São Luís oitocentista como Atenas brasileira ver a obra *A Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro* Borralho (2009) e *O livro escolar no Maranhão Império (1821-1889)* de Castellanos (2017).

As representações alusivas à cultura material escolar do Lyceu, inscritas nos discursos ao respeito da instrução pública secundária nos dispositivos legais, jornais e demais fontes analisadas, para além de revelarem os ideais de instrução, valores morais, de controle e disciplinamento, também trazem indícios do lugar ocupado pelo Lyceu Maranhense no contexto local. Pretendemos investiga-las utilizando o modelo de estudo sistemático das representações proposto por Chartier (1989), que consiste na análise, identificação e compreensão de cinco tipos distintos, a saber: representações iconográficas, das práticas, das aptidões e expectativas, dos sujeitos e, por fim, a compreensão das regras que governam as práticas dessas representações, todas elas tendo em mente, a dinâmica escolar estabelecida. Interessa-nos também, para além deste modo de análise, as disputas, concorrências e embates que se foram conformando ao longo do processo de institucionalização do ensino secundário na província, pois “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Tanto as representações sobre a instrução escolar como os contextos referentes aos espaços de ensino e sua estruturação consistem em matérias de interesse para nossa investigação podendo ser encontradas nas leis e regulamentos que organizam a instrução pública local, nas ações do governo expressas em Relatórios dos Presidentes de Província (1838-1889) e da Inspeção da Instrução Pública (1850; 1860; 1880-1883) e nas notícias veiculadas nos periódicos que circulavam na província – *O Publicador Official* (1831-1841) e o *Publicador Maranhense* (1842-1885) –, os quais informam sobre o estado das instituições escolares e o andamento da instrução pública destinado aos leitores, fazendo parte das visões de mundo e das classificações sobre o ensino secundário compartilhadas. Dessa forma, ao pretendermos um estudo sistemático das representações identificadas nos diversos espaços de poder ao longo da criação e institucionalização do Lyceu Maranhense, devemos ter em mente, em primeiro lugar, que a instituição foi idealizada tendo como modelo o Colégio Dom Pedro II, principal escola de ensino secundário do Império que tem

[...] seu estatuto organizado com base nos estatutos de liceus europeus, principalmente os franceses, foi criado como padrão a ser seguido por todas as demais instituições de educação secundária do Império, logo não era

apenas um colégio, mas a autoridade legítima e legitimadora das diretrizes orientadoras dessa etapa do ensino. (VALOIS, 2012, p. 6)

As normas de regulamentação do ensino dão mostras das representações de uma época específica, frutos de um contexto particular de iniciativas nacionais ao respeito da instrução, coincidindo com o crescimento da rede escolar, com a criação da escola normal e a implantação de métodos, ocorrendo em momentos de desenvolvimento econômico que acabaram por caracterizar um movimento em prol do ensino público e que culminava na estruturação física dos espaços de instrução (CASTRO, 2011). A pergunta que deve ser feita é: quais práticas podem emanar dessa representação inicial que visa equiparar o Lyceu Maranhense ao Colégio Dom Pedro II e, conseqüentemente, aos liceus franceses? Como pudemos perceber anteriormente, a busca de adequação a um modelo de instituição de ensino, levou as autoridades locais a se organizarem inteiramente enquanto regulamentações e normas, de acordo com ideais específicos impostos como condição à modernidade.

Enquanto representação iconográfica dos objetos de cultura material escolar, identificamos nos próprios documentos que regulamentam a instituição, as influências acerca do ideal de intelectualidade e de patriotismo, bem como a prática de incentivo à competitividade entre os alunos, na busca e defesa de ideais que se pretendiam conservar como valores de construção da sociedade. Expressas nos estatutos do Lyceu Maranhense de 1838, materializam-se nas imagens presentes nos prêmios distribuídos pela instituição no capítulo VII intitulado “Dos Prêmios”.

FIGURA 2 - Prêmio do Lyceu Maranhense



Fonte: Castro, 2009.

De acordo com Chartier (1989), qualquer que sejam as representações, elas não mantêm uma relação imediata e transparente com a prática que emana delas. No entanto, a partir deste exemplo iconográfico presente nas condecorações¹⁸ distribuídas como uma das práticas atribuídas à Congregação dos professores, percebemos que esse dispositivo institucional foi responsável pela elaboração dos estatutos da escola e, conseqüentemente, pensou nessas honrarias e em todas as imagens nelas contidas estabelecendo ideias e símbolos, os quais classificavam e acreditavam como representativos de uma instituição escolar do porte do Lyceu Maranhense. Pensou-se então na construção de um emblema que seria oferecido ao pupilo que melhor atendesse os ideais e valores guardados pela escola, determinando no estatuto da seguinte maneira:

Art. 33. Haverá anualmente para cada aula do Liceu um primeiro, e um segundo prêmio, que consistirão em duas medalhas de prata do peso de oito oitavas, tendo de uma parte uma Minerva ao lado das Armas do Império, com a legenda – Liceu do Maranhão – e da outra – Primeiro, ou segundo prêmio da matéria de que se tratar [...]

A imagem dos prêmios do Lyceu Maranhense traz a frente a Minerva (Deusa da sabedoria) que, segundo a mitologia romana, teria saído armada da cabeça de Júpiter personificando a inteligência e sabedoria nos tempos de paz e a tática bélica nos períodos de guerra.

Minerva ou Atena era a deusa da inteligência, das artes, da indústria e da guerra. Nasceu quando Júpiter, depois de devorar a Prudência, sentiu uma forte dor de cabeça, recorreu a Vulcano que, de um golpe de machado lhe fendeu o crânio. Nasce Minerva, saída já armada, do cérebro de Zeus (SILVA, 2005, p. 89)

Podemos inferir que a imagem da deusa da sabedoria constitui uma representação nada sutil a respeito do ideal de instituição almejado e da intelectualidade que emanava desta escola. As normas que regulam a vida cotidiana compõem-se de símbolos que visam criar a imagem de um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual e moral. Representações que são constantemente veiculadas em notícias publicadas na imprensa, e manifestam explicitamente o interesse de ser propagadas a todas as pessoas da sociedade, como fica evidente no artigo 36 da mesma norma, determinando que: “[...] feita a distribuição dos prêmios[,] serão as medalhas entregues aos premiados pelo secretário do Liceu. A Ata da

¹⁸Prêmios e condecorações consiste numa das categorias elencadas pela pesquisa em conjunto realizada na obra *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)* (CASTRO, 2011).

sessão em que se fizer a distribuição será aplicada pela Imprensa” (CASTRO, 2009, p. 307).

A intenção explícita de propagar a capacidade e inteligência dos alunos formados pela escola nas páginas dos jornais por meio das honrarias consiste em um exemplo claro de que a intenção da instituição não era simplesmente a formação da juventude e sua ação não se restringia apenas às práticas pedagógicas contidas no dia-a-dia das aulas. A cultura escolar expressa na prática educativa de condecorações inaugura no ensino secundário, ainda que de forma indireta, um desafio que supõe e impõe a um só tempo, que os indivíduos e as instituições entrem em uma disputa e se deixem levar por ela, infligindo às demais escolas, mesmo que de forma velada, a corrida pela modernidade que, por sua vez, lhe foi imposta pelo exterior, pautando no “[...] interesse pela cultura, sem o qual não exist[iria] corrida, nem concurso, nem concorrência, é produzido pela própria corrida e pela própria concorrência que ele produz” (BOURDIEU, 2007, p. 234). Essa luta por influência e representações, ao mesmo tempo que se impõe de forma indireta, também gera nos seus partícipes a crença em sua inexistência, fazendo com que os detentores da distinção e do poder enquanto instituição permaneçam sempre no posto em que se encontravam no início da disputa.

A ação e influência desta escola se estendia a espaços que as demais instituições não alcançavam, era crucial que o Lyceu estabelecesse em torno de si uma imagem que servisse de modelo a ser seguido pelas concorrentes. Assim, repetidas vezes, figura nos diversos espaços de controle – leis, relatórios, falas de presidentes, jornais – sempre como a principal escola de ensino secundário durante grande parte do império estabelecendo um padrão – de aluno, escola, ensino – e ao mesmo tempo um jogo entre instituições, que pela própria cultura escolar, seja em sua esfera empírica e administrativa, seja na política, encerra todas elas, públicas ou privadas, de ensino secundário ou primário, dentro de uma luta de representações. Tais embates consistem no mundo social em tudo que tenha relação com “crenças, ao crédito e ao descrédito, à percepção e à apreciação, ao conhecimento e ao reconhecimento – nome, reputação, prestígio, honra, glória e autoridade – [...] dizem respeito forçosamente aos detentores distintos e aos pretendentes pretenciosos” (BOURDIEU, 2007, p. 235).

Ao ostentar a imagem da deusa da sabedoria ao lado das armas do império, o prêmio do Lyceu indiretamente deseja conservar e inculcar valores morais e de

patriotismo. A moral, o mérito e o disciplinamento bem como a obediência e bons resultados nos exames da instituição possibilitariam concorrer à disputa pelas medalhas de honra. Revelam-se por meio destes artefatos, o perfil de alunos que se deseja formar e a função que exerceriam na sociedade como cidadãos honrados e capazes de ocupar cargos públicos da administração provincial; lugares destacados no comércio, nas letras, na imprensa e mesmo na indústria.

De acordo com Dominique Julia (2001, p. 10) a cultura escolar diz respeito a “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Dessa maneira, é possível extrair dos estatutos do liceu de 1838, as condutas esperadas dos alunos, bem como os valores que deveriam ser inculcados. No capítulo XVI art. 59 destes estatutos consta que os alunos são obrigados:

- 1^a. A serem obedientes aos seus respectivos Lentes;
- 2^a. A tratarem a todos os Lentes do Liceu com civilidade e respeito;
- 3^a. A guardarem o silêncio e decência precisa durante o tempo das lições, ou de quaisquer outros exercícios do Liceu;
- 4^a. A comparecerem nas aulas à hora determinada e a não saírem dela sem permissão do seu Lente. (CASTRO, 2009, p. 311)

Percebemos que para além dos conhecimentos técnicos e acadêmicos fornecidos pelas diversas cadeiras, intencionava-se dotar os pupilos de valores como a obediência, a civilidade e o respeito, o silêncio e a decência, bem como a assiduidade na frequência das aulas, a excelência exigida nas posturas dos alunos aliadas ao desempenho destes nas disciplinas, para além de galgarem honrarias e condecorações que serviriam para reafirmar a ação da escola como modeladora de mentes e corpos. Estas normas dão indícios da prática educativa da instituição, dando-nos a perceber como era pensado o projeto educativo. Por todo o império brasileiro, as mais diversas escolas de ensino secundário que foram sendo implantadas – bem como as de instrução primária – sempre trazem como característica do processo educativo, o controle a que devem se submeter alunos, professores, diretores e demais membros dessas instituições. No entanto, o fato de a escola trazer em sua prática as condecorações e os castigos nos dão indícios de que o controle e o disciplinamento não se davam de forma tranquila e sem entraves. Havia um hiato entre normas e regras que orientavam os comportamentos dos sujeitos no Lyceu e o

que efetivamente ocorria no cotidiano das aulas onde em diversas situações percebemos na ação dos pupilos a desobediência como tática e inventividade.

Em conjunto com a representação da inteligência, apresentam-se também as armas do Império, constituindo-se o símbolo de unificação entre o principado do Brasil e o Reino de Portugal, que trazia ideais e visões de mundo acerca da nação que se conformava além mar pela ação do governo português, da Igreja católica e pelas riquezas proporcionadas pela terra.

As armas do novo Reino ostentavam a esfera armilar do Principado do Brasil e do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, agora sobreposta à rubra cruz da Ordem de Cristo, inscrito no círculo azul semeado de 19 estrelas sobre um escudo samnítico em sinople. Um paquife tropical cerca o escudo, 'símbolo da nossa riqueza comercial'. (LUZ, 2005, p. 112)

O paquife que ornamentava o brasão composto por ramos de café e tabaco, representava a principal contribuição que as terras brasileiras proporcionariam à coroa portuguesa. A produção de riquezas pela indústria agrícola era sem dúvida, a força motriz com a qual contava o país desde o período colonial. Em diversas reformas da instrução direcionadas à mudança no caráter do ensino ministrado no Lyceu, são propostas inserções de cadeiras que pudessem suprir essa necessidade de mercado. Cadeiras como as de comércio, agricultura e agrimensura, por vezes figuraram nas interpelações curriculares para a escola constantemente competindo com sua principal função: a formação de uma elite letrada que pudesse ingressar nas instituições de ensino superior das outras províncias e da Europa.

Essa luta de representações cada uma cumprindo objetivos opostos, aparecem nos espaços de controle da instrução, externos à esfera empírica e administrativa da cultura escolar (ESCOLANO BENITO, 2017) e nas páginas dos periódicos locais constituindo-se nas tentativas de modificar o caráter do ensino ministrado do Lyceu Maranhense. A apesar de essas publicações capturarem apenas um lado da discussão e não forneçam meios para divulgar o cotidiano empírico do ensino liceísta, mesmo assim, nota-se a clara e manifesta intenção de dar ao Lyceu utilidade prática, aproveitando-se o potencial agrícola e as riquezas advindas da terra para a província.

Julgo também conveniente que o professor de Geometria seja encarregado de dar lições elementares theoricas e práticas da agrimensura ou arte de medir os terrenos. Muito convem que hajam pessoas instruídas n'esta matéria para que possam decidir as questões, que communmente se suscitão sobre a prosperidade e limites de bens ruraes, medindo com acerto e exactidão as superfícies agrárias, e determinando sua capacidade ou extensão. (PUBLICADOR MARANHENSE, N. 196, 1844.)

Nas décadas de 1840 e 1850, um movimento de reformas do ensino suscitou diversas propostas de mudança curriculares (CABRAL, 1982), que intencionavam em sua maioria, um melhor aproveitamento da instituição extraindo dela utilidade para outras profissões e formando não apenas para carreiras acadêmicas ou literárias. Nota-se que a grade curricular do Lyceu Maranhense constitui-se nesse contexto, “[...] em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17). Até mesmo o fato de essas proposições estarem sendo publicadas nos jornais locais, indica uma pressão infligida sobre esse aspecto do ensino, e apontam para o interesse em suprir as necessidades locais.

A proposta editorial do Publicador Maranhense (1842-1886), manifesta uma defesa aos interesses do comércio local desde sua criação – 9 de julho de 1842 (saindo três vezes por semana) –, até 1862, quando se tornou diário em substituição ao *Jornal Maranhense* (JORGE, 2008) e é impresso na tipografia própria de Ignácio José Ferreira até 1886, último ano de sua circulação. Essa folha noticiosa se encarregou, dentre outras coisas, do expediente do governo e dos debates da Assembleia Provincial, apresentando em sua edição inaugural, os assuntos em que se centraria: “em primeiro lugar, [n]as notícias políticas e comerciais, tanto nacionais como estrangeiras e, depois [n]a legislação e [n]os atos do governo; e finalmente [nas] variedades que instruem, recreando, eis aí com que encher[iam] o quadro deste jornal” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842, p. 1). Dessa maneira podemos supor que existem diversos interesses correlatos fazendo parte da amálgama das relações que compunham a sociedade maranhense oitocentista.

Os debates presentes nas leis e publicados na imprensa, ao respeito das mudanças curriculares, sustentavam-se principalmente na ideia de inutilidade prática do Lyceu para as necessidades de primeira ordem da província ligadas à produção e exportação de bens e insumos agrícolas. Encontramos posições tomadas por presidentes de província, criticando a instrução secundária local, a exemplo do presidente Franco de Sá, quando afirma que “a educação secundária, qual entre nós acha[va]-se instituída, limitada [à] instrucção preparatória para as sciencias positivas” (1847, p. 41) Neste sentido, era de opinião que o currículo da instituição “[...] começa[sse] a comprehender alguma parte dos conhecimentos scientificos, que mais relação [tivessem] com as necessidades das artes, e da indústria, e mais [pudessem] concorrer para desviar a nossa mocidade do exclusivismo juridico” (MARANHÃO,

1847, p. 41), dessa forma, a escola deveria servir “[à] vida prática e productora” (MARANHÃO, 1847, p. 41). Assim no seio de um símbolo utilizado nas medalhas distribuídas ao representarem a inteligência e sabedoria ao lado das riquezas produtivas do Brasil – pela imagem de Minerva juntamente às armas do Império –, refletem de forma inconsciente, valores observados no contexto de discussões, ações e opiniões das autoridades ligadas referentes ao ensino, mostrando-se que estes símbolos faziam parte das classificações e visões de mundo dos sujeitos que comandavam a província.

No entanto, é preciso levar em conta nessa análise, que não existe uma relação de imediatez e transparência entre as representações identificadas e as práticas sociais que dão a ler ou a ver a sociedade, uma vez que, “todas remetem às modalidades específicas de sua produção, começando pelas intenções que as habitam, até os destinatários a quem elas apontam, aos gêneros nos quais elas se moldam” (CHARTIER, 1989, p. 8); logo, não é clara e nítida qualquer relação entre as imagens presentes nos prêmios distribuídos pela instituição e as propostas de reformas curriculares, nem com os cenários de ocupação dos quadros profissionais nos diversos setores da administração ou comércio da província. Na realidade, a configuração social estabelecida e armaduras conceituais que sustentam essas classificações necessitam ser examinadas, tendo como pano de fundo, os ideais e sentimentos a respeito dos valores, das visões de mundo, das concepções sobre ensino, da sabedoria, honradez, lealdade ao Império e o conhecimento dos símbolos que conformam a construção de determinada nação.

A visão da deusa da sabedoria ao lado das armas do Império, enquanto honraria concedida ao melhor aluno da melhor instituição de ensino secundário da província, fornece indícios a respeito dos valores que a compuseram, sobre a sociedade que a pensou e sobre as condições econômicas, sociais e políticas que balizaram esse processo; entender e refletir a respeito destes contextos é “[...] decifrar as regras que governam as práticas da representação, [como] uma condição necessária e prévia para a compreensão da representação dessas práticas.” (CHARTIER, 1989, p.8).

Ao que nos parece, a representação iconográfica presente nos símbolos relacionados à cultura material escolar trabalha em conjunto com outra das representações às quais se refere Chartier (1989), a relacionada com as atitudes e expectativas sobre o Lyceu Maranhense. Durante certo período, esta foi a única

instituição de ensino secundário com a qual contou a província do Maranhão. As discussões em relação a sua criação e instalação visavam retirar do atraso educacional a província; fato que se refletia nas ações governamentais que procuravam dar direcionamento a um ensino que se encontrava sem estrutura para funcionar nos moldes impostos.

Doravante o currículo liceísta seria campo de lutas entre representações distintas: a primeira, visando preservar e conservar os valores estabelecidos na sua criação, dando-lhe um caráter humanista e literário, servindo de preparatória para o ingresso nas faculdades do Império e do exterior; a segunda, instigando dar utilidade prática e imediata à escola, uma vez que os recursos empregados para a institucionalização e funcionamento do estabelecimento não surtiam efeitos esperados, de acordo com os relatórios apresentados pelos presidentes. Nesse sentido, identificamos diversas leis que tratam do currículo liceísta que suprimiram e criaram disciplinas, tendo como motivação primeira desta disputa, as funções que esta escola deveria exercer e ser.

QUADRO 1 - Leis sobre cadeiras do Lyceu Maranhense

Ano	Lei	Ementa
1854	Nº 346	Restabelecer a cadeira de cálculo e escrituração por partidas dobradas do Liceu e as de latim das Vilas da Província e uma das cadeiras de primeiras letras da cidade de Caxias.
1864	Nº 679	Restabelecer a cadeira de Gramática Geral, no Liceu Maranhense
1872	Nº 1010	Criar no Liceu uma cadeira de Estenografia
1876	Nº 1149	Remover professores, suprimir diversas cadeiras de primeiras letras e prover cadeiras no Liceu Maranhense
1888	Nº 1440	Extinguir as cadeiras de latim primário e a de cálculo e escrituração mercantil do Liceu Maranhense

Fonte: Castro, 2009.

Estas leis indicam um movimento de idas e vindas dessa constante querela. Tais representações das expectativas geradas pelo e para o Lyceu, nos permite observar que tal rixa impunha à escola as disciplinas que deveria inserir em sua grade, de acordo com o lado vencedor nos espaços de poder do legislativo provincial e das disputas políticas por estas representações.

Outra lei que pôde ser vista, é a Nº 611, que traz uma proposta de reformulação do currículo da escola “suprimi[ndo] as cadeiras de gramática geral, a

de história universal, e a 2º de latim, esta quando vier a vagar, ficando todo o ensino concentrado em uma só [...]” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864) e criando “[...] mais três [...] no mesmo liceu, sendo de elementos de física química, outra de elementos de zoologia, e a 3ª de agricultura e economia rural” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864). Para assumir a disciplina de agricultura, deslocou-se o professor da extinta matéria de história universal, Antonio Marques Rodrigues, embora seja bem distante em conteúdo e dinâmica com respeito à anterior, mesmo que não tenhamos acesso ao programa da nova disciplina. A mudança, portanto, incidiu diretamente na prática pedagógica do dito estabelecimento e na rotina dos professores, para além da simples luta por espaço nas plenárias da assembleia provincial. As concorrências das representações incorrem na vida prática da instituição tendendo “[...] a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Constantemente presenciamos a alteração em torno deste tema, sendo necessário que a prática educativa da instituição se adapte, afim de equilibrar as tensões geradas na prática do ensino. A própria lei nº 346, indica especificamente, um movimento legislativo em função da mudança na grade curricular fazendo-se referência logo no artigo 1º da lei Nº 282 de 28 de novembro de 1850, que, por sua vez, revoga diversas disposições levadas a cabo pela lei Nº 267 de 17 de dezembro de 1849, que regulamenta a instrução pública provincial como um todo e estabelece diversas disciplinas para o Lyceu Maranhense.

A lei 346 vem regulamentar e reestabelecer a cadeira de Cálculo e Escripuração Mercantil suprimida em 1850, mas que fazia parte do estabelecimento em 1849, dando fortes indícios do currículo como campo de disputas, cenário de embates entre pares opostos, onde a cada instante, “[...] os agentes colocam em jogo, enquanto arma e lance, o capital que haviam adquirido em fases anteriores da luta e que pode implicar um poder sobre a própria luta e, por conseguinte, sobre o capital detido pelos outros” (BOURDIEU, 2007, p. 230). A constante rixa por espaço entre os legisladores e administradores, modificava por sua vez, o cotidiano e a vida dos sujeitos que tinham a instrução por ofício, tal como os professores que, constantemente afetados pela exclusão de sua disciplina ou inclusão da nova cadeira que deveriam agora ministrar, em consequência de ideais impostos do exterior da escola, precisariam se adaptar a essa realidade volúvel a que estavam atrelados.

A Lei provincial Nº 1010 de 5 de julho de 1872 indica o interesse em fomentar o ofício jornalístico, indo ao encontro da representação referente à visão do Lyceu, como instituição que precisava servir e potencializar as características que dotavam a província de distinção em comparação com as demais. A São Luís oitocentista notabilizou-se como seio de intelectuais galgando a alcunha de *Atenas Brasileira*, tendo na indústria do impresso, um dos principais meios pelos quais se mantinha essa representação de intelectualidade; professores que em muitas ocasiões figuravam à frente da redação de vários periódicos. Essa norma evidencia que de forma intermitente as necessidades e os desejos dos legisladores vão moldando a instrução pública secundária da província.

Para além das lutas relacionadas aos currículos e das representações presentes nos símbolos utilizados pelos sujeitos envolvidos com o Lyceu, existem outras representações das práticas manifestas no cotidiano, tanto da escola como das instâncias de poder da província, que estavam relacionadas com a cultura material propriamente dita. Pudemos identificá-las em diversas situações de uso de objetos ou até em recomendações que vetaram a utilização de certos artefatos nas próprias normas que regulamentam a ação escolar e que organizaram o ensino dentro do ambiente da sala de aula ou das dependências do edifício. Como nos evidencia o artigo nº 23 dos estatutos: “O porteiro não consentirá que dentro do recinto do Liceu os alunos andem com o chapéu na cabeça, e nem lhes permitirá que se conservem ao salão, depois de findas as suas lições, sem reconhecida necessidade” (CASTRO, 2009, p. 305).

Os objetos escolares subsistem em uma determinada realidade de acordo com as práticas moldadas pelos sujeitos que, conforme as suas concepções, as estabelecem nas diversas relações sociais segundo os objetivos almejados pela administração local. Podemos então extrair dessa norma, por exemplo, as representações relacionadas ao disciplinamento, à moral e à decência, que embasam a ação das autoridades, que pensaram o ensino; tais valores e condutas também compõem os diversos outros espaços da sociedade, como a igreja e a casa onde igualmente se guardam essas representações; assim o simples costume de tirar-se os chapéus para permanecerem em seus recintos como sinal de respeito é tomado aqui como uma prática social dos sujeitos, por sua vez, imposta aos alunos. A norma, portanto, transporta para o ambiente escolar, representações advindas de visões de mundo e classificações exteriores, sedimentadas em práticas culturais do próprio

contexto social ao qual ela está atrelada, que serve para gerar a distinção – pelo seu uso – e perenidade – pela sua transmissibilidade (CHARTIER, 1990).

Pode-se citar também enquanto representações das práticas relacionadas à cultura material escolar, os inúmeros pedidos de objetos para a estruturação da escola nos jornais, como o *Publicador Maranhense* (1842-1886), que noticiavam ações correspondentes do expediente das autarquias responsáveis pela instrução.

Mande Vmc. Pagar ao Inspector da Instrução Publica a quantia de 5\$600 rs., despendida com um porta-modelos, banquinho e taboa para a Aula de Dezenho do Lyceu d'esta cidade, como consta do incluso recibo. Comunicou-se ao inspector da Instrucção Publica. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, N. 198)

Os pedidos de objetos para a estruturação do ensino público se constituem em uma prática constante por parte de inspetores da instrução pública que evidenciam, para além das necessidades próprias das disciplinas e do espaço escolar, a intencionalidade dos sujeitos de demonstrarem suas respectivas ações em prol do ensino para uma sociedade letrada e leitora dos periódicos locais. A atuação governamental não se constitui em uma atividade nula ou neutra com relação aos interesses e à construção de uma imagem institucional que contribuiria com a modernização e o progresso da província.

Encontramos também práticas no sentido oposto a estes pedidos. Tratam-se das vendas de objetos velhos que não tem mais uso no Lyceu, também relacionados com o bom gerenciamento dos recursos públicos; práticas que estão atreladas a valores como a honestidade, a honradez e a dignidade devida às instituições públicas, as quais deviam se refletir dentre outras coisas, no uso adequado do erário público e no descarte correto dos materiais adquiridos.

1ª secção. - Palácio da presidencia da província do Maranhão, 25 de junho de 1857.

Faça Vmc. vender os objectos velhos, que não são preciosos no lycêo desta cidade, constantes da relação que acompanhou o seu officio de 23 do corrente, uma vez que se achem inúteis, e no caso de serem dados à consumo.

Deus guarde a Vmc.- *Benvenuto Augusto de Magalhães Taques*.-Snr. Administrador interino das obras publicas. (PUBLICADOR MARANHENSE: jornal político. N. 145. 1857.)

Essas representações encontram-se “expressas nas normas, discursos, imagens e ritos [. Tais] representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2012, p. 39). Ainda que não apareçam a um primeiro olhar podem ser

capturadas quando se percebe, por exemplo, um ambiente de rigidez imposto a praticamente todos os sujeitos pertencentes ao estabelecimento – tanto a alunos, funcionários ou professores – e também de outras instituições da sociedade postas sob a vigilância da escola. Estas representações permeiam todos os espaços de controle da instrução e se fazem presentes na imagem de intelectualidade e ilustração do ambiente, seu entorno e o quadro de mestres com o qual contava o lyceu, na reconhecida distinção que tais sujeitos inspiravam nos espaços de comando da província, como também na aura de profundos conhecedores das matérias que ensinavam que se manifestava principalmente nos pareceres para a adoção ou censura de livros por parte da Congregação dos Lentes e, por fim, na ocupação de espaços de visibilidade na São Luís oitocentista, tais como a imprensa periódica, a política e a autoria de livros escolares.

Com respeito aos pareceres sobre os livros escolares encontramos a presença de representações em jornais que veiculavam a ação do Lyceu por meio das atas de reunião da congregação dos professores publicadas geralmente nas colunas dedicadas à instrução provincial do Publicador Maranhense.

[...] tenho a dizer-lhe que não acho conveniente que na aula de Geographia e História do Lyceu desta cidade seja substituído o *Compêndio* do Abbade Gualtier pelo de Luiz Paulino Cavalcanti Vellez de Guevara¹⁹, e que aprovo que a Aula de Francez do mesmo Lyceu se addicione aos Compêndios e autores de que se faz uso o *Compêndio de História Universal* de Tissot. (PUBLICADOR MARANHENSE: 1848, N. 634, grifo nosso)

Neste sentido, esta instituição querendo ou não representava um modelo de escola, ao qual as demais deveriam se adequar, levando em consideração a estruturação e valores aos quais se atrelava, impunha e guardava, seja pelos Métodos de ensino e/ou pelos professores, seja pela organização institucional e os materiais utilizados. A escolha dos livros a serem adotados, também servia de atestado quanto ao valor daquela obra, além de a própria congregação decidir sobre os livros a serem utilizadas pelas escolas de primeiras letras. Desta maneira, o Lyceu Maranhense na sociedade serviria, enquanto instituição estratégica para a instrução pública local e fazendo parte das formas integradoras da vida social, usadas para manter a coesão dos grupos e transmitir uma determinada visão do mundo pautada em valores e ações próprias (PESAVENTO, 2012). Práticas que se relacionam, ainda que de forma inconsciente e velada, com as representações presentes nos modos de

¹⁹ Bacharel em direito em exercício em Pernambuco atuando na área criminal e cível (jornal diário novo de Pernambuco-1842).

classificação dos sujeitos, nas suas concepções sobre o ensino e o que devia estar contido nele, bem como, com as formas de conduzir a instrução no geral e os estudantes em particular.

Na tentativa de traçar uma reflexão a respeito das regras que governam as práticas da representação do Lyceu Maranhense, com relação à cultura material escolar, levando em conta as modalidades específicas de sua produção desde as suas intenções até os destinatários aos quais apontam, centramo-nos novamente, no exemplo do papel duplo da Congregação dos Professores do Lyceu Maranhense, com respeito ao mundo material da instituição. Além de todas as funções administrativas do Lyceu, a congregação era responsável por selecionar os alunos que receberiam os prêmios do ano letivo e também os livros adotados no ensino da província, tanto no primário quanto no secundário. Nessa perspectiva, podemos refletir sobre as diversas modalidades de produzir essa representação, primeiramente conjecturando sobre quem, na maioria das vezes, as lançava e submetia à congregação para serem “avaliadas”; no entanto, temos em conta segundo a documentação, que os próprios professores do Lyceu produziam grande parte das obras utilizadas no ensino da província; êxito na adoção parece estar atrelado a serem membros desse lugar estratégico de decisão e ação. Nos próprios estatutos, a congregação aparece destacada em capítulo próprio e nas partes atinentes às funções dos professores que tinham por obrigação:

- 1^a. Observar e fazer observar nas suas aulas os presentes Estatutos;
- 2^a. Fazer as explicações das lições pelos compêndios e autores adaptados pela Congregação para o uso do Liceu;
- 3^a. Tratar aos alunos com docilidade e prudência;
- 4^a. Conceder licença aos alunos para saírem da aula antes de findar a lição, sendo por motivo justo.

Identificamos aqui que condutas e valores também são exigidos dos próprios professores, colocando-se como obrigação, o trato com os alunos de forma dócil e prudente; embora, ao mesmo tempo em que é concedida ao professor a autoridade sobre os alunos, mesmo assim lhes é exigido a plena obediência às normas e também às orientações constantes nos compêndios que direcionam a prática pedagógica. Neste sentido, as determinações que constituem a gramática escolar se impõem a todos, apesar de lhes serem legados aos professores privilégios e poder institucional, se consideramos os critérios de decisões importantes concedidos por eles sobre os rumos tomados pela instituição.

No entanto, Chartier (1989) chama a atenção para as intenções que emanam dessas práticas, como aspecto importante nesse contexto a ser analisado. Se por um lado parecem claras, as intenções camufladas por trás das escolhas das obras adotadas no ensino; por outro, não se pode afirmar nada com relação à escolha dos alunos premiados, pois as fontes não evidenciam muitos detalhes do processo. Nessa lógica, talvez os alunos premiados possam gozar de algum privilégio com relação aos demais por conta dos prêmios ou talvez essa premiação seja apenas de caráter figurativo para manter níveis de competição entre alunos e aumentar de forma geral o rendimento escolar.

Quiçá seja preciso investigar mais a fundo estes processos, que refletem as práticas da representação relacionadas à materialidade escolar do Lyceu Maranhense, na tentativa de melhor compreendermos as regras que governaram tais atividades e a representação dessas práticas internas ao ambiente escolar. Porém, as relações institucionais e as decisões tomadas fora das salas de aula, ao respeito do ensino secundário local, apontam para um jogo de lutas complexo e regido pela hierarquização e pela tentativa constante de fazer valer vontades e proposições com respeito aos materiais, espaços e livros escolares. Tais disputas materializam-se nos discursos e ações das autoridades do ensino engendradas por visões diversas, ao respeito do ensino e das imposições externas, seja de modelos de instituições que se intentam constantemente aplicar, seja de materiais e ideias tidas como modernas que, geradas nos grandes centros, impõe seus usos pelas periferias.

2.2 Relações institucionais da instrução secundária e a materialidade escolar: posições e ações

Todas as representações tratadas anteriormente compõem um quadro geral a respeito dos ideais de escolarização e de instituição de ensino, referente às influências que os conformaram e às lutas entre concepções opostas, bem como, às formas como organizaram o pensamento e induziram as ações dos indivíduos que detinham o poder de decidir sobre o ensino secundário maranhense oitocentista. Dentre os diversos componentes tanto das esferas empírica da cultura escolar, quanto da política e administrativa (ESCOLANO BENITO, 2017), elencamos como sujeitos de interesse prioritário em nossa investigação, aos presidentes de província e aos inspetores da instrução pública que decidiam sobre o Lyceu Maranhense nos

mais diversos aspectos e sobre muitas óticas, na tentativa de entendermos os fatores que embasaram suas decisões e visões de mundo compartilhadas, que nos possam ajudar na compreensão do direcionamento que pretendiam dar ao ensino secundário público provincial.

Tomamos, pois, os ofícios e relatórios da inspetoria como dispositivos que serviam para a veiculação e registro dos assuntos relativos à instrução, focalizando nossa reflexão, portanto, nos sujeitos responsáveis por gerir essa repartição pública, bem como na própria inspetoria e em suas ações. Concentramo-nos então nos inspetores que mais ofícios produziram com respeito às solicitações de materiais, reformas e aparato estrutural, e também porque são os indivíduos, dos quais mais informações encontramos acerca de suas carreiras político-administrativas, uma vez que dependemos do cruzamento desses dados para a elaboração de uma análise mais precisa sobre as ações frente a este órgão público.

QUADRO 2 - Inspetores e Presidentes de Província do Maranhão nos ofícios da Inspetoria da Instrução Pública (1850 a 1860 e 1880).

Ano	Inspetor da Instrução	Presidente de Província
11-04-1855	Caetano Jose de Souza ²⁰	Olimpio Machado
13-12-1856	Manoel Moreira Guerra ²¹	Antonio Candido da Cruz Machado
16-06-1857	Manoel Moreira Guerra	Benevenuto Augusto de Magalhaes Taques
11-09-1857	Jose Silva Maia	Augusto de M. Taques
02-10-1857	Jose Silva Maia	Francisco Xavier Paes Barreto
23-01-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	Francisco Xavier Paz (sic.) Barreto
01-03-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	Francisco Xavier Barreto (sic.)
06-03-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	Francisco Xavier Barreto (sic.)
17-03-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	Francisco Xavier Barreto (sic.)
18-05-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	João Pedro Dias Vieira
24-05-1858	Jose da Silva Maya (sic.)	João Pedro Dias Vieira
17-10-1860	Francisco Sotéro dos Reis	João Silveira de Souza
06-09-1864	Antonio Marques Rodrigues	Miguel Joaquim Ayres do Nascimento
03-01-1880	Antonio dos Santos Jacintho ²²	Luiz de Oliveira Lins Vasconcelos

²⁰Foi escolhido para inspetor da instrução pública em quatro ocasiões (1ª de 21/01/1854 a 23/05/1854; 2ª de 16/01/1855 a 03/05/1855; 3ª de 20/07/1855 a 17/03/1856 e 4ª de 01/09/1856 a 04/12/1856) além de ter participado da junta governativa provisional que administrou a província do maranhão entre 1821 e 1824 em caráter provisório. (COELHO, 2018)

²¹Nascido em 17 de fevereiro de 1830. Filho de Agostinho Moreira Guerra e Anna Albertina Guerra formou-se na faculdade de Direito do Recife em 1851. (SOUZA, 2021)

²²Natural da cidade de Laranjeiras, provincia de Sergipe, nasceu a 3 de maio de 1827. Faz na Bahia sua educação litteraria até doutorar-se em modicina em 1852, sendo na faculdade considerado como um dos primeiros estudantes por sua intelligencia e applicação; e estabelecendo-se depois na villa de S. Bento, do Maranhão, ahi cazou-se, e exerceu sua profissão até 1869. Passando à capital desta provincia, foi empregado como médico da polícia, do serviço de saude militar, da cadeia, e do hospital da misericórdia, sendo também comissário vaccinador da freguezia de Nossa Senhora da Victoria,

23-11-1880	Tiberio Cezar Lemos	Cincinato Pinto da Silva
08-01-1881	Tiberio Cezar Lemos	Cincinato Pinto da Silva
28-12-1882	Fabio Augusto Bayma ²³	Jose Manoel de Freitas
TOTAL	8 inspetores diferentes	11 presidentes de província

Fonte: Souza, 2021.

Estes sujeitos exerceram um papel de destaque à frente dessa instituição fornecendo-nos um acesso a essa janela do passado (BARROS, 2019) e possibilitando que tenhamos uma noção, ainda que vaga e lacunar, sobre o funcionamento da instrução pública maranhense no período e sobre os rumos pensados por estes administradores, bem como as soluções que propunham para os problemas enfrentados pelo ensino.

Nos ofícios do inspetor da instrução pública, Caetano José de Souza, podemos perceber a latente necessidade que a instrução local tinha, principalmente, o ensino primário, de se estruturar materialmente e da resolução dos problemas, o que possibilitaria em tese o ordenamento destas escolas e provê-las com vários recursos. Neste sentido, o inspetor negocia um contrato para o fornecimento de objetos escolares para as escolas de primeiras letras de São Luís, em conjunto com o inspetor do tesouro provincial, o qual apresenta em seu ofício de 11 de abril de 1855, uma cópia do acordo celebrado “[...] com Joaquim Antonio da Silva, a quem V. Ex. se dignara mandar pagar a quantia de trezentos sessenta um mil e seis conto reis [...] importância porque se incumbiu do fornecimento dos mesmos objetos” (MARANHÃO, 11 de abril de 1855). Tais despesas sairiam dos cofres do tesouro provincial, ao qual também foi colocada a disposição, a “mobília velha”, lavrando-se o contrato nos seguintes termos:

Aos 13 dias do mês de outubro de 1856, na secretaria do liceu maranhense, sendo presente o senhor doutor inspetor da instrução pública para o fim de contratar o fornecimento dos utensílios precisos para a escola pública de primeiras letras da freguesia de Nossa Senhora da Vitoria desta capital, cujo fornecimento foi previamente anunciado na folha oficial, o mesmo senhor depois de abrir as duas propostas oferecidas e tendo em vista a economia no preço das ditas propostas, contratou com Joaquim Antonio da Silva o fornecimento dos objetos abaixo declarados (MARANHÃO, 11 de abril de 1855).

Escreveu: — *Ultra vera est, vitalis an organica doctrina*: these para o doutorado em medicina. Bahia, 1852 — Em sua these toda escripta em latim, sustenta a doutrina do vitalismo (BLAKE, 1883, p. 312).

²³Doutor em medicina pela na Bahia em 1863 defendendo tese intitulada: *Considerações Geraes Acerca da História, Cauzas e Classificação das Hydropsias*. (MEIRELLES et. al., 2004). Foi também sendo segundo cirurgião tenente do corpo de saúde do exército nomeado pelo próprio imperador em 08 de julho de 1879 (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2017).

Apresentou-se então ao presidente de província Olímpio Machado, a lista contendo objetos de diversas naturezas, necessários para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, principalmente, de materiais estruturais, como mesas, carteiras, cantareiras e potes, entre outros, demonstrando que a estruturação do espaço escolar era uma das variáveis que influíam nas decisões sobre a instrução local. O procedimento em questão foi lavrado na secretaria do Lyceu Maranhense, onde também funcionava a inspetoria da instrução pública e a cadeira de primeiras letras desta freguesia²⁴ o espaço do Convento do Carmo constituiu-se enquanto centro das ações pela proximidade entre instituições de controle e de ensino da província o que acabava por privilegiar o próprio Lyceu principalmente no aspecto material. Não entanto, não nos é permitido afirmar que esta escola seja conscientemente favorecida pela ação dos administradores provinciais. O que se percebe é um controle mais acentuado que pela proximidade, possibilitava o acompanhamento mais firme e ajustado.

O próprio presidente Olímpio Machado²⁵ reconhece com uma das variáveis de importância para o desenvolvimento constante e seguro da instrução pública, as “boas vias de comunicação, que facilit[ass]em a frequência das escolas, e a regular fiscalização da respectiva inspeção, do ensino no interior, e que essas, só com uma longa série de bem entendidos e perseverantes esforços” (MARANHÃO, 1855, p. 19-20) trariam os frutos desejados; diversas ações dão mostras da propositividade do presidente, ao longo de seu mandato, sancionou leis referentes à criação e organização de escolas por toda a província, como a criação das escolas de primeiras letras para meninas em Monção (lei nº 372), na vila de São João Batista, em Cururupu (lei nº 374), na vila de Santa Elena (lei nº 375) e em Codó (lei nº 376), além da criada para o sexo masculino, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Arayozes (lei nº 378). (FARIAS, 2020). Outro ponto a destacar com respeito à reorganização do ensino é “[...] a elaboração do Regulamento de 2 de fevereiro de 1855; o primeiro a instituir uma reorganização do ensino elementar no Maranhão” (FARIAS, 2020, p. 45). A ação deste presidente a respeito do ensino mostra-se

²⁴De acordo com ofícios do inspetor da instrução Sotero dos Reis esta escola de primeiras letras da freguesia da Conceição e em conjunto com a aula da casa dos educandos chegaram a atender 569 alunos entre meninos e meninas entre 1850 e 1853 (MARANHÃO, 1850, 1853)

²⁵Natural da Vila de Inharapube, na Província da Bahia, nasceu em 31 de março de 1817. Em 1840, parte para cursar a Academia de Direito em São Paulo. Em 1849, foi nomeado pelo imperador como presidente da Província do Goiás, mas foi na do Maranhão, a segunda em que ele exerceu a chefia do executivo, a partir de 5 de junho de 1851, consolidando-se como um grande gestor público. Na sua gestão, tentou solucionar os problemas das obras públicas bem como da instrução.

extensa assim como seu discurso demonstra alguns valores importantes quando se pretende analisar as relações estabelecidas entre estes administradores, devendo ser orientadas pelo respeito a hierarquia e também pela manutenção da cordialidade e obediência.

Em sua ação a frente da inspetoria da instrução pública que se estendeu de 11 de dezembro de 1856 até 19 de junho de 1857, o inspetor Manoel Moreira Guerra reportava-se a dois presidentes de província: ao Snr. Antonio Candido da Cruz Machado²⁶ (1855-1857) e a Benevenuto Augusto de Magalhaes Taques²⁷ (1857). Mantendo sempre uma boa relação com estes administradores, é reconhecido pelo presidente Cruz Machado, como individuo de grande zelo e competência

[...] é pois com muita razão que o illustrado inspector da instrucção publica, no relatório que me apresentou, insiste na necessidade de dotar as escolas com edificios proprios, e sollicita provêl-as de moveis e utensilios que lhes faltão. sem isto jamais haverá escola regular. (MARANHÃO, 1857, p. 11)

O reconhecimento da necessidade de construção de espaços destinados ao ensino constitui-se em uma preocupação latente no Oitocentos, representada na luta constante contra a imagem do atraso materializada nas aulas avulsas em casas dos professores e das famílias como prática tão comum quanto mal vista pelos diversos administradores da província, ao ponto do presidente Cruz Machado afirmar, que “as casas de morada dos professores não pode[ria]m ter a capacidade necessária para as aulas, e a reunião da escola e do lar [era] tão commodas ao professor como prejudicial ao ensino” (MARANHÃO, 1857, p. 12). Neste sentido, ao menos as concepções sobre a instrução e da mudança dessa realidade local constituíam-se visões compartilhadas, tanto pelo inspetor como pelo presidente, sendo por este último considerada “[...] uma das condições indispensáveis ao ensino, a construção de casas para as escolas, como existem em todos os paizes, em que o ensino

²⁶Nasceu em Serro - Minas Gerais, no dia 11 de março de 1820. Era bacharel em Direito. Foi Presidente do Senado em 1888, representante do Estado de Minas Gerais, tendo tomado posse como senador em 15 de julho de 1874. Filiado ao Partido Conservador, era considerada autoridade em matéria de administração pública. Exerceu os cargos de presidente da Província de Alagoas, 1840 - deputado à Assembleia Geral Legislativa pela Província de Alagoas, 1842 a 1843 - ministro residente em Montevidéu (Uruguai), 1843 - juiz de Direito em Cantagalo (Província do Rio de Janeiro), 1846 - chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro, 1848 - presidente da província do Rio Grande do Sul, 1855 - deputado pela Província de Alagoas, 1853 a 1856 - chefe de polícia da Corte, 1853 a 1856 - presidente da Província do Maranhão, 1855 a 1857.

²⁷Nasceu em 17 de outubro de 1881 na Bahia e faleceu aos 62 anos. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1839 e atuou como magistrado e político brasileiro. Representou a província da Bahia no cargo de deputado à Assembleia Geral Legislativa e foi presidente das províncias do Rio de Janeiro (1869), do Maranhão (1857) e de Pernambuco (1869). (DIÁRIO DO BRASIL, 1881), disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/225029/per225029_1881_00115.pdf

público é dirigido como o preciso esmero” (MARANHÃO, 1857, p. 11); opinião manifesta por Cruz Machado que mostra ainda a inspiração buscada nos sistemas de ensino europeus visando a modernização e o direcionamento a ser traçado pela instrução local.

Não apenas o ensino primário era alvo de reestruturação pelas autoridades da instrução pública, as ações atinentes ao Lyceu Maranhense também eram preocupações do inspetor da instrução Manoel Moreira Guerra (1856-1857) que apresenta em ofício datado de 13 de dezembro de 1856, relatório que denuncia “[...] o mau estado que ach[ou] o edifício que serve ao estabelecimento e aula do liceu desta cidade, não só arruinado, como inteiramente desasseado na pintura e desguarnição de mobília ou qualquer decoração, ainda a mais indispensável” (MARANHÃO, 13 de dezembro de 1856). A ação tanto do inspetor como do presidente com respeito à cultura material escolar neste espaço foi, portanto, enérgica demonstrando mais uma vez a preocupação com a estruturação dos espaços dedicados ao ensino. O inspetor em seu relato inclui proposições a respeito das ações que deveriam ser tomadas para a revitalização do edifício em que o Lyceu Maranhense funcionava; indicações que iam desde reparos nas portas e janelas do estabelecimento até a compra e recuperação de móveis para uso no estabelecimento.

No entanto, uma reforma tão estrutural, detalhada e minuciosa dos espaços do Lyceu necessitaria por parte do inspetor um cuidado acerca de seus pedidos, no sentido de garantir que as reformas necessárias não consumissem todos os recursos com os quais o tesouro público provincial contava para este fim. Com esse intuito, as solicitações de Moreira Guerra foram feitas de forma precisa e indicam melhoramentos que estavam de acordo com as possibilidades da província. Assim apesar da urgência, o inspetor se contentou em representar melhorias que não reparariam o problema por completo, como fica evidente ao final de seu relato, limitando-se a representar unicamente: “[...] a V. Ex. pra que se digne mandar proceder aos reparos consertos e pinturas indicadas que são as mais ligeiras e pequenas que se podem exigir a vista do estado de ruína e desasseio em que se acha o estabelecimento” (MARANHÃO, 13 de dezembro de 1856).

Os entraves na relação entre o presidente Cruz Machado e o inspetor Manoel Moreira Guerra surgem, no entanto, em ofício que o inspetor enviou ao seu sucessor Benevenuto Augusto de Magalhaes Taques indicando que

Havendo o antecessor de V. Ex. [...] encarregado o administrador geral interino das obras públicas de providências sobre os concertos de que carecia o edifício em que está o liceu e bem assim comprar e entregar a esta inspetoria os utensílios constantes de uma relação que acompanhou o meu ofício de 15 de dezembro do ano passado, e com a relação que foi enviada por cópia ao administrador não se acham incluídas as duas estantes de madeira fina e polida, que pedi para o arquivo desta repartição, rogo a V. Ex. se sirva dar as suas ordens para que sejam fornecidas as ditas estantes, visto que são de necessário [uso] para o arquivo do liceu que tem consideravelmente aumentado. (MARANHÃO, 13 de dezembro de 1856)

Por mais que o inspetor se utilizasse da ação discursiva, minuciosa e detalhada em seu ofício limitando-se a pedir apenas o que estava dentro dos recursos disponíveis não foi integralmente atendido perdendo-se em meio as ações burocráticas da inspetoria de obras públicas. Ainda que não nos seja possível perceber, por meio dos ofícios e relatórios destes sujeitos, informações acerca da relação estabelecida entre eles, percebemos que a cobrança de Moreira Guerra não foi feita ao presidente, ao qual o pedido foi direcionado inicialmente. Este limitou-se a cobrar do sucessor o envio dos materiais solicitados. Talvez tal cobrança não tenha sido realizada de imediato unicamente por conta dos rumos tomados pela administração provincial que nas constantes mudanças não possibilitaram que o dilema fosse resolvido na gestão do presidente anterior e muito menos, permitiram que o inspetor – inferior hierarquicamente – cobrasse de forma mais incisiva sem interferir na imagem institucional da presidência que deveria ser de capacidade e honestidade; logo as relações de poder entre indivíduos colocados em níveis hierárquicos distintos poderiam intimidar que os sujeitos subalternos cobrassem ações que constantemente eram desprezadas, uma vez que, essa estrutura organizacional inspirava obediência e subserviência aos cargos mais elevados da administração fato que, por sua vez, fazia os indivíduos de menor poder institucional encararem as substituições nas cúpulas mais altas do governo provincial como uma renovação das chances de obter os recursos outrora recusados.

O presidente Magalhães Taques, tomando a frente da província em 1857, ressentido-se dos resultados obtidos com o Lyceu Maranhense e sinaliza para a necessidades de mudanças no plano de estudos da instituição. Os números apresentados pela escola não são por ele tidos como aceitáveis, pois “[...] de 148 matriculados o anno passado, forão excluidos por turbulentos 2, por perda do anno 80, e fizerão exames 37, não consider[and]o satisfactorio o estado do lyceo.” (MARANHÃO, 1857, p. 11). Seguidamente à apresentação destes resultados e não

se satisfazendo com os 37 aprovados dos 148 matriculados no estabelecimento, Magalhães Taques “prop[õe-se] a prestar a mais séria atenção a tão importante estabelecimento, e não duvid[a] da necessidade da reforma de sua organização e plano d’estudos” (MARANHÃO, 1857, p. 11). Ao que nos parece, o referido presidente não vê com bons olhos o fato de um estabelecimento nestes moldes e que havia passado recentemente por reformas estruturais detalhadas, oferecesse tão poucos alunos aprovados em exames; a resposta ao ofício do inspetor com relação à falta de matérias vem, portanto, intercalada por uma insatisfação com os resultados obtidos pela escola: “o edificio do liceu foi uctimamente reparado e pintado, e recebeu moveis de que precisava, faltando-lhe 2 estantes. Sente-se ahi a falta de um continuo, que ajude o porteiro e cuide do asseio da casa” (MARANHÃO...1857, p.11). Por mais que a cobrança do Inspetor Moreira Guerra fosse condizente com o detalhamento feito a respeito da situação da instituição e que a administração anterior não cumprira com todos os seus pedidos, na condição de subordinado à presidência, era esperado que o inspetor também fosse corresponsável pelos resultados obtidos nos espaços de ensino sob sua inspeção; o relatório do presidente, portanto, tira força da cobrança acerca da ineficiência da presidência, utilizando-se dos resultados ruins como contraponto discursivo que limita a falha a apenas a três palavras em meio da discussão sobre a “ineficiência da escola”.

Pela quantidade de ofícios referentes aos materiais escolares do Lyceu Maranhense entre os anos de 1857 e 1858, destacamos a ação à frente da Inspetoria do Senhor José da Silva Maia (1811-1893)²⁸; ocupando por diversas vezes o cargo de inspetor “[...] estava ligada à formação intelectual, à ocupação anterior em cargos políticos de relativa importância e à vinculação com os grupos políticos provinciais” (COELHO, 2017, p. 72), além da boa relação estabelecida com os diversos presidentes aos quais esteve subordinado, o que acabou por lhe render três mandatos de vice-presidente no Maranhão. À frente da instrução pública local, o inspetor Silva Maia relacionou-se com três presidentes de província diferentes, a saber: Francisco Xavier Paz Barreto (1857-1858), Benevenuto Augusto de Magalhaes

²⁸Nascido em Alcântara em 28 de fevereiro de 1811 e enviado desde muito novo à Europa, especificamente na França onde estudou as primeiras letras em 1821, fez seus estudos secundários no Colégio Real de Caen conclusos em 1826, findo esse período esteve no Brasil até 1829 quando retornou à França a fim de terminar sua formação, decidindo-se por medicina e formando-se doutor em 1838 (COELHO, 2017). Silva Maia exerceu ainda o cargo de vice-presidente da província do Maranhão em três ocasiões entre os anos de 1869 e 1871 mantendo relações com diferentes administradores públicos; nos mandatos de Ambrósio Leitão da Cunha (1868-1869), Braz Florentino Henrique de Souza (1869) e Augusto Olympio Gomes de Castro (1870).

Taques (1857) e João Pedro Dias Vieira (1858). Dentre as informações que pudemos perceber em seus ofícios, o inspetor atentou-se para diversos temas, dentre os quais se destacam: exonerações de delegados da instrução pública, licenças para tratamento de saúde, queixas sobre condutas dos professores, pedidos e pareceres da congregação dos lentes do liceu a respeito da adoção de livros, pedidos para aberturas de aulas e colégios particulares na província, entre outros temas (COELHO, 2017).

Com respeito às relações institucionais entre Silva Maia e a presidência de província do Maranhão, podemos destacar a troca de correspondências com Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, ao respeito de livros e compêndios escolares, onde se discutem se o ensino da cadeira de geografia do Lyceu seria ministrado utilizando o *Atlas*, de Dafour (globe) ou o *Atlas*, de Balbou. Nessa ocasião, os administradores discutem sobre a falta de *Cartas morais* na província para instrução pública. Na visão do presidente Magalhães Taques, o ideal era que nas aulas fosse adotado o uso de *cartas morais* para a apresentação dos temas, opondo-se ao uso dos atlas e “[...] recomendando [ao inspetor] tempo, para [o] uso do atlas de Dafour (globe) e o de Balbou [e] outros modernos” (MARANHÃO, 11 de setembro de 1857). Silva Maia, por sua vez, pondera que “[...] o atlas geográfico de Andrivean Goujan [...] é o que [tinha sido] adotado, como compendio para o uso desta [escola], pela congregação do liceu” (MARANHÃO, 11 de setembro de 1857); mas, tendo em vista o adiantamento do ano letivo e devendo dar curso às aulas do Lyceu Maranhense, em sua opinião, não era possível a utilização das cartas recomendadas pelo presidente, já que “[...] não [as havia na] cidade [...] para se comprar, e achando-se a aula de geografia sem compêndio algum para que o respectivo lente, possa explicar as lições da aula” (MARANHÃO, 11 de setembro de 1857). O interessante é perceber que nem sempre as imposições dos presidentes de província eram passíveis de serem plenamente atendidas pelo inspetor; embora existisse sim uma relação entre indivíduos que tinham visões de mundo nem sempre correspondentes, mesmo assim, pelo bom andamento da instrução pública deviam fazer concessões constantes de lado a lado.

A relação entre tais sujeitos, portanto deveria ser, na medida do possível, regida pela cordialidade e pela formalidade e, as discordâncias, principalmente, das esferas subalternas da administração provincial, deveriam adequar seus discursos aos parâmetros aceitáveis do respeito institucional. Desta maneira, apesar de mostrar

“desobediência” à opinião do presidente e justificá-la pela impossibilidade de cumprir plenamente a vontade daquele, Silva Maia atenua a situação e insiste no uso dos atlas até que as cartas morais pudessem ser importadas da Europa.

[...] venho de novo mostrar a V. Ex. a conveniência ser comprado o referido atlas pela quantia de 30 mil reis, que aliás novos se vendem pelo dobro, para servir em quanto da Europa não se manda servir as cartas morais recomendados por V. Ex. e no caso de V. Ex. aprovar este meu pedido se sirva mandar entregar a dita quantia de 30 mil reis ao porteiro do liceu para a compra do mesmo atlas. (MARANHÃO, 11 de setembro de 1857)

As relações de poder permeiam toda a ação de instrução e espaços de controle da província do Maranhão. O ambiente hierarquizado e o caráter público da divulgação dos discursos, atos e opiniões impossibilitam o acirramento e limitam a desobediência aos níveis mínimos, para que se chegue a uma harmonização, ao menos aparente, da atuação do governo provincial. Destarte, apesar de em seus discursos apresentarem claras opiniões, que em muitas ocasiões se manifestarem contrárias as dos presidentes de província, os inspetores “serviam-se da autonomia relativa do simbólico para impor uma representação de si normalmente associada a uma condição superior e garantir-lhe a adesão e o reconhecimento que a transformam em uma representação legítima e objetiva” (BOURDIEU, 2007, p. 236). Assim, as visões opostas de mundo e as opiniões controversas deviam se submeter à organização hierárquica do poder institucional e à decisão final – ao menos nos discursos – era sempre posta nas mãos dos indivíduos que ocupavam as posições mais altas da administração pública.

Com respeito às correspondências trocadas entre Silva Maia e o presidente Francisco Xavier Paes Barreto²⁹, a mesma dinâmica é identificada com o inspetor, se justificando frente a imposições feitas pela presidência, como é o caso ocorrido no relatório de 23 de janeiro de 1858; documento que havia sido solicitado pelo presidente em ofícios de outubro e dezembro de 1857, no qual se justifica de início pela demora na elaboração do documento solicitado

Vou cumprir, como o possível me for a ordem de V. Ex. devendo, antes de tudo, declarar-lhe, que este meu trabalho não pode ser completo, como V. Ex. exige, por que apenas exerço o cargo de inspetor da instrução pública desde maio do ano findo, visto como depende ele de um estudo sério e meditado,

²⁹Nascido em Cimbres (PE) e falecido no Rio de Janeiro, foi bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda (1842). Eleito deputado geral (1850) por Pernambuco, permaneceu na Câmara até 1864, quando se elegeu senador. Foi presidente da província da Paraíba (1854), do Ceará (1855), do Maranhão (1857) e da Bahia (1858). Esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre janeiro de 1864 e março do mesmo ano. (CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2020) disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores?id=374>.

que se não pode conseguir no curto espaço que tenho de exercício.
(MARANHÃO, 23 de janeiro de 1858).

Percebemos que em mais de uma ocasião, Silva Maia se utiliza de táticas em seus discursos tentando justificar e amenizar discordâncias ou descumprimentos, ainda que momentâneos, das imposições feitas pelos presidentes. Mesmo assim, apesar das relações entre estes indivíduos não serem de oposição ou inimizade, é notável que de maneira velada, Silva Maia procurava dar seu rumo às situações; porém, mantendo sempre em primeiro plano as relações de respeito e hierarquias às quais a função de inspetor estava submetida. Pudemos perceber que as ações de Silva Maia com respeito à cultura material do Lyceu Maranhense, buscavam alertar os presidentes e demais sujeitos ligados à instrução pública sobre as condições de funcionamento dessa instituição, os materiais necessários para cada disciplina, os compêndios mais adequados para a adoção e usos nas aulas o tempo inteiro, fazendo aparecer seus posicionamentos e opiniões deixando, no entanto, a cargo dos presidentes, as decisões finais com respeito aos temas tratados, como estava instituído em lei.

O inspetor demonstra atenção especial aos aspectos materiais não apenas deste estabelecimento, mas também da Biblioteca Pública Provincial que carecia de melhorias, a qual, de acordo com Silva Maia, era de grande serventia para a instrução pública, especialmente ao Lyceu devendo, no entanto, ser revitalizada uma vez que

O diminuto número de livros, e o estado deplorável da biblioteca, urgem, que decreto fundos, não só para compra de livros, como para supri-la de estantes novas, e de outros objetos de que carece o estabelecimento, sem o que entendo será inútil a existência deste tão importante ramo da instrução.
(MARANHÃO, 23 de janeiro de 1858).

Quando o inspetor relaciona diretamente a Biblioteca Pública como um “importante ramo da instrução”, dota essa instituição de um caráter complementar do ensino devendo exercer o papel de auxiliar às instituições de ensino de São Luís enquanto guardião de valores e saberes importantes para a formação da mocidade. Silva Maia expressa opinião a respeito de sua visão de mundo e das concepções particulares relativas ao ensino e do que devia ser feito para organizá-lo. A seu ver estruturar a instrução pública secundária não consistia apenas em prover a escola de materiais ou subsídios para as aulas, tratava-se também de aparelhar instituições complementares ao ensino tanto melhorando o acervo da biblioteca pública, quanto adquirindo materiais básicos que possibilitassem a acomodação e conservação das obras, preparando ao seu redor uma estrutura de apoio que fortalecesse a instrução.

A esta visão de mundo associa-se o controle dos conteúdos que seriam disponibilizados aos alunos do Lyceu, pois

O material de leitura colocado à disposição dos poucos leitores era vigiado e controlado, [uma vez que] sendo uma instituição dedicada à educação dos jovens, os livros deveriam preservar os princípios religiosos e contribuir na formação de homens bons e probos. Os contrários deveriam ser expurgados por uma comissão criada com esta finalidade. Isso se dava pelo fato da Biblioteca funcionar contígua ao Liceu Maranhense, servindo como auxiliar às aulas nele ministradas. (CASTRO; PINHEIRO, 2006, p. 40)

Quanto às proposições atinentes à cultura material feitas ao presidente de província, João Pedro Dias Vieira, o inspetor manifesta novamente suas opiniões sobre a adoção de compêndios a serem usados nas aulas do Lyceu. Silva Maia se posiciona favoravelmente a adoção dos *Compêndios de Aritmética, Álgebra e Geometria*, de Christiano Benedicto Ottoni “[...] por ser dos que presentemente estão em uso em quase todos os estabelecimentos de importância do império pelo seu reconhecido mérito, como por exemplo, no colégio de Pedro 2º no Rio de Janeiro” (MARANHÃO, 18 de maio de 1858).

Encontramos na argumentação do inspetor, em prol da obra como principal preponderante do parecer favorável, o seu uso por outras instituições do império em que se revela a representação constantemente utilizada pelos sujeitos, que pensavam a escola pública no período relativa à adequação do modelo de ensino praticado no colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, solicitando sua adoção ao presidente Dias Vieira para o uso na disciplina de matemáticas elementares. Esse ideal de instituição era evocado por diversos sujeitos e utilizado na argumentação não apenas dos inspetores como dos presidentes acerca da mensuração da distância à qual a província do Maranhão estava em comparação as escolas mais avançadas localizadas nos grandes centros.

Ao que nos parece, o argumento de José da Silva Maia foi aceito por Dias Vieira, pois na semana seguinte à proposição do inspetor, o presidente autoriza a sua aquisição por meio de ofício onde manda “[...] adotar na aula de matemática elementares deste liceu os compêndios de aritmética, álgebra e geometria do cidadão Cristiano Benedito Ottoni” (MARANHÃO, 24 de maio de 1858). Desta forma e de acordo com as determinações dos estatutos, segundo o artigo 62, se prevê que na secretaria do estabelecimento, se encontrasse ao menos um exemplar de cada compêndio adotado após a autorização para seu uso; pedido do inspetor que o presidente autoriza [...] que pelo tesouro provincial, [fosse] entregue ao porteiro do

liceu a quantia de 17//000 reis, importância, porque se vend[ia] nesta capital, a fim de que se efetu[ara] a compra dos mesmos” (MARANHÃO, 24 de maio de 1858).

As medidas tomadas por Silva Maia com relação aos objetos da cultura material do Lyceu Maranhense, ao que nos parece, sempre foram tomadas utilizando estritamente os meios que lhe cabiam no exercício de suas funções de acordo com as leis. Normas da escola, em conjunto com uma tática discursiva e administrativa, que lhe permitira dar direção ao ensino conforme as suas concepções. Neste sentido, é possível perceber como os indivíduos ligados à administração provincial foram moldando a instrução pública, segundo suas sugestões e ações de fiscalização. As “[...] propostas, as legislações, ideias, métodos, materiais, sistemas de ensino não eram simplesmente transplantados, reformulados, como também poderiam ser a origem desse trânsito, uma vez que os sujeitos responsáveis pela instrução também circulavam, frequentavam lugares e países distintos” (BARBOSA, 2012, p. 258).

Podemos supor que o bom relacionamento mantido, bem como a formação e a competência adquirida nas experiências anteriores foram aos poucos dotando este indivíduo de representatividade junto à sociedade. Sobre o Lyceu Maranhense, o inspetor manifesta em seu relatório de 1858, opiniões que revelam uma visão de ensino pautada no ideal anteriormente apresentado, no sentido de que o ambiente escolar organizado fosse o principal componente modelador da conduta dos alunos, para isso a principal solução apontada para o ensino secundário era a sua transformação em internato possibilitando controlar os alunos de forma mais intensa, uma vez que

A conduta dos alunos, em geral é boa; o seu progresso, sinto dizê-lo está bem longe de corresponder ao talento de que são dotados; isto, porém, se dá em todo o externato; pois que nos estabelecimento desta natureza, qualquer que seja a aplicação dos meninos durante as aulas, fora delas esquecem-se de lições dadas, preocupados somente com os divertimentos de toda a sorte, que encontram na cidade e no seio da família, a qual é a primeira a faze-lhes todas as vontades, tolerando e favorecendo mesmo seus pequenos e nascentes vícios. (MARANHÃO, 23 de janeiro de 1858)

A modelagem do aluno pelo espaço escolar constitui-se em uma visão de mundo compartilhada por diversos sujeitos componentes das esferas administrativas e de controle das instituições de ensino. Isso nos faz perceber que o ambiente disciplinador e controlador do Lyceu Maranhense como prática educativa era assim composto, justamente por conta dessa classificação comum, dividida por professores, inspetores, presidentes de província e pela própria sociedade, como modelo ideal de

escola e também como função atribuída à instituição. O fato de funcionar como externato na visão do inspetor, contribui para que não se obtivesse os resultados esperados. Por vezes encontramos proposições de diversos inspetores para a resolução dos problemas práticos enfrentados. O esquecimento das matérias proporcionado pelos “divertimentos da vida em família com os alunos” fora do espaço escolar, acabam por desperdiçar o talento dos alunos e os recursos investidos no ensino; propositividade dos administradores das repartições públicas no período que se constitui num aspecto importante na dinâmica da instrução pública maranhense oitocentista.

A postura de Silva Maia com relação ao papel da família no disciplinamento do aluno é de profunda contrariedade a seu ver, servindo apenas para acentuar os nascentes vícios da juventude; em contra partida, o espaço escolar serviria de remédio a esses vícios, moralizando e instruindo os estudantes que – dentro de uma ação controladora e disciplinadores – os modelariam. Tal representação também é comum entre diversos inspetores e presidentes de província, indicando que a luta entre o espaço escolar e o espaço da casa era sim uma representação constituidora da forma escolar que resultou no Lyceu Maranhense, a qual atuara de forma ativa e demonstrara a força que uma visão de mundo compartilhada exerce na vida em sociedade quando relacionada ao poder institucional e governamental.

Francisco Sotero dos Reis³⁰ é outro sujeito de destaque pela ação emblemática como primeiro diretor da instituição e também à frente da inspetoria; cargo que exerceu por diversas vezes. Também teve avultada atuação como autor de obras para o ensino. Sua carreira como gramático rendia para ele grande representatividade e para o próprio Lyceu Maranhense e em diversos periódicos que circularam na província do Maranhão, as suas obras eram objeto de elogiosos comentários; como exemplo, o comentário veiculado do *Publicador Maranhense* (1863, p. 2), ao respeito da obra *Postillas de Grammatica Geral aplicada à língua*

³⁰Nascido em “22 de abril de 1800 e falec[ido] em 10 de março de 1875 na cidade de São Luís, Filho de Baltasar José dos Reis e D. Maria Teresa Cordeiro” (COELHO, 2017, p. 65), foi professor na primeira turma de lentes do Lyceu Maranhense, com grande atuação na administração pública, compôs bancas examinadoras dos professores de primeiras letras de São Luís e de toda a província, e também esteve em comissões avaliadoras de livros escolares. Sendo destacado jornalista, poeta, escritor além de ter ocupado diversos cargos administrativos relativos à instrução. Tornou-se o primeiro gramático maranhense e foi professor de Gramática Geral e diretor do Liceu Maranhense em 1838 e do Asilo de Santa Tereza, além de Inspetor da Instrução Pública em 1843. (COSTA, 2013).

portuguesa pela Analyse dos Classicos, deste autor ressaltando-se a forma como a concebeu e escreveu, considerando-a:

[...] verdadeiros modelos de methodo, perspicuidade, e fina observação – em que o autor, com sua costumada maestria [...] amenas paginas animadas pelos toques magistraes do estylo cheio, firme e igual do exímio escritor maranhense, quando daquele chãos gramatical passamos para este primor de ordem, methodo e perspecuidade, parece-nos que subimos de ima labyrintho subterraneo e tenebroso para a orvalhada e frescura de uma manha rica de fragancias e esplendores. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, p. 2).

Além da menção feita a esta obra por Domingos Perdigão, na que afirma que “se desejardes ter inteiro conhecimento do idioma que usamos de modo a pode-lo manejar com segurança não podeis deixar de ler as postilas” (PERDIGÃO, 1922, p. 45). Nota-se a extensa atuação de Sotero, circulando em diversos espaços que lhe legavam poder e representatividade nas letras e na instrução pública, não se esgotando os espaços por este sujeito ocupado, pois além da sua atuação na instrução pública, teve destacado envolvimento com a política da província e com a imprensa periódica local, chegando a ser “[...] membro do conselho geral [local] [...] deputado provincial e presidente da Assembleia do Maranhão na legislatura 1862/1864” (COELHO, 2017, p. 65). Na imprensa chegou a fundar importantes jornais, tais como “[...] ‘O Maranhense’ [,] ‘O observador’ [1820-1879], ‘O Publicador Maranhense’ [1842-1886], [e atuar na redação do] a ‘Revista’ [1820-1879], (COELHO, 2017, p. 65, grifo nosso). As referências mais constantes nos ofícios da instrução pública, a respeito de Francisco Sotéro dos Reis, remitiem a sua ação de examinador nas bancas para o provimento de cadeiras do ensino primário na província, fazendo cumprir o que estava determinado no Regulamento da Instrução Pública de 1854, no capítulo II, do art. 6º, parágrafo 3º onde estava determinado que os novos lentes teriam sua capacidade profissional posta à prova “[...] por exame feito em presença de três examinadores nomeados pelo governo e do inspetor da instrução pública” (CASTRO, 2009, p. 387). A sua ação frente a instrução pública maranhense precede a própria criação da inspetoria da instrução, uma vez que ele assume a direção do Lyceu Maranhense logo em 1838, quando de sua criação e assume também o posto de presidente da congregação dos lentes, ficando a seu encargo a fiscalização das escolas de primeiras letras da província e a aprovação dos compêndios para o ensino (FARIAS, 2020).

As principais ações provenientes de seus mandatos a frente da instituição, dizem respeito aos pedidos de nomeação de professores/examinadores e à

requisição de utensílios escolares para as escolas públicas primária, aos pedidos de aumento de salários exigindo-se do inspetor intensa fiscalização dos sujeitos que seriam gratificados e também atenção às necessidades das escolas para as quais se pediam materiais, ações que exigiam o deslocamento até essas regiões onde poderia melhor observar as demandas e assim poder tomar as decisões que julgasse mais adequada para cada situação enfrentada. A cuidadosa ação a frente da inspetoria pode ser percebida por vários pareceres expedidos sobre as condutas dos professores que solicitavam admissão aos concursos, como por exemplo, quando informa ao presidente José Maria Barreto (1859), sobre a situação da professora Leonila Rosa Pavaloide:

[...] revelo informar a v. ex. que a peticionária da prova, com os documentos com que instrui a sua petição, maioridade legal e moralidade de conduta, na forma dos parágrafos 1 e 2 do regulamento de 2 de fevereiro de 1855, e está por conseguinte no caso de ser admitida no concurso.

Percebemos também a moralidade como critério exposto nos regulamentos da instrução pública, os quais seriam imprescindíveis para os novos professores que se candidatassem ao magistério, devendo ser expedidos pelos párocos das vilas e povoações de onde os professores residiam. Estas exigências nos dão indícios que as imposições feitas sobre os sujeitos envolvidos com a instrução pública tratavam-se de armaduras conceituais que envolviam a todos não apenas a alunos ou indivíduos menos influentes nas hierarquias que compunham a instrução. Desta forma, pode-se afirmar que à profissão de professor público no Maranhão oitocentista estavam imbricadas uma série de expectativas, exigências, critérios e valores tornando-a uma carreira que carregava em si representações precisamente ligadas aos ideais e visões de mundo do que se entendia por instrução pública no período, uma vez que tais representações também impunham exigências morais e religiosas aos alunos e mesmo aos espaços de ensino.

Com respeito à estruturação dos espaços de ensino acompanhamos a inspeção feita nas escolas de primeiras letras de Nossa Senhora da Conceição e da escola primária de São Vicente Ferrer. A primeira, diz respeito a uma visita realizada pelo inspetor juntamente com um professor de dito espaço e um perito, a fim de verificar quais objetos poderiam ser reaproveitados da sala antiga para a nova onde se estabeleceria. Desta forma eles verificaram que com os consertos e pinturas necessários, elas poderiam servir à nova aula, ordenando o inspetor a “[...] proceder[-se] o orçamento tanto [...] dos existentes como dos objetos novos, e incluso remet[ia]

à vossa excelência a fim de que se sirva autorizar o concerto e construção da mencionada mobília” (MARANHÃO, 23 de dezembro de 1857). Já na segunda, em São Vicente Ferrer, a situação exigiu um reajuste entre os objetos pedidos pelo professor e o que o governo provincial poderia oferecer, visto que a escola atendia a trinta alunos e Sotero julgou que a solicitação corresponderia a uma instituição com capacidade para atender acima de 50 crianças, como pode ser constatado a seguir:

Entendo, porém, que sendo a escola do supra dito professor freqüentada por trinta e tanto alunos pode se fazer, no seu pedido alguma modificação, que o torne menos dispendioso, e neste intuito, junto também uma relação de utensílios reduzida ao estritamente necessário e proporcionada a uma escola de mais de 50 alunos, persuadindo-me que por esta forma, fica satisfeita uma tal necessidade. (MARANHÃO, 28 de agosto de 1858)

Com respeito à cultura material escolar, relativa ao Lyceu Maranhense, encontramos a situação em que Sotero dos Reis (1857-1858) se reporta ao presidente João Silveira de Souza (1859-1861), argumentando sobre os possíveis usos de recursos excedentes do material do Lyceu, para serem utilizados para a aquisição de objetos escolares para escolas primárias de São Luís, configurando-se um vício que necessitava ser combatido pelas autoridades como segue abaixo,

Em cumprimento do determinado por V. ex. em ofício de 10 do corrente ordenei ao porteiro do liceu que, da hora em diante, como infiro do mesmo ofício, recolha aos cofres do tesouro provincial qualquer saldo que, porventura, resulte das prestações trimensais que recebe para as despesas o expediente do liceu (MARANHÃO, 17 de outubro de 1860)

Essa prática ao que nos parece foi identificada em primeira instância pelo presidente que determinou ao inspetor por meio de ofício que tomasse as medidas que lhe cabiam. Nesse sentido, podemos supor então que tal prática ou era comumente utilizada nas administrações anteriores da inspetoria, ou mesmo da gestão de Sotero, desta maneira pelo ar de irregularidade deste proceder, tal prática fica proibida nos seguintes termos: “[...] não lhe podendo ser aprovada a menor parcela de despesa feita, sob qualquer pretexto, com o material das escolas da capital, pois que as despesas com este objeto devem ser satisfeitas diretamente pelo tesouro da verba própria” (MARANHÃO, 17 de outubro de 1860). Tal situação circunscreve um momento de tensão entre inspetoria e presidência de província, implicando ação proibitiva a uma prática vista como perniciosa por parte do presidente João Silveira de Souza (1859-1861). No entanto, nós não podemos confirmar, desde quando tais gastos ocorriam e de que maneira inspetores e escolas conseguiram utilizar-se dessa tática para burlar as regras impostas e angariar materiais por meio

deste “remanejamento” dos recursos excedentes desta instituição; por outro lado, isso nos possibilita afirmar que o Lyceu Maranhense ocupa local privilegiado nessa configuração, uma vez que, até os seus excedentes serviam para manutenções e usos em escolas primárias próximas.

Enquanto sujeito de destacada atuação na província, o senhor Antonio Marques Rodrigues³¹ assumiu o cargo de inspetor da instrução pública pela primeira vez no ano de 1864; posto que ocupou por três vezes entre 1864 e 1868 (COELHO, 2017). Em seu primeiro ano como inspetor Marques Rodrigues apresenta ao vice-presidente Ayres do Nascimento, um relatório ao respeito dos resultados obtidos pelo Lyceu Maranhense, enquanto números de alunos matriculados e aprovados: “[...] o Liceu foi freqüentado no ano findo por 165 alunos, sendo 18 em três aulas, 90 em duas e 57 em uma, perfazendo 291 matriculas distribuídas pela maneira, que se vê no quadro sob n. 3” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864). Deste quantitativo perderam o ano por faltas 23 alunos, expulsos por insubordinação 3 e “[...] examinados 58, sendo 2 em janeiro, 6 em junho e 50 em novembro” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864)

Das 291 matriculas nas aulas da instituição, apenas foram aprovados para exames 58 alunos. Diversos inspetores apresentam dados negativos ao respeito das aprovações obtidas, tornando este um problema recorrente e fonte de diversas proposições e ações. De fato, pensou-se em várias reformas no plano de estudos da escola, que inicialmente tentavam dar maior amplitude ao currículo, dotando-o de utilidade para as áreas que inicialmente não foram pensadas quando da sua criação, por conta dos modelos de escolas secundárias que deveriam cumprir objetivos comuns. O próprio inspetor Marques Rodrigues, passou por uma dessas tentativas de renovação dos currículos do estabelecimento, levada a cabo por meio da Lei nº. 611, que “[...] suprimiu as cadeiras de gramática geral, a de história universal, e a 2º de latim” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864), na tentativa de modificar-se o caráter que se tornou marca do ensino da instituição, prioritariamente, dedicado às línguas e

³¹Nascido em 15 de abril de 1826, na cidade de São Luís e falecido na cidade do Porto em 14 de abril de 1888. Marques Rodrigues teve sua formação realizada nos grandes centros europeus na França, Portugal e Inglaterra, culminando em 1848, quando este retorna ao Brasil continuando seus estudos em Olinda, onde formou-se bacharel em 1855 (FARIAS, 2020). Sua carreira na província onde nasceu iniciou-se no ano seguinte, quando este assume a cadeira de História e Geografia do Lyceu Maranhense em 21 de abril de 1856. Antes de comandar a inspetoria da instrução Marques Rodrigues em 22 de junho de 1860 teve a oportunidade de assumir o cargo de oficial maior da secretaria do Tribunal do Comércio e também foi deputado da província do Maranhão em várias legislaturas (COSTA, 2013)

humanidades. Para os novos planos de estudos pensa-se em mudanças no currículo como forma de melhorar os resultados e/ou aumentar a procura pela escola, criando-se então “[...] mais três cadeiras no mesmo liceu, sendo de elementos de física química, outra de elementos de zoologia, e a 3ª de agricultura e economia rural” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864); caráter totalmente diferente destas novas disciplinas que indica a tentativa de tornar o ensino no Lyceu mais científico e utilitário.

Essa reforma acabou por gerar implicações nas rotinas dos sujeitos que tinham por ofício a instrução pública, especialmente, os professores da escola, suscitando um reposicionamento de lentes para outras cadeiras que haviam sido substituídas: “A primeira destas cadeiras foi provida na pessoa do Doutor Caetano Candido Cantanhede [...] a 2ª se acha em concurso, e para a de agricultura passou o lente da extinta cadeira de história, o doutor Antonio Marques Rodrigues” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864).

As inspirações para a maioria das ações pensadas por inspetores e presidentes à frente do Maranhão, apresentam claramente as influências em realidades exteriores à província e mesmo ao Brasil, indo buscar concepções e ideias em sistemas de ensino europeus quais deveriam servir para direcionar o ensino local. O próprio vice-presidente Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, expressa essa inspiração trazendo no seu relatório em anexo, “a exposição [...] de Pariz [feita] pelo Dr. Antonio Borges Leal Castelo Branco, relativamente aos proveitosos e admiráveis resultados da educação [...] na Europa” (MARANHÃO, 1864, p. 21). Para o administrador, a vantagem das escolas europeias com relação à província é que elas “[...] recebem os meninos desde a mais tenra idade, nas salas de asylo ou escolas materna eis, que ali constituem a base ou primeiro degráo da educação” (MARANHÃO, 1864, p. 21); portanto, o que se devia mudar no ensino primário, segundo Ayres do Nascimento, seria então a idade de ingresso dos alunos nas escolas brasileiras, quando afirma que “[...] é lamentável o systema seguido no Brasil, onde geralmente as crianças nada aprendem até 7 annos, contrahindo no seio das famílias hábitos perniciosos, de modo que [se] sentem repugnados e aversão ao ensino, quando são enviados [às] escolas” (MARANHÃO, 1864, p. 22)

No entanto, com respeito ao ensino secundário, Ayres do Nascimento não parece demonstrar o mesmo interesse que dedica no discurso atinente à instrução primária; pelo contrário, no seu relatório ao respeito do Lyceu Maranhense limita-se

apenas a apresentar dados relativos aos números de alunos matriculados nas cadeiras oferecidas pela escola onde, das 125 matrículas registradas no início do ano, apresentaram-se como prontos a serem examinados 71 estudantes, dos quais conseguiram aprovação apenas 62. Seu pouco interesse por este nível de ensino fica evidente ao se referir às disciplinas secundárias ministradas no interior da província: “Pouca ou nenhuma é a utilidade que prestão estas cadeiras, como informa o distinto inspetor, por nunca darem alumno algum examinado. Achãose ainda vagas as de latim de Caxias e a de francez de Alcântara” (MARANHÃO, 1864, p. 20)

Ao que parece, os poucos resultados oferecidos pelo ensino secundário na província do Maranhão no sentido de aprovações em exames acabaram por sujeitar o Lyceu Maranhense a constantes mudanças em seus planos de estudos que ocorriam via legislação, no sentido de inserção ou supressão de disciplinas, que por sua vez modificavam o dia-a-dia e o andamento das aulas influenciando no cotidiano de professores, alunos e funcionários da instituição. Estes inconvenientes, no entanto, eram suportados como imposições pelos sujeitos componentes da esfera empírica da escola, em nome da modernização do ensino e na tentativa de fazê-la surtir resultados mais efetivos. Dessa maneira, por mais que o inspetor também fosse professor da cadeira de História Universal, este não se opõe à supressão da dita cadeira e assume a recém-criada de agricultura, em nome dos resultados práticos e da utilidade dessa matéria para a sociedade.

As reformas para o ensino secundário, no entanto, não se limitavam unicamente ao currículo e planos de estudos; a estruturação material da escola era também uma forma de transformação e modernização. Esta ação é tema de ofício dirigido ao inspetor da instrução pública, Antonio dos Santos Jacintho, pelo presidente Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos, a fim de regular o fornecimento de objetos para estruturarem os espaços escolares da instituição. Em resposta a esta ordem, o inspetor remete ao presidente em 3 de janeiro de 1880, “[...] a proposta inclusa firmada pelos negociantes Ramos de Almeida e & Cia, únicos concorrentes aos fornecimentos dos objetos indispensáveis neste mês ao expediente da secretaria da instrução pública.” (MARANHÃO. 3 de janeiro de 1880), onde fica acertado que “[...] a quantia marcada pela lei para o expediente é de 33//333 mensais, desta mesma quantia ainda se deduz a despesa mensal com o asseio, água, pequenos reparos do liceu, consertos de mobília existentes e custeio das aulas” (MARANHÃO. 3 de janeiro de 1880). Nesse sentido, acreditamos que tal ordem, advinda do presidente Lins de

Vasconcelos, surgia da necessidade de uma estruturação escolar que tentara resolver o problema do fornecimento de objetos escolares, tendo por principal objetivo a regulação desta atividade, que antes desta determinação, essa aquisição não era alvo de ação reguladora alguma nem por parte dos inspetores e nem por presidentes.

A representação ligada à administração dos recursos e do uso racional do erário público, afigura-se nesse contexto como atestado de honradez e competência que servia para a autopromoção do presidente, ao mesmo tempo, que se controla a ação da inspetoria e da direção da escola. O próprio ofício de Antonio dos Santos Jacintho, dá mostras dessa regulação imposta, sem as prerrogativas da força legal dos dispositivos legislativos, ao tentar justificar veladamente a discordância com tal medida, quando indica que não seria necessária, pois o próprio inspetor exerceria este controle; argumentação do comandante da instrução que explica, que ao “aceita[r] uma proposta não costum[ava] comprar objetos senão [à] proporção que se torna[sse]m precisos, acontecendo muitas vezes ficar em um mês saldo, que ir[ia] suprir e que no mês seguinte exceder além da quantia de 33//333” (MARANHÃO. 3 de janeiro de 1880). O que se percebeu nas entrelinhas do discurso administrativo institucional é que, ao mesmo tempo em que a ordem atestava a capacidade do presidente, lançava também a desconfiança sobre a ação da inspetoria na gestão dos recursos excedentes, ao ponto do inspetor precisar justificar-se nas correspondências.

A discordância do senhor Antonio Jacintho fica ainda mais evidente, no parágrafo seguinte do ofício, quando indica que, apesar de cumprir a ordem dada pelo senhor Lins de Vasconcelos, seu modo de agir era o que melhor cumpria com a economia dos recursos destinados aos materiais escolares:

Este modo de proceder me parece mais econômico, por isso que nem sempre se pode prever no princípio do mês o que se tornara preciso durante todo ele, e por que desta maneira evita-se a comprar demais e esgotam-se a verba mensal, ficando-se sem a menor quantia para acudir a qualquer despesa imprevista, que de um momento para o outro se torne precisa. Porem se V. Ex. não concorda, se dignará dar-me as suas ordens que serão cumpridas. (MARANHÃO. 3 de janeiro de 1880)

O que nos foi perceptível, é que o tempo inteiro, o senhor Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos³² em sua ação a frente da província do Maranhão, intenciona a

³²Nasceu em Maceió no dia 12 de outubro de 1853 e faleceu em São Paulo em 16 de janeiro 1916. Na vida pública, foi promotor de justiça da cidade de Jundiá e de São Paulo e em 1879 foi indicado para presidir a província do Maranhão, ficando neste cargo até maio de 1880. Disponível em: https://pt.linkfang.org/wiki/Lins_de_Vasconcelos.

economia e racionalização dos recursos financeiros com os quais contava o governo. No entanto, com respeito à instrução pública, o presidente procurava no máximo do possível manter abertos os espaços destinados ao ensino, muitas vezes se posicionando contrariamente aos inspetores da instrução e do tesouro. Um exemplo disso pode ser encontrado em seu relatório de 1880, quando trata das aulas noturnas, informando que “das aulas noturnas existentes nesta provincia fecharam-se a da capital e a de Vianna, por declararem os respectivos professores serem ellas frequentadas por numero insufficiente de alumnos” (MARANHÃO, 1880, p. 23). A pouca frequência destas aulas é fato constante, segundo o inspetor da instrução, que “[...] se d[ava] com todas as outras aulas noturnas da provincia, pelo que [era da] opinião que se as mande fechar; no que também concorda o inspector do thesouro público provincial” (MARANHÃO, 1880, p. 23). Assim o posicionamento da maioria dos indivíduos ligados à administração provincial era favorável à supressão das aulas como forma de economia e corte de gastos, fato que não é negado pelo presidente que, no entanto, faz suas ressalvas ao final: “Seria uma economia para os cofres provinciaes essa supressão, e tanto bastava para que eu tomasse a medida aconselhada por estes funcçionarios: mas devo dizer-vos que nada me repugna tanto como privar o povo da instrucção” (MARANHÃO, 1880, p. 23).

Neste sentido, por mais que a província passasse por seguidas dificuldades na manutenção da instrução pública, o presidente manifesta opinião contraria à supressão das cadeiras noturnas, pois acredita na capacidade do ensino de levar a província à modernidade, quando argumenta de que não era recomendável privar o povo da instrução, já que estava “convencido de que por meio della é que prepararemos o goso da verdadeira liberdade e do progresso que deve felicitar nossa pátria” (MARANHÃO, 1880, p. 23). Demonstrem-se aqui outra vez discordâncias entre as posições tomadas por inspetores e presidentes de província, indicando que, de maneira nenhuma, os encargos da administração pública direcionadas à instrução poderiam constituir-se como campo harmônico ou pacífico; disputas acerca de qual visão de mundo – representação – conseguiria impor um efeito de realidade da sociedade, qual seria a vencedora e de que forma prevaleceria.

Os recursos parcos com os quais se levava a cabo a instrução escolar no Maranhão eram por diversas vezes utilizados pelos administradores como justificativas para a perenização dos problemas; escassos resultados obtidos com a instrução e mesmo para a supressão de cadeiras frequentadas por número

insuficiente de alunos que desperdiçariam o erário público. Dessa maneira, era situação comum a supressão de escolas primárias e mesmo cadeiras como Latim, francês e outras, tendo por principal motivação, os poucos frutos colhidos dos recursos despendidos. Neste sentido, o discurso e a visão de mundo expressas pelo presidente vão na contramão das ações mais comumente tomadas pelos administradores, ao defender a continuidade das escolas, mesmo sem o resultado esperado e ao apontar outras causas para o problema

[...] tenho ainda a informar-vos que a experiencia tem mostrado que á exigua remuneração do professorado nesta provincia se deve o não-- provimento de grande numero de cadeiras, a pessima condição com que estão outras preenchidas e a tendencia geral dos professores para não cumprirem com os seus deveres. (MARANHÃO, 1880, p. 23)

As condições de atuação e a remuneração dos professores do interior, eram de acordo com Lins de Vasconcelos, também um problema crônico enfrentado pela instrução pública, que influíam nos resultados alcançados pela instrução provincial e por muitas vezes eram também as causas do fechamento das escolas. Ele se ressentia dos comportamentos destes sujeitos, que muitas vezes eram despreparados e não apresentavam os requisitos morais exigidos acabando por assumir aulas públicas indevidamente. No entanto, este presidente apesar de se posicionar contra o fechamento de escolas e reconhecer o problema da remuneração e formação do professorado e as condições físicas das instituições, limita-se apenas a punições contra os lentes, que incorressem em faltas como: o abandono das cadeiras, no caso das professoras da 1ª freguesia da capital e de Alcântara, a embriaguez, como os professores de Pinheiro e São José dos Mattões, além de atentados contra a moral e licenças indevidas.

A seu ver, o regulamento não é eficaz no que se refere à punição de tais atos, impondo aos transgressores, pequenas multas e assim ignorando o que estava determinado no regulamento de 1874³³, que “[...] tom[ava] a deliberação de suspender os professores que abandonassem as suas cadeiras e de só reintegrá-los quando justificassem de tal modo, as causas de semelhante falta que se impozesse á administração a cessação da medida” (MARANHÃO, 1880, p. 23). As ações deste presidente sobre a instrução pública constituem-se de tensões aparentes nas discordâncias com os inspetores, na culpabilização do professorado pelo precário

³³No capítulo VI, artigo 62 é estabelecida pena variável entre dez e cinquenta mil réis § 4º quando em cada ano, sem licença ou causa legítima deixar por mais de três dias consecutivos o exercício da cadeira (CASTRO, 2009, p. 406)

andamento da instrução e pela intransigência às medidas punitivas do regulamento, que demonstram uma atuação que visava apenas o resultado, pouco propositiva e centrada unicamente no controle e disciplinamento proporcionado pelo poder institucional advindo do cargo de presidente de província.

Acompanhamos no período de mandato do senhor Tibério Cezar Lemos à frente da inspetoria da instrução, um intenso impasse acerca da adoção dos livros para uso no Lyceu Maranhense e também dos trâmites para esse procedimento. O impasse ocorreu entre a congregação dos professores da instituição – querendo valer-se da influência deste dispositivo institucional – e o Inspetor da instrução pública, Cezar Lemos –, intencionando manter o que estava previsto na regulamentação do ensino pelas leis e estatutos do próprio Lyceu, quando da análise de uma obra do professor da cadeira de inglês da instituição Alfredo Bandeira Hall.

O inspetor inicia informando sobre o processo de apreciação a que foi submetida pela comissão que elaborou “[...] pareceres [,] os lentes do liceu, Dr. Francisco Antonio Brandão, Tulio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza e o cidadão Alvaro Duarte Godinho, professor particular de inglês, sobre o compendio = *Resumo de gramática inglesa*” (MARANHÃO, 23 de novembro de 1880, grifo nosso). Solicita então a aprovação do inspetor da instrução para a adoção da dita obra nas aulas do Lyceu Maranhense “visto já ter o conselho de instrução pública examinado e aprovado o dito compêndio” (MARANHÃO, 23 de novembro de 1880). Quando descreve a reunião da congregação, no começo do ano seguinte, o senhor Cezar Lemos mostra seu posicionamento sobre o *Resumo de gramática inglesa*, levando “[...] ao conhecimento de V. Ex. que ontem [tinha-se reunido] a congregação do Liceu Maranhense [...] para marcar o horário das aulas e adotar-se os compêndios que deve[ria]m ser admitidos nas mesmas” (MARANHÃO, 23 de novembro de 1880). Nessa ocasião, se propôs a adoção da dita gramática; decisão à qual se opôs o inspetor, quando afirma que “[...] a sua gramática não tinha sido ainda adotada, por que [havia] dúvida[s] sobre as opiniões dos professores encarregados de examiná-la, e esta[ria] ainda [em] dependên[cia] d[a] autorização do excelentíssimo senhor presidente” (MARANHÃO, 8 de janeiro de 1881).

Os professores envolvidos mantiveram-se discordantes à postura do inspetor da instrução, ao dizerem “[...] que a congregação era a competente para a escolha dos livros e compêndios para ensino do estabelecimento” (MARANHÃO, 8 de janeiro de 1881); no entanto, na defesa dos procedimentos que o liceu seguia, Cezar Lemos

pediu que a congregação aguardasse a resolução da presidência, uma vez que “[...] a nova gramática inglesa não tinha passado pelos tramites legais, e por consequência não estava ela no caso de outras gramáticas e obras para o ensino adotadas” (MARANHÃO, 8 de janeiro de 1881). Essa indicação de disputas de poder entre a Inspetoria da Instrução Pública e a congregação dos professores do Lyceu Maranhense mostra mais uma vez, que estes espaços de poder foram constituídos por lutas de representação, em que muitos interesses estavam envolvidos, para além do simples jogo de decisões ao respeito dos melhores rumos para o ensino. A tentativa dos lentes de fazerem valer sua influência e impor ao inspetor a aprovação de um compêndio ainda na reunião de avaliação da obra, antes do parecer do presidente, constitui-se numa tática de convencimento, onde se utilizam do espaço institucional decisório e dotado de representatividade, como forma de burlar as regras impostas nas leis e regulamentos, favorecendo-se assim a um dos seus membros – o professor Bandeira Hall. Por sua vez, Cezar Lemos faz valer sua posição e decide pelo que determina a lei, impondo à congregação que se contivesse em esperar a decisão do governo provincial.

A estratégia de imposição da inspetoria faz jus ao lugar de poder determinado pelas hierarquias da administração pública dotadas do poder que constituem para si um lugar próprio que faz valer suas vontades pelo simples fato de determinar as regras do jogo (CERTEAU, 2012). Infelizmente não pudemos encontrar a decisão final e o parecer de Cincinato Pinto da Silva, a respeito da *Gramática inglesa* de Bandeira Hall; no entanto, as relações que se estabeleceram ao entorno desta obra, seja como artefato material, seja como expressão das concepções de ensino ou como alvo de posições contrapostas sobre o processo decisório (levado a cabo e expresso nestes pareceres) nos fornecem indícios ao respeito do funcionamento do Lyceu Maranhense e da instrução pública local oitocentista.

As posições do presidente Cincinato Pinto da Silva³⁴ sobre a instituição, por sua vez, tratam das reformas a serem feitas nos planos de estudos, medidas que são plenamente favoráveis, afim de que a escola acompanhe as mudanças nos saberes

³⁴Nasceu em 1835 e faleceu em 07 de outubro de 1912, na Bahia. Foi médico e atuou na política ocupando cargos de Presidente da província de Sergipe (1864-1865). Presidente da província de Alagoas entre (1878 -1880), deixando o cargo por ter sido nomeado para administrar o Maranhão (1880 -1881). Disponível em: <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/sergipe-II.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

exigidos pelos preparatórios, e ainda mantenha o ensino da província, de acordo com o praticado no restante do Império, pois

O programa de estudos deste Estabelecimento, comparado com os de outras províncias, é ainda muito deficiente; e em vista do decreto n. 7349, de 19 de abril de 1879, que augmentou o curso de preparatorios, me parece conveniente crearem-se as cadeiras que faltam para completar o mesmo curso. (MARANHÃO, 1881, p. 12)

Como pôde ser percebido, estas modificações curriculares advêm de pressões externas que são constantemente renovadas. Desta vez a reforma curricular acontecia por conta dos preparatórios para as instituições de ensino superior que incluíram novas matérias em seus exames. Essa forma de agir das autoridades do ensino, propondo e realizando reformas no Lyceu Maranhense, pode ser considerada uma imposição de forças externas à administração provincial, uma vez que sempre se procurou comparar com instituições secundárias de outras províncias, fazendo parte das classificações e visões de mundo dos sujeitos que o dirigiam. A nosso ver, as influências e as referências feitas a realidades exteriores eram fruto da admiração dos inspetores, presidentes e professores, que na maioria das vezes tinham sua formação realizada quase que inteiramente nos centros europeus e nas instituições mais tradicionais de ensino superior do país.

A busca constante por imitar as iniciativas europeias testemunhava um interesse dos administradores locais em replicar modelos europeus e torna a instrução ideal, sempre necessitando, portanto, de aperfeiçoamento constante, de reformas recorrentes e, por conseguinte, de resultados esplendidos que não encontrariam paralelo no mundo real. O próprio presidente Pinto da Silva, em seus relatos sobre o ensino provincial, ao exprimir suas opiniões acerca dos melhoramentos necessários e sobre o papel da instrução pública para o povo, disserta sobre o que considera como a única ferramenta de transformação da existência: “[...] nem as concessões do poder tem a força de modificar as condições de sua existência. A liberdade só é estável e duradoura quando nasce das conquistas da razão” (MARANHÃO, 1881, p. 10), sendo pois, do dever dos governantes, a defesa da instrução e a luta pela sua manutenção e bom andamento; ou seja, “Levar, portanto, [às] camadas da Sociedade que se conservam nas trevas da ignorância [...] é o meio certo e seguro de encaminhal-as para a liberdade, para a verdade e felicidade na vida real” (MARANHÃO, 1881, p. 10)

Problemas crônicos e polêmicos da instrução provincial também são alvo das opiniões e sugestões do presidente Pinto da Silva, como é o caso da discussão acerca da pouca remuneração do professorado, posicionando-se de maneira semelhante ao presidente Lins Vasconcelos, no sentido de criação de escolas ao invés de sua supressão; especialmente, a criação de um internato normal na província do Maranhão. No entender deste presidente, de nada adiantaria que se aumentasse a remuneração do professorado. O que deveria ser feito, era investir recursos na formação dos mesmos, pois para ele, “Preparar o mestre é, me parece, o nosso principal dever” (MARANHÃO, 1881, p. 10).

Outro ponto polêmico direciona-se exatamente ao Lyceu Maranhense. Diversas reformas foram elaboradas por inspetores e presidentes. Pinto da Silva e Cezar Lemos nesta questão, emitem opiniões convergentes sobre problemas já tratados inúmeras vezes por seus antecessores. O presidente Pinto da Silva inicia sua argumentação, já indicando a falta de soluções definitivas: “continúa o Lycéo a funcionar no pavimento térreo do convento de N. S. do Carmo, logar acanhado para comportar o crescido número de alumnos que sempre se matriculam, especialmente nas aulas de Grammatica geral e de Francez” (MARANHÃO, 1881, p. 11). O próprio inspetor Cezar Lemos manifesta opinião igual a do presidente pensando em ações mais enérgicas com relação a esta problemática “[...] achando-se arruinado o edificio e tendo de fazer-se para concertal-o grandes despesas, preferivel é a compra de outro que tenha as accommodações precisas para esse fim” (MARANHÃO, 1881, p. 11) existe agora nos discursos dos administradores uma vontade explicita de tomar atitudes mais definitivas com respeito ao espaço físico do Lyceu maranhense em detrimento das ações anteriores, que visaram a estruturação mínima do prédio pela impossibilidade de ampliação e de reformas mais estruturais em suas instalações.

Por diversas administrações eram feitas reformas no prédio do Lyceu Maranhense de caráter paliativo, pela impossibilidade de suscitar reformas mais estruturais, uma vez que a escola não funcionava em edifício de propriedade do governo provincial. O Convento do Carmo apesar de constituir-se como lugar central e de importância no Maranhão imperial não se representava para o Lyceu Maranhense uma situação ideal, por vezes apontado como acanhado e indecente para as aulas. O fato de o estabelecimento ter lugar em espaço cedido, era considerado como algo prejudicial para a instrução pública tanto pelo presidente Pinto da Silva como pelo inspetor Cezar Lemos que acham por bem, comprar ou alugar

prédio que suprisse as condições para a organização da escola nos parâmetros ideais.

A prática pedagógica do Lyceu Maranhense é marcada pelo intenso controle estabelecido aos alunos, seja por meio das normas impostas nos regulamentos da escola, seja pela constante vigilância feita pelos professores e funcionários, em especial o porteiro. Mesmo com esse ambiente aparentemente disciplinador, no relatório do inspetor da instrução pública Fábio Augusto Bayma (1882-1883), a narrativa descreve um ambiente caótico que se apresentou neste espaço escolar, no ato da realização dos exames onde os comportamentos tanto do alunado quanto de frequentadores ficam muito aquém do que se esperava e cobrava da instituição

Aos estragos pelo tempo determinados no estabelecimento a que refiro-me, juntaram-lhe os estudantes e freqüentadores desse edifício, os que surgiram circunstâncias do momento e o edifício destinado [à] instrução, passou a testemunhar uma série de atos contra a qual reage a moral (MARANHÃO 22 de dezembro de 1882)

Demonstrando que em alguns casos, a representação se distancia da prática, podemos afirmar, que “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo [;] mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2012, p. 40). O inspetor mostra insatisfação para com o andamento dos exames neste estabelecimento, ressentindo-se do ambiente de total descontrole por parte dos examinadores e funcionários da instituição, quando relata que “[...] a falta de fiscalização e precisa vigilância consentiu no recinto do liceu toda sorte de tropelia [...] que ocasionava-lhes o procedimento dos examinadores” (MARANHÃO 22 de dezembro de 1882). Augusto Bayma é um dos inspetores que mostra postura crítica com respeito ao andamento da instrução na instituição, aumentando o tom da desaprovação, quando se refere aos espaços e materiais postos a cargo da direção e dos professores da escola.

A mobília esta gasta, as aulas sem condições indispensáveis ao ensino, são acanhadas, não ventiladas e se não imundas, pouco asseadas.
A secretaria da instrução pública ocupa espaço muito limitado, (ilegível) os empregados e mais estreitando-o uma parte do arquivo ali guardado.
A escrituração encontrei-a atrasada e deficiente. (MARANHÃO, 28 de setembro de 1882)

No seu discurso o olhar mais crítico com respeito ao asseio e limpeza dos espaços, pode apontar para uma influência de caráter higienista centrada na preocupação com os cuidados sanitários, combinando-se “[...] a destruição dos hábitos e maneiras culturais visto[s] como ultrapassado[s] e degenerativos da imagem de progresso e a pregação de práticas e condutas autorizadas pela estética vigente”

(BURITI, 2011, p. 27). Seguindo nessa linha crítica, o inspetor é enfático em sua proposição acerca do estado das coisas no Lyceu, afirmando que “em tal desalinho a julgo, que talvez fosse mais proveitoso recomeçá-la do que continuá-la” (MARANHÃO, 28 de setembro de 1882). No âmbito administrativo da instrução é comum as autoridades adotarem discursos direcionados à ruptura e à descontinuidade em relação às ações dos seus antecessores, isto se dá entre outras razões, para mostrar propositividade de suas respectivas gestões. No entanto, Augusto Bayma intencionando amenizar as relações que poderiam ficar acirradas diante de tantas críticas, se apressa por elogiar a ação dos sujeitos que atuam no Lyceu Maranhense, quando afirma “[...] que o zelo e inteligência do secretário e os esforços dos empregados caminhando por entre tão espesso nevoeiro, procuram satisfazer a todas as exigências do serviço dessa repartição” (MARANHÃO, 22 de dezembro de 1882).

Outro dos sujeitos de destaque na presidência de província do Maranhão foi o presidente José Manoel de Freitas³⁵, suas ações com respeito à instrução secundária estão de acordo com o cenário identificado por Bayma, no entanto, não com a postura crítica e inquieta daquele limitando-se a informar as condições inadequadas do prédio e as mudanças mais uma vez realizadas no plano de estudos da escola

O edificio occupado pelo Lycêo, além de não ser próprio para o fim a que se destina, não satisfaz ás condições hygienicas. O inspector lembra de novo a conveniencia de dividir a aula de mathematicas, em duas cadeiras sendo uma de arithmetica e algebra, e outra de geometria etrigonometria rectilinea. (MARANHÃO, 1882, p. 23)

A postura de limitar-se a apenas a tecer informações sobre o estado das coisas, guardando-se da expressão de soluções ou de opiniões ao respeito do estabelecimento, pode ter inúmeras razões das quais não seria possível mensurar ou compreender, ao menos não sem entrar na esfera do especulativo; no entanto, é possível perceber que os temas tratados relativos ao Lyceu mantêm-se os mesmos, talvez desde a sua criação, agora com menções mais pontuais às condições higiênicas indiciando mais uma vez a escola como lugar de incorporação de ideias e concepções vindas do exterior e apregoados pelas autoridades provinciais.

³⁵Magistrado piauiense nascido em Jurumenha em 1832, que se formou em direito na faculdade de Olinda-PE no ano de 1858. Sua ação política se inicia na sua terra natal como deputado entre 1860 e 1861; foi deputado-geral entre 1879 e 1880 e presidente das províncias do Maranhão (1882-1883) e de Pernambuco (1883-1884), além de ter sido vice-presidente do Piauí entre (1866 a 1868) (BONTTENTUIT, 2016)

Para além das reflexões ao respeito das relações traçadas entre inspetores, presidentes, professores e alunos da escola enquanto sujeitos envolvidos em um processo que possui um direcionamento, um objetivo comum e modelos para a realização de tal projeto, o que se pode notar com respeito ao Lyceu Maranhense é que as constantes tentativas para seu melhoramento indicam uma realidade que busca por um ideal que se impõe a todos os indivíduos e instituições. É por si só inalcançável pela própria característica de modernização e inovação como elemento constituinte dos “systemas de ensino” europeus que se propõem hegemônicos e o tempo inteiro renovam as exigências sobre as periferias não desenvolvidas e modernas, uma vez que, a distinção se afirma no esforço para se apropriar das características constituintes do poder, distanciando-se em relação aos que estão desprovidos delas, e impedindo a banalização das propriedades até então mais distintivas e obrigando os detentores da distinção a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade pelas novas propriedades constantemente renovadas (BOURDIEU, 2007).

A procura pela apropriação e institucionalização exigiu então das autoridades locais uma série de remodelagens em diversos aspectos que ao serem aplicadas à realidade local possibilitariam, ao menos no início da trajetória do Lyceu Maranhense, institucionalizar o ensino secundário no Maranhão de acordo com o modelo de escola imposto a todas as províncias do Império do Brasil. Quais eram essas remodelagens e de que modo a cultura material escolar participaria dessas transformações são questões que naturalmente se impõe a nossa investigação, as quais pretendemos se não responder na sua totalidade, ao menos refletir nos termos que a pautam no capítulo a seguir.

3 CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A DINÂMICA NO PROCESSO DE ENSINO

A instrução secundária no Maranhão Império se constituiu em um desafio a ser superado e, mais que isso, uma imposição que visava torná-la desenvolvido e moderno com vistas a formar a classe burocrática e administrativa local, isto porque o modelo escolar a ser seguido pelo país – baseado no Collégio D. Pedro II – devia ser aplicado nas diferentes províncias que agora tinham sobre si a responsabilidade de comandar os níveis de ensino primário e secundário, assim o Lyceu Maranhense se tornou a principal solução encontrada para a efetivação desse projeto.

Uma iniciativa desse porte demandou, por parte do governo provincial, uma série de ações, leis, normas e recursos de diversos segmentos, entre eles, o aspecto material e estrutural. Um exemplo disso pode ser notado no escopo da Lei nº 77 de 24 de julho de 1838 que o cria, na qual está previsto no artigo nº 10, que “o Governo providenciará a respeito do edifício para o Liceu, assim como dos utensílios, e quaisquer despesas necessárias [a] este estabelecimento” (O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 632, p. 3). Assim entendemos que o aspecto material é uma questão fundamental que influencia na dinâmica dessa instituição nas diversas esferas da cultura escolar implícita (ESCOLANO BENITO, 2017).

A necessidade de aparelhamento material é uma questão recorrente na história dessa instituição no século XIX, uma vez que sem os objetos escolares e um espaço próprio para a realização das aulas se tornaria inviável conceber um estabelecimento de ensino de tal porte. Neste sentido, o *Publicador Maranhense* (1843-1885) nos revela o quão influentes podem ser os objetos escolares com relação à organização da instrução, na medida em que “[...] cumpr[ia] que Vmc. Me prest[asse] as necessárias informações para se estabelecer a nova subordinação de materiais, e poder organizar-se o novo Regulamento do Lyceu, e as aulas da Província” (1844, ed. 153, p. 1). Posto que as listas dos materiais necessários ao ensino se faziam de tal modo imprescindíveis ao conhecimento das carências que impossibilitavam a tomadas de decisão dos administradores públicos, tornando-se inegável a importância que os artefatos da cultura material escolar exerciam.

A apropriação e aplicação do modelo de escola proposto pelo Collégio D. Pedro II dependeu da lenta e progressiva remodelagem dos tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores (FARIA FILHO, 2007). A primeira

transformação inclusa pela província maranhense nesse processo está relacionada à definição de um espaço escolar próprio para a sua instalação, escolhendo-se [...] o Convento do Carmo, cujo prior cedeu a parte que foi julgada necessária [à] acomodação das aulas, com que este estabelecimento est[ava] organizado” (MARANHÃO, 1839, p. 23); definição de espaço transformada em adaptação, uma vez que mesmo após a criação do estabelecimento, as aulas não contavam com as condições ideais de funcionamento segundo *O Publicador Oficial*: “cumpre que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d’esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito [...] devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas.” (1838, ed. 619, p. 2); situação criada pela realização de uma obra que demorou sete meses para ser concluída, hiato do ponto de vista material que se inicia em 24 de julho de 1838 (data da criação) e termina em 16 de fevereiro de 1839 (instalação no prédio). Durante o século XIX as aulas ministradas de forma isolada e nas casas dos professores representavam um atraso na instrução local, além de gerar maiores gastos e dificultar o controle e a fiscalização; portanto, buscou-se “afastar a escola do recinto doméstico, [e] das tradições culturais e políticas a partir das quais [este] espaço [...] organizava-se e [se] dava a ver” (FARIA FILHO, 2007, p. 146)

A influência da cultura material escolar no processo de instalação do Lyceu se mostra decisiva desde o primeiro momento e se apresenta, tanto na relação existente entre as acomodações disponíveis e as disciplinas ofertadas, justificativa usada como critério para a escolha do Convento do Carmo pelos administradores, quanto na busca de aparelhar as aulas com os materiais que mais se adequassem às recentes demandas por instrução. A remodelagem dos conhecimentos tratada por Faria Filho (2007), quanto ao ensino secundário a partir da criação do Lyceu, se deu por meio da mudança no caráter das disciplinas que deixaram de ser ministradas de forma isolada e passaram a constituir um programa de ensino organizado e sistematizado com base no modelo do currículo do Collégio D. Pedro II; espaço de ensino secundário em que eram “[...] ensinadas as línguas Latina, Grega, Franceza e Ingleza, Rethorica; e os princípios elementares de Geographia, História, Philosophia, Zoologia, Mineralogia, Botanica, Chimica, Physica, Arithmetica, Algebra, Geometria, e Astronomia” (O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 601, p.1). Estrutura disciplinar que incluía 17 cadeiras que agrupavam saberes relacionados com línguas estrangeiras, humanidades, ciências naturais e matemáticas, ofertando o Lyceu Maranhense, por sua vez, disciplinas que obedeciam a mesma divisão.

[...] Achão-se providas no Lyceo as seguintes cadeiras: de Grammatica Filosófica da Lingoa, e Analyse dos Clássicos – Filosofia Racional e Moral – Rhetorica e Poetica – Grego – Latim – Francez – Inglez – Commercio – primeiro anno do Curso de Marinha – e desenho. Estão vagas as seguintes: de Geografia e, História, segundo, e terceiro anno do Curso de Marinha. (MARANHÃO, 1839, p. 23).

De acordo com o relatório do presidente Manoel Felisardo de Sousa e Mello (1839-1840), o Lyceu era composto por 14 disciplinas; no entanto, percebemos certa particularidade com relação à dinâmica da sua gramática escolar em construção: ao que parece, intuía-se exercer uma instrução com vistas à utilidade prática dessas cadeiras para o público local. Dessa forma, as cadeiras de Commercio e Marinha voltadas para o ensino de uma profissão específica, destoaram um pouco do modelo de currículo usado na Corte, visto que a diferenciação pode ser percebida no discurso do presidente de província Franco de Sá (1846-1848), quando defende que o aluno “deve[ria] começar a compreender parte dos conhecimentos científicos, que mais relação [tivessem] com as necessidades das artes e da indústria” (MARANHÃO, 1847, p. 42).

A relação existente entre o espaço escolar e as disciplinas ofertadas também está imbricada nos aspectos referentes ao tempo escolar, uma vez que a concentração das cadeiras em um lugar próprio favoreceu o controle e disciplinamento dos alunos, dos corpos e das mentes. Divisão do tempo propiciada nesse ambiente que possibilitou a organização das formas de ministrar as disciplinas, tanto ao longo do dia, como também durante os meses ou o ano letivo como um todo dependendo dos períodos. Organização do tempo das disciplinas que se dispuseram nos seguintes horários:

[...] haver[iam] diariamente uma lição em cada uma delas, durando as de Latim, Francês e Gramática Filosófica da Língua por espaço de duas horas e meia, as de Inglês e Grego por espaço de duas horas e as de todas as outras matérias por espaço de uma hora e meia. (CASTRO, 2009, p. 304)

Deste modo, a remodelagem dos tempos escolares (FARIA FILHO, 2007), era de suma importância para a inculcação de valores como disciplina e regulação dos comportamentos, exercendo os materiais escolares nessa esfera grande influência também no controle, planejamento e curso das atividades; listas diversas onde é possível identificar solicitações de artefatos como ampulhetas de 15 minutos e relógios de parede que tinham por finalidade exercer o controle de corpos e mentes, a regulação de professores e alunos, assim do fluxo de disciplinas e atividades correspondentes de forma eficiente.

Todas essas remodelagens no que diz respeito às mudanças na instrução pública secundária na província do Maranhão, seja pela distinção entre o espaço escolar e o doméstico, seja pela organização de um programa de ensino ou ainda pela possibilidade de controle dos tempos escolares via professores e práticas pedagógicas, foram oriundas da sua criação/instalação e nos indicam também transformações nos valores e sensibilidades (FARIA FILHO, 2007). Para além da transmissão de saberes, buscava-se com a instrução pública secundária a perpetuação de determinadas condutas e valores, tais como: a moralidade, a dignidade e a honestidade, entre outros, visto que “a prosperidade, pois d’este estabellimento não só descança[ra] na habilidade, e merito dos mestres, na esclarecida inspecção do seu digno director, na interferência do governo [de seu] zelo em indagar e remover os embaraços” (MARANHÃO, 1839, p. 23).

Por essas razões, a cultura material escolar vem sendo campo privilegiado para o estudo do universo escolar fornecendo subsídios para pensar-se a escola não apenas como um lugar onde se exerce uma determinada relação social, mas também como materialidade que torna possível a perpetuação de determinada sociedade inclusa nos significados subjacentes aos artefatos escolares. Partimos da hipótese de que a cultura material influencia na ação de instruir pretendida pelo Lyceu e poder provincial para sociedade maranhense oitocentista, seja pela regulação dos alunos via espaço escolar e/ou pelo controle dos conteúdos a serem ensinados, seja, por meio da regulamentação da prática pedagógica dos professores e/ou ainda pela inculcação de valores e condutas almejadas por meio da prática educativa relacionada a normas disciplinares e valores morais disseminados pela escola (OLIVEIRA, 2019).

3.1 O Lyceu maranhense: entre materiais e discursos

A escola foi pensada pelas autoridades como instrumento que possui utilidades e funções idealizadas de acordo com modelos tomados como referentes e que correspondiam “não a necessidades universais do homem que chegou a um certo grau de civilização, mas a causas definidas, a estados sociais muito particulares” (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001 p. 9); assim, o seu próprio surgimento enquanto forma está diretamente ligado a transformações na sociedade que, por natureza, são

específicas, locais, regionais e pertencentes a um contexto próprio. A existência, por si só, de um modelo ideal de escola secundária, personificado pelo Collégio Dom Pedro II no Brasil Imperial, trás antes de si ideais e modos de socialização pré-concebidos – a partir da sociedade europeia – e incorporados por parte da nação brasileira servindo para sua disseminação. Tal apropriação de escola ideal traz consigo um conjunto de materiais que propiciariam a realização desse intento. Neste sentido, é de nosso interesse perceber a presença dessa utensilagem material para a escola secundária nos discursos e ações dos sujeitos componentes das esferas administrativa, política e empírica da escola (ESCOLANO BENITO, 2017).

Os discursos sobre a institucionalização do ensino secundário evocam maneiras de aplicar determinada forma de escolarização, fazendo parte das soluções encontradas em cada sociedade para a concretização de seus projetos engendrados no interior das administrações e que se formam a partir de um conjunto de saberes e planos para a instrução como arquétipo de organização, estruturação e realização do ensino. A prática pedagógica do Lyceu Maranhense incluía diversas características em sua gramática do ensino das quais podemos citar a divisão do programa em matérias, salas de aula com um professor e práticas avaliativas recorrentes além do próprio termo Liceu que era utilizado para

[...] designar as escolas secundárias, criadas no decorrer do século XIX, [que] correspondem à transição da escola régia, preconizada pelos iluministas portugueses, para os ginásios, com cursos preparatórios para a universidade, compostos de aulas avulsas que ensinavam, isoladamente, aos alunos determinados conteúdos, especificamente o latim que seriam a base dos estudos posteriores. (BITTENCOURT, 1993, p. 57).

Pensar e indagar a cultura escolar pressupõe consciência desses ideais almejados para as instituições de ensino. Para Escolano Benito (2017) a cultura da escola constitui-se de três esferas que devem ser levadas em consideração em qualquer inquérito, a saber: a cultura política, a cultura acadêmica e a cultura empírica. O autor propõe uma forma de examinar centrada na observação das esferas que são externas à escola (política e acadêmica) por meio da reflexibilidade hermenêutica intersubjetiva, e outra que busca através da etno-história, analisar a cultura material escolar das instituições de ensino pela via interna (esfera empírica) das ações. Por exemplo, é possível resgatar memórias educativas por intermédio dos manuais escolares utilizados na alfabetização, pois estes objetos escolares, para além de fornecer um suporte físico aos conhecimentos, estão imbuídos em uma série de relações – dentre as quais a pedagógica – carregando importantes mensagens e

afinidades estabelecidas entre os objetos escolares e os sujeitos componentes dos processos de ensino que ocorrem efetivamente no âmbito escolar (ESCOLANO BENITO, 2017).

Destarte, as funções pensadas para as instituições de ensino na sociedade pertencem a esferas externas à escola e são propostas, discutidas e aplicadas por sujeitos que não necessariamente estão em contato direto com o ambiente da sala de aula, notadamente por autoridades locais, às quais competia elaborar normas de controle das instituições de ensino nas esferas administrativas e políticas da escola (ESCOLANO BENITO, 2017). Em seus planos estão inclusos os discursos sobre a organização do ensino secundário, os quais nos dão a perceber as formas como se reportam à cultura material e que concepções emitem a respeito dos espaços e utensílios escolares. Ocupando o lugar de poder, estes sujeitos muitas vezes impõem estes ideais e modelos que nem sempre são apropriados de forma literal pelos componentes do corpo formador do Lyceu. Imbuído desta compreensão, Escolano Benito (2017) aconselha-nos a refletir nas esferas de onde se originam as determinações e os discursos sobre a instrução e que conferem os valores a serem cultivados, bem como perceber os modos diferenciados de sua apropriação dentro do espaço escolar.

É possível, atentando para os valores expressos nos discursos sobre a instrução pública secundária maranhense, perceber que faziam parte não apenas das determinações sobre o Lyceu, se não da boa postura dos mestres, do ideal de alunos e do que se concebia como boa educação, como argumenta o Presidente de Província, João José de Moura Magalhães (1844), em relatório apresentado à Assembleia Provincial: “feliz o menino [...] cuja educação se faz de baixo da direção tutelar d’um bom Mestre, e na alma do qual os estudos [...] contribuem para desenvolver o conhecimento de Deos, do dever, e de verdadeira adesão a todas as cousas honestas!” (PUBLICADOR MARANHENSE, ed. 196, p. 1). É perceptível no discurso que a noção de educação está atrelada a valores morais, éticos e religiosos que estão para além do ato de instruir tido na época enquanto transmissão de saberes. Essas concepções eram vinculadas pelas instâncias externas à escola, exigindo dos mestres posturas exemplares e dos alunos a absorção tanto dos conteúdos ministrados quanto de todos os valores morais e éticos, os quais surgem enquanto imposição das instâncias externas à escola, materializados em discursos, tais como o de Moura Magalhães, mas de igual modo se afiguram o tempo todo sob a

forma de normas instituídas, tais como, os estatutos do Lyceu (1838 e 1877), nos pareceres sobre os livros escolares acessados pelas atas de reunião da congregação dos professores e nos relatos do cotidiano escolar, nas punições aplicadas em alunos transgressores e mesmo a funcionários da instituição, em fim, essa teia de relações testemunha “[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas [que] constantemente [se] entrelaçam de modo amistoso ou hostil” (ELIAS, 1993, p. 194) mostrando a constante batalha entre imposições e apropriações.

Refletir então sobre as relações que se firmam entre sociedade e escola nos põe diante de um paradoxo: Se, por um lado, não podemos pensá-las unicamente a partir de um olhar reduzido ao espaço escolar e a sua materialidade; por outro lado, é no espaço escolar, nas relações cotidianas e nas vivências pedagógicas, é sentado nas carteiras, trajando um uniforme e cantando o hino da nação onde se materializa, verdadeiramente, a função da escola na sociedade enquanto instituição guardiã e transmissora dos valores, costumes e saberes de um povo. Dito de outra maneira, é na escola onde são forjadas grande parte das “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem” (CHARTIER, 1994, p. 104).

É perceptível – pela realidade de imprevisto e imposição de um modelo externo que não necessariamente supria as demandas locais – que muitos destes aspectos foram deixados de lado quando da escolha do edifício que acomodaria a instituição em nome da modernização feita pelo presidente de província em exercício Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, quando entende ser este o local que mais condições ofereciam ao abrigo das disciplinas. No entanto, o que as fontes nos mostram é que a apropriação deste espaço não ocorreu na prática em conformidade com o discurso, uma vez que se constata nas páginas de jornais locais é que mesmo anos depois de sua instalação, “a parte do Convento do Carmo onde se estabelece[u] o Lyceu] não [apresentava] as comodidades necessárias para as aulas, falta[ndo] uma sala apropriada para a Aula de Desenho que pela sua estreitesa apenas contem 18 alunos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 196, p.1); por sua vez, o relatório do presidente de província Herculano Ferreira Penna (1849) revela que a dita aula permanece na mesma situação mais 5 anos, “pode[ndo] admitir 18 alunos, quando todos os anos mais de 60 deseja[va]m dedicar-se a esse estudo” (MARANHÃO, 1849. p. 34). Ou seja, embora o Lyceu Maranhense fizesse parte das

transformações idealizadas para o ensino público secundário, os investimentos realizados, por diversos motivos, não surtiram os efeitos desejados; relação entre disciplina e espaço escolar que analisada pela via da cultura material escolar nos permite apontar para sua não adequação como também o nível de negligência ao longo dos anos com este estabelecimento de ensino secundário que se pretendia referência. O que também pode ser constatado é que o espaço de funcionamento do Lyceu maranhense era constantemente adaptado e readaptado pelos sujeitos que dele faziam parte, e as solicitações de reformas estruturais, acabamentos, pinturas, asseio, dentre outras testemunhavam a apropriação que professores, secretários, diretores da escola e inspetores da instrução faziam deste local, se utilizando de todos os recursos cabíveis para por em curso o ensino secundário da província.

A materialidade escolar torna-se essencial para a compreensão das relações estabelecidas via artefatos escolares, uma vez que “o texto permite apreender os objetos [...] como linguagem [e] como materialidade que produz ações” (SOUZA, 2007, p. 14); suportes materiais que estabelecem suas ligações, e neste próprio “[...] consumo diferenciado de acordo com as necessidades do público alvo [é] que podem encontrar-se [diversas] ações e atos repletos de significados para aqueles que vivenciaram suas instalações num contexto específico” (CASTELLANOS, 2020, p. 14), tornando-se possível, portanto compreender-se os sentidos e significados da cultura material escolar a partir dessa materialidade. Deste modo,

[...] não é possível pensarmos esses materiais sem relacioná-los com os métodos e os graus de ensino, as disciplinas escolares e o gênero atendido. Trata-se, por tanto, de ver o interior da escola, sua organização, seus rituais, suas engrenagens de funcionamento; de perceber as relações entre seus agentes, seu entorno, seu local. (CASTRO, 2013, p.7).

A cultura material da escola, por conseguinte, deve ser apreendida como parte de um sistema composto de esferas que se imbricam não podendo dele se dissociar compartilhando, por sua vez, uma linguagem comum que pretendemos identificar em nossas fontes. É preciso ressaltar que nem sempre a sua decifração ocorre de modo sereno e livre de entraves, já que

Contamos com a limitação de aproximarmos do conteúdo material apenas através de documentos escritos. Por isso, ainda temos problemas de, no caso dos objetos, da dificuldade em identificar o que são, para que servem, e como eram utilizados, principalmente por alguns deles não pertencerem ao nosso universo cultural atual (VEIGA, 2000, p. 6).

Assim pretendemos identificar nos registros os objetos da cultura material escolar necessários para a efetivação do ensino que figuram das mais diversas

formas na literatura, surgindo sob variadas denominações, tais como: artefatos escolares, materiais escolares, objetos escolares, utensílios escolares, materiais didáticos, materiais auxiliares, recursos de ensino (SOUZA, 2007) que são entendidos como

[...] um conjunto de objetos utilizados no cotidiano, nos diferentes espaços-salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros que contribuíam no processo de ensino e de aprendizagem e na administração dessas instituições (CASTRO; CASTELLANOS, 2013, p. 179).

A cultura material escolar está inclusa na esfera da cultura empírica das instituições de ensino, especificamente, na prática pedagógica, seja na construção e uso dos elementos teóricos, seja nos elementos discursivos analisados. Dessa forma, a esfera do empírico da instrução se reflete nas condutas dos sujeitos, podendo ser apreendidas por meio dos documentos e testemunhos e, também, no equipamento ergológico, captado por meio dos objetos materiais e das estratégias criadas na experiência por professores e alunos. (ESCOLANO BENITO, 2017).

Tais afirmativas permitem refletirmos sobre a possibilidade de assimilar a materialidade escolar por intermédio dos discursos a respeito da instrução, da prática educativa e pedagógica, da divisão do tempo escolar, das determinações curriculares, enfim das mais diversas formas de expressão da escola que não somente dos próprios artefatos em si. Corroborando com essa visão, Silva e Souza (2018) no estudo sobre os *Objetos de utilidade prática para o ensino elementar*, refletem sobre as listas de materiais presentes em manuais pedagógicos elaborados para subsidiar a formação de professores e chegam à conclusão de que essas listas possibilitam identificar uma série de elementos presentes no ensino elementar como, por exemplo, os indicadores do controle do tempo escolar presentes em objetos como campainhas, ponteiros dos repetidores e relógios; indicadores da organização das salas de aula como estrados para a exposição das lições, quadros pretos envernizados e quadros de leitura; e por fim aqueles que apontam a prática de leitura e escrita em materiais como tinteiros e ardósias³⁶.

É preciso ter em mente que tanto os discursos pedagógicos e políticos como os materiais e objetos escolares fazem parte do projeto de instrução pública em construção e, portanto, dividem um mesmo idioma simbólico dotado de significados e sentidos compartilhados que possibilitam uma apreensão de mão dupla, seja por meio

³⁶Artigo intitulado: *Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate*. In: CASTRO, C. A.; SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de. *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018.

dos materiais em si, seja nas práticas dos sujeitos participantes da instrução e nos discursos ao respeito. Neste sentido, as opiniões manifestas sobre a instrução do Lyceu Maranhense inscritos nas diversas fontes transparecem os ideais de uma época e versam também sobre as finalidades pensadas para escola enquanto exercício de papel social, como se percebe no relatório do presidente de província Joaquim Franco de Sá (1846-1848), quando afirma que a escola devia oferecer saberes que “concorre[ssem] para desviar nossa mocidade do exclusivismo jurídico” com isso “aparelhando[-a] pela educação de homens úteis, e de algum esclarecimento à vida prática e productora” (MARANHÃO, 1847, p. 41).

Pensando na direção oposta, as práticas e as normas também tendem a definir os espaços e ações dos diferentes sujeitos que, por sua vez, se apropriam delas de formas difusas e diversas, tanto de seus conceitos como dos modelos de ensino impostos, tendo em vista que, em muitas ocasiões “[...] o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas” (SOUZA, 2007, p. 177). Assim, se era função do Lyceu maranhense a instrução de “homens úteis” que pudessem colher os resultados desse empreendimento na “vida prática e produtora”, podemos inferir que a inserção de saberes dessa natureza no seu programa poderia demandar uma reestruturação também do aparato material e/ou tecnológico a fim de que se pudesse bem instruir. O *Publicador Maranhense* (1843-1885), nos traz um exemplo das ações que acarretavam o investimento em disciplinas científicas para o uso prático no cotidiano, bem como da necessidade sempre constante de se contar com um aparato material específico quando desses investimentos.

O Estudante Caetano da Rocha Pacová, que em virtude da Lei Provincial n. 219 de 11 de Setembro de 1846 foi mandado à França com o fim de aprender a ensaiar metaes, fez constar ao Governo por attestados dos respectivos Professores, que se há applicado com zelo e aproveitamento aos seus estudos, mas o Ministro Brasileiro a'quellea Corte também informou-me em officio de 13 de outubro 1848 que para completar o programma se sua instrucção ser-lhe-ia necessário praticar ainda em algum bom Laboratório chimico, onde não poderia ser admitido sem o despendio annual de mil francos. (PUBLICADOR MARANHENSE, N. 875. 1849. p. 3)

Nessa perspectiva sentido, não se pode dissociar as esferas externas da cultura escolar (ESCOLANO BENITO, 2017), quando se estuda sobre o equipamento ergológico estudantil, uma vez que se constitui uma relação dialética e simbiótica da produção de sentidos e significados entre o exterior e o interior da escola sobre a materialidade escolar; mesmo que as ações e os discursos se originem na esfera

acadêmica ou política, a apreensão da realidade cotidiana somente pode verdadeiramente ser alcançada por meio da cultura empírica da escola, na medida em que,

[chega-se] a suspeitar, e mesmo assumir, que os restos arqueológicos da escola são o mais firme e objetivo suporte sobre o qual se pode fazer perguntas, de natureza etnográfica e de intenção interpretativa, aos indícios do passado que residem nas fontes materiais. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 27).

O universo escolar se constitui não apenas das regulações estruturais que buscam controlar a instrução por via de normas e teorias, mas e de igual modo, do próprio mundo da ação nas escolas onde efetivamente se pode apreender a cultura empírica própria destes estabelecimentos que se dá na prática do cotidiano da sala de aula. É importante perceber também os modos de recepção e as incorporações que fazem os sujeitos no cerne do processo de apropriação que transformam a pragmática da instrução – no Brasil Império – em práxis e, por sua vez, constituem essa práxis numa cultura da escola em determinado espaço de sociabilidade. (ESCOLANO BENITO, 2017). Neste sentido, o resultado de um investimento que leve em conta as três culturas da escola na investigação da cultura material escolar consistiria em uma história holística que estuda os usos dos objetos, as vinculações de uns materiais a outros, as relações com os atores e as práticas pedagógicas, bem como sua localização nos espaços institucionais e, ainda a imbricação de todas essas mediações na estruturação da tecnologia de ensino como modo de produção.

Outro aspecto que deve ser levado em conta para esta história holística da escola trata-se da esfera que extrapola os espaços de instrução e suas relações; mundo da vida que, segundo Escolano Benito (2018), mesmo estando fora das esferas da cultura da escola interfere no ambiente didático e pedagógico. Questões como o aspecto econômico e os avanços tecnológicos das províncias, uma vez que “o desenvolvimento econômico vai desencadear uma série de movimentos em prol da instrução e, por conseguinte, a estruturação física e material das instituições de ensino” (CASTRO, 2011, p. 9).

O Maranhão nos inícios do período imperial era a quarta maior economia do país muito por conta do algodão; produto que como o arroz e o açúcar foram exportados pela província para a Europa e América do Norte. Com esse mercado exportador, as escolas conseguem usufruir dos materiais necessários para o aparelhamento, contando com a boa condição econômica local (RIBEIRO, 2000). No

entanto, sucessivas crises acompanhadas de mudanças no mercado internacional – como a ocorrência após a Guerra de Secessão nos EUA entre os anos 1861 a 1865, que modificou o mercado exportador do algodão – (ROLIM FILHO, 2016), e da abolição da escravidão, que por meio da Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888 que interferiu na principal – talvez única – mão-de-obra com a qual a província contava no período, foram motivos suficientes para seguidos colapsos na instrução e a obsolescência do aparato material constituinte das escolas da província.

Entretanto, nem todos os autores atribuem às crises internacionais ou à repentina interferência na mão-de-obra escrava a decadência em que se viu a província do Maranhão no período. Outros aspectos influenciaram nesse cenário, tais como:

[...] o comércio interprovincial de escravos, os processos produtivos arcaicos, a tributação demasiada dos produtos de exportação, a concorrência desfavorável ao produto local, a não criação de alternativas de práticas trabalhistas assalariadas que reorganizassem o trabalho e, como último e principal fator, a espera dos senhores e donos de latifúndios [...] de serem indenizados pelo governo ao abolir a escravidão (CASTELLANOS, 2017, p. 331)

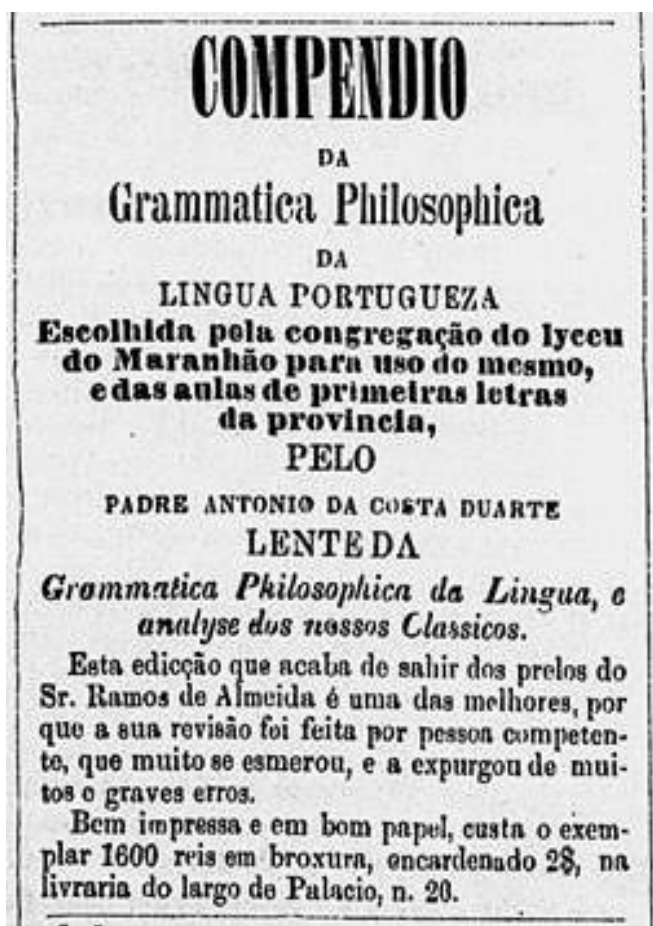
Além destas motivações, ainda podem-se ser citadas como agravantes as prioridades de investimento do poder central que relegava à instrução papel coadjuvante, dispendendo mais recursos, por exemplo, com os negócios da guerra do que com o ensino. O Oitocentos foi marcado por revoltas, disputas e conflitos internacionais que muito afetaram a economia local. No Maranhão podemos citar, a Balaiada (1838-1841) que teve desdobramentos nos estados do Piauí e Ceará, podendo-se também elencar a Guerra do Paraguai (1864-1870) que envolveu Argentina, Uruguai, Paraguai e o Brasil no maior conflito armado da América do Sul, despendendo de boa parte dos recursos financeiros no negócio das armas. Não apenas os recursos financeiros eram despendidos para a arregimentação em tempos de guerra como afirma Souza (2017, p. 33):

A composição de recursos humanos para a Armada se originava ou do engajamento voluntário, em tempo de paz, ou do recrutamento forçado em circunstâncias extraordinárias, em tempo de guerra, sendo reunidos, em uma mesma embarcação, menores, adultos, indígenas, escravos, estrangeiros, criminosos, prisioneiros, vagabundos, sem nenhuma experiência bélica.

Muitas são as possíveis causas para a decadência econômica do Maranhão no Oitocentos e, sejam elas quais forem, sua interferência na cultura material escolar é direta, pois o aspecto tecnológico de ensino liga-se quase que automaticamente à cultura material escolar, uma vez que “[...] as escolas são lugares onde se constroem

culturas materiais e tecnologias específicas voltadas à comunicação pedagógica e ao controle da [sua] vida cotidiana [...]” (LAWN; GROSVENOR, 2005, p. 10). Os discursos sobre instrução versam diversas vezes, sobre a estruturação e a modernidade almejadas para as realidades locais, exaltando-se aspectos como a qualidade e boa impressão dos livros escolares nos prelos provenientes da província, as novidades tipográficas e a indústria local do impresso que colaboraram em muito com as tecnologias do ensino. É o caso, por exemplo, do *Compendio da gramática Phliosophica da língua portuguesa* (1877/6ª edição), do padre Antonio da Costa Duarte³⁷, adotado para as aulas do Lyceu Maranhense e de primeiras letras da província, que apareceu diversas vezes no *Publicador Maranhense* em 1863.

FIGURA 3 - Anúncio do Compendio da Grammatica Phliosophica da Lingua Portuguesa de Antonio da Costa Duarte



Fonte: Publicador Maranhense, 1863.

³⁷Nasceu [...] na capitania, depois província do Maranhão, no fim do século passado; foi presbytero do hábito de S. Pedro, lente de grammatica philosophica da língua portuguesa e analyse dos clássicos e escreveu: - *compendio de grammática portugueza* [...] –compendio de grammatica Philosophica da língua portuguesa, escolhido pela congregação do lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu. Maranhão, 1840 – esta é a segunda edição já acrescentada (BLAKE, 1883, p. 145).

O anúncio traz um importante registro do uso da obra em níveis diferentes do ensino público, assim alguns questionamentos são pertinentes: como poderia um livro de gramática ser ao mesmo tempo usado no ensino primário e secundário? Como eram trabalhados os conteúdos nos diferentes níveis de ensino? Qual seria o papel do professor nesse processo? Nessa lógica, encontramos registros no mesmo jornal, afirmando que as obras poderiam ser utilizadas e “fica[ria] ao critério dos professores a tratar do que estiver ao alcance da inteligência dos alunos com o desenvolvimento que exige[sse] a matéria” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 258, p. 2); no entanto, o *Compendio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa* (1859/4ª edição), de Antonio da Costa Duarte, não é porém a única obra utilizada simultaneamente pelo ensino primário e secundário. Nessa esteira, podemos citar: as *Postillas de Gramática Portuguesa* (1863/1ª edição), de Francisco Sotero dos Reis e a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1863/13ª edição), de Felipe Benício de Oliveira Condurú³⁸, que também figuram entre as obras adotadas nos dois níveis.

Destaca-se também a ênfase dada à casa de impressão do senhor Ramos de Almeida, onde os livros são disponibilizados como uma das melhores. Este realce à tecnologia de impressão utilizada pode ser interpretado como uma estratégia de marketing para que se pudesse vender a obra, mas existe também a probabilidade de se destacar como parte de uma ideia de modernidade pedagógica ou de tecnologia livresca que “expurga da publicação os erros graves” e torna o ensino ministrado nas salas de aula mais preciso e eficiente. Tais notícias nos permitem refletir, por tanto, sobre a prática pedagógica da escola, bem como, a respeito da relação estabelecida entre tecnologia e cultura material escolar, uma vez que tais práticas versam sobre a concretização de determinado processo pedagógico, em muitos casos, os “Manuais destinados a orientar o uso dos novos materiais [...] foram elaborados, exigindo-se do professor o domínio das práticas destinadas à boa aplicação do método” (VIEIRA; GOMIDE, 2008, p. 3840).

Essa tríplice relação – tecnologias de impressão, cultura material escolar e práticas pedagógicas – nos autoriza a pensar sobre os discursos atinentes à instrução na província do Maranhão, abordando a região, localidade ou lugar onde as condições materiais e tecnológicas permitiram, ao menos por um determinado

³⁸Felipe Condurú nasceu aos 23 dias de agosto de 1818 na cidade de São Bento - MA, falecendo aos 12 de novembro de 1878. Pedagogo, educador, inspetor escolar e conselheiro da Instrução Pública do Maranhão, Primeiro diretor da primeira Escola Normal de iniciativa governamental e autor da *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1860/7ª edição).

período, usufruir de ambiente favorável para as inovações pedagógicas. Escolano Benito (2017, p. 24) indica a existência de

Uma espécie de mecanismo de seleção, ou darwinismo cultural, [que] faz com que certos modos e utensílios materiais possam permanecer nos hábitos dos [professores], que outros padrões e métodos se afirmem ou desapareçam em seus usos, que algumas alternativas emergam, em certos momentos, como inovações, sem se saber bem o destino que terão.

Talvez por gozar de um aparato tipográfico desenvolvido no período imperial, a província tenha se utilizado dessa vantagem a fim de criar um mercado livreiro fortalecido e impulsionar-se também enquanto berço de autores de livros escolares e de intelectuais no seio da sociedade. A afinidade existente entre a indústria tipográfica e a instrução pública deve tornar-se também objeto de interesse no estudo da cultura material escolar “[...] buscando compreendê-los através das relações de que fazem parte, e das diversas manifestações instauradas na vida escolar” (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68).

Chartier (1989) nos sugere uma forma de análise sistemática das representações ligadas aos objetos em estudo, que devem ser buscadas constantemente nas fontes com olhar intencionado a identificar suas tipologias. A primeira delas relacionada às práticas dos sujeitos estudados, nesta investigação tratam-se dos indivíduos que tem relação com a cultura material escolar do Lyceu Maranhense. Neste sentido, podemos elencar a título de exemplo, o papel ocupado por esta instituição, por meio de um ofício da inspetoria da instrução pública (datado de 13 de outubro de 1856), no qual o inspetor Caetano José da Silva (1854-1856) autoriza a compra de uma lista de materiais para a escola pública de primeiras letras da freguesia de Nossa Senhora da Vitória em São Luís.

Aos 13 dias do mês de outubro de 1856 na secretaria do liceu maranhense, sendo presente o senhor doutor inspetor da instrução pública para o fim de contratar o fornecimento dos utensílios precisos para a escola publica de primeiras letras da freguesia de Nossa Senhora da Vitoria desta capital (MARANHÃO, 13 de outubro de 1856)

Note-se que a tomada de decisão do inspetor com relação à cultura material escolar de uma instituição de ensino primária é assinada na secretaria do Lyceu. Dessa forma, “não apenas o espaço escola, mas também sua localização, disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como elemento curricular” (ESCOLANO, 1988. p. 27). Ao avaliarmos a cultura material escolar do Lyceu Maranhense, em muitas ocasiões, as análises se confundem com as demais instituições de ensino e cadeiras isoladas do restante da província. Nesse sentido,

acreditamos ser essa uma representação, incipiente talvez, das práticas dos sujeitos envolvidos com a instrução pública, bem como da centralidade desta no que concerne às decisões sobre a cultura material escolar não apenas deste espaço escolar, mas também de outros estabelecimentos de ensino na província, tendo em vista que “como espaço onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo em que transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercício do poder” (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001 p. 17)

Destarte, acreditamos que a ideia de que o Liceu faça parte das decisões a respeito da instrução pública maranhense como um todo no período em foco se deva ao fato de encontrar-se localizada no primeiro andar do Convento do Carmo (1838-1876), Já em 1876, o Lyceu foi transferido para a rua de São Pantaleão n. 39, onde funcionava o Collégio da Imaculada Conceição³⁹, como consta na seguinte notícia, anunciada pelo *Publicador Maranhense* em 1877:

O padre Theodoro Antonio Pereira de Castro⁴⁰ e outros, proprietários do prédio nobre sito na rua de S. Pantaleão, nº 39, nesta capital, pedem [a] presidência, que mande por em execução o parágrafo 11 art. 20 da lei provincial n. 1155 de 5 de setembro de 1876, que auctorisa a mesma presidência a transferir para o dito prédio o lyceu, afim de funcionar alli as suas aulas. – Informe o Sr. Dr. Inspector da Instrução Publica. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1877, ed. 14, 28).

Outra mudança de endereço é sofrida pela instituição 13 anos depois, por meio do decreto nº. 26 de 1890, quando é transferido o Lyceu para a Rua Formosa com o aluguel mensal estipulado em 900\$000 réis anuais. No dia 23 de agosto de 1893 efetuou-se a compra do referido prédio pela quantia de 22:000\$000. Outro fato pertinente é que o cargo de inspetor, quando da criação da Inspetoria da Instrução Pública em 1843, era acumulo da função de diretor do Lyceu Maranhense, dotando, portanto, esta instituição de um papel de centralidade com relação às demais instituições escolares provincianas.

Art. 6. A fiscalização sobre o regimen das aulas e comportamento dos professores públicos, tanto do Lyceu, e como de toda a província, com exceção dos do seminário ecclesiastico, de que trato o art. 6 da citada

³⁹Colégio inaugurado em São Luís no ano de 1869 situado à Quinta da Olinda, no Caminho Grande, fora do centro da cidade, e possuía agua corrente, tanque para banhos, arvores frutíferas, jardim, bosque e lugar de recreação (VAZ, 2005, não paginado). Tal escola tinha o curso primário e secundário, e, além disso, contava com seu próprio prédio, sendo que acabou por desfrutar de larga reputação (VIVEIROS, 1953, p. 37).

⁴⁰Compôs o quadro de diretores do Collégio da Imaculada Conceição em 1869 juntamente com os senhores Raymundo Alves de France e Raymundo Purificação dos Santos Lemos. VAZ, Leopoldo Gil Dulcio, *Natação no Maranhão* (1851 - 1983). 2005, não paginado. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/191.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2021.

lei n. 93, devolverá d'ora em diante ao diretor do Lyceu, que a exercerá por si, e por delegados de sua confiança; ficando elevada a quinhentos mil reis a gratificação, que ora percebe o mesmo diretor; e obrigado o presidente da província a dar as necessárias instruções para facilitar a boa execução d'este artigo. (MARANHÃO, 1 de setembro de 1841).

Enfim, pretendemos aqui discorrer não apenas sobre a materialidade escolar presente nos objetos da escola em si, mas incursionar numa análise centrada nas diversas esferas da cultura da escola (ESCOLANO BENITO, 2017 e nas representações que envolvem o Lyceu Maranhense e a sua materialidade (CHARTIER, 1989); ou seja, discorrer sobre os dados garimpados e identificados em nossas fontes, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da história cultural, abordando-os enquanto forma, frequência, dispositivo e estrutura, como primeiro eixo de análise dos três elementos indissociáveis dessa abordagem - a história do objeto na sua materialidade (CHARTIER, 1990).

Na busca por uma análise mais segmentada optamos pela adoção do conjunto de categorias da cultura material escolar selecionado e classificado por uma equipe de pesquisadores de cinco estados brasileiros⁴¹ que esquematizaram suas investigações para fundamentar a comparação dos usos e das práticas pelo país. As categorias elencadas são:

Mobília, Utensílios da escrita, Livros e revistas escolares, Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, Organização e Escrituração da escola, Prédios escolares, Material de higiene, Material de limpeza, Trabalhos dos alunos, Indumentárias, Ornamentos, Honrarias e Jogos e brinquedos. (PERES E SOUZA, 2011, p. 61)

Com base nessa categorização, torna-se possível a organização dos artefatos da cultura material escolar de acordo com as respectivas funções e características, optando-se aqui pela escolha de quatro destas categorias de objetos escolares que tem relação direta com o processo de ensino: livros e revistas escolares; utensílios da escrita e mobiliário escolar; bem como materiais visuais, sonoros e táteis.

3.2 Utensílios da escrita e mobiliário escolar: prescrições e práticas

As investigações dirigidas à cultura material escolar devem levar em conta, que os sentidos e as significações não se esgotam no próprio artefato, sendo “[...] necessário entender que os significados não estão nos objetos apenas, mas nas

⁴¹Maranhão, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Paraná.

condutas, valores e sentidos que são atribuídos pelos sujeitos que deles fazem uso.” (PERES; SOUZA, 2011, p. 55). Nessa lógica, se faz preciso analisar, articuladamente aos objetos, os projetos sociais, as concepções de escolarização, os cenários culturais e escolares, os discursos políticos e pedagógicos, a instância econômica e a escolar, as inovações sociais e pedagógicas, o disciplinamento da população e a comercialização de produtos dentro e fora da escola, como também a produção científica em diferentes áreas da pedagogia.

Atividades ligadas à escrita e cópias se fazem presentes em diversas normas de controle do Lyceu, nas prescrições ligadas ao processo avaliativo de certas disciplinas, a exemplo do Art. 14 dos estatutos de 1838, que obriga “Os alunos de desenho [a] Apresentar[em] no fim do 5º e 9º mês do ano letivo cópias indicadas pelo lente para exposição dos trabalhos de Desenho” (CASTRO, 2009, p. 305). Em outro trecho da mesma norma, também está presente uma prescrição a respeito dos objetos escolares, os quais são postos sob a responsabilidade do diretor da escola que deveria “fazer as requisições dos objetos, que pela Congregação forem julgados precisos para o uso do Liceu” (CASTRO, 2009, p. 305). Tais prescrições de usos dos objetos escolares nos fornecem ideais das expectativas de uso dos artefatos escolares, das suas formas de organização, funcionamento e da prática educativa desta escola no que se refere à escolha destes materiais.

Os itens que caracterizam a cultura material da escola constituem uma série de artefatos das mais variadas naturezas, que foram inseridos no cotidiano escolar com o intuito de ensinar os conhecimentos elementares, notadamente: ler escrever e contar. Entre eles, estão os Alfabetos, almofadas, ardósias, areeiro, borracha, caderneta, caderno, canetas, canivetes, carvões, cavaletes, compassos, esponjas, estojos, giz, lápis, lousa, mata borrão, nanquim, papel, pedra, penas, pincéis, quadro, régua, tinta, tinteiros, tímpano, tiralinhas e traslados (CASTRO, 2011). Constituindo-se estes instrumentos/objetos parte do “conjunto dos artefatos materiais em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica que é intrinsecamente humana, revelador[a] da dimensão social”. (PERES; SOUZA, 2011, p. 56)

Deste modo, podemos afirmar que os utensílios de escrita datam dos primórdios da formação de sociedades humanas, quando essas populações tiveram necessidades de registrarem aspectos do cotidiano, riscando pinturas rupestres nas paredes das cavernas até o registro da escrita hieroglífica, tábuas sumérias, pergaminhos e papiros, para elencar apenas os suportes do escrito. Ao longo de

trajetórias indeterminadas, estas sociedades foram acomodando conhecimentos necessários tanto por meio da cultura oral como da escrita; suportes que constituem um dos principais meios que possibilitaram o desenvolvimento das sociedades escritas – em oposição às sociedades orais –, uma vez que puderam ser estabelecidas mediante saberes objetivados que foram acumulados e transmitidos para as gerações posteriores, como também foram acatando o desenvolvimento de ditos saberes em espaços escolares e não escolares e, por conseguinte, permitir o surgimento da forma escolar de socialização (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001)

Assim, o surgimento da escrita possibilitou a constituição de formas relativamente invariantes de relações sociais. Primeiramente surge a possibilidade de constituição de saberes escriturais e formalizados – objetivados, delimitados e codificados – tornando-se possível pela primeira vez a pedagogização das relações sociais. É a partir dessa reestruturação das relações que surge a possibilidade de pensar a escola como um espaço físico separado de outras práticas sociais, fazendo com que, a meados do séc. XVII emergisse a forma escolar de socialização pensada em local próprio e de forma independente das outras formas de relações sociais, em espaços singulares e a partir de saberes objetivados, na medida em que, ao ser “a escrita que permite a acumulação da cultura até então conservada no estado incorporado [,] torna cada vez mais indispensável a aparição de um sistema escolar” (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 28).

Diversos materiais foram utilizados para o registro nos diversos suportes apresentados, desde o *stilus* feito de chumbo usado para escrever nos papiros na Roma antiga, que ao longo dos anos foi sendo trabalhado e misturado com outros materiais (chumbo e prata, chumbo e estanho etc.) até o que fora denominado de lápis já na Idade Média. Posteriormente, tem-se a descoberta da plumbagina no Reino Unido (1554); material mineral que apresentava diversas características que possibilitaram a produção de objetos de escrita, dentre elas, a facilidade de corte em barras ou varetas e a produção de um traço negro onde fosse passado. Em seguida este material, originalmente encontrado na natureza, foi produzido de maneira artificial por Nicolau Jacques Conté (1755-1805); a “plumbagina artificial” era uma mistura de grafite e argila inicialmente dissolvida em água e solidificada em alta temperatura. O resultado desse processo consistia em uma substância frágil – a mina – e, para se tornar funcional, precisava-se que fosse envolta por madeira de cedro para assim se tornar o que ficou conhecido como “lápis de Conté” (BRITO, 2010).

Podemos aqui também elencar a pena como um dos utensílios de escrita mais antigos que se tem notícia pós-invenção do papel. A utilização de penas para escrita data de 600 anos a. C. e tal instrumento sobreviveu a séculos de utilização atravessando a Antiguidade, a Idade Média e a Modernidade.

[...] as penas preferidas eram as de ganso, de cisne ou de pato, devido a sua canula larga e oca que se tornava um bom depósito para a tinta. Depois de convenientemente limpas e secas, a ponta era afiada em bisel e levemente fendida para que a tinta escoasse com regularidade. (BRITO, 2010, p. 102).

A pena foi utilizada por diversas sociedades como a forma mais popular de disseminação da cultura escrita. Ensinava-se à sociedade letrada de diversas formas a fim de que dominasse o seu uso. Esse utensílio passou a representar a cultura letrada da sociedade, se tornando também símbolo de ilustração que é largamente utilizado em retratos de grandes personalidades de determinada coletividade, sejam eles políticos, religiosos, jornalistas ou professores. Desta forma, o ato da escrita ou domínio deste *saber-fazer* foi dotado de representações trazendo para os ilustres da sociedade certa aura de autoridade e com isso uma espécie de poder, por vezes cedido por instituições como acontece no caso da escola.

Distinguir entre as palavras e as coisas supõe, de fato, um conjunto coerente de transformações sociais logicamente ligadas, tais como o surgimento da escrita, de uma instituição de poder separado, etc. (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 27)

A escrita, para além de um meio de comunicação que envolve um domínio técnico de uso dos objetos e suportes, constitui-se importante vetor das relações sociais, principalmente nos âmbitos onde há um ordenamento de espaços, tempos, disciplinamentos e doutrinamentos como é na instituição escolar imperial. Pensando na apropriação dos objetos de escrita pelas instituições de ensino é possível perceber que a principal representação da elite ilustrada do Maranhão oitocentista consistia no domínio que tinha das letras e na extensa atuação dos professores do Lyceu à frente da redação de jornais ou no trabalho referente a produção de obras escolares.

Com relação ao primeiro eixo a análise da história cultural, qual seja, a história do objeto em sua materialidade (NUNES; CARVALHO, 1993) recai estritamente sobre as fontes com vistas a escrutinar o texto, definindo-se a forma em que se apresentam, sob qual estrutura estão expostos, quais são os dispositivos responsáveis por sua circulação e com que frequência os temas surgem e desaparecem. Destarte, centramos este estudo numa diversidade de fontes que

tratam da cultura material escolar, encontrando-se entre elas, as que se originam do órgão regulador do ensino maranhense: a Inspeção da Instrução Pública.

Os documentos emitidos pela instituição, em se tratando da cultura material escolar, se organizam de duas formas diferentes: Ofícios e Relatórios. Nesta investigação abrangem as décadas de 1850, 1860 e 1880. Os Ofícios, quanto a sua estrutura, geralmente são escritos em linguagem objetiva e direta, abordando o problema enfrentado e apresentando soluções, bem como destinatário da solicitação e remetente. Os principais temas subjacentes aos ofícios, diz respeito a solicitações de materiais, pedidos de licença dos professores, nomeações para exames, entre outros. Por sua vez os relatórios da inspeção visam acompanhar o estado da instrução e dos estabelecimentos de ensino, são estruturados em parágrafos e separados por assuntos, por vezes trazem no texto, anexos onde figuram listas de materiais, frequência dos alunos e dados das escolas. Os relatórios da inspeção da instrução pública, com respeito a forma, nos revelam informações cruciais quanto ao andamento do ensino público primário e secundário, documentando com mais detalhes as questões relativas ao dia-a-dia, os problemas enfrentados, as possíveis soluções e opiniões a respeito da importância de instruir, possibilitando-nos detectar, dentre outras coisas, os posicionamentos dos sujeitos junto às questões estruturais do Lyceu.

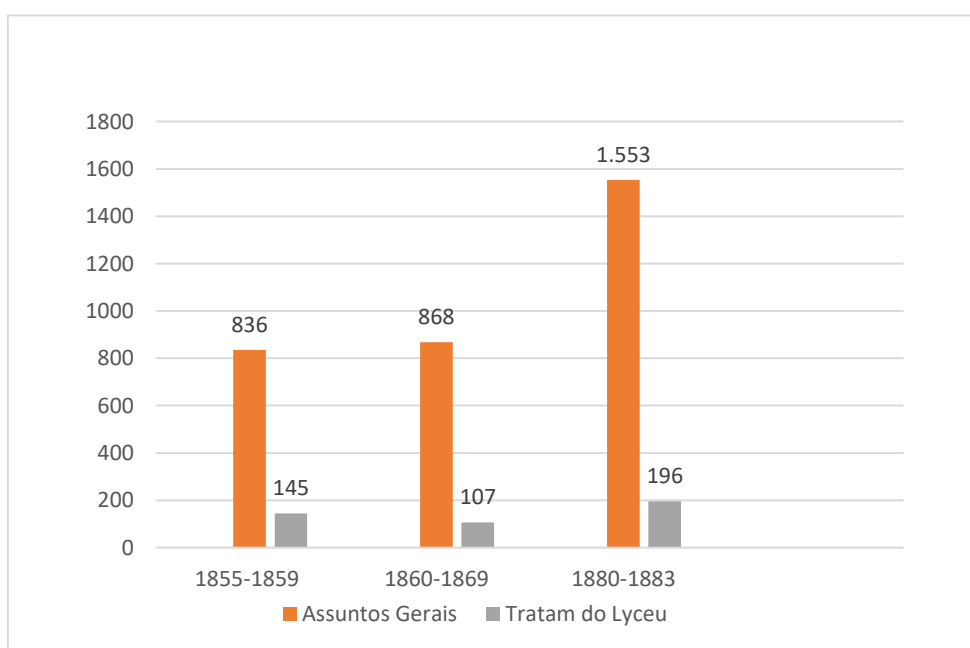
Para além do teor dos ofícios, podemos apreender informações importantes nas próprias formas que caracterizam essas solicitações. De ante mão, é possível perceber a sua intencionalidade que é direcionada à resolução de um problema do cotidiano. Uma das principais características desta documentação consiste em seu caráter oficial e prático aplicado diretamente à realidade da província. Outro aspecto a tratar reside nos questionamentos acerca do atendimento ou não das solicitações; ou seja, passamos a analisar também a esfera administrativa da cultura escolar (ESCOLANO BENITO, 2017), não como um sistema harmônico e ideal, mas como campo de disputas constantes por recursos e discursos entre as autoridades e as escolas (PERES; SOUZA, 2011).

Depois de feitos esses questionamentos, torna-se necessário refletir sobre o porquê de cada colocação, dos modos de se dispor sobre os materiais, das táticas de convencimento, entre outros critérios de análise que nos auxiliaram na apreensão das intencionalidades, uma vez que as práticas discursivas “[...] são as que se oferecem aos leitores para uma compreensão hermenêutica dos códigos subjacentes como

gramática da escolarização sob a opaca ou expressiva materialidade das coisas que vemos e manejamos” (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 94).

No tocante à frequência é possível analisar a representatividade do Lyceu Maranhense nessa documentação, tendo em vista as menções diretas ou indiretas feitas à instituição apresentadas no gráfico 1. Nos ofícios, a ocorrência das citações não é constante como nos relatórios que sempre tratam da instituição, tendo espaço reservado para informar sobre seu estado e andamento. As correspondências oficiais, por sua vez, exibiam uma variabilidade temática maior e nem sempre eram oriundas de demandas liceístas. Os principais temas abordados eram sobre o professorado, remetendo-se a pedidos de licença e nomeação, a solicitações de materiais e exames.

GRÁFICO 1- Menções ao Lyceu Maranhense nos ofícios da Inspetoria da Instrução Pública (1850, 1860, 1880).



Fonte: Souza, 2020.

É perceptível que a escola possui uma significativa representatividade nos ofícios, figurando em cerca de 15% das correspondências. Acreditamos que essas menções possam ter sofrido influência de alguns aspectos: primeiro, a estreiteza de relações entre o Lyceu Maranhense e a Inspetoria da Instrução Pública que funcionavam no Convento do Carmo; segundo, por conta de diversas ocasiões, nas quais, quem exercia o papel de inspetor também fazia as funções de diretor da escola como nos informa a lei 156 de 15 de outubro de 1843 art. 6, determinando que

“pertence[m ao inspetor] todas as atribuições, que ora competem ao Diretor do Liceu” (CASTRO, 2009, p. 69 2). Podemos inferir então, que haviam interesses correlatos pelo acúmulo de funções, influenciando o atendimento das demandas liceístas, o que dotou o diretor/inspetor de prestígio enquanto ações tomadas à frente dessas instituições. Outro aspecto que pode ter influenciado para o número de ofícios, residia na agilidade da comunicação dos problemas, às vezes pela proximidade entre instituições, às vezes pelo exercício simultâneo de dois cargos, concedendo à escola posição privilegiada.

Dentre os principais sujeitos identificados na documentação relativa à inspetoria da instrução, podemos destacar a ação de alguns inspetores responsáveis por revelar representações importantes a respeito da instrução pública sob sua responsabilidade, tal qual José da Silva Maia (1811-1893), um conceituado médico maranhense nascido em Alcântara que teve boa parte de sua formação na França. Sua ação foi marcante no sentido de sinalizar “[...] graves problemas e dificuldades na instrução, ao mesmo tempo em que oferecia sugestões para que medidas pudessem ser implementadas” (FARIAS, 2020, p. 53). Foi o inspetor que mais ofícios redigiu a respeito da cultura material escolar para o Lyceu Maranhense. Em suas correspondências e relatórios, podem ser identificados questões de ordem prática enfrentadas pela inspetoria, tais como: demandas por material escolar, realização e fiscalização dos exames, pendências dos professores da instituição, sejam elas casos de indisciplina, solicitações de licenças ou gratificações. Com relação a posições tomadas, o inspetor expõe de maneira firme suas opiniões a respeito das instituições de ensino da província.

Especificamente, com relação ao Lyceu, afirma que

[...] não oferece as vantagens proporcionais ao sacrifício que faz a província com a sua sustentação, visto que o progresso dos alunos está ainda bem longe de corresponder ao talento de que são dotados: isto se dá, porém, em todo o *externato*, como já tive ocasião de fazer ver em meus relatórios, pois que qualquer que seja a aplicação dos meninos durante as aulas, fora delas esquecem-se das lições dadas, preocupados em divertimento, que encontram no seio de suas famílias. Representei, igualmente, que o único remédio a este grande mal seria o *internato*, no qual a educação intelectual, assim como a física e moral, fosse dirigida e fiscalizada pelo governo. (MARANHÃO, 12 de janeiro de 1858, não paginado, grifo nosso)

Também se encontra presente, entre os inspetores da instrução, Francisco Sotéro dos Reis, autor de importantes obras direcionadas ao ensino da juventude local, a exemplo das *Postillas de grammatica geral, applicada à Lingua portugueza*

pela analyse dos clássicos (1868/2ª edição)⁴², a *Grammatica portuguesa, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de applicação pratica*⁴³ (1871/2ª edição)⁴⁴ e *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866/1ª edição – 1873/2ª edição). No exercício jornalístico foi extensa a sua ação, somando-se à vocação de professor e de gramático, já que foi responsável pela fundação de diversos periódicos, a exemplo do *Maranhense* (1825)⁴⁵, d'*O Constitucional* (1831)⁴⁶ em parceria com Odorico Mendes, d'*O Investigador Maranhense* (1836-1839)⁴⁷, da *Revista* (1840)⁴⁸, do *Correio de Annuncios* (1851)⁴⁹, do *Constitucional* (1862)⁵⁰ – que não deve ser confundido com o anterior – além de participar da redação do *Observador* (1847-1861)⁵¹ e do *Publicador Maranhense* (1856-1861)⁵², um dos jornais utilizados nesta pesquisa (SERRA, 2001). Atuou nos cargos de diretor do Lyceu Maranhense e foi lente da cadeira de língua latina e Inspetor da Instrução Pública. À frente da inspetoria assumiu interinamente por diversas vezes, remetendo correspondências ligadas a inúmeros temas, dentre os quais estão, os exames, a fiscalização das aulas de primeiras letras da província e também a cultura material destinada para esta instituição identificada em um dos ofícios.

Em cumprimento do determinado por V. ex. em officio de 10 do corrente, ordenei ao porteiro do liceu que, da hora em diante, como infiro do mesmo officio, recolha aos cofres do tesouro provincial qualquer saldo que, porventura, resulte das prestações trimensais que recebe para as despesas

⁴²Tivemos acesso à edição de 1869 disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/porta/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20170102115250.df

⁴³Ver Sonia Maria Nogueira e Neusa Maria O. Barbosa Bastos (2001, p. 57).

⁴⁴Tivemos acesso à edição de 1871. Disponível no site da biblioteca digital de Literatura de Países usófonos. Disponível em:

https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/grammatica_portugueza.pdf

⁴⁵Fundado por Francisco Sotéro dos Reis, folha conciliadora (SERRA, 1883).

⁴⁶Caracterizado como folha crítica e noticiosa de cunho político (MARANHÃO, 2007).

⁴⁷Tal jornal foi fundado por Sotero dos Reis e em 1840 foi substituído pela *Revista* (SERRA, 1883). Órgão político de oposição à administração de Joaquim Franco de Sá (MARANHÃO, 2007).

⁴⁸Veio para substituir *O Investigador* (1836-1839) e fez oposição ao *Chronica*, de João Lisboa (SERRA, 1883). Folha noticiosa e literária que era favorável ao imperador, além de trazer notícias locais, trazia informações vindas de Portugal e França (MARANHÃO, 2007).

⁴⁹Folha de propriedade do Capitão Manuel Pereira Ramos criada em 1851, contava com a redação de Sotéro dos Reis e deu lugar, em 1862 ao *Constitucional* (MARANHÃO, 2007; SERRA, 1883)

⁵⁰De acordo com Serra (1883), este periódico trazia ideais de conciliação e não deve ser confundido com *O Constitucional* (1831), também de fundação de Sotéro dos Reis em parceria com Odorico Mendes e que foi substituído pelo *Investigador Maranhense* (1836-1839).

⁵¹Foi fundado em 1847 pelo Dr. Candido Mendes. Sotéro assume sua redação em 1854 e permanece aí por dois anos (SERRA, 1883). Dito periódico era propriedade de F. M. de Almeida e era pertencente ao partido saquarema. Seu número era dedicado exclusivamente a tratar do dito partido e da Liga Maranhense. Em 1851, o jornal apareceu modificado com notícias do exterior e sobre literatura, entre outros assuntos.

⁵²Folha noticiosa, doutrinária e encarregada do expediente do governo, que inseriu, de certo tempo em diante, os debates da assembleia provincial. (SERRA, 1883). Além disso, propunha-se a ser também o jornal dedicado a defender os interesses da classe dos comerciantes.

do expediente do liceu, únicas que devem ser por ele pagas por conta de tais prestações, não lhe podendo ser aprovada a menor parcela de despesa feita, sob qualquer pretexto, com o material das escolas da capital, pois que as despesas com este objeto devem ser satisfeitas diretamente pelo tesouro da verba própria. (MARANHÃO, 17 de outubro de 1860)

Tal ofício, parece apontar para uma situação não prevista nas normas vigentes, a respeito da administração dos recursos financeiros, indicando que verbas prescritas para materiais do Lyceu eram utilizadas em instituições de ensino primário. Prática à qual o inspetor se opõe mandando ao porteiro devolver os recursos excedentes ao tesouro provincial. As posturas, decisões e opiniões dos inspetores frente à cultura material dessa escola, registradas pelos ofícios, pôde ser percebida ao direcionarmos nosso olhar sobre essa documentação, tomando-a como um dispositivo fundamental responsável pela veiculação das demandas da instrução. De formas diversas os artefatos escolares sempre figuravam nas ações dos administradores à frente da inspetoria e versam sobre as ideias que pregam as posturas que julgam dignas e sobre as concepções que tem a respeito do ensino.

Para além da forma e dos aspectos estruturais subjacentes aos registros legados pelos documentos da Inspetoria da Instrução Pública, seus conteúdos revelam as relações estabelecidas por meio da cultura material escolar. Neste sentido se faz necessário que reflitamos a respeito desses conteúdos.

Havendo falta absoluta de traslado de desenho linear para os trabalhos da aula de desenho deste liceu, e achando-se exposto a venda em casa dos negociantes Monteiro e Irmão três livretes em formato grande com traslados próprios para o estudo desta aula, como me afirmou o lente respectivo, tudo pela quantia de oito mil reis, venho rogar a V. Ex. se digne autorizar a compra dos mesmos pela rubrica competente, que segundo sou informado ainda existe quantia em disponibilidade para essa despesa, sendo que no caso que V. Ex. aprove esta minha requisição se sirva mandar entregar ao porteiro deste liceu Antonio Jose Xavier a dita quantia para fazer a compra dos mesmos traslados. (MARANHÃO, 2 de outubro de 1857).

Tal solicitação foi feita pelo inspetor da instrução pública, José Silva Maia (1857), ao presidente da província Francisco Xavier Paes Barreto (1857-1858), na qual indica a necessidade de suprir o Lyceu Maranhense com traslados de desenho linear. Estes objetos que serviam para orientação e prática da disciplina apontam para a questão do aparelhamento da referida cadeira e, também para o fato das aulas serem ministradas sem as condições ideais, o que se constitui realidade comum neste período; indícios fornecidos pela vivência marcada por adaptações e apropriações diferenciadas por parte de professores e alunos quanto às determinações colocadas pelas autoridades pertinentes. É possível perceber também a relação de hierarquia

pelo tom formal da solicitação e na construção do discurso de Silva Maia que encaminha todas as informações referentes ao material bem como a real necessidade de seus usos na respectiva aula; enquanto processo de apropriação do modelo de escola ideal que se visava atingir. Tal discurso nos faz pensar na relação de poder que perpassa o ambiente administrativo da escola, nos permitindo supor que a forma de se reportar ao problema, pela extensa gama de informações levantadas, também por sua imperativa carência para o ensino secundário, seja uma tática discursiva empregada em prol da aquisição dos traslados e juntamente com a manutenção de boas relações com o governo provincial. Outro fato importante a ser mencionado é que tais materiais são solicitados inúmeras vezes, não sendo possível inferirmos a respeito do atendimento ou não dos pedidos anteriores.

Vários aspectos que fazem parte dos ofícios servem-nos de rico registro com respeito à função dos objetos, aos locais de venda, ao papel dos agentes ligados ao Lyceu, aos preços e recursos destinados para a aquisição, dentre outras informações. Os traslados serviriam de exemplos para a exposição em sala de aula das diversas formas e técnicas utilizadas na disciplina de desenho, a fim de que os alunos pudessem replicá-los a partir das orientações dos professores. Podiam ser dos mais diversos formatos “[...] coloridos e em fumo, de flores, paisagem e figuras” (MARANHÃO, 13 de dezembro de 1856), desde que ajudassem a desenvolver alguma habilidade ou técnica específica de desenho.

Quanto ao local de venda segundo o jornal, achavam-se expostos “[...] em casa dos negociantes Monteiro e Irmão⁵³, três livretes em formato grande com traslados próprios para o estudo des[s]a aula [...]”. Esta casa dedicava-se à venda de livros da área do Direito e Comércio, anunciando desde coleções de leis, direito à herança, manuais de negociante, entre outros. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1858, ed. 00083), aparecendo também no *Diário do Maranhão* (1855), sob a denominação Livraria de Antonio Monteiro da Silva & Irmão (ed. 30, p. 4). Em diversas outras notícias, são mencionados importando produtos de naturezas variadas ou anunciando a fuga de escravos de sua propriedade, além de figurar também como padaria. Essa variedade de produtos comercializados no mesmo espaço era uma prática comum no século XIX, posto que em diversas ocasiões “a venda de livros [se dava] em estabelecimentos de diferentes ramos, como armazéns de secos e molhados, boticas,

⁵³Esta casa de comércio estava situada no Largo do Carmo S/N.

mercearias, entre outros, e armazenados lado-a-lado com qualquer tipo de mercadoria” (BRAGA, 2011, p.101)

No tocante aos valores praticados pelos comerciantes no Maranhão sobre os traslados, o ofício do inspetor Antonio Marques Rodrigues de 1864 vem acompanhado de uma pesquisa feita pelo professor Domingos Tribuzzy⁵⁴, a respeito do valor médio a ser pago pelos materiais, bem como às quantidades e locais de venda.

ANEXO

ULTIMOS PREÇOS DE TRASLADOS PARA DESENHO

- 1 curso elementar e progressivo de ornamentos por Caret, constando de 116 folhas a 600 reis. – 79//600
- 1 coleção de modelos clássicos do Louvre p. Descollet, constando de 50 estampas, a 600 reis. – 30//000
- 1 coleção de pequenos modelos de arquitetura por Victor Petit 50 estampas a 600. – 30//00

Total: 139//600

Carlos Seidl, Maranhão 30 de julho de 1864

Confere
João Baptista de Almeida Couceiro
Secretario da I. Pública (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864)

Consta do dito anexo, que o preço médio da folha é de 600 reis e que os traslados para desenho são vendidos em coleções. Tendo como base essa estimativa, podemos ter noção do custo desses materiais para o Lyceu. Pela lei orçamentária (nº. 440, de 6 de setembro de 1856) que aprovou as despesas e receitas para o ano de 1857 e 1858 para a instrução pública, o recurso destinado era de 64:184\$500 (sessenta e quatro milhões cento e oitenta e quatro mil e quinhentos réis), dos quais com o ensino secundária se despenderia 21:220\$000 (vinte e um milhões duzentos e vinte mil réis) (MARANHÃO, 1856, p. 86). Com base nessa estimativa, a despesa com os traslados não representa uma porcentagem significativa dos investimentos com o ensino secundário, pois a sua aquisição custaria apenas 8\$000 (oito mil reis). Neste sentido, a busca por preços mais em conta e o seguinte discurso de convencimento do inspetor da instrução José Silva Maia (1850-1852 e 1857), no qual rogava ao presidente que “se dign[ass]e autorizar a compra dos

⁵⁴Domingos Tribuzy, Nasce em 1811 e morre em 1880. Tio-avô do poeta Bandeira Tribuzi, chegou a dar aulas de língua italiana e “músicas de cantoria”, aproveitando o apreço ludovicense pela música italiana (JORNAL MARANHENSE, 1842). Dito professor também ministrava aula de desenho linear no Colégio N. S. dos Remédios (ALMANAK ..., 1858; 1860; 1861). Ver página 63.

mesmos pela rubrica competente, que segundo [foi] informado ainda existe quantia em disponibilidade para essa despesa” (MARANHÃO, 2 de outubro de 1857, não paginado), dão indícios das relações de poder contidas no universo da cultura material escolar envolvendo principalmente recursos financeiros pelos quais se luta, incidindo na ação dos sujeitos e nas táticas aplicadas para conseguir os materiais escolares da melhor forma possível.

Uma vez que haviam recursos direcionados a estas demandas “[...] pela rubrica competente, [já] que ainda exist[ia] quantia em disponibilidade para essa despesa [...]” e o orçamento cobrado não parece acima do mercado em comparação a outras solicitações, segundo “[...] afirm[ara ao inspetor] o lente respectivo [...]”, é provável portanto, que o quantitativo “[...] para fazer a compra dos mesmos traslados” (MARANHÃO, 2 de outubro de 1857, não paginado) via solicitação, tenha sido entregue ao senhor porteiro Antonio Jose Xavier para que se dignasse a realizar a aquisição dos mesmos.

A função de porteiro do Lyceu Maranhense tinha sob sua responsabilidade uma extensa gama de atividades, desde as tarefas relacionadas com a limpeza e o asseio dos espaços e alguns materiais da escola, até as funções disciplinatórias ligadas à fiscalização dos alunos e à garantia de ordem e silêncio no estabelecimento no transcurso das aulas (CASTRO, 2009). Outros encargos eram esperados do porteiro, obrigações estas que estão expressas nos regulamentos de 1838, capítulo XV art. 55:

Ao porteiro compete além de outras obrigações:

- 1^a. Conservar varridas as aulas, salas e corredores do Liceu;
- 2^a. Abrir e fechar as aulas às horas determinadas;
- 3^a. Avisar aos Lentes de que tem dado a hora da entrada ou saída das aulas;
- 4^a. Receber e entregar todos os requerimentos e papéis oficiais relativos ao expediente do Liceu;
5. Sortear os alunos para as sabatinas;
- 6^a. Selar as Cartas e mais papéis que deverem levar o selo do Liceu;
- 7^a. Cumprir com exatidão as ordens que lhe forem dadas pelo Diretor, secretário, e Lentes do Liceu no exercício de suas funções (CASTRO, 2009, p. 311)

É preciso que se mencione que a posição de controle e poder institucional que o porteiro exercia em relação aos alunos da escola nem sempre era pacífica, dotada de diversos momentos de tensão e mesmo hostilidade de ambas as partes, muitas vezes deixando clara uma divisão de funções manifesta em normas, mas também contendo aspectos um tanto obscuros. Testemunhamos situação que exemplifica essa relação, como o caso ocorrido com o outro porteiro liceísta, João

Moraes Rego, que quis fazer cumprir os estatutos da instituição “da[n]do parte [...] de que o Estudante da Aula de Commercio, Luiz Augusto dos Reys costumava a andar com o chapéu na cabeça dentro do recinto d'este Lyceu” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 806). Destarte, se esperava pela hierarquia normal da instituição, que tal aluno sofresse as penas previstas pela infração, no entanto, o que se viu deu mostras de relações institucionais nem sempre aparentes em tal ambiente; chamado a razão “O Estudante não negou o facto, mas julgado defender-se declarou que assim procedia, porque o Porteiro não merecia respeito algum, pois vinha negociar com os Estudantes” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 806, p. 2), tendo como comprovação a palavra de outros colegas.

Em tal ocasião o único recurso com o qual contou o aluno foi “o blefe [...] torn[ou]-se uma das únicas maneiras de escapar aos limites da condição ao servir-se da autonomia relativa do simbólico” (BOURDIEU, 2007, p. 236), assim, utilizou-se então da argumentação em conjunto com seus colegas, para investir contra o dito porteiro; ação em conjunto dos alunos que demonstra que “[...] o signo mais seguro da legitimidade é a certeza com a qual ela se afirma” (BOURDIEU, 2007, p. 236). Ocorria, pois que no cumprimento de seu dever institucional, João Moraes Rego utilizava de artifícios na relação com os discípulos, talvez visando benefícios próprios – que nos são desconhecidos – e dessa forma ferindo normas que regulassem o convívio social no âmbito escolar.

Tal postura originou o imediato desprezo por parte do inspetor Casimiro José de Moraes Sarmiento, considerando tal individuo “tão inepto, que é objecto de escarneo, e de desprezo aos Alumnos deste Estabelecimento, cujo silêncio, e bom andamento depende em grande parte do Porteiro, segundo as atribuições que lhe estão marcadas nos Estatutos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 806). Assim, agindo imediatamente de acordo com as atribuições que seu cargo demandava, faz o seguinte comunicado ao presidente: “à vista de tudo isto, entendi que era do meu rigoroso dever não demorar por um só momento a comunicação do exposto a V. Ex. afim de que haja V. Ex. de exonerar o mesmo Rego do logar que deshonra” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 806, p. 3).

O Liceu Maranhense traz consigo um conjunto de representações que regulam a vida social de um determinado grupo por meio de normas de conduta, imagens, discursos e comportamentos, com o intuito de manter a coesão dentro deste grupo social ao impor aos sujeitos participantes, uma ação condizente com os valores

e concepções vigentes em prol do desenvolvimento de um lugar próprio individual e/ou coletivo gerador de duração – por sua fecundidade – e de espaço – por seus movimentos (CERTEAU, 1982). Por mais que a posição hierárquica de um funcionário o dotasse de autoridade, no sentido de impor restrições aos alunos, enquanto estratégias de imposição construída de um lugar de poder, pelos códigos de conduta a que estão sujeitos, isso não implica em uma relação automatizada de forças; é preciso se atentar para o fato de que os sujeitos – nesse caso os alunos – se apropriam constantemente das normas a eles impostas, agindo de modo subreptício, astucioso e imprevisível.

Uma divisão hierárquica de funções pressupõe uma classificação prévia dos indivíduos que conformam a instituição segundo os papéis que uma escola prevê para funcionar. Tal segmentação não foi criada pelo Lyceu Maranhense de modo natural e automático, mas incorporada de outras instituições e adaptada à realidade econômica, social, histórica e política maranhense, tendo em vista modelos trazidos de grandes centros europeus, como a França, para o Brasil por meio de instituições como Colégio Pedro II e espalhados pelas províncias sob a forma de liceus provinciais.

Desta forma cabia ao porteiro “[...] cumprir com exatidão as ordens que lhe forem dadas pelo Diretor, secretário, e Lentes do Liceu no exercício de suas funções” (CASTRO, 2009, p. 311), além de manter a ordem e o asseio das aulas, exigindo-se de tal cargo zelo e valores morais condizente com a função. Quanto a sua ação ao respeito dos objetos da cultura material escolar, constatamos que, por vezes, este deixava seu posto de trabalho em cumprimento às diligências ordenadas; no entanto, nestas ocasiões em que sua ausência se fazia necessária, já havia sido prevista nos mesmos estatutos, no art. 58, que “nas faltas repentinas do porteiro, o Diretor nomear[ia] quem [fizesse] as suas vezes.” (CASTRO, 2009, p. 311). Mais uma vez vemos que as ações dos agentes da vida escolar eram totalmente determinadas e previstas dando testemunho da prática pedagógica pensada/exercida pela instituição.

Como exemplo disso, podemos perceber que no ofício de 2 de outubro de 1857, citado anteriormente, onde o inspetor da instrução José da Silva Maia solicita a compra de traslados para a disciplina de desenho linear (ver página 122), é o próprio professor responsável pela cadeira que faz a pesquisa dos materiais e preços se utilizando de táticas de apropriação dentro do jogo de tensões e de confrontação de forças que permeia os ambientes burocráticos da instrução pública, para que se

possa garantir a aquisição dos mesmos. Esta tarefa do professor, para além da prática pedagógica e/ou educativa, é um indício significativo em relação à materialidade dessa escola, já que nos permite pensar os artefatos da cultura material escolar não apenas como produtos, mas também enquanto vetores de relações sociais entre os diferentes sujeitos que compõem este espaço de ensino e os demais setores da sociedade – tal como os fornecedores de materiais citados. Não se trata unicamente de identificar quadros materiais de objetos, estruturas ou espaços; mas sim de entender o fenómeno complexo de apropriação social de partes da natureza física e, mais ainda, de apreender a dimensão material da vida social (MENESES, 2005).

A ação do professor pode ser percebida por meio do registro e, esta se mostra não estar ligada exclusivamente à prática pedagógica e/ou educativa, uma vez que os lentes do Lyceu Maranhense parecem ser responsáveis por uma série de obrigações que extrapolam as funções corriqueiras de sala de aula e da própria escola; elas foram legitimadas nos estatutos da instituição e prescritas desde 1838, as quais estabelecem no art. 50 que o professor liceísta teria como dever:

- 1º observar e fazer observar nas suas aulas o presente estatuto;
- 2º fazer as explicações das lições pelos compêndios e autores adaptados pela Congregação para uso do Liceu;
- 3º tratar aos alunos com docilidade e prudência;
- 4º conceder licença aos alunos para saírem da aula antes de findar a lição, sendo por motivo justo. (CASTRO, 2009. p. 310)

Com respeito às solicitações de objetos precisos ao uso da escola, não existe no estatuto nenhuma prescrição que determine como obrigação dos lentes a requisição para compra. Consta em dita norma como atribuição do diretor da instituição (Art. 46) “[...] fazer as requisições dos objetos, que pela Congregação forem julgados precisos para uso do Liceu” (CASTRO, 2009, p. 309); solicitação que seria feita diretamente ao inspetor da instrução em exercício e a participação ou não de determinado professor nesse processo seria facultada pela Congregação à qual competia (Art. 42) “[...] deliberar sobre tudo quanto julgar vantajoso ao regime do Liceu” (CASTRO, 2009, p. 308).

Já no que se refere aos relatórios sobre a instrução, estes oferecem uma estrutura organizada em parágrafos e não contam com qualquer tipo de identificação ou saudação inicial, indo sempre direto aos assuntos, apresentando a problemática enfrentada e apontando opções para sua solução. Por vezes, apresentam listas de materiais a serem adquiridos pelas escolas que geralmente vem em formato de

tabelas e fazem parte das soluções propostas para o ensino, como por exemplo, o relatório do inspetor da instrução pública Manoel Moreira Guerra (1856-1857) para o presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado (1855-1857):

Tendo no dia 10 do corrente mês tomado posse e entrado em exercício do cargo de inspetor da instrução pública, não posso deixar de julgar da mais momentosa necessidade vir hoje trazer ao conhecimento de V. Ex. o mau estado que achei o edifício que serve ao estabelecimento e aula do liceu desta cidade, não só arruinado, como inteiramente desasado na pintura e desguarnição de mobília ou qualquer decoração, ainda a mais indispensável. A parte do edifício correspondente ao ângulo ocupado por este liceu⁵⁵ necessita de grandes reparos entre os quais de obra de pedreiro, a renovação do reboque e a caiação de todo o exterior, de carpina a substituição das batentes e das caixilhas das janelas, todas em estado de ruína, a estas ultimas necessidades também de novos vidros, e portas internas da competente ferragem: Todas as janelas e portas tanto exteriores como interiores carecem de pintura a óleo, e desta igualmente alguns bancos dos existentes, que ainda se podem aproveitar. O pequeno quarto que serve de secretaria não tem as convenientes proporções para a reunião de congregação, e nem mesmo as mesas dos empregados e para as estantes precisas ao arquivo e mais decoração indispensável havendo porem ao lado para o mesmo secretário outro pequeno quarto que não pode servir e não de feito servir para aula alguma, é de suma utilidade rasgar-se as paredes divisórias para obter uma sala regular, que acomode a mobília e o arquivo da repartição. É, portanto, este um dos principais concertos que exige o estabelecimento. O interior das aulas carece em geral de caiação e pintura, e da substituição dos moveis, e dos estrados sobre que se assentam as cadeiras dos professores.

A grade que guarnece a escadaria da entrada há mister de ser pintada e o ladrilho do corredor que conduz da porta principal do estabelecimento a secretaria carece de ser renovado em algumas partes.

Sobre a porta da entrada e na fachada do edifício é também necessário colocar-se uma tabuleta; tendo em letras douradas o nome do estabelecimento.

Os bancos, mesas e poucas cadeiras que restam, já nas aulas, já na mesma secretaria estão em total deterioração e incapazes de serviço, devendo-se, portanto, suprir de novos moveis para guarnecer o estabelecimento.

A aula de desenho além daqueles reparos sofre carência de concerto nas estantes, que servem ao trabalho dos alunos e que se acham pela maior parte quebradas em estado de impossibilitar o serviço da mesma aula e *havendo mister igualmente de traslados, visto que os existentes alem de serem poucos se acham em mau estado.*

Achando-se este estabelecimento assentado em um ângulo do Convento de Nossa Senhora do Carmo não seria possível empreender uma completa renovação ou mesmo grandes concertos no material do edifício e por isso limito-me a representar unicamente a V. Ex. pra que se digne mandar proceder aos reparos concertos e pinturas indicadas que são as mais ligeiras e pequenas que se podem exigir a vista do estado de ruína e desasado em

⁵⁵O prédio do Convento do Carmo que abrigava o Lyceu Maranhense também cedia espaço para outras instituições ligadas à administração pública da província e à instrução provincial, tais como: a cadeira de primeiras letras da Freguesia de N. S. da Vitória (1839), a Inspetoria da Instrução Pública (1843) e a Escola Normal (1849).

que se acha o estabelecimento, próprias a afugentar a concorrência dos alunos e o *desgaste aos próprios lentes, que lhes tem de ministrar o ensino e instrução* pois que bem duro incomodo deve ser para estes suportar ainda que por poucas horas assistência nas aulas, tal como se acham.

A vista, pois, do expedido tomo a liberdade de enviar a V. Ex. uma indicação não os de utensílios necessários como dos reparos de mais indispensável necessidade e espero que V. Ex. atenda urgente.

RELAÇÃO DOS OBJETOS PRECISOS PARA O LICEU MARANHENSE

1	Mesa para o inspetor de madeira fina polida com duas gavetas com fechadura e uma escrivaninha <u>de prata</u> (metal)
1	Dita de madeira fina para a secretaria também e com duas gavetas e fechadura, com uma escrivaninha de metal.
1	Dita de madeira fina para o porteiro também polida e com duas gavetas e fechadura com uma escrivaninha de metal
6	Ditas de madeira fina polida para os lentes, cada uma com duas gavetas e fechadura e uma escrivaninha de metal.
20	Cadeiras finas de braço; e das outras, duas dúzias para a secretaria e aula do liceu.
6	Estrados para as mesas dos lentes com um palmo de altura com comprimento e largura proporcional a dimensão das mesas.
1	Sofá de palhinha para a secretaria.
2	Estantes para o arquivo da secretaria sendo de madeira fina e polida
1	Relógio para a secretaria do liceu.
1	Cancela de madeira fina para a entrada da secretaria.
3	Carteiras de escritura para a aula de comercio
20	Bancos de madeira ordinária, pintada para as aulas e salão do liceu.
1	Lavatório de madeira fina com uma bacia de porcelana com 6 toalhas para o serviço da aula de desenho.
3	Escrivaninhas de metal para aula de comercio.
4	Potes= 12 quartas para água e 6 canecas de folha.
3	Compaços = 3 reguas = e 1 libra de esponja para serviço da aula de geometria
1	Caixa de compaços para a secretaria

2	Ampulhetas de 15 minutos.
50	Traslados coloridos e em fumo, de flores, paisagem e figuras que deveram ser escolhidos pelo respectivo lente.
1	Sineta para a chamada dos alunos.

Secretaria da Instrução Pública do Maranhão em 14 de dezembro de 1856

João Baptista d'Almeida Couceiro

Secretario da Instrução Pública

(MARANHÃO, 13 de dezembro de 1856, não paginado).

Um tema em comum pode ser percebido, a desestruturação do prédio e das acomodações do Lyceu Maranhense; melhoramentos, ajustes e concertos são sugeridos. Percebe-se que, antes de mais nada, o inspetor da instrução pública, Manoel Moreira Guerra (1856-1857)⁵⁶, avisa que está em seus primeiros dias à frente da repartição, eximindo-se assim da responsabilidade e ficando livre para alertar sobre o “mau estado” em que se encontra a escola. O argumento da precariedade e desestruturação das instituições de ensino no império é constantemente apresentado nos discursos sobre a instrução e nos relatos que abordam seu cotidiano, fato que faz com que tomemo-los como realidade existente e presente, no entanto, até que ponto podemos assumir tais narrativas como realidade completa e absoluta das escolas do Brasil imperial? Sem dúvidas temos tido mostras dos improvisos e adaptações de materiais constantemente feitos às realidades locais, fazendo os discursos se distanciarem do ideal imaginado; porém é preciso pensarmos que o lugar de produção das fontes que investigamos é um importante condicionante de todas estas falas e também das práticas sociais impossibilitando-nos de tomar tais afirmativas como expressão concreta do real investigado, uma vez que as táticas de convencimento dos sujeitos fazem parte dos pedidos e relatos sobre a escola para que consigam lograr êxito de seus intentos, pois “o discurso da precariedade não só evidenciava os limites de [...] atuação [dos sujeitos] como também legitimava uma realidade rebelde a suas vontades e aspirações” (ANJOS, 2017, p. 158).

Existe no relato anterior uma tática empregada pelo inspetor da instrução que muito revela as condições de funcionamento desta instituição, segundo a disponibilidade do erário público. Fomentar melhoramentos para a estrutura física do

⁵⁶Nomeado para o cargo em 11 de dezembro de 1856 e permanece até 19 de junho de 1857, totalizando 6 meses de mandato (COELHO, 2017).

prédio, tendo em conta janelas e portas, vidros e caixilhas dos mesmos para seu encaixe, quando registra que “[...] necessita de grandes reparos entre os quais de obra de pedreiro, a renovação do reboque e a caiação de todo o exterior, de carpina a substituição das batentes e das caixilhas das janelas, todas em estado de ruína [...]” (MARANHÃO, 1856); no entanto, não era tão simples promover os “reparos concertos e pinturas indicadas “[mesmo sendo] as mais ligeiras e pequenas que se pude[ssem] exigir a vista do estado de ruína” (MARANHÃO, 1856, não paginado), pela impossibilidade de “empreender uma completa renovação ou mesmo grandes concertos no material do edifício” (MARANHÃO, 1856, não paginado) por este não pertencer ao poder provincial, estando “assentado em um ângulo do Convento de Nossa Senhora do Carmo” (MARANHÃO, 1856, não paginado). Dessa forma, a tática utilizada por Manoel Moreira Guerra – e pela administração local – consistia em realizar a reforma apenas no ângulo ocupado pelo Lyceu, fato que aponta para uma realidade de constantes adaptações e improvisos surgidos no uso de instalações compartilhadas onde, por conta da impossibilidade de construção ou compra de edifício próprio, é preciso conviver com a insalubridade do edifício do Convento do Carmo aparelhando a escola em espaço cedido. As relações de poder envoltas nessa instalação relacionam-se a imposições, vindas do exterior da província, às autoridades que recorreram a recursos que extrapolavam ao poder do governo provincial precisando recorrer ao poder e influência da igreja católica que, segundo acreditamos cedeu o espaço pela representação que inspirava a escola em questão; concessão que, no entanto, impediu pleno usufruto das instalações do dito edifício, da qual o Lyceu Maranhense não podia dispor por completo.

Para além de apontar para as adaptações, às quais o Lyceu era obrigado a fazer o complemento do discurso de convencimento ou de efeitos de verdades, empregados pelo inspetor como tática de apropriação diante das imposições orçamentárias do governo, se volta também, às condições de trabalho dos professores, para os quais seria um duro incômodo suportar ainda que por poucas horas, o ambiente da escola tal como se encontrava; condições do prédio que igualmente afastariam os novos alunos e dificultariam o seu aprendizado, visto que o “[...] estado de ruína e desasseio em que se acha o estabelecimento, [estariam] próprias a afugentar a concorrência dos alunos e o desgaste aos próprios lentes, que lhes tem de ministrar o ensino e instrução [...]” (MARANHÃO, 1856, não paginado).

No entanto, mesmo recorrendo a motivações concretas pautadas em demandas urgentes, pudemos constatar em outro ofício, ao mesmo inspetor cobrando o não atendimento de todas as suas solicitações, dessa vez dirigindo-se ao sucessor do presidente Cruz Machado, o senhor Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, agora seis meses após a solicitação anterior, “[...] sobre os concertos de que carecia o edifício em que está o Lyceo e bem assim comprar e entregar a esta inspetoria os utensílios constantes de uma relação que acompanhou o meu ofício de 15 de dezembro do ano passado” (MARANHÃO, 1857, 16 de junho 1857); pedido que foi aparentemente atendido, não sabemos até que ponto, e dessa vez o tom do inspetor não era mais de convencimento, talvez por entender que o novo presidente estava a par do estado em que se encontrava o Lyceu, limitando-se agora apenas a acentuar o fato de que “[...] não se acham incluídas as duas estantes de madeira fina e polida, que pedi para o arquivo desta repartição” (MARANHÃO, 1857, 16 de junho 1857) e cobrar o Snr. Magalhães Taques que “[...] se sirva dar as suas ordens, para que sejam fornecidas as ditas estantes, visto que são de uso necessário para o arquivo do liceu que tem consideravelmente aumentado. (MARANHÃO, 1857, 16 de junho 1857).

Para além das estreitas relações de pedidos e cobranças entre Inspetoria da Instrução Pública e Presidência de Província é perceptível a problemática da estruturação física do espaço escolar para o ensino secundário. Constantemente encontramos relatórios alertando para o desasseio em que se encontravam as instalações; desestruturação que também pôde ser confirmada dentre os temas tratados no *Publicador Maranhense* (1842-1885), surgindo juntamente com os pedidos de transferência da escola para outro edifício e com as solicitações de reparos e reformas que se concentram principalmente a partir da década de 1850: podemos trazer como exemplo o relatório do presidente de província Herculano Ferreira Penna (1849), onde afirma que o

[...] Liceu não esta bem estabelecido porque a parte inferior do convento do Carmo onde ele se acha é, além de pouco acciada e indecente, tão acanhada, que não oferece as indispensáveis acomodações para a aula de desenho, na qual apenas se podem admitir 18 alunos, quando todos os anos mais de 60 desejam dedicar-se a esse estudo, sendo que os mesmos 18 não se instruem tanto como seria possível por falta das condições indispensáveis a uma semelhante aula. (MARANHÃO, 1849, p. 33-34).

Alguns autores percebendo esta tendência apontam para as possíveis causas da imersão nesse estado de decadência da instrução pública. Por vezes o viés econômico é apontado com um início de crises nos gêneros agrícolas de exportação

(CABRAL, 1982) ou pela falta de prioridade do governo provincial com o ensino (CASTELLANOS, 2017), existindo também aspectos relacionados à ampliação curricular proposta para o Lyceu Maranhense ligada especificamente à inclusão de disciplinas científicas com o intuito de modificar a sua natureza de formação (RIBEIRO, 2006).

Esses projetos sugeriam a introdução de cadeiras de ciências naturais e exatas de física, de química, de agricultura, etc. Pretediam, com a introdução dessas disciplinas, dar maior flexibilidade ao ensino do Liceu, habilitando para as carreiras comerciais e industriais. (CABRAL, 1982, p. 42)

Uma das implicações dessa mudança curricular relaciona-se a aspectos da cultura material escolar e, mais especificamente, das adaptações do prédio em função de novas demandas de toda ordem; inserção de novos conteúdos que implica no aparelhamento material, o que nos permite supor que foram exigidos novos objetos escolares e mudanças na estrutura das salas para acolher possíveis laboratórios para uso em função das disciplinas mais científicas, ampliação/adaptação do edifício que abrigava o Lyceu segundo as mudanças curriculares e de programas escolares que fizeram com que este espaço fosse considerado inadequado para servir-lhe de sede ao ensino público secundário, o qual já se operacionalizava em lugar improvisado desde a sua inauguração.

A preocupação com os espaços escolares, especialmente com o asseio e a boa aparência destes ambientes, diz respeito à maioria dos relatórios sobre a instrução pública, redigidos por presidentes de província e inspetores; permanência que nos permite supor que tais relatos ou não eram levados em conta pelas administrações provinciais, revelando a já citada falta de interesse e prioridade dispensada à instrução em decorrência do baixo orçamento ou, por outro lado, uma tática dos administradores para provavelmente enaltecer suas ações quando da chegada ao cargo, mostrando e prestando conta das tomadas de decisões, atos e evoluções no período de mandato. Os reparos a serem feitos “nas portas e janelas”, “a repintura dos bancos” e “na capina do local” podem ser considerados reparos rotineiros de toda e qualquer administração; no entanto, no registro são sinalizados enquanto erros graves da administração anterior que seriam agora corrigidos e tidos enquanto grande feito administrativo.

A reforma pedida para abrigar a sala do secretário e poder acomodar-se as reuniões da congregação segundo o quantitativo de professores parece ser mais estrutural enquanto adaptação dos espaços escolares na instituição do que as

modificações solicitadas anteriormente que se referiam a simples reparos, sendo “[...] portanto este um dos principais concertos que exig[ia] o estabelecimento” (MARANHÃO, 1856). Nessa ordem, evidencia-se aqui uma necessidade mais urgente que garantiria em tese a operacionalidade da administração e que mostra o estado inapropriado em que se encontravam os ambientes, quando se registra que “o pequeno quarto que serv[ia] de secretaria não [tinha] as convenientes proporções para a reunião de congregação, nem [para] as mesas dos empregados e [...] as estantes precisas ao arquivo e mais decoração indispensável [...]” (MARANHÃO, 1856), na medida em que ao lado deste espaço já em operação, havia “[...] outro pequeno quarto [que seria] de suma utilidade rasgar-se as paredes divisórias para obter[-se] uma sala regular, que acomod[ass]e a mobília e o arquivo da repartição” (MARANHÃO, 1856, não paginado).

A questão da imagem da instituição também é uma preocupação expressa no relatório e é perceptível pela solicitação de um letreiro à fachada do estabelecimento para sinalizar que ali funcionava o Lyceu da província, versando assim sobre como o prédio em que a escola funcionava não cumpria bem com os objetivos e ideais pretendidos pelo poder provincial, e o fato de ser necessário colocar-se “sobre a porta da entrada [da instituição] e na fachada do edifício [...] uma tabuleta[,] tendo em letras douradas o nome do estabelecimento” (MARANHÃO, 1856, não paginado) são indicativos que apontam que por mais importante que fossem as representações construídas sobre o ensino público secundário maranhense, mesmo assim ainda não havia destaque nenhum a respeito da escola e não se podia ver a ação governamental estando no interior do Convento.

As condições visuais e a conservação dos espaços destinados ao ensino, o interior das aulas, bem como os ambientes de convívio – escada e corredor – também careciam de caiação, pintura e mobília; móveis e estrado para cadeiras dos professores que necessitavam ser comprados e substituídos. A este respeito, há questões a serem tratadas quando abordamos os “restos arqueológicos da escola”, pois “ao observar o mobiliário dess[e]s e de outr[o]s [estabelecimentos], podemos constatar como as mesas, os bancos e as carteiras são objetos que impõem uma geometria nas salas de aula, além de disciplina e higiene aos corpos” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 237), restando-nos suspeitar, portanto para além das questões postas e aparentes nos relatórios, os esquecimentos que fariam parte da memória da instituição ou de seus materiais. Nesse sentido, se os poucos moveis existentes no

interior do Lyceu Maranhense, “os bancos, mesas e poucas cadeiras que resta[va]m, já nas aulas, já na mesma secretaria est[avam] em total deterioração e incapazes de serviço, devendo-se, portanto, suprir de novos moveis para guarnecer o estabelecimento” (MARANHÃO, 1856, não paginado), a pergunta a ser feita é por que esses equipamentos foram esquecidos?

Entramos agora na listagem de materiais e móveis que foram pedidos para a aula do Lyceu Maranhense; solicitações que incluem “mesa para o inspetor de madeira fina polida com duas gavetas com fechadura e uma escrivaninha de prata (metal) [...]” (MARANHÃO, 1856) e as mesas (não de prata) para “a secretaria”, “o porteiro” e “os lentes”. Por outro lado, pedidos de “[...] cadeiras finas de braço; e das outras, duas dúzias para a secretaria e aula do liceu [...]” (MARANHÃO, 1856, não paginado), como também, “estrados para as mesas dos lentes com um palmo de altura com cumprimento e largura proporcional [à] dimensão das mesas” (MARANHÃO, 1856, não paginado), entre múltiplos objetos para o ensino, outros artefatos para garantir a operacionalidade na dinâmica escolar e variedade de mobiliário inerente à cultura material da escola: “bancos de madeira ordinária, pintada para as aulas e salão do liceu”; “compaços = 3 reguas = e 1 libra de esponja para serviço da aula de geometria”; “traslados coloridos e em fumo, de flores, paisagem e figuras”; como também um “lavatório de madeira fina com uma bacia de porcelana com 6 toalhas para o serviço da aula de desenho” (MARANHÃO, 1856, não paginado).

A secretaria do Lyceu Maranhense como pode ser visto mereceu grande atenção no relatório da Inspetoria da Instrução. Este espaço além de denotar controle sobre praticamente todas as atividades exercidas pela escola, no que diz respeito à organização e administração das aulas e dos recursos, também exerce papel de guarda dos materiais escolares e escriturais. As obrigações do secretário do Lyceu Maranhense estão dispostas nos estatutos de 1838.

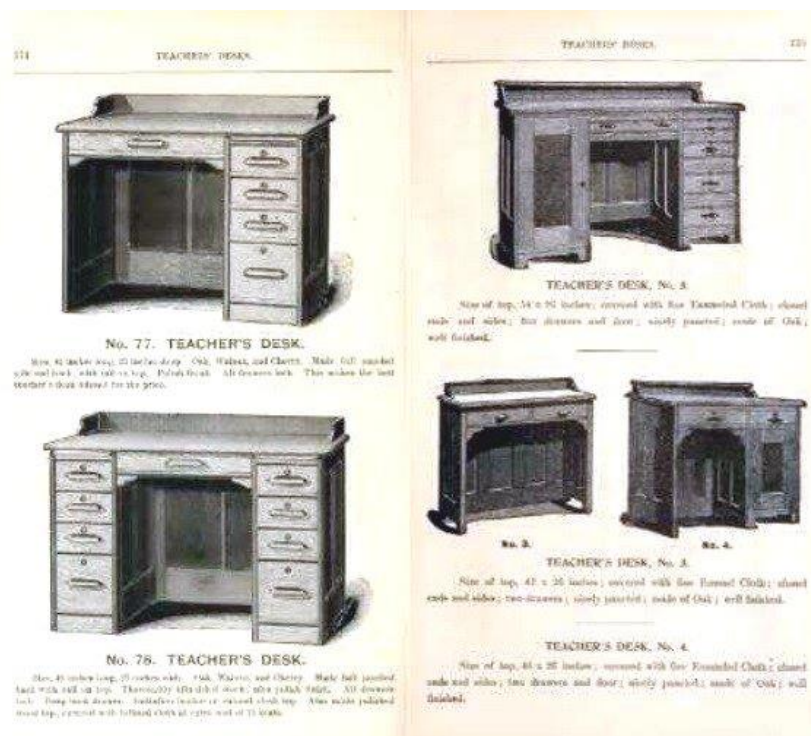
Art. 48. Ao secretário compete além das obrigações já designadas:

- 1ª. Redigir as atas das sessões da Congregação, as quais serão, depois de aprovadas, assinadas pelo Diretor e por ele;
- 2ª. Ter a seu cargo a escrituração do expediente da Secretaria;
- 3ª. Notar nas matrículas as faltas de que tratam os artigos 11, 15 e 18, quando não forem justificadas;
- 4ª. Arquivar e conservar em boa guarda os livros e papéis pertencentes ao Liceu;
- 5ª. Fazer a Folha dos Empregados do Liceu com as devidas observações e apresentá-la ao Diretor, no primeiro dia útil de cada mês, para o fim determinado no § 3ª. do art. 46;

- 6ª. Apresentar à Congregação no princípio do último mês do ano letivo a conta das despesas do expediente da Secretaria e o orçamento das mesmas para o ano seguinte (CASTRO, 2009, p. 309-310).

As atividades de escrituração e administração da escola, segundo supomos, mereciam grande atenção e controle por parte do secretário, uma vez que por ser um cargo de confiança envolve responsabilidades que vão desde o cuidado do pagamento e orçamentos da instituição, matrículas e controle do disciplinamento do corpo docente e discente, até o arquivamento e guarda dos livros escriturários da escola, como também dos compêndios adotados pelo estabelecimento, dos quais “haver[ia] na Secretaria do Liceu [...] um exemplar de cada e um dos compêndios e autores adotados pela Congregação para uso do Liceu e os dicionários das Línguas e faculdades que nele se ensinam” (CASTRO, 2009, p. 312). Desta maneira as mesas com duas gavetas com chaves denotam o grau de importância e controle da função de secretário da escola e possibilitam apreender o exercício das suas atividades mantendo o sigilo de suas funções, para além das pedidas (de igual modelo) para o porteiro e os lentes liceístas.

FIGURA 4 - Modelos de escrivaninhas para professores –
Catálogo Delagrave, 1892⁵⁷



Fonte: Sousa, 2019.

⁵⁷Tais móveis, por mais que apareçam entre os pedidos de materiais para o Lyceu Maranhense apenas ilustram a argumentação, uma vez que não há meios para comprovação do uso dos modelos em questão pela instituição.

Quanto ao inspetor da instrução pública, o cargo foi criado em 15 de Outubro de 1843 pela lei nº 156 e lhe competia a fiscalização de todas as escolas e estabelecimentos públicos, a nomeação de substitutos para o Lyceu em casos de pequenos impedimentos, julgar as faltas de professores, nomear examinadores para as aulas públicas, presidir a congregação e exames nesta instituição e fazer a cada seis meses um relatório sobre o estado do ensino público maranhense (CATRO, 2009); contudo, notamos uma diferenciação em torno da natureza do material da escrivaninha do inspetor das demais pedidas para a escola – sendo a do inspetor de prata e metal e, as outras só de metal (sem especificações) – apontando-se aparentemente via mobiliário para a distinção deste cargo com respeito à divisão de funções. Sobre este móvel, especificamente, “a escrivaninha[,] deveria possuir gavetas e sua altura não poderia ser maior que 75 centímetros[.] artefato [que] era acompanhado de uma cadeira, simples ou de palha” (SOUSA, 2019, p. 90)

As ditas mesas foram pedidas não apenas para o secretário e o inspetor da instrução, mas para o porteiro e para os lentes do estabelecimento, talvez com o intuito também de padronizar os materiais utilizados além de dotar as aulas de mínima estrutura. As funções do porteiro e professores também denotavam o disciplinamento e a fiscalização dos alunos, uma vez que faziam parte da prática educativa da instituição esses rituais de controle que visavam inculcar valores como disciplina, bom comportamento e obediência; constatação que denota que o aparato material por mais banal que seja e por mais corriqueiro que seu uso possa se mostrar faz parte de um contexto específico onde as relações vividas o enquadram e o impõem funções. Outro material a ser pedido, que versa sobre a estrutura da sala de aula, foi o estrado para as mesas dos lentes com um palmo de altura com cumprimento e largura proporcional à dimensão das mesas; “[...] objeto construído pela carpintaria, que deveria possuir dimensões proporcionais à largura da sala de aula. Além de promover um maior destaque ao professor, esse artefato poderia contribuir com a vigilância das crianças” (SOUZA, 2019, p. 90).

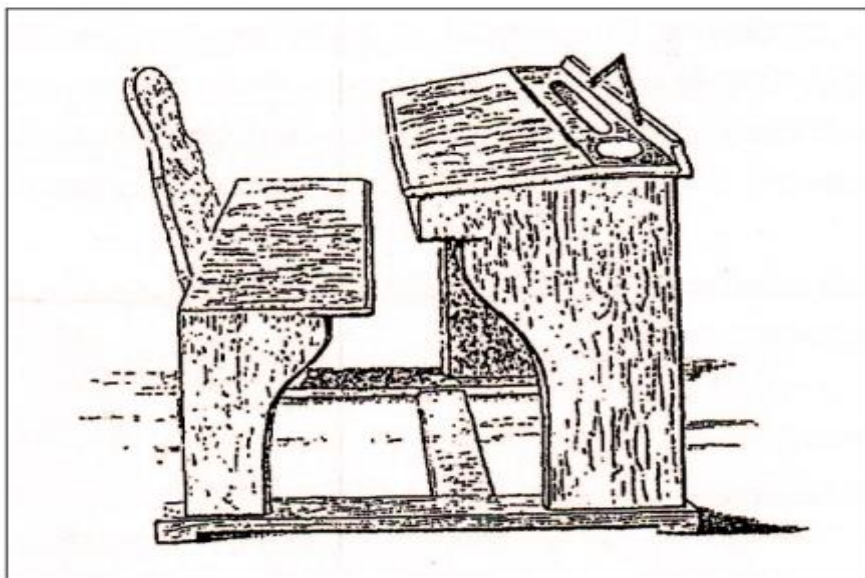
FIGURA 5 - Modelos de escrivaninhas para professores com a respectiva cadeira de palhinha



Fonte: Sousa, 2019

Nessa lógica, a função de fiscalizar a ação dos alunos parecia fazer parte do espaço do Lyceu Maranhense; instituição que trazia junto de si diversos contextos materiais que testemunhavam uma prática pedagógica específica e demonstram a relação intrínseca entre o aspecto material e as relações estabelecidas entre professor e aluno. As carteiras escolares, por outro lado, constituem em si um dos objetos da cultura material escolar mais emblemáticos, seja pelo caráter uniformizador, regulador dos corpos e comportamentos, seja pela constante inserção de ideias pedagógicas nestes materiais, não se podendo negar que este artefato é de suma importância para a composição de qualquer sala de aula, uma vez que “[...] faz parte de um projeto que busca construir um sujeito-aluno normalizado, sob medida e regrado” (SOUSA, 2019, p. 182). Elas constituem um importante artefato com funções diferenciadas. Além de acomodar o aluno, outros empregos lhe foram destinados, como a guarda de livros e manuais, do porta tinteiro e a regulagem da altura, assim como em certos modelos a função dobrável era pensada para a otimização do espaço na sala de aula.

FIGURA 6 - Carteira banco norueguês (1867)



Fonte: Alcântara, 2016.

No sentido da economia de espaço, começam a surgir modelos individualizados, dobráveis e cadeiras de braço que fizeram parte das soluções encontradas pela indústria e pelo mercado escolar em função da oferta/demanda da cultura material escolar. As cadeiras finas de braço não constam apenas em pedidos para o Lyceu Maranhense, figuram também em diversas listas de materiais para escolas de primeiras letras no interior da província, como é o caso de uma lista pedida para a escola elementar da Freguesia de São Vicente Ferrer, na qual se solicitam:

Uma meza de cedro polido com pés torneados, com gaveta e chave tendo 5 palmos de comprimento e 4 de largo Trez cadeiras com assento de palhinha, sendo uma de braço, um estrado para meza, com 9 palmos de comprimento, 1, 2 de altura e 8 de largura. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, ed. 34)

Tais objetos eram provindos de importações geralmente do estrangeiro, e por diversas vezes trazidos por meio de negócios interprovinciais; no Maranhão comumente essas trocas e negócios dessa natureza ocorriam com a província do Pará. As funções deste tipo de cadeira basicamente são as mesmas das carteiras – conjunto mesa/banco ou cadeira (MACHADO, 2004) – diferindo-se no espaço ocupado, pois poderiam ser alocadas em cômodos mais acanhados (caso das salas de aula do Lyceu Maranhense) trazendo uma opção a mais para a confecção da sala de aula.

FIGURA 7 - Modelos de cadeiras para professores e alunos



Fonte: Sousa, 2019.

De acordo com Sousa (2019, p. 139) na maioria das vezes cadeiras nesse modelo destinavam-se para o uso dos professores públicos primários; mobiliário que ao ser “[...] idealizado e produzido seguindo os preceitos higiênicos, contribuiu para as práticas [pedagógicas] baseadas no método intuitivo”. Quanto à solicitação feita no relatório do inspetor Manoel Moreira Guerra (1856-1857) fica evidente a intenção de uniformização do mobiliário da instituição dotando-o de “20 Cadeiras finas de braço; e das outras, duas dúzias para a secretaria e aula do liceu” (MARANHÃO, 1856, não paginado), as mais modernas possíveis, tendo em vista que cada objeto observado nas escolas testemunha a respeito do estado da ciência, técnicas de produção industrial, desenvolvimento econômico do país e diversos outros aspectos da vida cotidiana da escola (SANTOS; MIGNOT, 2018).

Além das carteiras e cadeiras de braço, os “bancos de madeira ordinária, pintada para as aulas e salão do liceu” (MARANHÃO, 1856, não paginado), também consta no relatório como outro mobiliário solicitado e consumido no mercado escolar. Nesse sentido, pudemos identificar no *Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mútuo*⁵⁸ (1854), que a principal característica desses móveis é a separação entre o

⁵⁸Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mútuo, 1854. Por M. Sarazin, professor do curso de ensino mútuo da cidade de Paris. A obra foi traduzida por João A. Portella e impressa na Bahia junto

assento e a carteira que “[...] são do mesmo comprimento [...] mas [com] as taboas, que os formão, e cujas extremidades são redondas, para que os meninos não se molestem nelas, tem 18 centímetros, 19, ou 20” que dependem “do tamanho das carteiras que os acompanhão”, designadas de acordo com o porte dos alunos. O referido manual também informa que “a sua altura he graduada, começa de 40 centímetros, e se eleva a 52” devendo haver espaço livre por detrás de cada banco para que haja no mínimo “um corredor de 32 centímetros” (SARAZIN, 1854, p. 9). Os bancos escolares não eram individualizados, geralmente foram utilizados por dois ou mais alunos a depender do tamanho do móvel; geralmente empregados em lugares que dispunham de maior espaço, por exemplo, de cadeiras de primeiras letras que ensinassem pelo método simultâneo e contassem com grande número de alunos. No caso do relatório aqui tratado esses bancos seriam acomodados no “salão do liceu”.

FIGURA 8 - Modelo de banco escolar francês 1892



Fonte: Sousa, 2019.

Ao passo que a desestruturação se mostrava latente no Lyceu Maranhense, visto que “[...] o mau estado [d]o edifício que serv[ia] ao estabelecimento e aula do liceu desta cidade, não só [estava] arruinado, como inteiramente desasseado na

à Typographia de A. O. da França Guerra e Companhia. Ela se divide em 11 capítulos tratando: Capítulo 1: Do Material; Capítulo 2: Emprego do Tempo; Capítulo 3: Dos Comandos, da sua execução e das regras do ensino; Capítulo 4: Orações que se recitam na escola; Capítulo 5: Dos monitores; Capítulo 6: Do talento de conduzir uma escola; Capítulo 7: Das Recompensas e dos castigos; Capítulo 8: Dos Exames; Capítulo 9: Dos registros; Capítulo 10: Ensino na ante sala; Capítulo 11: Da Classe dos monitores. (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFSC, 2015) disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135020?show=full>.

pintura e desguarnição de mobília ou qualquer decoração, ainda a mais indispensável” (MARANHÃO, 1856, não paginado); as solicitações de materiais, ao mesmo tempo, eram mais incisivas e constavam de toda sorte de objetos; demandas que iam além do mobiliário, de pedidos de outros tipos de materiais como relógios, ampulhetas e sinetas para o controle do tempo escolar e o disciplinamento das atividades e dos corpos, especificamente neste caso, de um “relógio para a secretaria do liceu”; petições de bacias, lavatórios, toalhas, potes e canecas para a manutenção da higiene, asseio e saúde dos alunos e professores também foram realizados.

Consta nos manuais pedagógicos da época as funções destes materiais e seus usos na instrução – notadamente primária, como é o caso do *Manual das Escolas Elementares de Ensino Mútuo* (1854/1ª edição), escrito por M. Sarazin, a respeito dos usos de objetos para o controle dos alunos e dos tempos escolares:

O relógio fica suspenso à parede próximo ao professor; he sobre maneira necessário para regular o tempo dos exercícios.

[...] Ao toque da campainha, os monitores de classe e os seus ajudantes entram da ante-sala, sobem nos bancos, e voltam os números dos telégrafos para a extremidade da carteira oposta ao lado, que elles ocupão. (SARAZIN, 1854, p. 12 - 17)

A prática pedagógica voltada ao controle dos alunos bem como dos tempos escolares e a utilização de aparato material que sirva para subsidiar esse disciplinamento dos corpos e das mentes é característica das instituições de ensino no Oitocentos, constituindo-se numa das armaduras conceituais que regulam o que é ou não permitido pensar, fazer e *vir-a-ser*; escolas que estão envoltas em suas épocas e presas em seus contextos, métodos e materiais usados no ensino que testemunham a realidade pretérita vivida, “ao serem apropriados pelas escolas, [os] objetos passaram a controlar o ritmo das atividades escolares, disciplinando e racionalizando o ensino” (MACHADO, 2016, p. 791). O tempo para instruir passou a ser definido pelos “ponteiros do relógio e pelos sons das campainhas e das sinetas” (p. 791), pois para além de determinar a hora do início e término das atividades, também foram usados como táticas para manter a atenção e disciplina dos alunos.

FIGURA 9⁵⁹ - Ampulheta de 15 minutos

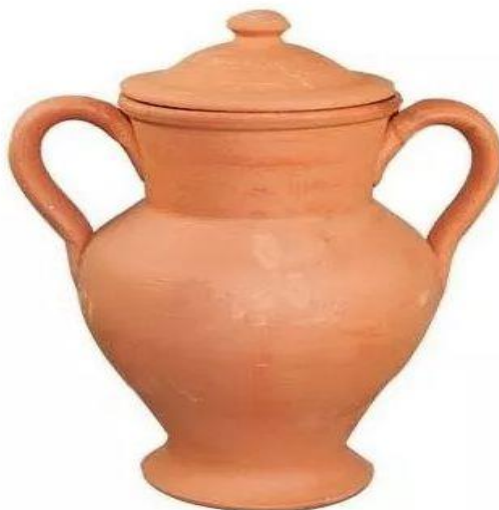
Fonte: Sousa, 2019.

Foram identificados também pedidos de materiais diversos de acordo com as necessidades específicas do cotidiano das disciplinas, tais como: um “lavatório de madeira fina com uma bacia de porcelana com 6 toalhas para o serviço da aula de desenho” e ainda aparatos que possibilitassem atender às necessidades fisiológicas dos alunos e professores, como: “potes = 12 quartas para água e 6 canecas de folha” (MARANHÃO, 1856, não paginado). No Brasil “[...] até o final do século XIX, não existia uma preocupação sistemática com a qualidade da água que se bebia nas residências” (BELLINGIERI, 2007, p. 144). A água potável na cidade de São Luís oitocentista se conseguia fundamentalmente por meio das fontes, notadamente das Fontes do Ribeirão, construída em 1796, das Pedras, erguida em 1819 e da Praça Dom Pedro II (1892); principais nascentes de abastecimento para a cidade, além da escavação de poços para o aproveitamento das águas subterrâneas. Os pots de barro e cerâmica eram a principal forma de armazenamento de água para o consumo durante o período oitocentista, uma vez que a preocupação com a filtragem e o início

⁵⁹Por mais que tenhamos indícios do uso de objetos semelhantes na instrução pública oitocentista e no liceu maranhense não há como comprovar ou mesmo afirmar que tais imagens correspondam aos modelos de objetos usados nas aulas.

da produção de filtros de barro por empresas data de meados do séc. XIX (BELLINGIERI, 2007).

FIGURA 10 - Pote de barro quartinha



Fonte: Santeiro São Francisco, 2020.

Os pedidos de mobiliário para compor a secretaria do estabelecimento também constam de um sofá de palhinha, estantes de madeira para o arquivo, cancela para a secretaria e uma caixa de compaços. O mobiliário pelo que se pode perceber neste espaço administrativo não era suficiente para fins operacionais, o bom acondicionamento dos materiais escriturários, dos compêndios utilizados e das demais demandas do secretário carecia das mínimas condições materiais. Com respeito aos móveis subentende-se que a secretaria do Lyceu além de significar um local de controle também pode ser tomada como um espaço de sociabilidade e convivência com os diversos professores, diretor, porteiro e outros que frequentavam esse meio. Dessa forma, viu-se a necessidade de dotar dito espaço de móveis que acolhessem as pessoas que por ali passassem como forma de sociabilidade para “estabelecer e fortalecer laços sociais e redes, conectando [...] os indivíduos envolvidos [e funcionando como] origem da construção de relações sociais mais complexas que são capazes de dar coerência e coesão aos grupos sociais” (FAUTIM; MINASSE, 2019, p. 640).

FIGURA 11 - Sofá de palhinha colonial



Fonte: Harpya Leilões, 2019.

No entanto, para além da desestruturação do prédio, a única aula citada em que, além dos reparos ao espaço, precisaria de equipamentos de escrita, foi a cadeira de desenho linear que carecia, segundo o inspetor, de traslados, “visto que os existentes [,] além de serem poucos se acha[va]m em mau estado” (MARANHÃO, 1856, não paginado). Não obstante, no mesmo registro, existe o pedido para a compra de “50 traslados coloridos e em fumo, de flores, paisagem e figuras que deveram ser escolhidos pelo respectivo lente” (MARANHÃO, 1856, não paginado). A referida aula anteriormente, já tinha sido objeto dessa solicitação; no entanto, é do ano anterior o requerimento para a compra que foi feita quase um ano depois deste relatório, em outubro de 1857. Já tendo outro inspetor da instrução à frente do cargo, o Snr. José da Silva Maia e como presidente de província, o Snr. Francisco Xavier Paes Barreto, indica dessa vez, não apenas a necessidade do equipamento na dita aula, mas também que achava-se “exposto a venda em casa dos negociantes Monteiro e Irmão três livretes em formato grande com traslados próprios para o estudo [...]” (MARANHÃO, 1857, não paginado), os quais custavam a “quantia de oito mil reis [e que] exist[ia] quantia em disponibilidade para essa despesa” (MARANHÃO, 1857, não paginado).

Podemos refletir com base nisso em duas possibilidades, ou os objetos constantes da lista não foram adquiridos em sua totalidade ou, então, estes materiais

não dispunham de durabilidade que o fizessem ser usados por mais de um ano nas aulas do Lyceu. Mais uma vez, o que tais registros nos revelam, são indícios de uma desarmonia entre o que as autoridades determinavam – esfera política e administrativa da cultura escolar – e o que acontecia de fato na escola – esfera empírica –; acompanhamos um mesmo problema relatado diversas vezes não sendo, no entanto, essas solicitações plenamente atendidas (ESCOLANO BENITO, 2017).

Ao que parece estes materiais consistiam em demanda constante da aula de desenho do Lyceu Maranhense que inúmeras vezes figura nos ofícios solicitando sua compra. Percebemos participação ativa do lente da dita cadeira Domingos Tribuzzy, que no papel de pesquisa dos objetos necessários para o funcionamento de suas aulas, apontando nessa prática indicativos sobre os processos de aquisição de utensílios por este estabelecimento. Nessa ocasião também consta o nome da casa de comércio que põe a venda estes itens, além de assegurar que existe verba nos cofres provinciais destinadas a estes fins. É perceptível por meio do discurso, utilizado no corpo do ofício pelo inspetor da instrução, que todas as condições para a compra dos objetos estavam favoráveis e que havia estrita necessidade da sua aquisição, logo a única decisão possível ao poder provincial era pela autorização da compra do material.

A cultura material escolar deste estabelecimento se é testemunho de uma realidade concreta vivida por todos os sujeitos ligados à instituição, sejam eles professores e alunos, sejam inspetores, presidentes de província ou mesmo o porteiro; por outro lado, as fontes utilizadas constituem o registro acessível destes testemunhos, evidenciando desde os problemas enfrentados e as soluções propostas, até o papel de cada sujeito nesse processo. A prática pedagógica perceptível via regulamentos, envolve desde o controle do tempo e as preocupações com a higiene dos espaços escolares, além da participação de funcionários nas práticas avaliativas da instituição; passando o controle dos alunos por meio de gestos materializado no uso da sineta, até aos materiais de higiene e asseio, sendo preciso ressaltar também que dentre as funções do porteiro constavam ainda a fiscalização dos corredores, bem como a garantia do silêncio – art. 56 dos estatutos – que indiciam certo grau de controle exercido junto aos alunos.

Anos depois encontraríamos ainda outra demanda a respeito dos traslados para a cadeira de Desenho Aplicado às Artes e Ofícios, especificando mais uma vez a participação do professor da disciplina, os locais de venda e, nesta ocasião, o anexo

acerca do preço celebrado entre as partes. Agora tínhamos como inspetor da instrução o senhor Antonio Marques Rodrigues, que se reportava ao então presidente de província, o senhor Miguel Joaquim Ayres do Nascimento.

O professor da aula de desenho do liceu, Domingos Tribuzzy, acaba de requisitar a compra de traslados para o estudo de desenho aplicado as artes e ofícios, declarando que na dita aula não há nenhum desses traslados, os quais se tornam essencialmente necessários, visto que a metade dos seus discípulos pertencem a profissão dos artistas. Pela relação, que tenho a honra de enviar por copia a V. Ex. vera V. Ex. que são 216 os traslados requisitados, importando todos em 139//600 reis, a razão de 600 reis cada um, preço que não acho exagerado.

Considerando-se que os nossos artistas, adquirindo o conhecimento do desenho aplicado as artes e ofícios poderão apresentar no mercado os seus produtos com mais elegância, gosto e perfeição do que até hoje tem apresentado, torna-se na realidade necessária a aquisição dos referidos traslados.

ANEXO

ULTIMOS PREÇOS DE TRASLADOS PARA DESENHO

- 1 curso elementar e progressivo de ornamentos por Caret, constando de 116 folhas a 600 reis. – 79//600
- 1 coleção de modelos clássicos do Louvre p. Descollet, constando de 50 estampas, a 600 reis. – 30//000
- 1 coleção de pequenos modelos de arquitetura por Victor Petit 50 estampas a 600. – 30//00
- Total: 139//600

Carlos Seidl, Maranhão 30 de julho de 1864

Confere

João Baptista de Almeida Couceiro

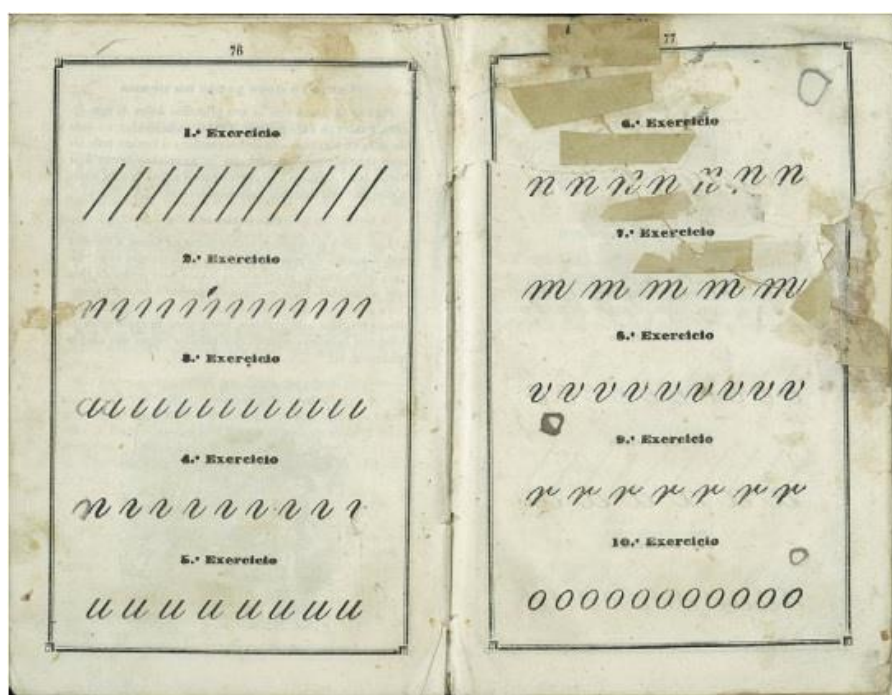
Secretario da I. Pública

(MARANHÃO, 6 de setembro de 1864, não paginado)

Em mais uma ocasião notamos um discurso de convencimento para além de uma simples solicitação. Nesse trecho pode ser notado, que a forma de se reportar ao presidente detona uma postura de honradez e respeito “Pela relação, que tenho a honra de enviar por copia a V. Ex.” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864, não paginado), tal sutileza pode ter a ver apenas com a estilística do inspetor; porém, diferencia-se em geral dos outros relatos a respeito dos traslados, a postura de respeito à posição do presidente, seguida de uma breve opinião sobre o valor cobrado pelo material “preço que não ach[ara] exagerado” (MARANHÃO, 6 de setembro de 1864, não paginado) em tom de mais cordialidade, pode significar também uma tática de convencimento da presidência, bem como a intenção velada de manter boas relações institucionais, para transparecer-se bons relacionamentos. Precisamos nos perguntar, no entanto, por quê a disciplina de desenho linear do Lyceu Maranhense tantas vezes solicita estes materiais? Inicialmente podemos pensar nos seus usos no cotidiano da aula, sobretudo a respeito dos sentidos que ele evoca; ora, se por

diversas vezes faz-se a solicitação do mesmo tipo de utensílio de escrita, pode-se deduzir que estes eram equipamentos de suma importância para o transcurso da aula de desenho e para o aprendizado dos pupilos. É possível supor também que tais artefatos prescindiam de serem usados enquanto estivessem em bom estado, não sendo possível improvisar traslados de desenho linear obsoletos, assim essa necessidade de renovação constante daria motivos para que se solicitassem esses modelos reiteradamente.

FIGURA 12 - Modelos para o ensino da escrita



Fonte: Monteverde, 1878.

Em manual sobre as escolas de ensino mútuo encontramos uma descrição de Sarazin (1854) a respeito dos traslados, dos suportes desses materiais e dos modos de uso no ensino da escrita (diferentes dos usados nas aulas de desenho);

Para sustentar os traslados, que se dão a copiar aos discípulos da primeira classe, e aos da sétima e oitava, se usa de fios de ferro de 5 milímetros de diâmetro, colocados horizontalmente diante dos [alunos], por cima do entalho das carteiras, e sustentados por meio de duas hastes de ferro fixadas nas suas extremidades. [...] Os traslados, para conservarem-se perpendicularmente são introduzidos entre os dois fios, e descansam no entalho das carteiras. (SARAZIN, 1854, p. 8)

Para o ensino ministrado no Lyceu Maranhense os traslados serviam a outro propósito, ao ensino da disciplina de desenho linear que foi introduzida no currículo pelo Regulamento da Instrução Pública de 1854 constando no art. 52, como Desenho Linear e Tipográfico (CASTRO, 2009); e tendo o interesse claro e manifesto de

fomentar a profissão dos artistas. Nessa perspectiva, suspeitamos que tal disposição possa ter sido influenciada pelo movimento que se inicia na Europa, mais precisamente na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX denominado de Art's and Crafts, o qual foi inspirado por ideais de antimercantilização e industrialização. Este movimento estético acabou por fornecer as bases ao que futuramente ficou conhecido como Design. Tal movimento foi iniciado pelo crítico de arte John Ruskin (1819-1900) e do medievalista Augustus W. Northmore Pugin (1812-1852), os quais propunham uma atitude de recusa à indústria e à produção automatizada e procuravam revalorizar o trabalho manual e recuperar a dimensão estética dos objetos produzidos industrialmente.

A valorização dos trabalhos manuais e a inserção de disciplinas com maior potencial de resultados práticos possibilitou a inserção da disciplina de desenho Linear no ensino público secundário. Nesse sentido, percebemos no teor da solicitação o interesse explícito em apresentar a produção dos artistas ao mercado e dessa forma oferecer à sociedade profissionais gabaritados não mais exclusivamente para o exercício literário, senão profissionais que dessem resultados práticos e imediatos para o crescimento econômico da província.

No entanto, para além das reflexões a respeito da necessidade desses utensílios na aula de desenho e da demanda que constituíam, queremos nos ater um pouco a respeito das características das solicitações sobre os traslados. O primeiro pedido surge no formato de lista (Ver pag. 130) e estão especificados a quantidade (50 deles), temas e cores dos objetos; indicam-se também, pelo menos dois tipos de traslados a serem utilizados (em cores e em fumo) que podem indicar o uso de pelo menos duas técnicas distintas de desenho, além de colocar à escolha do lente respectivo os traslados mais adequados para uso no ambiente escolar, que poderíamos interpretar como uma “autonomia docente” ao menos neste aspecto.

Para além da demanda por materiais na disciplina de desenho linear é possível identificar também a solicitação para outra disciplina ministrada nessa mesma lista (Ver página 130). Trata-se da cadeira de geometria, mas seria precipitado pensar que tais materiais foram todos adquiridos e que as solicitações destes foram atendidas de maneira ideal – fatos aos quais temos bastantes dúvidas –; no entanto essas listas de materiais podem nos fornecer indícios que apontem para o funcionamento desta instituição. Que tipo de indícios os utensílios da escrita, pedidos para a disciplina de desenho linear e geometria nos fornecem a respeito da prática

pedagógica nessa escola? A primeira resposta é referente ao fato de esses materiais serem utilizados no cotidiano das aulas para a prática de desenho – no caso da cadeira correspondente – e também para auxiliar no ensino das figuras geométricas, pois dentre os vários usos possíveis para os objetos solicitados podem estar inclusos a confecção de círculos, triângulos, quadriláteros ou polígonos, que por sua vez seriam temas de aulas específicas relacionadas à geometria. Podemos pensar também, no caso da aula de geometria, no uso compartilhado desses utensílios, uma vez que são pedidos 3 compaços e 3 réguas, pois em algumas notícias veiculadas no *Publicador Maranhense* (1842-1885)⁶⁰ apontam para o fato de essa cadeira contar sempre com mais de 3 alunos matriculados.

Em janeiro, e julho do corrente anno matricularão-se no Lycêo 116 alumnos, doze dos quaes frequentão trez Aulas- 38 duas, e 66 - uma, contando assim a de Philosophia Racional e Moral 11-, a de Rethorica e Poética 5, a de Geographia e História-13, a de Lingoa Latina 47-, a de Lingoa Fraceza 34-, a de Lingoa Ingleza 22-, a de Desenho Civil 25, a de Aritmética, Algebra e Geometria 19-, a de Cálculo e Escripuração mercantil 2-, como se vê do Quadro n. 7 (PUBLICADOR MARANHENSE: jornal político. N. 875. 1849, p. 3).

Posto que a disciplina contava com um número superior de alunos em relação aos materiais solicitados poderíamos supor, também, que tratava-se de uma complementação dos materiais já existentes na escola; no entanto, o que estas notícias realmente indicam é que o conjunto de materiais escolares que compunha o Lyceu Maranhense contribuíam e incidiam diretamente sobre a prática pedagógica exercida pelos lentes na instituição e faziam parte de uma proposta de organização de saberes considerados necessários à formação dos jovens tornando-se estes itens, objetos de primeira necessidade presentes nas práticas dos exercícios da leitura e escrita de diversas formas tendo em vista que “a codificação da organização das próprias práticas e saberes escolares [...] é correlativa de processos extra-escolares [...] de codificação e, deste modo, está indissociavelmente ligada a um modo particular de organização e de exercício do poder” (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 31). Nesse sentido pode se afirmar que os materiais escolares testemunham a respeito não apenas do dia-a-dia da escolarização na província; mas também sobre a ideias pedagógicas e os projetos de instrução da juventude.

⁶⁰Folha noticiosa, doutrinaria e encarregada do expediente do governo, que insere, de certo tempo em diante, os debates da assembleia provincial. (SERRA, 1883), além de propor-se ser também o jornal dedicado a defender os interesses da classe dos comerciantes.

Podemos perceber que a maioria dos alunos que se matricularam no Lyceu frequentaram apenas uma disciplina fato que nos instiga a pensar as razões pelas quais um aluno procuraria apenas uma cadeira do currículo da instituição e não se matriculasse no curso completo. Talvez a natureza e dinâmica das disciplinas tomassem muito tempo de estudos e demandasse demasiado esforço por parte dos alunos ou, nesse ano específico, os estudantes optaram por concentrar-se em uma cadeira por vez, ou ainda faziam determinada disciplina por conta do professor que a ministrava ou da representação que emanava dos mestres do Lyceu que eram eruditos reconhecidos nacionalmente, complementando os seus estudos em instituições particulares que não exigiam os exames preparatórios para o ingresso expressamente determinados nos estatutos de 1838.

Art. 7^a. Nenhum aluno será matriculado:

1. na aula de Gramática Filosófica da Língua sem ter perfeito conhecimento de Primeiras Letras e idade de 11 anos;
2. nas aulas de Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, e primeiro ano de Matemática, sem exame de Gramática Filosófica da Língua;
3. na de Grego, sem exame de Latim;
4. na de Retórica e Poética, sem exame de Latim, Filosofia Racional e Moral, e Análise dos Clássicos;
5. na de Geografia e História, sem exame de Filosofia Racional e Moral, e primeiro ano de Matemática;
6. na de Desenho de mecânica, e paisagem, e na de Comércio, sem exame do primeiro ano de Matemática;
7. na de qualquer dos dois últimos anos do Curso de Marinha, sem exame do ano precedente. (CASTRO, 2009, p. 304)

Outra informação que chama a atenção diz respeito à grande preferência pelas disciplinas relacionadas ao ensino de Línguas, constado sempre como turmas mais frequentadas; ensino marcado por disciplinas de caráter humanista e propedêutico (CABRAL, 1982). Por outro lado, a representatividade desta instituição perante a sociedade se dava principalmente mediante a conhecida reputação de seus professores com respeito à escrita de livros e à tradução de obras estrangeiras; alunos que ao se matricularem nas disciplinas na esperança de serem aprovados em instituições de ensino superior; o Lyceu procurava modificar o caráter de seu currículo afim de suprir as exigências de suas demandas

[...] o esforço provincial verificado nos decênios 40 e 50, para modificar o caráter do ensino secundário público, como se viu, não obteve sucesso. O Liceu Maranhense via-se cada vez mais pressionado pelos alunos que o iam abandonando e que buscavam em estabelecimentos particulares os ensinamentos fragmentários, capazes de possibilitar-lhes aprovação. Com isso, o ensino nesse estabelecimento ia-se tornando mais irregular e parcelado (CABRAL, 1982, p. 45)

O plano de estudos do Lyceu maranhense era enciclopédico abrangendo disciplinas humanísticas e linguagens em geral. A cadeira com o maior número de alunos matriculados é a de língua latina que era uma disciplina destacada também nas demais instituições como por exemplo no colégio Pedro II:

O plano de estudos do Collegio de Pedro II tinha por objetivo principal conduzir o aluno ao ingresso nos cursos superiores e elevar os estudos de Humanidades, especialmente da Lingua Latina, no Brasil. Este aspecto pode ser evidenciado pela distribuição da carga – horária: 62% do total era atribuído aos estudos humanísticos e, desse, 50% era atribuído ao estudo de Latim. (FERREIRA; VECHIA, 2010, p. 03)

A Língua francesa também era objeto a se destacar nos currículos de ensino secundário no Brasil império sendo um dos principais idiomas a ser ministrado, uma vez que, “as referências bibliográficas mais modernas estavam escritas em língua francesa pois a França e os seus *Philosophes* assumiram para a historiografia o papel de carro-chefe na divulgação e desenvolvimento dos ideais proclamados pelo Iluminismo.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, não paginado). Nesse contexto a língua francesa se constituía como uma via importante de acesso ao moderno conhecimento científico produzido na época. A primeira cadeira de Língua Francesa criada no Brasil data de 7 de abril de 1808, logo após a chegada de D. João VI e da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro. O ato de criação se deu por meio de um decreto que nomeou o cidadão Renato Pedro Boiret como professor de língua francesa na cidade. Corroborando com a ideia de importância dada às disciplinas de francês temos um discurso do inspetor da instrução José da Silva Maia dirigido, ao então presidente Francisco Xavier Paes Barreto, a respeito do assunto das disciplinas destacadas do ensino secundário do interior da província.

Parece-me, pois, muito conveniente que se tome alguma medida tendente a supressão das cadeiras de latim no interior, por que delas não se colhe utilidade alguma; [...] já não sou da mesma opinião a respeito das cadeiras de Frances do interior, que devem ser conservadas, [pois] que o estudo dessa língua não necessita de outros estudos superiores e nela é que se acham escritos e traduzidos a maior parte dos livros de literatura e ciências aplicadas as diferentes industrias, comercial, fabril e agrícola. (MARANHÃO, 23 de janeiro de 1858).

Percebe-se primeiramente, uma pressão externa no sentido de diminuição de gastos com a instrução secundária no interior; talvez os resultados obtidos com esses investimentos não surtiem o efeito desejado na vida das cidades e vilas da província. A reforma então se dá no sentido de mudança do caráter do ensino de acordo com a função que se espera da instrução secundária, como formador de jovens para preencher as colocações locais no comércio, indústria e na produção da terra,

dotando-o de resultados práticos no curto prazo e preservando-se o ensino de francês que daria mais resultados por ser uma língua onde se conseguiria frutos imediatos na obtenção do conhecimento provindo da Europa.

No que diz respeito ao segundo ofício que aborda a compra de traslados para o desenho linear (Ver página 123), podemos acrescentar, que além dos aspectos já descritos ao longo desta seção, é que as justificativas das necessidades de aquisição dos materiais via correspondência, por intermédio do perfil – dos alunos que se inscreveram na disciplina e da inserção destes no mercado de trabalho – indicam as necessidades que, por vezes, eram cobradas do Lyceu Maranhense no oitocentos, principalmente, após a década de 1850 com um movimento constante de reformas educacionais (CABRAL, 1982); isto é, a necessidade de a instituição formar jovens para o exercício de funções práticas na sociedade, e não apenas que formasse para o ingresso em instituições de ensino superior da Côrte e da Europa. Nessa perspectiva, era preciso que este estabelecimento de ensino público secundário, mediado pelo seu funcionamento pleno e da oferta de diversas cadeiras ministradas em seu curso, trouxesse algum resultado prático à província que necessitava qualificar mão-de-obra para suprir os cargos necessários ao desenvolvimento e à modernidade buscada enquanto ideal no período oitocentista.

A respeito desses resultados, foram engendradas algumas reformas curriculares direcionadas a dita instituição, no sentido de modificar-se a oferta das disciplinas para tornar-se o ensino oferecido menos propedêutico e mais científico. Nessa lógica, os utensílios da escrita constituem-se numa categoria de materiais que são cotidianamente utilizados no trabalho pedagógico onde testemunham os processos de ensino e contribuem para a formação dos jovens do Lyceu Maranhense, além de que tais artefatos documentem um projeto de instrução, um ideal de escolarização, bem como um perfil de jovens desejados pela sociedade.

3.3 Livros escolares: entre permissões e vetos

Dentre as diversas definições existentes no entorno do conceito de cultura material da escola, o livro está inserido em praticamente todas, enquanto objeto central em uso nesses espaços de ensino relacionado, tanto às concepções de instrução que carrega, como também às práticas cotidianas da sala de aula criadas,

muitas vezes, a partir dessas obras. Tomemos, por exemplo, a seguinte definição de cultura material escolar enquanto um

[...] conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infra-estrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros. (SOUZA, 2007, p. 169)

Como procedimento de análise, tomamos aqui enquanto ponto de reflexão, a definição de livro didático de Bittencourt (2016, p. 116), que o considera como “toda a produção cuja intenção inicial do autor e ou do editor é a sua utilização nas aulas, sendo destinada por princípio, ao trabalho de alunos e professores”; embora nós optemos por denomina-lo como livro escolar, seguindo a Castellanos (2017), por considerar que, mesmo pensados e produzidos para seu consumo na instrução oitocentista foram concebidos pelos autores, materializados e postos em circulação por seus editores e tipógrafos no século XIX, trazem as marcas de uma temporalidade imbuída de armaduras conceituais singulares de uma época que pensam a instrução de forma particular, se comparada às concepções em uso que se vinham consolidando a partir dos novecentos, em função de inovações de toda ordem, sejam tecnológicas e/ou da diferenciação das práticas com respeito ao ensino, sejam a partir das mudanças nas estruturas psíquicas dos indivíduos em função do estabelecimento de novas configurações sociais “[...] sua dinâmica irresistível, suas regularidades estruturais, o caráter de seu processo e de seu desenvolvimento, e é esse o segredo da sociogênese e da dinâmica das relações.” (ELIAS, 1993, p. 135) e outros equilíbrios de tensões, a partir da influência do surgimento de novos campos disciplinares no final do oitocentos, que foram redirecionando o pensar sobre o indivíduo e sua formação, sobre a sociedade brasileira e maranhense em construção, se comparadas a outros modelos de sociedades (CASTELLANOS, 2017).

Analisar o livro escolar em uso na província, para Castellanos (2017, p. 19) significa:

[...] tecer o arcabouço conceitual que substancializa o fazer tácito na topografia do histórico, ao revelar[-se] um fazer específico do livro escolar maranhense, ao expressar[-se] um sentir singular dos seus agentes e ao discutir[-se] um saber local defendido e difundido no Maranhão oitocentista por meio da concepção, fabrico, divulgação e consumo das obras, isto é, “[...] formas de saber [que] são inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (GEERTZ, 2009, p. 11).

No entanto, seja como livro didático (BITTENCOURT, 2016), seja como livro escolar (CASTELLANOS, 2017), nestas nomenclaturas estão incluídos na literatura

compêndios de diferentes disciplinas escolares, cartilhas, silabários, livros de leitura, resumos, antologias, livros de professor, catecismos, apostilas entre outros (PERES; SOUZA, 2011), constituindo-se um conjunto de impressos designados segundo a intencionalidade de uso na instrução, estritamente no processo de ensino. As preocupações com a concepção de aprendizagem se fazem presentes no Brasil não de maneira hegemônica apenas no século XX; no entanto, a partir de 1870, Jean-Henri Pestalozzi muda o curso das discussões sobre os métodos incidindo diretamente sobre as relações de ensino e aprendizagem. Os métodos não mais se relacionavam com a organização da classe e do tempo, valorizava-se agora a observação e a intuição dos alunos na busca por transformar o conhecimento sensível em uma elaboração mental superior. Por meio das “lições de coisa”, os estudantes ao verem, sentirem ou observarem determinados objetos ou vivenciarem determinadas situações aprenderiam determinados conhecimentos. Esse processo, mais uma vez, exigiria condições materiais e espaciais para a sua realização: a presença de tais objetos nas escolas, os usos de gravuras em livros ou em cartazes e, também a possibilidade de visitas ou excursões. (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2007)

A congregação dos professores do Lyceu Maranhense constitui-se nesse aspecto, como lugar das ações a respeito dos livros escolares, enquanto ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de existência e coexistência (CERTEAU, 1982). Por meio dela, se torna possível observarmos os diversos aspectos que envolvem a aprovação, recomendação de uso e os vetos; e para além disso, percebermos que valores se deseja conservar e fazer prosperar pelas obras e quais condutas devem ser perseguidas e punidas. Por fim, será perceptível pela ação desse lugar institucional apenas, o que nos for revelado pelos rastros de sua ação, pelas pegadas deixadas nas diversas normas, as quais fez surgir, das decisões que tomou e dos parâmetros utilizadas para tais ações, uma vez que “O lugar é palimpsesto. A análise erudita só conhece o seu texto final, e ainda é para ela apenas o efeito de suas decisões epistemológicas, de seus critérios e de seus objetos” (CERTEAU, 1982, p. 310).

Inicialmente, percebe-se enquanto prática educativa do Lyceu Maranhense, o uso dos compêndios como manuais que orientariam a prática pedagógica dos professores da instituição; praticas educativas que conceberam as condutas inculcadas, os hábitos disciplinares e os rituais escolares como um corpo de práticas

incentivadas não apenas pelos professores, mas por todos os agentes da vida escolar (OLIVEIRA, 2020). Nesse sentido, pode ser visto nos estatutos de 1838 – elaborados pela congregação dos lentes – que os professores que deveriam “2ª. Fazer as explicações das lições pelos compêndios e autores adaptados pela Congregação para o uso do Liceu.” (CASTRO, 2009, p. 310) o que nos permite perceber que a ação do professor, bem como dos alunos não era orientada pela relação de pessoa a pessoa, tudo era pautado na obediência de regras impessoais expressas no regulamento e também nos livros e compêndios utilizados. Essas características tão naturalizadas e corriqueiras; no entanto, testemunham um processo que data do século XVI com a invenção da forma escolar de socialização. Juntamente a esse processo inaugura-se uma forma inédita de relação social – a relação pedagógica. O aprender se dá não mais via ver-fazer ou ouvir-dizer dentro do ambiente familiar no transcurso das tarefas diárias. A relação agora se dá em local específico para o professor com normas reguladoras da ação e com o tempo controlado de forma a caracterizar a escola como instituição independente de outras instituições sociais. (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001)

Outra norma sobre a escolha dos livros e compêndios para uso no Lyceu se registra no art. 12 da Lei n. 156, de 15 de outubro de 1843, determinando que tal decisão “pertencerá à congregação [e que] uma vez escolhidos, só poderão ser mudados com o consentimento do Governo, [depois de] ouvido o Inspetor” (CASTRO, 2009, p. 70). Nossa intenção aqui reside não apenas na identificação das obras escolares nas fontes, mas em tentar descrever e compreender as relações contidas nesses artefatos, os mecanismos ligados à adoção de livros para seu uso no ensino secundário maranhense, bem como a influência na escolha de obras para a instrução pública primária como um todo que necessitam ser decifrados. Na documentação, por diversas vezes, os livros escolares são objetos das notícias, ofícios, atas e relatórios que surgem enquanto formas subjacentes aos múltiplos tipos de publicações analisadas.

Primeiramente, tem sido interessante que observemos as características do *corpus* documental, tendo em vista sua variedade. O *Publicador Maranhense*, por exemplo, foi fundado em 9 de julho de 1842 em substituição ao *Jornal Maranhense* (1840-1841)⁶¹ e circulou desde sua constituição até 1886 nesta província; período

⁶¹ “[...] publica-se na typographia de I. José Ferreira o *Jornal Maranhense*, que viveu pouco tempo.” (SERRA, 1883, p. 3)

longo, tendo em vista que diversos periódicos que circularam na província tinham vida curta (CASTELLANOS, 2012). Este jornal foi impresso e editado na tipografia do Sr. Ignácio José Ferreira – seu proprietário⁶². Durante o período de circulação contou com a participação de diversos intelectuais na sua redação, tais como: Francisco Sotero dos Reis (1856-1861); Temístocles Aranha (1862 e 1863)⁶³; Antonio Henriques Leal (1864)⁶⁴; Felipe Franco de Sá⁶⁵ e Francisco José Viveiros de Castro (1885); alguns deles relacionados diretamente à instrução pública e ao Lyceu Maranhense.

O periódico em questão destacou-se pela diversidade de conteúdos tratados. Conteúdo recreativo, a exemplo dos folhetins e poesias que eram veiculadas em suas páginas, destinava-se também a informar a respeito das finanças e variações dos câmbios, mercado de importação, marés e tudo quanto se achasse de utilidade para seus leitores, constantemente procurando fugir das contendas políticas comuns ao meio tipográfico do Maranhão oitocentista. Desde a primeira edição sua variedade temática é exposta deixando clara a sua posição enquanto obra informativa e também recreativa.

⁶²Inácio José Ferreira, proprietário da tipografia onde era impresso. Conservou-se nesse órgão de imprensa até 1861, quando abandonou o jornalismo, dedicando-se somente à carreira de professor, literato e filólogo [...] como resultado de pressão política do presidente da província à época. (MARTINS, 2010, p. 115)

⁶³Themístocles da Silva Maciel Aranha nasceu em 8 de agosto de 1837 na freguesia de São Joaquim do Bacanga, estudou no Liceu Maranhense e na Escola Central na capital do Império; porém não consegue concluir os estudos por motivo de saúde e então regressa a São Luís. Aos 20 anos inicia uma dupla jornada onde funda o Colégio São João Batista e se revela exímio professor, só deixando de exercer a profissão para dedicar-se à atividade jornalística. Neste mesmo período foi convidado para redigir o *Jornal do Commercio* (ano-ano), quando deu início a sua carreira jornalística, que será por muitos anos a sua principal profissão. Em 1863 funda o jornal *O Paiz* (1863-1889). Atuou entre os anos de 1869 a 1870 como deputado da Assembleia Legislativa Provincial pelo partido conservador. Posteriormente assume a presidência da Associação do Comércio. (VIVEIROS, 1954).

⁶⁴Nasceu na localidade de Cantanhede, Itapecuru Mirim, hoje Município de Cantanhede, a 24 de julho de 1828 e faleceu no Rio de Janeiro, a 29 de setembro de 1885. Era filho de Alexandre Henriques Leal e de Ana Rosa de Carvalho Reis. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, onde obteve distinção. [...] Como historiador literário e biógrafo, escreveu o livro que lhe valeu consagração, *O Panteon Maranhense* (1987), no qual levantou a biografia de um grupo de maranhenses ilustres nas letras, artes e ciências. Historiador voraz e bem documentado. Leal enriqueceu a historiografia brasileira com ensaios eruditos. Colaborou ativamente no *Semanário Maranhense* (1860-1869). Receberam sua colaboração ainda os seguintes periódicos: *Revista Universal Maranhense* (1840-1859), *Conciliação* (1850-1859) e diversas folhas de Lisboa. Na Academia Maranhense de Letras é patrono da Cadeira nº 10, fundada por Astolfo Marques.

⁶⁵Nasceu na cidade de Alcântara, Maranhão, em 25 de dezembro de 1807. Filho do ex-presidente de província, Romualdo Antônio Franco de Sá e Estela Francisca Costa Ferreira. Estudou humanidades em São Luís e depois foi para Olinda e se formou em Leis em 1832. Na sua trajetória exerceu vários cargos públicos de destaque, como: Procurador da Fazenda Nacional (1833); juiz de direito (1834); secretário da presidência no governo de Costa Ferreira (1835-1836); deputado da Assembleia Provincial e Geral (1841-1848); presidente da Província da Paraíba (1844); presidente da Província do Maranhão (1846-1847); e senador em 1849. (FARIA, 2020, p. 43)

Convidado a tomar a redação deste jornal, julgamos indispensável dizer alguma coisa [...] sobre a direção que pretendemos dar-lhe. Não faltam órgãos à política: os seus ódios se envenenam cada dia, em falta de lugar onde se rasguem novas feridas os campeões que travados na luta revolvem os punhais nas feridas já abertas. Imitá-los seria nada fazer para romper a monotonia de tais discussões; a sociedade tem outros interesses que cumpre advogar e satisfazer. Em primeiro lugar, as notícias políticas e comerciais, tanto nacionais como estrangeiras e depois a legislação e os atos do governo; e finalmente variedades que instruem, recreando, eis aí com que encheremos o quadro deste jornal. A exemplo de todos os jornais da Europa, extrairemos das colunas dos nossos colegas os artigos que mais interessantes nos parecem sobre as questões que forem ocorrendo, guardando nisso como em tudo mais, uma rigorosa neutralidade entre os diversos partidos. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842. p. 1)

Com a intencionalidade explícita de evitar – na medida do possível – o acirramento político e assim não revolver os punhais nas feridas já abertas, o editor trata de “unicamente” noticiar os acontecimentos políticos e comerciais, a legislação e atos do governo para, assim, poder encher os quadros dos jornais com informações que “instruem recriando”, tomando como exemplos periódicos europeus – e publicações que circulavam nas grandes metrópoles brasileiras. No que diz respeito aos aspectos políticos partidários da província do Maranhão era evidente a atuação dos jornais, uma vez que os

Partidos em geral possuíam [os] seus próprios [...], que funcionavam como plataformas políticas, meio de ataque aos adversários, discussão da conjuntura local e/ou nacional e divulgação dos programas e formas de participação dos partidos. (SANTOS, 2019, p. 11)

Destarte por tratar o dito periódico do expediente da província e de interesses de uma classe específica da sociedade maranhense era interessante esquivar-se do debate político acirrado, tendo em vista que “Os grupos políticos da situação nutriam a expectativa de que o Poder Moderador os mantivesse nessa condição, ao passo que os grupos opositores tentavam modificar a orientação política vinda da Corte, [que os] retira[sse] do ostracismo” (COSTA, 2019, p. 150). A fuga do *Publicador* (1842-1886) se deu por meio da diversidade de conteúdo e de temas abordados na publicação que, ao passo que eram bem aceitos pelo público o mantinham com o *status* inalterado a respeito dos debates acirrados. Essa diversidade temática implica em um aspecto teórico-metodológico de nossa pesquisa a respeito dos dispositivos utilizados pelo jornal para tratar da instrução pública, mais especificamente, do Lyceu Maranhense. Apesar do interesse manifesto em escapar da contenda política o editor do jornal em sua lista de prioridades que faziam parte das páginas da publicação constam “Em primeiro lugar, as notícias políticas e comerciais, tanto nacionais como estrangeiras e depois a legislação e os atos do governo”, assim podemos intuir que o

desvio feito inicialmente acerca da fuga do político serviu por mascarar precisamente o teor político da publicação na divulgação dos atos do governo e do expediente do poder provincial tanto o central como o local.

O *Publicador Maranhense* (1842-1885) aborda a instrução pública em diversas partes de suas seções e, o Lyceu aparece, ao longo de todo o período de circulação em 19 distintos segmentos, todos relacionados aos aspectos de maior seriedade – notícias políticas, econômicas, legislação e atos do governo – mantendo a instituição fora do *hall* de informações que “instruem recriando”; isto é variedades, curiosidades e passatempos, a exemplo dos folhetins. Essa constatação a respeito do *Publicador Maranhense* como dispositivo, torna-se importante na medida em que revela o Lyceu Maranhense como instituição que merece ser tratada com maior seriedade, evidenciando assim uma certa representação a respeito da dita escola – perceptível por meio do tratamento diferenciado do qual gozava.

Por fim, trata o periódico da busca por modernidade em seu estilo editorial intencionando uma escrita semelhante “aos melhores jornais da Europa [ao extrair] das colunas dos nossos colegas os artigos que mais interessantes nos parecerem” (*PUBLICADOR MARANHENSE*, 1842, p. 1), notadamente uma prática cultural comum no oitocentos, uma vez que é clara a influência europeia na sociedade maranhense, especialmente a francesa, posto que a imprensa local constituía-se de um núcleo de intelectuais formados, em grande parte, nos centros europeus e que regressando à terra natal fundam periódicos e assumem redações dos jornais reproduzindo nas páginas dessas publicações ideais de modernidade, formas de escrita e organização apreendidas das obras estrangeiras.

Dentre os tipos de representação – a que se refere Chartier (1989) – nos parece que tratamos aqui das representações relativas às aptidões e expectativas com relação a este estabelecimento de ensino público secundário manifestas, nesta ocasião, de maneira inconsciente e indireta pelo editor do jornal. Ainda que de maneira não intencional, o ato de reservar o assunto Lyceu Maranhense às páginas respectivas a ações do governo, atos políticos e leis orçamentárias ou ordinárias nos revela, por um lado, a representatividade da instituição que se instalou na província como modelo ideal de ensino público inspirado em ideais e modelos europeus suscitando, em certa medida, expectativas de mudanças, principalmente nos aspectos atinentes à qualidade do ensino secundário; por outro lado, as menções a este espaço escolar revelam ser um tema de interesse público que merece atenção e

que deve ser informado à população em geral – mesmo que não usufrua diretamente na sua unanimidade dos serviços oferecidos, uma vez que quem tinha condições de prestar exames e ingressar na instituição eram em geral os filhos de famílias abastadas da província (CABRAL, 1982).

Outro aspecto a ressaltar, no que se refere à natureza das notícias, é que apesar deste jornal oferecer um leque tão diversificado de locais de publicação (no próprio suporte) destinados ao Lyceu Maranhense, relativamente às formas dessas mensagens, somente pudemos identificar três tipos: Ofícios, ata de reunião e relatórios. Os ofícios geralmente são informações que dão conta do expediente das instituições públicas, retiradas muitas vezes dos próprios diários oficiais da província ou de correspondências remetidas pelas repartições às autoridades públicas. Pode-se perceber, com isso, o caráter objetivo e imperativo deste tipo de publicação, apresentada a título de informar a respeito das soluções dadas aos problemas de ordem pública pelas instâncias competentes, ou apenas informar a respeito de decisões tomadas por estas. Vejamos uma notícia extraída do *Publicador Maranhense* (1842-1885) com essas características.

Ao inspetor interino da instrução Pública. – concordando com o que Vmc. Representa em seu officio n. 159 de 28 de Fevereiro último, tenho a dizer-lhe que *não acho conveniente que na aula de Geographia e História do Lyceu desta cidade seja substituído o Compêndio do Abbade Gualtier pelo de Luiz Paulino Cavalcanti Vellez de Guevara*, e que *aprovo que a Aula de Francez do mesmo Lyceu se addicione aos Compêndios e autores de que se faz uso o Compêndio de História Universal de Tissot*; e que nas Escolas de primeiras letras da Província se adopte a tradução do Novo Testamento feita pelo Exm. Bispo Conde d'Arganil, e reimpressa pelo cidadão Manuel José de Medeiros. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1848, ed. 634, grifo nosso)

De modo geral as notícias sobre livros escolares veiculadas nos jornais sobre o Lyceu Maranhense tratam de seu exame, substituição e adoção nas aulas; observações relacionadas a seu uso no cotidiano das cadeiras de ensino secundário. Nem sempre é possível encontrar ofícios correlatos que mostrem se uma determinada solicitação foi atendida ou mesmo recebida; no entanto, nos revelam informações essenciais à investigação. Acima percebemos livros utilizados na aula de geografia e história bem como seus autores, além de uma indicação de substituição rejeitada, percebendo-se ainda o acréscimo de compêndios à disciplina de francês. Por outro lado, percebemos também, que quando se trata do livro escolar, a igreja católica se impõe e se faz presente, tanto na pessoa do Abbade Gualtier enquanto autor de obra adotada no Lyceu, como também o bispo Conde d'Arganil, ao recomendar-se o uso

do *Novo Testamento* nas aulas de primeiras letras. Enquanto instituições correlatas, a escola e a igreja no período oitocentista sempre mantiveram relações estreitas, uma vez que um dos papéis de tais instituições era a defesa dos costumes e dos valores, principalmente, da moralidade e da tradição familiar.

Em se tratando dos livros escolares, essa relação se torna mais evidente, pois os seus conteúdos – principalmente de primeiras letras, mas também algumas obras adotadas no Lyceu – sofrem quase sempre alguma influência religiosa. Tal fato pode apontar para um aspecto importante enquanto predicado necessário para a adoção ou veto de determinada obra para o ensino, embora as normas não indiquem expressamente como requisito, que eram deixados a cargo das autoridades as decisões e os pareceres dos argumentos de adequação também apontem para os critérios de moralidade nas obras como condição de aprovação. Nas atas de reunião da congregação, percebemos que para além de exercerem funções técnicas que o cargo de professor do Lyceu demandava, estes sujeitos pensavam a instrução pública, determinando o que se deveria ensinar e que valores inculcar. Era crucial que para além dos critérios técnicos, tivessem ideias que não desvirtuassem a mocidade, como vemos no seguinte parecer, a respeito de outra obra para o ensino intitulada “*Compêndio de Grammatica da língua Franceza*”, por Chapaal, afirmando-se “[...] ser [este] um dos melhores da língua franceza, acha[ndo]-se hoje tão resumido e tão apropriado para ser lido nas escolas de instrução secundárias da província, que não deixará de ser procurado para isso [...] Maranhão 23 de junho de 1866” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, ed. 147; 148; 156; 159; 161; 162; 170).

Nesta perspectiva, o livro deveria trazer conteúdo técnico que justificasse sua adoção, mas a ação da congregação dos lentes do Lyceu também pensava a instrução como forma de moldar a juventude e era preciso que o compêndio fosse “apropriado para ser lido nas escolas de instrução secundária”, fazendo-nos perceber que a atuação dos sujeitos estava constantemente em conformidade com a dinâmica social desejada, fazendo parte de uma teia de ações conjuntas que atuam como “tecido básico resultante de muitos planos e ações isolados [que] pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou” (ELIAS, 1993, p. 194).

Tal qual o *Compendio de Grammatica da Língua Franceza*, de Chapaal, a obra *Lições de Geographia* publicada originalmente na França entre 1789 e 1820, e

traduzida pela primeira vez em 1838 por José Inácio Roquete⁶⁶ (ALBUQUERQUE, 2016) se constitui tendência percebida diversas vezes no Lyceu Maranhense e na instrução pública local onde em muitas ocasiões buscava-se usar obras traduzidas e/ou adaptadas o que, por sua vez, aponta para a clara influência que os centros Europeus exerciam no ensino local. No contexto da instrução pública no Brasil oitocentista é comum a adoção de traduções de obras estrangeiras, bem como a importação de ideias pedagógicas e mesmo de currículos de instituições escolares. Neste sentido

[...] livros portugueses, traduções e adaptações de obras escolares francesas, seguidas em menor número de alemães e inglesas constituíam-se como modelos para uma produção didática para atender a um público escolar ainda escasso. Programas curriculares e livros escolares se articulavam no processo de constituição de uma educação escolar que se delineava por intermédio do Estado e sob a vigilância da Igreja Católica. (BITTENCOURT, 2016, p. 17)

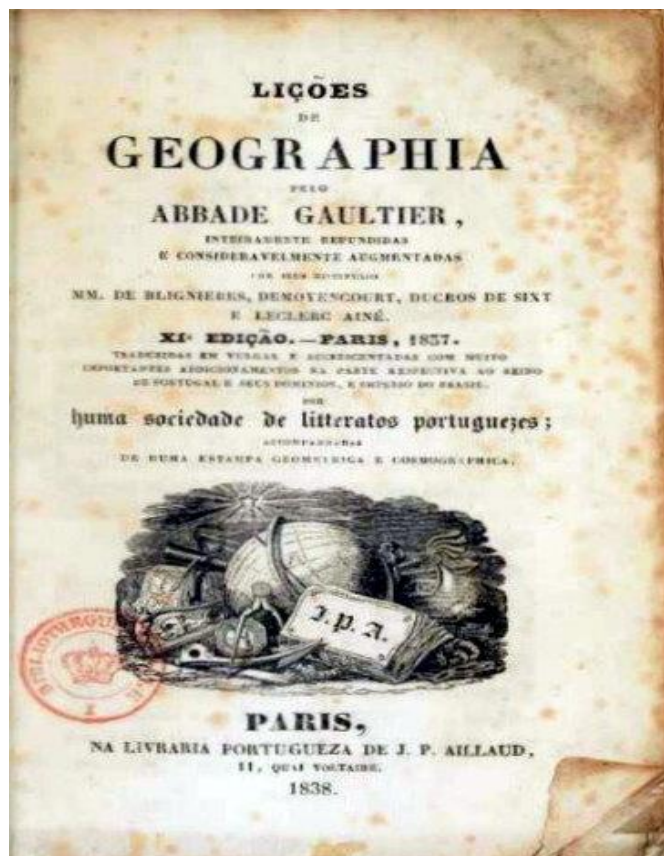
A dita obra ao ser adotada para uso no Lyceu Maranhense insere-se em um contexto repleto de obras traduzidas e utilizadas na instrução; porém não tendemos a acreditar em uma dependência acerca de obras estrangeiras, pelo menos no que se refere à autoria de obras para o ensino, uma produção de obras locais na província do Maranhão é ponto de destaque em diversas pesquisas que tratam da temática do livro escolar. Talvez os livros estrangeiros tenham exercido influência em relação aos conteúdos a serem reunidos para a produção de compêndios locais e também servido como sustentáculo para a realização das aulas, pois a demanda de obras locais sozinha não seria capaz de sustentar a instrução.

Quanto ao compendio de história de Tissot, do original *Precis d'histoire universelle, vol. I de 1850*, era uma obra usada no ensino de história do Lyceu Maranhense. Seu autor/tradutor era um reconhecido médico suíço que por diversas vezes aparece no Publicador Maranhense proferindo discursos médicos sobre o diagnóstico e tratamentos adequados de doenças. Seu livro constava no catálogo da Livraria Frutuoso e no anuncio de venda, o destaque dado a obra versava sobre o fato de esta ter sido adotada nas escolas: “Na Livraria Frutuoso tem a venda os

⁶⁶José Inácio Roquete nasceu em 1801, em Alcabideche, Cascais, Portugal e faleceu em Santarém, Portugal, no ano de 1870. Era filho de António Santos Roquete, proprietário, lavrador e capitão de ordenanças, além de ter sido vereador por várias magistraturas do município de Cascais. Roquete seguiu a carreira eclesiástica, dando entrada em 1821, no Convento de Santo António de Estoril, onde tomou ordem do clérigo secular, assumindo o nome de Frei José de Nossa Senhora do Cabo Roquete (ALBUQUERQUE, 2016, p. 262)

seguintes livros novos: [...] TISSOT: Précis d'histoire universelle (obra adoptada nas escolas) 1 vol." (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, ed. 1011, p. 4)

FIGURA 13 - Obra Lições de Geographia pelo Abbade Gaultier (1838)



Fonte: Albuquerque, 2016.

A ata de reunião consiste na segunda das três formas identificadas nas notícias encontradas no *Publicador Maranhense* (1842-1885), nas quais se relatam as reuniões da congregação do Lyceu ou as sessões da Assembleia Provincial, lavradas ao final do registro com as assinaturas dos participantes da reunião e do respectivo secretário. Esse tipo de publicação apresenta uma maior extensão e uma variedade de assuntos possibilitando-nos, além da identificação dos objetos de cultura material escolar, uma visão mais aproximada dos contextos e do funcionamento do Lyceu e da instrução pública da província com respeito ao livro escolar.

As possibilidades de análises a respeito de uma sessão ou reunião de órgãos públicos relacionados à instrução e a seus modos e rituais de funcionamento são ilimitadas, desde aquelas que fazem referência à ordem do dia, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior, até a frequência dos membros – no caso da congregação do Lyceu –, dentre outras práticas rituais que trazem elementos da cultura administrativa das repartições públicas para o âmbito da cultura administrativa da

escola (ESCOLANO BENITO, 2017; 2018). Tal funcionamento também denota a representação das práticas dos sujeitos envolvidos com o Lyceu Maranhense (CHARTIER, 1989) quando se demonstra via documento a dinâmica da instituição, seus costumes, regras, hierarquia e estatutos.

Aos 14 dias do mez de fevereiro de 1849, nesta cidade do Maranhão, reunida a Congregação do Lyceu Maranhense, pelas 10 da manhã, na sala das suas Sessões, sob a presidência do Sr. Inspector interino da Instrução Publica, Francisco Sotero dos Reis, procedeu-se à chamada, e achando-se presentes 7 membros, por faltarem com cauza motivada os Srs. Candido Mendes⁶⁷, e Pedro de Souza Guimarães, abriu-se a sessão. Não tendo sido lida a acta da sessão antecedente por não tê-la presente o Secretário, declarou o Sr. Inspector que havia convocado extraordinariamente a Congregação para se tratar da distribuição dos Premios do anno lectivo p. p., e para **submitter ao seu exame duas Grammaticas, uma da Lingua Latina, e outra da Lingua Portuguesa, arrançadas a primeira por Frederico Magno de Abranches, antigo Professor do Lyceu, e a segunda por Felipe Benício d'Oliveira Condurú, Professor da Eschola Normal de Primeiras Letras, e vêr-se si podem ser adoptados para uzo das Aulas desta Provincia.**

A Congregação tendo-se constituido em sessão secreta para tratar da destribuição dos Prêmios, e convidado os Lentes, que se achavão presentes, a proporem para elles os que julgassem dignos de obtê-los, foram propostos, e aprovados, para os de Filosofia Racional e Moral os Alumnos Luiz Antonio Gonçalves Ribeiro, e Raimundo Alexandre Valle de Carvalho, dec idindo-se à sorte o 1º Prêmio para o Alumno Carvalho, e o 2º ao Alumno Ribeiro. -Para o 1º Prêmio de Rethorica e Poetica, foi proposto, e aprovado, o Alumno José Baptista Silva, e para o 2º o Alumno Gentil Homem d'Almeida Braga⁶⁸, -Para o 1º Premio de Latim foi proposto, e aprovado, o Alumno João Baptista

⁶⁷Cândido Mendes de Almeida nasceu na antiga freguesia de São Bernardo do Brejo dos Anapurus, hoje município de Brejo, a 14 de outubro de 1818, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1º de março de 1881. Foram seus pais o capitão de milícias Fernando Mendes de Almeida e Esméria Alves de Almeida. Bacharelou-se em Direito pela antiga Faculdade de Olinda, depois de haver feito os preparatórios em sua cidade natal. Foi promotor público da capital do Estado e professor de Geografia e História do Liceu Maranhense, em São Luís. Secretariou o grande governador Eduardo Olímpio Machado. [...] mudou-se para a Corte, exercendo importantes cargos, como os de diretor de seção da Secretaria da Justiça e chefe de seção da Secretaria dos Negócios do Império. Representou o Maranhão na Câmara Temporária e foi escolhido senador pelo mesmo Estado, na vaga do conselheiro João Pedro Dias Vieira [...] É patrono da Cadeira nº 19, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

⁶⁸Nasceu em São Luís do Maranhão, a 25 dias de março de 1835, falecendo na mesma terra a 25 de julho de 1876. Filho de Antônio Joaquim Braga e Maria Afra de Almeida Braga. Bacharelou-se em Direito pela Academia de Olinda, tendo exercido a função de secretário do Governo da Província do Rio Grande do Norte. Regressando ao Maranhão, exerceu o Ministério Público nas comarcas de Codó e Caxias e a judicatura na de Guimarães. Tornou-se famoso pelos folhetins que escreveu num estilo mordente e loução, numa prosa agradável de ler, levemente pontilhada de humorismo, e nos quais fixou aspectos pitorescos da vida da cidade, criticando costumes e fatos quotidianos com olho penetrante e justo de cronista que excelia no gênero. Assinava-os com o pseudônimo de Flávio Reimar. Além de poeta e tradutor, era escritor elegante, e deu provas de saber jurídico, estampando, na *Ordem e Progresso*, uma série de artigos sobre a neutralidade em tempo de guerra, a propósito da entrada, no porto do Maranhão, do corsário Sweter, durante a guerra dos Estados Unidos. Colaborou ativamente no *Semanário Maranhense*, *A Coalizão*, *Ordem e Progresso*, *Publicador Maranhense* e *O Liberal*. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/gentil-braga/>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

d'Almeida Couceiro⁶⁹, e para o 2º, o forão os Alunos Ataliba Ferreira de Gouvêa Pimentel Beza, e José da Cunha Gonçalves Machado, decidindo a sorte a favor do Alumno Beza-Para o 1º Prêmio de Inglez foi proposto, e aprovado, o Alumno Dionisio d'Araújo Cantanhede, e para o 2º o Alumno José Thomaz da Silva Quintanilha Junior, e José Miguel Nunes Lisboa, decidindo-se à sorte o 1º Premio ao Alumno Quintanilha Junior, e o 2º ao Alumno Lisboa - Não se tratou da distribuição dos Premios de Francez por não se achar presente o Lente substituto da cadeira, e não foram conferidos os de Geographia e História, e de Calculo e Escripuração Mercantil, por não haverem Alumnos aprovados nestas materias.

Tendo-se tornado publica a sessão resolveu a Congregação que as duas Gramáticas apresentadas pelo Sr. Inspector interino fossem remetidas a duas comissões compostas de dois membros cada uma, a fim de darem sobre ellas o seu parecer. -O Sr. Inspetor interino nomeou *para examinar a Grammatica Latina*, os Snrs. *Traiano Candido dos Reis*, *Lente substituto da mesma Lingua*, o Dr. *Galvão Lente de Philosophia Racional e Moral*, e *para examinar a Portugueza*, os Snrs. *Paço*, *Lente de Inglez*, e *Pedro de Souza Guimarães*, *Lente substituto de Francez*. Nada mais Havendo a tratar-se levantou o Sr. Inspector interino a sessão.-Conforme- O Secretário da Inspetoria da Instrução Publica- J. N. X. de Brito⁷⁰. (PUBLICADOR MARANHENSE, n. 758. 1849, GRIFO NOSSO)

Tal reunião da Congregação dos Lentes do Lyceu Maranhense consiste num rico registro acerca do seu funcionamento e dos modos utilizados para a tomada de decisões. Situando-se no ano de 1849 – ainda, período de vigência do primeiro dos dois estatutos, que foram elaborados ao longo do período oitocentista para o Lyceu (1838) –, a distribuição dos prêmios e a determinação da escolha dos compêndios e autores para uso nas aulas constavam como algumas das atribuições da dita congregação (CASTRO, 2009).

Estes prêmios eram distribuídos entre dois alunos que no decurso do ano se destacassem e se tornassem dignos pelo progresso alcançado, sendo indicados pelo professor que devia justificar sua escolha à Congregação, quando da distribuição. Não se pode afirmar com certeza quais membros compunham a congregação dos lentes da escola em 1849; no entanto, encontramos no *Almanak Administrativo do Maranhão de 1862* uma lista com os nomes dos professores de cada cadeira do Lyceu Maranhense e seus respectivos endereços, na qual percebemos que muitos dos nomes no registro coincidem com os membros mencionados na reunião, a listagem continha as seguintes informações:

Lentes

⁶⁹Chegou a ser secretário da Instrução Pública no ano de 1857, segundo notícias veiculadas no *Publicador Maranhense* (ed. 0009 e 0136)

⁷⁰João Nepomuceno Xavier de Brito. Morava na Rua de São Pantaleão, nº 55, conforme registro no *Almanaque do Maranhão* do ano de 1848 “[...] como lente do Liceu, ministrou a cadeira de Aritmética, Geometria e Álgebra; foi secretário da mesma instituição no ano de 1839”. (RIBEIRO, 2006); além de exercer o cargo de secretário da Inspetoria da Instrução Pública no ano de 1849.

Latim inferior – Trajano Cândido dos Reis, com 28 discípulos, r. das Hortas, 2.
Superior – Francisco Sotero dos Reis, com 35 discípulos, r. da Paz, 43.
Inglez – Roberto Haskteh Hall, com 32 ditos, r. da Paz, 16.
Francez – Pedro de Souza Guimarães, com 59 ditos, r. das Violas, 108
Geographia – Dr. Tiberio Cesar de Lemos, com 33 ditos, r. San'João.
História Universal – Dr. Antonio Marques Rodrigues, com 2 ditos, Largo dos Remedios, 3.
Philosophia – Dr. Jose Ricardo Jauffret, com 3 ditos, r. da Paz, 20.
Rhetorica – Dr. Maoel Jansen Pereira, com 6 dictos, r. de Sanct'Anna, 72.
Mathemáticas elementares – João Nepomuceno Xavier de Britto, com 16 ditos, r. de San'João, 15.
Calculo mercantil e escripturação por partidas dobradas – Luiz José Joaquim Rodrigues Lopes, nenhum, travessa do Coilo, 16.
Grammática – Dr. Hermenegildo Antonio da Encarnação e Silva, com 8 ditos, r. da Cruz, 43.
Dezenho – Domingos Tribuzy, com 31 ditos, travessa do sineiro, 4.
 (ALMANAK ADMINISTRATIVO DO MARANHÃO, 1862, p. 45, grifo nosso).

Percebe-se uma discrepância em relação ao número de lentes que são contados na reunião da congregação – 9 lentes – e o número constante da lista apresentada pelo almanaque – 12 professores. Entretanto, nomes como o de Sotéro dos Reis, Xavier de Brito, Pedro de Souza Guimarães e Trajano Candido dos Reis; figuram de formas diferentes nos dois registros, este último, por exemplo figura como professor substituto da cadeira de latim e, posteriormente, já se encontra como titular do latim inferior. Outra disciplina que parece mudar de professor é a de Philosophia que na reunião da congregação tem como professor titular o lente Dr. Galvão e em 1862 figura como seu provedor o Dr. José Ricardo Jauffret.

Um importante papel exercido pelos professores do Lyceu consistia na escolha dos compêndios para o ensino. Nesta ata podemos perceber que as obras postas sob avaliação foram remetidas à congregação pelo Inspetor interino da instrução pública Francisco Sotéro dos Reis, o qual determinara também quais mestres decidiriam sobre as obras em análise. Sem embargo, é interessante destacar que tal imposição parece destoar em parte com a especialização dos lentes. Se a primeira obra – *Gramática da língua latina* – foi posta aos cuidados de Trajano Candido dos Reis e do Dr. Galvão, professores de latim e filosofia respectivamente, sendo especialistas na língua da qual a obra seria analisada; por sua vez a *Gramática portuguesa* foi posta a cargo dos professores – Snr. Paço e Snr. Pedro Guimarães – que apesar de ministrarem disciplinas de línguas – Inglês e Francês – não eram gramáticos especialistas na língua portuguesa. Nessa lógica, acreditamos que a avaliação da obra não tenha sido posta a cargo do professor de gramática portuguesa do Lyceu no período, por que era precisamente Francisco Sotéro dos Reis o professor

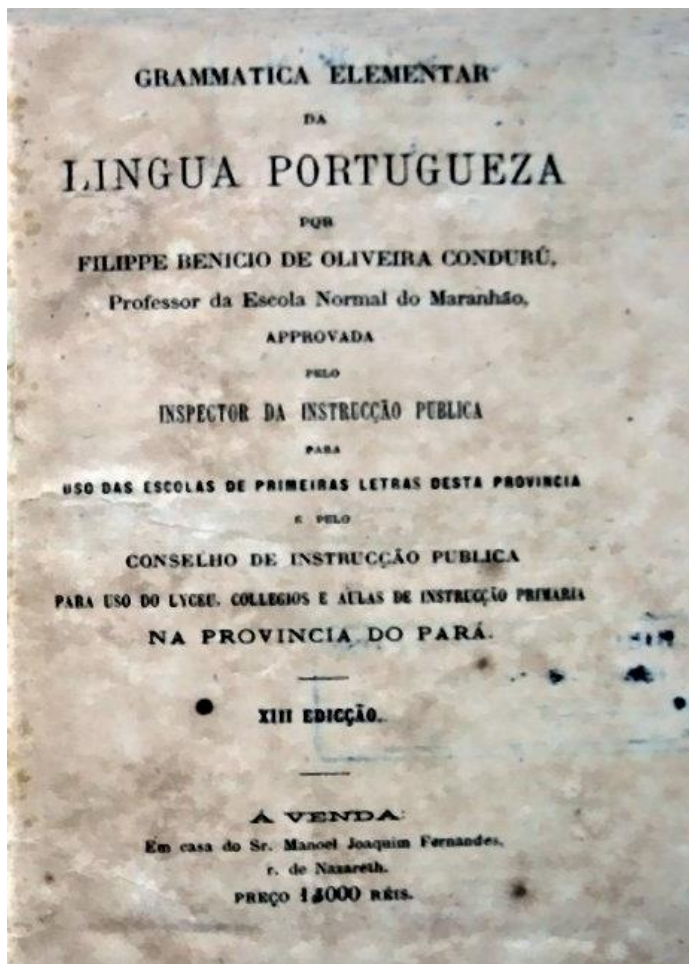
catedrático que na ocasião exercia a função de inspetor interino e por este motivo não poderia se encarregar da análise de acordo com a lei nº 156 de outubro de 1843. É perceptível também que cada obra ficou a cargo de um professor catedrático – mais experiente – e um substituto – novato – apontando para fatores institucionais relacionados ao cargo de professor do Lyceu e talvez indicando um processo de formação dos ditos professores, como participantes das reuniões da congregação analisariam o teor de obras a serem adotadas no ensino, acompanhados de perto por mestres mais experientes na elaboração de tais pareceres. A amalgama de informações sutis e reveladoras do cotidiano de uma escola do porte do Lyceu fornecida pelo simples relato de uma reunião proporciona informações cruciais para o entendimento das concepções a respeito de diversos temas. Pode-se supor que o cargo de professor era visto como uma carreira intelectual que necessitava de formação contínua, sendo estes sujeitos também formados pela instituição para o exercício de cargos de autoridade, bem como indicia para uma estratificação dos professores, segundo uma hierarquização própria – aqui regulada pelo tempo de casa.

Em se tratando de livros escolares, enquanto artefatos da cultura material escolar deste estabelecimento torna-se imprescindível entender o funcionamento desse dispositivo institucional de organização da prática pedagógica. As diversas práticas sejam elas educativas, pedagógicas, docentes ou culturais precisam ser diferenciadas para o entendimento mais preciso ao respeito de suas particularidades. Para Franco (2016), a prática docente se constitui numa forma de saber não reflexivo que não é inteligível quando regida por regras determinadas; em oposição a esta, a prática pedagógica, é tida como ação consciente, participativa e auto reflexiva por parte dos agentes da vida escolar. Já a prática educativa apenas adquirirá inteligibilidade ao ser guiada de acordo com critérios preestabelecidos de modo amplo e difuso com respeito a ideias pedagógicas e discursos sobre instrução, por exemplo. Por fim, as práticas culturais dão sentido ao mundo, que pauta as ações dos sujeitos e ligam-se, mesmo que de forma indireta e irregular às representações do mundo social (CHARTIER, 1989).

Dentre as diversas atribuições da dita congregação, podemos elencar como de vital importância para instrução no Maranhão nas primeiras décadas oitocentistas, por exemplo, o encargo de elaborar os estatutos do Lyceu, inspecionar as aulas públicas da província, a determinação das datas dos exames e a nomeação dos

examinadores para as cadeiras oferecidas (CASTRO, 2009). Dirigindo-nos aos aspectos referentes aos livros escolares, a dita reunião nos revela trechos interessantes que nos permitem refletir sobre as ações, as tomadas de decisões e a repercussão desses limiares na dinâmica da escola; corpo ou coletivo que pode ser considerado com um artefato analisável sob diversos ângulos.

FIGURA 14 - Gramática Elementar da Lingua Portuguesa (1863)



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1866.

A *Gramática Elementar da Lingua Portuguesa* (1863/13^a edição) de Felipe Benicio de Oliveira Condurú, impressa por M. F. Vianna Pires⁷¹ – na Typographia do Paiz (1863-1889)⁷². Em sua capa não identificamos a informação acerca do ano de publicação, mas podemos afirmar que foi aprovada pelo inspetor da instrução pública,

⁷¹Manoel Francisco Vianna Pires residia à rua da Savedra, n. 25 (almanaque administrativo do Maranhão 1869-1875) fez parte da comissão fiscal da Associação Typographica Maranhense. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706981&pagfis=2002&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

⁷²Localizada no largo do palácio nº 15

José da Silva Maia (1863-1864) para uso das escolas de primeiras letras do Maranhão e pelo conselho de instrução pública da província do Pará para uso do Lyceu, colégios e aulas de instrução primária, como consta na própria capa da dita edição. O compêndio se dividia em quatro partes: Etymologia, Prosódia, Orthographia e Syntaxe.

Não há uma confirmação nas fontes acerca de sua adoção ou não para uso no Lyceu Maranhense; no entanto as obras utilizadas nesta instituição nos licenciam e, mais que isso, nos instigam a refletir sobre a relação – presente na prática educativa desta escola – entre a forma escolar de relação social escritural-escolar com a linguagem aqui buscada pelo Lyceu, tanto no programa formativo, quanto na escolha das obras adotadas. O domínio da língua escrita, constantemente buscado, depõe sobre o papel da escola como local de aprendizagem da língua materna e, no caso dessa instituição, de línguas estrangeiras também; por meio do ensino da língua é possível inculcar nos alunos uma série de valores – que pode se fazer presentes nos exercícios, lições, palavras comuns etc. – além de inserir na vivência dos alunos vários hábitos por meio do domínio do simbólico. (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001)

A primeira reflexão possível liga-se às características subjacentes ao ensino ministrado, nomeadamente propedêutico e humanista (CABRAL, 1982); logo se vê que a análise de duas obras direcionadas ao ensino de línguas não é obra do acaso. Em sua lei de criação – Lei nº 77 de 24 de julho de 1838 – existiam determinações a respeito das cadeiras que deveriam ser oferecidas aos estudantes do ensino secundário. Tratava-se, grosso modo, de uma reunião de diversas disciplinas ministradas de maneira eremítica e desinstitucionalizada no interior da província em cadeiras isoladas; entre as relacionadas ao ensino de línguas e literário estavam as cadeiras de: Gramática filosófica da Lingoa e análise dos nossos clássicos, Lingoa Grega, Lingoa Latina, Lingoa Franceza e Lingoa Ingleza (CASTRO, 2009). É importante atentar para o fato de que o caráter humanístico e literário do ensino liceísta era uma constante entre várias províncias do império, uma vez que o domínio de tais conhecimentos era exigido nos preparatórios das universidades localizadas nas grandes metrópoles, deixando-o sem utilidades práticas imediatas para a sociedade local. Como se pode perceber no discurso do inspetor José da Silva Maia manifestando opinião favorável à extinção das cadeiras de latim no interior da província, uma vez que

[...] só tem necessidade de aprender latim quem tem de cursar estudos superiores e aqueles que tiverem posse para prosseguir em tais estudos facilmente e com mais proveito se poderão dirigir a esta capital, onde os estudos são mais bem dirigidos e fiscalizados (MARANHÃO, 23 de janeiro de 1858).

Pode-se argumentar que as cadeiras de Latim do Interior da província constituíam um fardo desnecessário para o poder provincial e que essas disciplinas não eram ministradas da mesma forma que na capital, dando-nos mais uma pista sobre a posição que ocupava o Lyceu para os planos locais e indicando o objetivo principal desta escola. O uso de livros e compêndios em sua maioria para o ensino de línguas e gramática demonstra o projeto de instrução imposto à província enquanto ideal seguido pela sociedade para os alunos do Lyceu Maranhense versando a respeito dos interesses subjacentes ao período e surgindo nos discursos como força motriz para o avanço do ensino. O simples fato da Congregação decidir entre diversas obras com teor humanista e propedêutico, quais delas seriam aprovadas, indicadas e/ou adotadas no ensino secundário, aponta para a própria prática educativa exercida na instituição, tendo em vista que “[...] as práticas educativas [...] se relacionam com as normas disciplinares e os valores morais disseminados pela escola (OLIVEIRA, 2020, p. 30). Nessa perspectiva, esperava-se dos alunos não apenas o domínio pleno dos conteúdos transmitidos, como também a apreensão de certos valores, notadamente de moral e civilidade, além do constante estímulo à competição entre os pupilos – fato evidenciado na reunião da congregação em que se trata da distribuição dos prêmios do ano letivo. Desse modo, as expectativas semeadas nos alunos no “mundo da escola” do Lyceu Maranhense acabavam por repercutir neles para o “mundo da vida” (ESCOLANO BENITO, 2017) onde as carreiras destes rumariam para as universidades europeias ou dos grandes centros nacionais tais como Salvador, Rio de Janeiro entre outros.

Entretanto, não eram todos os alunos que recebiam prêmios ou se destacavam nos estudos a ponto de galgarem vagas nas instituições de ensino superior; as expectativas criadas obviamente não surtiem os mesmos efeitos em todos. A documentação que regulamentava a escola por vezes versa também sobre punições que envolviam a suspensão dos alunos liceístas, a retirada das aulas e, mesmo o banimento de um ano para os que infringissem algumas das normas (CASTRO, 2009).

Essa insatisfação mostrou-se latente em diversas reformas surgidas especialmente nas décadas de 1840 e 1850, ao intentar-se mudar o caráter propedêutico do ensino para torná-lo mais científico e dotá-lo de utilidade para o mundo do trabalho carente de capacitação (CABRAL, 1982). Como expresso no relatório do Inspetor da Instrução Pública, Casimiro José de Moraes Sarmiento (1843-1844), divulgado no *Publicador Maranhense* (1842-1885).

Do mappa n. 2 se vê que no presente anno lectivo se matricularão nas diversas disciplinas do Lyceu 64 alumnos, numero muito inferior, comparado com o do anno antecedente. Eu julgo, Senhores, que este Estabelecimento deve ter um plano de estudos mais extenso para que delle resulte maior sonma de vantagens ao Estado. O estudo da Musica, das Sciencias Philosophicas, como Historia Natural, a Phisica, e a chimica entrão no plano de uma boa educação, e suas vantagens não os podem ser desconhecidas: o mesmo devo dizer a cerca da creação d'uma cadeira de Agricultura, cujo ensino reputo assaz necessário no nosso Paiz, para que bem se possam aproveitar os immensos recursos, que offerece nosso solo abundante, promovendo os melhoramentos da nossa acanhada industria agrícola, augmentando-se desta forma as riquezas da produção. Julgo também conveniente que o professor de Geometria seja encarregado de dar lições elementares theoricas e práticas da agrimensura ou arte de medir os terrenos. Muito convem que hajam pessoas instruidas n'esta matéria para que possam decidir as questões, que communmente se suscitão sobre a prosperidade e limites de bens ruraes, medindo com acerto e exactidão as superfícies agrárias, e determinando sua capacidade ou extensão. (PUBLICADOR MARANHENSE, N. 196, 1844.)

Neste trecho obtém-se um rico registro a respeito dos ideais de instrução fomentados pelas autoridades encarregadas das instituições de ensino, bem como se tem uma ideia das armaduras conceituais as quais a escola estava ligada; percebe-se claramente as expectativas a respeito do que deveria se ensinar, das áreas em que o Lyceu poderia influir, bem como dos setores da sociedade para a qual desejava-se formar o alunado. No discurso dirigido ao presidente de província José de Moura Magalhães e impresso nas páginas do *Publicador Maranhense* (1842-1885) estão claramente expostas as representações das expectativas acerca do andamento que deveria tomar a instrução pública secundária, bem como das concepções de ensino; ideal que, de acordo com o inspetor, deveria surtir efeito prático na vida da sociedade maranhense oitocentista.

Para além das discussões a respeito das disciplinas e do caráter da instrução ministradas neste estabelecimento, a ata de reunião da congregação dos lentes revela-nos que é preciso gozar de certa representatividade na sociedade para a submissão de obras a exame; obras para o ensino que deviam estar cercadas de condições técnicas, morais, religiosas além de estarem atreladas a pessoas de boa

reputação para terem condições de adoção, ainda que a reunião dessas características não signifique aprovação automática.

No entanto, se essa não constitui condição primordial, percebe-se que o *know hall* é quase sempre uma das características percebidas na submissão das obras como uma constante. É comum encontrarmos nas notícias, atas e relatórios que o nome dos autores por avaliar ou já aprovados, é muito das vezes precedido ou sucedido de seu cargo ou função exercida. Talvez a imagem de um autor de obras para o ensino da juventude deveria associar-se a certos padrões de moralidade, religiosidade e civilidade almejados, constituindo-se assim, o que Chartier (1989) denomina de representações iconográficas, para designar imagens ideais tomadas como parâmetros para as decisões; em nosso caso, a respeito da imagem que os autores de obras para o ensino devem emanar para a concorrência nos processos de aprovação, indicação, adoção e uso dos livros na instrução pública primária e secundária.

Nessa lógica, precisamos então nos perguntar sobre estes sujeitos, os autores de livros que submetiam suas obras ao crivo liceístas: Qual papel exerciam na sociedade maranhense oitocentista? Que credenciais apresentavam para se dignarem a tal intento? Desse modo tornaremos mais plausível a investigação sobre as relações das quais os livros escolares dão testemunho. O primeiro deles – Frederico Magno de Abranches – fez parte do primeiro quadro de professores do Lyceu Maranhense em 1838 ministrando a cadeira de filosofia racional e moral, como nos mostra Fernandes (2019, p. 230, grifo nosso).

Diretor Francisco Sotéro dos Reis cadeira de **Língua Latina**.
 Lente Frederico Magno de Abranches – **Filosofia Racional e Moral**.
 Lente Eduardo Freitas da Cadeira de **Rhetórica e Poética**.
 Lente Antonio Costa Duarte, Cadeira de **Gramática Filosófica da Língua**.
 Lente Nicolau Adon, a Cadeira de **Língua Grega**.
 Lente Francisco Raymundo Quadros, Cadeira de **Língua Francesa**.
 Lente João Leocádio de Melo, Cadeira de **Dezenho Civil**.
 Lente João Nepomuceno Xavier de Brito, **Cadeira de Aritmética, Geometria e Álgebra**.
 Lente Estevão Raphael de Carvalho, **Cadeira de Comércio**.
 Lente Justino Damaro de Sadanha [...]
 Lente Antonio Jansen do Paço, Cadeira de **Inglês**.

Então enquanto homem de reconhecida competência e representatividade na sociedade, onde exerceu o cargo de professor dentre os primeiros do Lyceu, podemos supor que o conhecimento interno dos processos de aprovação, adoção e veto e a teia de relações traçadas entre os sujeitos, por exemplo, entre Abranches e

Sotero dos Reis – que foi diretor da escola na época de docência do dito autor e agora era o inspetor da instrução – contribuem para que tal obra pudesse ser posta sob análise. Assim, tendo contatos com o ambiente interno da escola, bem como noção dos processos de escolha dos livros, talvez Abranches possa ter se utilizado dessas informações como tática para submeter sua obra à avaliação da Congregação e obter a aprovação de sua gramática da língua latina.

Outro autor nesse tentame foi Felipe Benício d'Oliveira Condurú; primeiro diretor da Escola Normal, que teve sua formação subvencionada pelos cofres públicos, quando foi enviado à França a fim de instruir-se no Método Lancastriano – pela Lei nº 76 de 24 de julho de 1838. Findo o ano de 1839, regressa ao Maranhão em 1840 e é nomeado para o cargo de diretor da dita escola. Castro (2009, p. 50) também nos oferece indícios do status de que gozava perante as instituições provinciais, que constantemente exaltavam sua competência, além de o mesmo parecer usufruir de inteira confiança por parte destes órgãos.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província do Maranhão [1838-1839]. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte.
Art. 1^a. O Presidente da Província fica autorizado a mandar para a França um sujeito de reconhecida, e indisputável habilidade a fim de aprender praticamente o ensino pelo método Lancastriano, o qual assim instruído venha reger uma Escola Normal na Capital da Província.

O governo provincial propiciou a sua formação credenciando-o para pôr em prática outra tentativa de melhorar a instrução pública provincial; ao dotar a província com uma escola normal, podemos supor que o exercício de tal cargo demanda por parte do poder executivo uma confiança plena nas capacidades e na índole de Condurú. No *Publicador Maranhense* (1842-1885) seu nome aparece, ainda em anúncios de aulas particulares ministradas por ele para alunos interessados em ingressar no Lyceu Maranhense inúmeras vezes:

-F. B. d'O. Condurú, morador nas casas n. 72 na rua da Paz, a prompta Meninos com os preparatórios exigidos para serem admitidos no Lyceu desta cidade. As pessoas, que quizerem utilizar-se de seu préstimo, o poderão procurar a qualquer hora dos dias uteis não sendo das 6 as 8 da manhã. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 191, p. 4).

Podemos perceber aqui a relevância atingida por este ator na sociedade local, que surge diversas vezes e em diferentes veículos de notícias, leis, atas de reunião e anúncios demonstrando certa representatividade local e status galgado. É notório que o reconhecimento social enquanto figura pública faz parte das representações

forjadas pelos autores de livros escolares na *ilustrada*⁷³ São Luís oitocentista, acreditando ser essa uma característica importante para a compreensão de todo o processo que envolve o livro escolar enquanto objeto da cultura material do Lyceu Maranhense. Portanto, notar as relações que esse artefato emana é descrever e trazer à baila os aspectos que fazem parte de seu escopo e, conseqüentemente, do funcionamento das representações ligadas a este objeto (CHARTIER, 1989).

Decorremos depois de apresentados os livros escolares e seus autores ao parecer da Congregação do Lyceu, sobre os respectivos vereditos. Adentramos agora na seara das relações de poder que emanam desse lugar institucional decisório a respeito da escolha dos livros; “[...] é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 57). Tal parecer nos fornece mais uma vez, inteira noção do funcionamento da instituição e as tomadas de posições, tendo em vista que “cabe à teoria e à história da educação dar conta daquilo que se constitui no mundo da ação como cultura efetiva e não apenas das teorias e das normas que buscam regular, a partir do contexto exterior, a vida das instituições” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 23). Nessa linha de raciocínio, nos foi permitido observar, no mundo da ação concreta e cotidiana, a possibilidade de criarem comissões extraordinárias via congregação com o objetivo de elaborarem pareceres sobre os livros escolares dispostos a exame – atribuição não constante dos estatutos de 1838 –, bem como perceber que, por vezes, os próprios professores das disciplinas onde se utilizariam os livros eram quem escolhiam tais obras. Deste modo, nota-se mais uma vez, certa autonomia dada aos lentes, talvez neste caso atípica, a respeito das decisões sobre a materialidade escolar e ainda que nessas comissões nomeou-se um professor proprietário e um substituto para cada livro indicando um processo formador de novos lentes que precisam se adaptar às atribuições exigidas para o cargo de professor pela instituição, o que nos dá margem a refletir sobre o professorado do Lyceu visto como uma carreira em contínua formação e não como uma profissão pronta e estática.

⁷³Carvalho (2003, p. 65) refere-se à elite maranhense oitocentista como “ilha de letrados”; em primeiro lugar porque possuía estudos superiores, o que acontecia com poucas pessoas fora dela; depois, a educação superior se concentrava na formação jurídica fornecida mediante um núcleo de conhecimentos e habilidades; por fim, porque se concentrava, até a independência, na Universidade de Coimbra e, após a independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica.

Mais uma vez, parece estar diante de nós uma das tantas representações das práticas (CHARTIER, 1989) dos diferentes sujeitos envolvidos com respeito a materialidade escolar do Lyceu, podendo-se aqui estender um pouco a análise no sentido de sempre questionarmos o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes são impostos? (BOURDIEU; CHARTIER, 2011) Notamos, por meio desse registro, que mesmo nos seus estatutos– elaborados pela própria congregação a mando do poder provincial – há espaços para adaptações e criações a respeito dos modos de decidir, classificar e agir nos atos dos sujeitos, incorporando ao cenário de análise o que Chartier (1990, p.136) denomina “invenção criadora no cerne dos processos de recepção”. É possível afirmar, portanto que tais sujeitos envolvidos nas decisões a respeito do melhor para a instituição escolar Lyceu Maranhense, recebiam limitações estruturais por parte do poder moderador que, no entanto, não previam as diferentes apropriações e adaptações constantemente feitas pelos sujeitos que, dentro das regras impostas e das hierarquias a que estavam submetidos, criavam, negociavam, inventavam.

Por fim, os livros escolares adotados para uso nesta instituição estavam sujeitos a um processo, que por sua vez ligava-se às culturas externas da escola (ESCOLANO, 2017), tanto a cultura política, que se manifesta mais presente na ação dos autores de livros, que exerciam importantes cargos relacionados à instrução na província e gozavam de influência decisiva para a escolha ou não de suas obras, quanto na cultura administrativa que determinou o modo pelo qual seriam escolhidos os livros, manifesta nos próprios professores da escola representados aqui por uma instituição dotada de poder absoluto a respeito das decisões e que redigiu os estatutos da instituição. No entanto, a cultura efetiva da escola – cultura empírica – acerca do que corria nos processos relacionados à seleção das obras subvertia essas regras e processos agindo taticamente (CERTEAU, 1982) e tomava decisões dotando os professores das disciplinas em questão de autonomia decisória acerca das obras que seriam usadas em suas aulas.

3.4 Materiais visuais, sonoros e táteis: o que se diz e o que se faz

As diferentes formas de escritas na imprensa, as estruturas pensadas e em uso nos registros e os dispositivos de qualquer ordem e natureza utilizados, tratados aqui como categorias de análise necessárias para analisar-se o primeiro eixo da

história cultural via história dos objetos na sua materialidade (CHARTIER, 1988), fornecem-nos informações não apenas acerca dos objetos escolares na documentação, mas também nos permitem estender o olhar sobre as fontes, questionando-as constantemente a respeito das intencionalidades dos sujeitos, dos cargos que ocupavam e funções sociais agregadas, dos modos de funcionamento do Lyceu acerca da materialidade escolar que está atrelada aos mais diversos aspectos; forma, estrutura e dispositivo que apontam para disciplinas ofertadas e procedimentos adotados para as escolhas de materiais, livros e objetos, assim como para meios de agir perante as determinações das autoridades, dentre outros. Podemos citar enquanto norma reguladora acerca da aquisição de objetos escolares, por exemplo, a própria lei número 77 de 24 de julho de 1838 que criou o Lyceu Maranhense e prevê em seu artigo 10 que “o Governo providenciar[ia] a respeito do edifício para o Liceu, assim como dos utensílios, e quaisquer despesas necessárias a este estabelecimento” (CASTRO, 2009, p. 51).

A cultura material escolar guarda e emite sinais do próprio campo escolar, como de outros a ele associados, sendo expressa de maneiras diversas, seja pelo controle de comportamentos associados a objetos ou espaços culturais, tais como bibliotecas, sociedades literárias e mesmo o espaço escolar, por meio do silêncio imposto ao ambiente de leitura, do acesso permitido aos acervos impressos de pessoas bem vestidas e/ou do simples ato de sentar-se para ler, seja “pelas acesas disputas jornalísticas e pelo crescente número de obras comercializadas, [que] foi contribuindo para criar e formar as novas mentalidades justificadas em novas representações” (CASTELLANOS, 2010, p. 124); gestualidades regularmente expostas e as sensações do leitor, associadas ao manuseio do suporte cultural que se concretizam em

[...] práticas e técnicas sociais e culturalmente construídas por produtores, produtos e consumidores culturais, embora cada suporte, estrutura de transmissão e recepção da escrita afete profundamente os possíveis usos e interpretações do texto lido (CASTELLANOS, 2010, p. 168)

Esses sinais constituem uma linguagem que funciona como chave indiciária a respeito dos códigos de comunicação criados pelos homens para dar sentido e significado aos signos e símbolos (ESCOLANO BENITO, 2018). Assim, os materiais visuais, sonoros e táteis constituem artefatos que complementam os processos de ensino de matérias específicas que não necessariamente a leitura e a escrita; suportes que versam, portanto, sobre aspectos específicos relativos às suas funções

e constituem linguagem rica e, ao mesmo tempo singular a respeito da escola, fornecendo indícios da prática pedagógica do Lyceu Maranhense tendo em conta os processos formativos que se materializam na sala de aula. Estes artefatos se constituem de uma variedade de itens que vão desde álbuns, aparelhos e instrumentos; anemômetros, caixas, cartões e coleções, esfuminhos, assim como esgrima, esquadro e globo; instrumentos musicais, mapas, modelos e peças, até os museus e objetos escolares; algarismos parietais, quadros e sólidos geométricos, para além de taboas, tabuadas e tabuletas (CASTRO, 2009).

A respeito do funcionamento da instituição quanto à aquisição dos materiais escolares, as notícias divulgadas no *Publicador Maranhense* (1841-1885), bem como nos ofícios dos Inspectores da Instrução Pública, fornecem-nos indícios que possibilitam a reflexão acerca dos modos de agir e decidir. Nesse sentido, percebemos alguns processos específicos para a escolha de fornecedores e compra de materiais. Existe, por exemplo, a abertura de concorrência para o fornecimento de objetos escolares ao Lyceu Maranhense, que vemos anunciada na seguinte publicação realizada por Antonio dos Santos Jacintho (1876-1880).

O Sr. Dr. Inspector da instrução Pública manda, pelo presente edital convidar as pessoas que desejarem concorrer ao fornecimento dos objectos precisos para o expediente do lyceu no mez de Março vindouro, à apresentarem nesta secretaria as respectivas propostas, em cartas fechadas, até o dia 28 deste mez as 11 horas da manhã.

Secretaria da Instrucção Pública do Maranhão 24 de fevereiro de 1878. O secretário, Marianno Cesar de Miranda Lêda. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1878, ed. 049. p. 3)

A partir daqui, direcionamos nosso olhar ao mercado produtor de objetos escolares e, conseqüentemente, às casas que comercializavam estes itens, escolhidos via concorrência fechada e por meio da análise realizada pela Inspeção da Instrução Pública na pessoa do inspetor. É perceptível um espaço de tempo curto para a apresentação delas e, aparentemente também mínimo entre as sugestões para serem analisadas/aprovadas e o fornecimento dos objetos da cultura material escolar – um mês. Dessa forma poderíamos supor que os concorrentes se encontravam na cidade de São Luís ou localidades próximas, uma vez que o espaço de quatro dias para o envio das negociações inviabilizava que outras casas comerciais de fora da província ou mesmo do interior pudessem concorrer no processo. Notadamente essa realidade não é obra do acaso, ainda que não haja evidências comprobatórias na documentação, é possível supor que era do interesse do poder provincial que casas de comércio locais se encarregassem de suprir a

demanda por materiais, mesmo que estes materiais sejam importados de centros europeus. Nomes como de Antonio Pereira Ramos de Almeida⁷⁴ e Feliciano Marques Perdigão figuram entre os principais fornecedores e é perceptível a posição de privilégio dessas casas pelas solicitações e pesquisas de materiais expostas nos relatórios da inspetoria.

Foi possível identificar vários fornecedores de objetos para o Lyceu Maranhense e demais escolas da província em inúmeras casas destinadas ao comércio de importados das mais diversas sortes, dentre elas: as casas de Joaquim Antonio da Silva (1855), negociantes Monteiro e Irmão (1857)⁷⁵, casa do doutor Domingos Feliciano Marques Perdigão (1858)⁷⁶, Carlos Seidl (1864)⁷⁷ – nome constante de um anexo – e Ramos de Almeida e & Cia (1880)⁷⁸ – identificados nos ofícios da inspetoria da Instrução Pública. No *Publicador Maranhense* (1842-1885) figuram: a Casa de Feliciano Marques & C.^a (1850); Gonçalves e Pinto (1875); casas de Carlos André (1879) e outra vez a casa de Antonio Pereira Ramos de Almeida e C.^a (1879). É interessante ressaltar tais casas de comércio, já que mesmo não sendo direcionadas especificamente à instrução pública, exercem o importante papel de suprir e subsidiar a demanda pelo aparelhamento ergológico para a instrução, no que diz respeito aos objetos de origem europeia, muitas vezes priorizados pelo Lyceu Maranhense. Ramos de Almeida, Domingos Perdigão, Goncalves & Pinto são constantemente mencionados como fornecedores de objetos que se relacionam com o Lyceu Maranhense merecendo, com isso, olhar destacado de nossa parte: Domingos Feliciano Marques Perdigão (1807-1870) foi criador e diretor do Collégio N. S. dos Remédios (1840), destinado ao ensino primário e secundário de meninos desvalidos, o qual foi muito bem conceituado e nomeado mais tarde como Colégio Perdigão. Nesta escola eram ministradas aulas que, para além dos conteúdos científicos, “[...] formavam para o útil e o belo da sociedade, as quais foram dedicadas ao ensino de artes como a música vocal e instrumental em diversos instrumentos,

⁷⁴Nascido na Freguesia de Malta - Portugal em 29 de Maio de 1828 e falecido em 18 de Fevereiro de 1900 emigrou ao Brasil, inicialmente para o Recife onde se tornou editor e livreiro. Disponível em: <http://www.freg-maltacanidelo.pt/malta/hist%C3%B3ria.html>. Acesso em: 08 de julho de 2021.

⁷⁵Situada no Largo do Carmo.

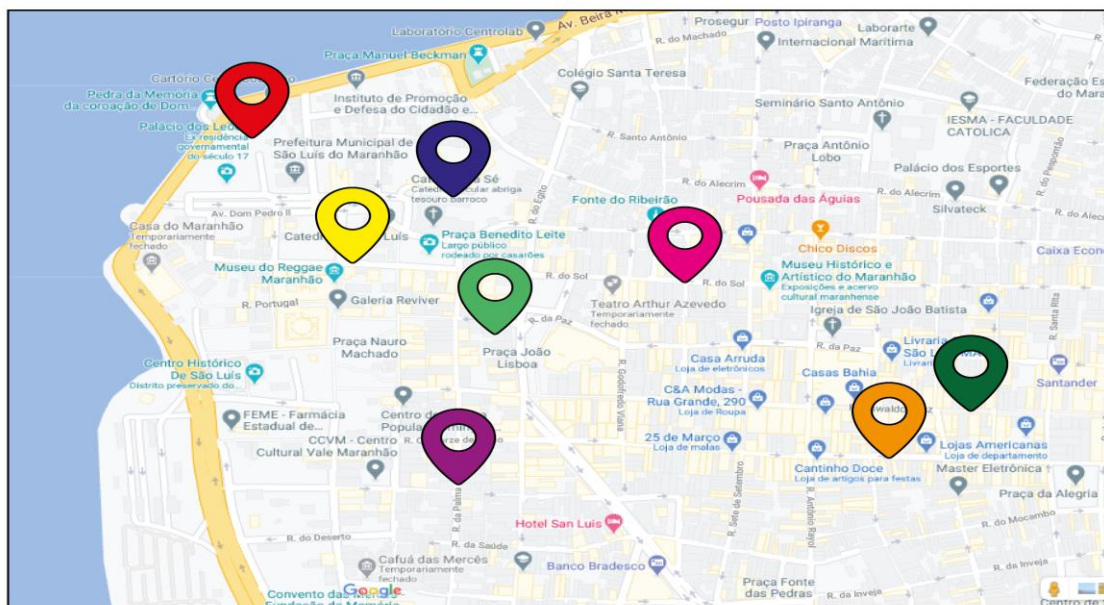
⁷⁶Domingos Feliciano Marques Perdigão, que é natural do Maranhão, faleceu, em Coimbra (1870), onde estudou Teologia, mas não se ordenara sacerdote, como a princípio projetara, e sim casou-se com uma prima. Muito modesto e também muito curioso, foi relojoeiro, músico e até deu-se ao fabrico de muitas compotas de frutas.

⁷⁷No ano de 1866 consta como endereço a Rua de Nazaré n. 36. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866)

⁷⁸Localizada à rua da Palma n. 3 e com filial na Rua do Trapiche n. 41.

dentre eles viola francesa, piano e flauta, além do ensino de dança” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 00189). Domingos Perdigão também chegou a ministrar a disciplina de História e Geografia no Lyceu Maranhense.

FIGURA 15 - Casas de Venda, Livrarias e Typografias relacionadas ao fornecimento de materiais ao Lyceu Maranhense.



Mapa Centro Histórico

Legenda

- | | |
|--|---|
| Livraria Franceza e Portuguesa - Rua Grande | Livraria Fructuozo - Largo da Sé |
| Typographia I. J. Ferreira - Rua do Sol | Typographia do Progresso - Rua de Santana |
| Antônio Pereira Ramos de Almeida - Largo do Palácio Magalhães e Companhia - Praça do Palácio | Livraria e Papelaria Universal - Rua da Palma |
| Luiz Magalhães & Neves - Rua Nazaré | Liceu Maranhense - Convento do Carmo |
| Carlos Seidl e C. - Rua Nazaré | Livraria Monteiro e Irmão - Largo do Carmo |
| | Typographia Correia de Farias - Rua dos Barbeiros |

Fonte: Google Maps, 2020.

Imeida exerceu funções distintas. Foi tipógrafo e livreiro, dono da Tipografia Comercial de Ramos de Almeida (1860-1882)⁷⁹ e da Livraria universal⁸⁰. As notícias em questão apontam para outra organização comercial deste negociante, tratando-se da A. P. R. de Almeida & C.⁸¹ que comercializava toda sorte de produtos, em sua maioria importados, tais como: termômetros, leques chineses e fazendas; perfumaria Guerlain, objetos de toilette e carteiras; romances novos, instrumentos de música e pennas para chapeos; quadros

⁷⁹Largo do Palácio S/N

⁸⁰Rua do Trapiche n. 41 casa filial (Publicador Maranhense, 1857)

⁸¹Rua da Palma n. 3 (Publicador Maranhense)

e álbuns para retratos, Christo de marfim, extratos, sabonetes e poes de arroz; escovas para dentes, factos e sapatos, brinquedos para crianças, armonicas e motores para pianos, dentre diversos outros itens⁸².

A existência de um projeto público para o ensino das infâncias⁸³, advindo principalmente de ideais iluministas e positivistas importados dos grandes centros europeus, fez com que se criassem diversas instituições de ensino pelo império, tanto para as primeiras letras como para o ensino secundário e, trouxe consigo também, uma demanda por instrumentos, materiais, objetos e estruturas para que houvesse a possibilidade de realização de tal intento (CASTRO, 2009). Resta a nós o questionamento a respeito dos modos pelos quais as províncias, em âmbito mais geral, e as instituições de ensino, em nosso caso o Lyceu Maranhense, conseguiram pôr em prática as tentativas de instrução impostas à sociedade maranhense como condição para o alcance da modernidade. Esta relação recém-traçada entre escolas e distribuidores de materiais não pode ser posta de lado quando o intuito de investigação é o mundo material. Ter a noção dos modos de aquisição, escolha, recomendação, bem como de quem fornecia os objetos submetidos a estes processos, passa a ser parte importante para a compreensão do próprio funcionamento do ambiente escolar.

Uma questão, que parece natural neste processo de entendimento, diz respeito ao fato de que o Lyceu Maranhense era uma escola pública, logo quem arcava com as suas despesas era o tesouro provincial. Nessa lógica, os pagamentos dependeriam, tanto da liberação de verbas por parte da tesouraria, quanto da aprovação do presidente de província acerca da aquisição de materiais. No entanto, além das despesas com materiais para as aulas que propriamente deviam fazer parte do orçamento da província como despesas fixas com materiais para seu ensino – conforme art. 10 da Lei nº 77 de 24 de julho de 1838 – existem ainda fundos destinados a suprir demandas sazonais da instituição como, por exemplo, os exames. A respeito dessas demandas identificamos nas fontes modos distintos de lidar com a questão material nessas ocasiões tal como aparece na seção “Despachos” no Publicador Maranhense no dia 28 de maio de 1875.

Gonçalves & Pinto, pedem providencias sobre o pagamento de uma conta existente na thesouraria de fazenda, na importância de 43\$420 réis de objectos que os supplicantes forneceram para o lyceu desta capital, por

⁸²Retirado de uma página de anúncios do Jornal *A Pacotilha* de 1 de Fevereiro de 1897.

⁸³Ver Castellanos (2019). Nota de rodapé 4, página 11.

ocasião dos exames que alli se fizeram o anno passado, visto que não há naquella repartição verba destinada para esse pagamento. – Informe a thesouraria de fazenda. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1875, ed. 127, p. 3)

As despesas materiais despendidas com o Lyceu neste caso não pareciam estar previstas pelo tesouro provincial – uma vez que os requerentes fazem uma cobrança do ano anterior. Desta forma seria interessante pensarmos sobre os processos de escolha dos fornecedores de materiais para exames, pois, não nos parece que o estabelecimento os tenha adquirido por meio de ofícios solicitando a sua aquisição que, se aprovada seria simplesmente remetida à conta da Thesouraria de Fazenda. Por outro lado, se o processo seletivo para a escolha de Gonçalves & Pinto para o fornecimento dos materiais precisos para a realização dos exames tivesse sido realizado via concorrência, tal dívida deveria constar entre as despesas ordinárias com a instituição. Assim, acreditamos haver diversas formas e modos de ação quanto ao processo de aquisição de objetos escolares para o Lyceu Maranhense, do qual não pretendemos desvendar exaustivamente todos, senão compreender como influem cotidianamente na instrução ministrada pela escola, nas relações estabelecidas com o mercado de materiais para o ensino, bem como entre inspetores da instrução, lentes da escola, seu diretor, alunos e fornecedores de materiais, enquanto extensões necessárias subjacentes à cultura material escolar e, impostas como estratégias que condicionam seu funcionamento mediante “[...] cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado.”(DE CERTEAU, 2012, p.93)

Uma ideia que nos surge a respeito dos gastos com exames é que tal situação requeria um modo de agir diferente por parte do presidente de província bem como dos inspetores da instrução e da tesouraria de fazenda provincial. Parece-nos que todas as despesas referentes a isto eram apontadas pelo inspetor da instrução e subsidiadas pelo poder moderador e as contas eram posteriormente remetidas à tesouraria para que se dignasse a efetuar os pagamentos, como um credito emergencial antecipado aos exames. Nessa lógica, podemos acompanhar situação semelhante em outra notícia veiculada pelo *Publicador Maranhense* (1842-1885).

-Ao mesmo- Transmitto a V. S. o officio junto por cópia, do delegado do inspector geral da instrução publica da côrte, nesta província, de 31 de julho ultimo, acompanhado da relação dos presidentes e mais examinadores que serviram nos exames geraes de preparatórios, a que se procedeu no lyceu desta cidade n'aquelle mez, bem como das contas das despezas feitas com a compra de objectos para o respectivo expediente, na importância de 645\$420 réis, afim que mande pagál-as por conta do crédito concedido pela ordem do

thesouro nacional. 54 de 10 de setembro último (PUBLICADOR MARANHENSE, 1879, ed. 247, p. 2)

Como nos alertaram Peres e Souza (2011, p. 62) “a materialidade da escola não é algo ‘menor’ na institucionalização da escola primária no Brasil. Esteve – e está – diretamente relacionada aos projetos sociais, às condições econômicas, aos interesses políticos e às inovações pedagógicas de cada época.” Podemos afirmar inclusive, que está ligada ao mundo do trabalho, tanto enquanto demanda a ser suprida por parte dos estabelecimentos comerciais destinados a estes itens – o que gera certa relação entre fornecedores e escolas –, como também sua representação como instituição de ensino que se pretendia ideal dispondo-se das condições entre as instituições públicas, e devendo gozar dos melhores materiais – em teoria. A escola enquanto aparato defensor dos costumes e valores de determinada sociedade utiliza para isso seu equipamento material que passa a fazer parte dessa cultura.

De acordo com Escolano Benito (2018, p. 104)

A escola nos tem dado todo um instrumental material, um equipamento ergológico, [...] que é reflexo de sua cultura empírica da tradição corporativa submetida ao ofício do professor e, em parte também dos discursos teóricos e normativos que tem sido projetados sobre a educação formal.

Os objetos dão testemunho das realidades subjacentes a seu uso da mesma forma que os sujeitos e suas ações o fazem. Nossa proposição é que o equipamento ergológico do Lyceu Maranhense se constitui não apenas das necessidades de uso em sala de aula no processo pedagógico, mas e de igual modo das ideias de ensino planejadas e idealizadas pelas autoridades, das visões de mundo e de instrução compartilhadas entre os sujeitos componentes daquela instituição, bem como dos modos de imposição, que, por vezes, se atrelam aos currículos, mais especificamente às disciplinas, que exigiam aparato instrumental e material próprio pondo em xeque, inclusive, a aprendizagem dos sujeitos em questão – quando de sua não aquisição – como vemos a seguir.

Tendo-me comunicado o lente de geografia deste liceu, em ofício junto por cópia, que é muito necessário na sua aula uma máquina geocyclica, para o ensino da geografia astronômica a fim de que possam os seus alunos melhor compreender as explicações desta parte da geografia, e achando-se a venda na casa do doutor Domingos Feliciano Marques Perdigão, um instrumento deste, novo, fabricado por W. Harrisson de Londres, pela quantia de 50//000, rogo a V. Ex. se sirva de autorizar a compra dele por conta da rubrica competente.

COPIA

Ilustríssimo senhor doutor inspetor no exercício do ensino da geografia astronômica tenho conhecido, que, para os alunos da minha aula compreendessem melhor as explicações sobre o movimento dos planetas em torno do sol, como seu centro xxx é muito necessário uma máquina

geocyclica, que é um instrumento próprio para o ensino pratico desta parte da geografia fabricada por W. Harrison de Londres.

Temos uma em poder do doutor Perdigão que vende-a por 60//000 ou 70//000 reis crio que V. S. já foi por ele avisado que possuía o instrumento.

Peço a V. S. mandar comprá-la se julgar conveniente, deus guarde a V. S.= ilustríssimo senhor Jose da Silva Maya=inspetor do liceu do Maranhão= o lente de geografia= Tibério Cesar de Lemos.

Conforme

O secretario da instrução pública

João Baptista d'Almeida Couceiro (MARANHÃO, 1 de março de 1858, não paginado).

A solicitação de uma máquina Geocyclica para a aula de geografia astronômica, além de nos informar a existência de tal equipamento e de seu uso em sala de aula nos indica, mais uma vez, o funcionamento do Lyceu Maranhense a respeito da materialidade escolar. A efetiva utilidade desse artefato foi inclusive atestada em obras de cosmografia da época como na seguinte menção:

[...] a máquina geocyclica de Logsel: esta he propria a demonstrar o movimento da terra. Mentelle explica o aso na sua excellente Cosmographia elementar, aonde faz menção de huma excellente maquina, in ventada por Millet, e executada pelo celebre Breguet. (GIRALDES, 1826, p. 16)

Constantemente atentos aos equipamentos e disciplinas modernas os sujeitos do Lyceu maranhense buscavam sempre o melhoramento desta escola. Percebemos também que o próprio professor da cadeira de geografia Tibério Cesar de Lemos em questão foi o responsável pela indagação acerca do material necessário para a disciplina que ministrava, bem como negociação e indicação da compra remetida ao inspetor que, por sua vez comunica ao presidente de província sobre a dita solicitação.

Perceber, em mais de uma ocasião que os lentes estão diretamente enredados com o processo de aquisição de materiais, para uso em suas aulas, denota que tais profissionais não restringiam sua ação apenas ao espaço escolar, estendendo-a, sempre que possível, ao melhoramento das condições de suas próprias cadeiras⁸⁴. Tal constatação remete-nos para as representações dos sujeitos envolvidos com a materialidade escolar desse estabelecimento de ensino; sentido inverso a suas funções, tendo em vista que não é comum imaginarmos que esses profissionais estejam submersos com algo além dos seus próprios afazeres cotidianos na “arte do fazer” pedagógico dentro do ambiente da sala de aula. Aparentemente os

⁸⁴A exemplo dos Traslados para desenho linear (ver página 130 e 149) com o professor Domingos Tribuzzy; compaços, réguas e esponjas para aula de geometria e também os pedidos de carteiras de escritura para aula de comércio (ver página 132); para olhar a máquina geocyclica para a aula de geografia, pesquisa realizada a cargo do professor Tibério César Lemos.

lentes do Lyceu exercem funções muito extensas e ações que, repetidas vezes, extrapolam o estreito exercício da função de instruir, envolvendo-se na escrita e organização de compêndios, em exercícios de cargos públicos, na edição de jornais e periódicos de circulação geral, dentre muitas outras que, a nosso ver, fazem parte do âmbito das representações das práticas subjacentes ao cargo de professores do Lyceu do Maranhão (CHARTIER, 1989).

A aura que envolve a imagem destes profissionais, eventualmente, remete ao papel do professor como vocação de um trabalhador que exerce seu cargo por dom – certas vezes divino – devendo carregar com a honra devida, os ideais apregoados pela própria instituição e também pela sociedade, bem como exercer funções de destaque para que esse exemplo se estenda do mundo da escola para o mundo da vida (ESCOLANO BENITO, 2017). A partir disso, parece-nos estar diante de outro tipo de representação: as atinentes às aptidões e expectativas relacionadas ao Lyceu Maranhense, mais especificamente, a seu corpo docente e de cunho externo à própria escola, uma vez que, tais expectativas advêm da sociedade maranhense oitocentista e não propriamente do espaço escolar (CHARTIER, 1989).

A notícia remete-nos novamente aos lugares de produção e distribuição dos artefatos escolares relacionados com o Lyceu; ofício que além de apontar os custos do material requerido, informa-nos onde se encontra disponível, além de comunicar o lugar de produção. Os objetos solicitados encontram-se a venda na casa do senhor Domingos Feliciano Marques Perdigão. Tal local funcionava como centro de distribuição e venda de artigos importados, o que o colocaria em posição privilegiada, quanto à negociação de itens para o ensino, já que os produtos estrangeiros eram tidos como superiores aos utensílios locais, desta forma a máquina geocyclica por ser de fabricação inglesa – pela W. Harrisson de Londres – talvez fosse tida como uma inovação fundamental para o ensino o que justificaria sua aquisição e utilização.

Bem como os ideais de escolarização, de modernidade e as concepções de ensino aplicadas à realidade maranhense, também os materiais escolares, em grande medida, eram importados dos grandes centros europeus e, de acordo com Escolano Benito (2017; 2018) e Silva e Souza (2018), tais importações ocorreram em meio a um período marcado pela ebulição de vários fenômenos, dentre eles: o movimento de diversas nações pela obrigatoriedade escolar imposta a praticamente todos os países pós-revolução francesa; o processo de industrialização incipiente, aliado ao movimento das nações, que por diversas vezes se serviu de exposições universais

(iniciadas em Paris em 1851) que como vitrines do que deveria entender-se por instrução, passaram a ditar e influenciar a realidade brasileira quanto ao ensino público, principalmente a partir da exposição de 1862, que fez da instrução item de referência no intuito de se expressar o progresso tecnológico atingido pelos diversos países. Logicamente as nações europeias estavam colocadas nas prateleiras mais elevadas deste desenvolvimento para a instrução e, dessa maneira, impunham as regras do jogo quando se tratava do que a escola devia conter e de como organizar o espaço escolar; isto é, da mesma forma que os ideais pedagógicos, o aparelhamento ergológico da escola era de origem e influência europeia.

Podemos nos questionar ainda a respeito do efetivo uso e função pedagógica da máquina geocyclica pedida pelo professor da aula de geografia astronômica em conjunto com o inspetor da instrução pública. O pedido refere-se a tal equipamento como fundamental para que os alunos possam compreender melhor o que se ensina, dotando-a de função pedagógica essencial ao processo de ensino. Neste sentido, pode-se destacar a importância dos materiais escolares enquanto parte significativa do cotidiano da escola ligados diretamente ao aprendizado. Por outro lado, se no ofício não fosse recomendada a compra pelo professor – por sua necessidade nas aulas – talvez o equipamento não tivesse sido adquirido, assim, a recomendação ao uso incluída no corpo do ofício, não só resultou na aprovação e aquisição do referido objeto, como também aponta para táticas de convencimento utilizadas por professores e inspetores nos próprios discursos institucionalizados a fim de terem êxito em seus intentos constituindo assim um movimento feito no campo de visão do inimigo sendo por ele controlado, a tática deve jogar com o terreno que lhe é imposto (CERTEAU, 2012).

Nessa perspectiva, podemos confirmar que sua solicitação deu resultado pelo seguinte ofício:

Participo a V. Ex. que, em virtude de autorização que me fez V. Ex. em ofício de 2 do corrente mês, comprei para uso da aula de geografia deste liceu, uma máquina geocyclica, e incluso transmito a competente conta, a fim de que V. Ex. se sirva remeter ao tesouro público provincial para fazer-se o pagamento. (MARANHÃO, 6 de Março de 1858, não paginado)

Nesta ocasião em específico, podemos perceber como ocorria na prática o processo de solicitação de materiais para o ensino no Lyceu Maranhense, tendo em vista que acompanhamos desde o pedido até a resposta à solicitação, que foi positiva por parte do Presidente da Província, Francisco Xavier Pais Barreto (1857-1858), que

autorizou a compra do equipamento; investimento que depois de ser feito, foi transmitida a conta para que o tesouro provincial efetuasse o devido pagamento. Ainda a respeito da compra de materiais escolares de toda ordem Castro (2011, p.9) informa-nos que para o ensino secundário e, principalmente, o Lyceu Maranhense no período oitocentista.

há a aquisição de materiais para as aulas de desenho, geografia e história. Há entrada de livros portugueses, franceses e ingleses para compor a biblioteca da instituição é acentuada. Do mesmo modo, os objetos para as aulas de química e física.

Determinadas cadeiras constituíam-se em demandas sempre constantes por materiais específicos que, ocasionalmente, consistiam em condição fundamental ao seu pleno funcionamento e, à medida que, as tecnologias de ensino iam se aprimorando ao longo do tempo, esses objetos tendiam igualmente a se fazer necessários. Disciplinas de física e química, por exemplo, prescindiam de equipamentos mais complexo e, eventualmente, até de laboratórios completos, a fim de demonstrar na prática, por intermédio dos exemplos empíricos, as lições aos alunos. No entanto, as fontes nos revelaram, que as solicitações destes materiais específicos para o auxílio do processo de ensino advêm majoritariamente das disciplinas de Geographia e História, onde se precisa de referentes de locais específicos, ou da visualização plena de pontos cardeais, do entendimento sobre guerras entre regiões, de divisas entre países e outras informações que possam assumir importância no dia-a-dia das aulas. A seguir vemos mais um desses pedidos:

-Ao Inspector do thezouro Publico Provincial- mande Vmc. pagar à Casa de Feliciano Marques & C.^a a quantia de setenta e tres mil e duzentos reis importância de um jogo de globos, que por ordem desta Presidencia forão comprados pelo Inspector da Instrucção Publica para uso da Aula de Geographia e História do Lycêo desta Cidade, como consta da conta inclusa. Comunicou-se ao Inspector da Instrucção Publica. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, ed. 951).

A escola, longe de se restringir aos materiais físicos que a compõe, constitui um dos mais importantes referentes das memórias de uma nação, e os materiais enquanto parte dessa memória, por vezes permanecem como registros dessas escolas do passado. “As materialidades escolares são mediações-vestígio, que circularam no pequeno universo da instituição educativa, em que transcorreu a vida dos sujeitos, durante anos decisivos para a conformação da personalidade” (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 199). O conceito de cultura material escolar, portanto,

não olha para a escola unidimensionalmente, senão na sua globalidade relacionando-a com as possibilidades pensadas para ela pela sociedade. (FELGUEIRAS, 2005).

É possível observar os objetos escolares para além de sua função estrita na esfera da escola, uma vez que apreendemos todo um movimento de relações construídas social, política e mercadologicamente em torno do mundo da cultura material escolar. Desta forma, torna-se possível afirmar que existe um funcionamento implícito nessas relações da materialidade escolar enquanto parte da cultura da escola composta de regras bem definidas; seja pela adoção de materiais, livros ou utensílios; seja quanto ao papel dos diversos sujeitos relacionados ao mundo material, como também pelo mercado escolar que a cultura material da escola se movimenta e dos ideais de modernidade e instrução que alimentam dito mercado. Enfim, todos estes aspectos fazem parte do que Chartier (1989) chama de regras que governam as práticas das representações, aqui, ligadas à cultura material escolar do Lyceu Maranhense.

4 CONCLUSÃO

A instrução secundária sofreu influência de um processo de renovação e expansão iniciados principalmente nas décadas de 1820 e 1830 por modificações na estrutura do ensino em geral e na descentralização do poder governamental propiciada pelo Ato Adicional à constituição em 1834 que permitiu a criação de assembleias provinciais que agora poderiam legislar ao respeito da instrução pública. Essa prerrogativa possibilitou a criação de liceus por todo o Brasil Império tendo por modelo o Colégio D. Pedro II, no Maranhão institucionaliza-se o ensino secundário via lei 77 de 24 de julho de 1838 mandando criar o Lyceu na capital da província.

Essa instituição instaurou na província do Maranhão uma nova forma escolar de socialização. Sua organização modificou decisivamente a instrução pública secundária local onde o ensino, outrora praticado de forma isolada e em cadeiras avulsas, tornou-se centralizado e institucionalizado de acordo com uma gramática escolar específica que se pautava, dentre outros aspectos, na estruturação do espaço, nos processos de aquisição de materiais, objetificação dos saberes escolares, na produção e centralização de disciplinas e, por fim na materialização dos saberes em uma extensa produção de livros para o ensino.

No que se refere à estruturação dos espaços tal organização sujeitaria o alunado a um controle, disciplinamento e inculcação de valores morais por meio de regras, da fiscalização exercida pelos funcionários e da segmentação do tempo. A instalação do Lyceu no prédio do Convento do Carmo e as reformas estruturais tinham por principal objetivo possibilitar a realização plena das matérias que se desejava ensinar, tais modificações traziam como eixo balizador a relação disciplina/espaço escolar e exigiram uma série de remodelagens do tempo, espaço, conhecimentos, sensibilidades e valores organizados e previstos nos estatutos do Lyceu com o intuito de afastar a escola do ambiente da casa.

Nos processos de aquisição de materiais percebeu-se a ação decisiva dos professores na pesquisa e auxílio para a compra, ancorando os pedidos pela alegação da necessidade nas aulas como condição ao aprendizado dos alunos mostrando que estes sujeitos estendiam sua ação para além da sala de aula. A natureza das petições para o Lyceu Maranhense se diferenciava das demais escolas buscando-se, na maioria das vezes, artefatos confeccionados de materiais nobres e importados, principalmente da Europa, contrastando com o discurso de precariedade

e falta de recursos dos administradores locais que por diversas vezes apontam as crises econômicas e políticas como causa para os problemas enfrentados pela instrução na província. Dessa forma o Lyceu se afigura enquanto lugar privilegiado no que se refere à estruturação material servindo até mesmo como modelo para as demais escolas que a avizinhavam.

Quanto a objetificação dos saberes a serem transmitidos, pode ser percebida nas normas e no funcionamento do principal dispositivo decisório ao respeito de livros e compêndios – a Congregação dos professores; os processos de aquisição de livros escolares por este dispositivo eram a principal forma de seleção dos compêndios para as aulas do Lyceu, os quais atuavam tendo como parâmetros a sua estruturação curricular. Ao longo das décadas de 1840 e 1850 a escola lidou com diversas reformas tendo por objetivo a modificação do caráter da instrução praticada; tal disputa indica uma luta por representações contrastantes onde se chocam visões de mundo atinentes, por um lado à concepção de Lyceu como instituição que devia servir a elite e lograr acesso da juventude no ensino superior da corte e do estrangeiro, por outro lado haviam defensores de que a escola deveria ter utilidade prática para a província e atuar na geração de riquezas locais e no preenchimento de cargos em carreiras comerciais e industriais.

As visões dicotômicas sobre o ensino variavam de acordo com os objetivos pretendidos pela escola e culminavam na produção e centralização de disciplinas escolares ditados por pressões externas ao Lyceu, processos nascidos de inspirações advindas de armaduras conceituais impostas pelos grandes centros europeus que influíam nas tomadas de posições de presidentes de província, Inspetores e professores que almejando esse ideal de instrução determinavam os rumos a serem seguidos. Os objetos da cultura material escolar associados com o Lyceu Maranhense podem ser tomados como frutos dessa amálgama de relações engendradas no cerne dos processos de institucionalização do ensino secundário levados a cabo pelas autoridades da província, onde cada nova disciplina exigiria um aparato específico para que pudesse ser realizada, sejam elas compêndios, instrumentos, móveis ou mesmo espaço adequado fazendo com que os sujeitos envolvidos nos processos de aquisição constantemente tivessem de jogar com o terreno imposto a fim de conseguirem aparelhar o ensino da escola.

Outro aspecto balizador da gramática escolar era a materialização dos saberes objetivados, em uma intensa e continua produção de compêndios que tinham

muitas vezes os próprios professores como autores e avaliadores. Tais obras auxiliariam a prática pedagógica dos lentes e serviriam também como signo da modernidade e intelectualidade, representação a qual o Lyceu estava atrelado e que se reforçava na atuação dos indivíduos e na ocupação dos espaços de poder, fazendo dessa escola a mais representativa e influente de seu tempo.

Os livros escolares adotados para uso no Lyceu Maranhense estavam sujeitos a um processo que, ligava-se às esferas externas da escola tanto na cultura política, que se manifesta na ação dos autores de livros, que exerciam importantes cargos relacionados à instrução na província, notadamente na inspetoria e presidência de província, tais como Francisco Sotero dos Reis, Antonio Marques Rodrigues, Felipe Condurú dentre outros que por transitarem nos espaços de poder especialmente da tríade imprensa-instrução-governo gozavam de influência decisiva nos processos de produção, aquisição e distribuição deste objeto cultural; como também na esfera administrativa da cultura escolar que determinou o modo pelo qual seriam escolhidos os livros e manifestou tal funcionamento por meio das normas que controlariam a escola materializados nos estatutos da instituição. No entanto, a cultura efetiva da escola – a empírica –, onde tais processos e normas eram postos em uso, subvertia-os agindo taticamente e tomando decisões que dotavam os indivíduos componentes dessa forma escolar de autonomia decisória acerca das obras e de seus usos em sala de aula.

A cultura material escolar relaciona-se diretamente com a forma escolar de socialização, pois somente é possível pensá-la tendo em vista os métodos e os graus de ensino, as disciplinas escolares e o gênero atendido. Nessa lógica, os utensílios da escrita e mobiliário escolar constituem-se categorias de materiais que são cotidianamente utilizados no trabalho pedagógico onde dão indícios dos processos de ensino e contribuem para a formação dos jovens do Lyceu Maranhense, além de que tais artefatos documentam um projeto de instrução, um ideal de escolarização, bem como um perfil de jovens desejados pela sociedade. Como exemplo disso pudemos identificar um alvo constante das solicitações dos professores para o Lyceu Maranhense nos traslados para a disciplina de desenho linear que tinha como principal função no currículo liceísta dotar a escola de utilidade prática servindo ao propósito de fazer a escola oferecer resultados práticos ao ensino fomentando carreiras não acadêmicas ou literárias.

Esta forma de relação dos objetos com o currículo escolar também se fez presente com respeito aos materiais visuais, sonoros e táteis identificados, o exemplo da solicitação de uma máquina geocyclica que pudesse servir para uso na disciplina de geografia auxiliando os alunos na compreensão dos movimentos dos planetas, no entanto fornece indícios da influência destes objetos na prática pedagógica dos lentes em sala de aula e indica a busca constante por modernidade e pelos padrões mais elevados de escola como imposição a qual o Lyceu Maranhense, ainda que não tivesse totais condições de execução deveria pôr em prática.

Para que se pudesse desvelar as relações estabelecidas entre os sujeitos da instrução pública relacionados a cultura material escolar no Lyceu Maranhense foi necessário o mapeamento dos objetos escolares que faziam parte deste enredo bem como dos próprios indivíduos que apresentavam opiniões e ações ao respeito. Esse mapeamento foi possível graças ao corpus documental ao qual tivemos acesso que nos auxiliou a entender o funcionamento tanto das instituições de poder do Maranhão – por meio dos Relatórios de Presidentes de Província – quanto da própria dinâmica do Lyceu, que pode ser percebida nos ofícios da Inspeção da Instrução Pública, bem como da repercussão das ações e opiniões nos periódicos da imprensa local – através do *Publicador Maranhense* (1842-1885) e *O Publicador Official* (1831-1841) – a intersecção entre as fontes, o cruzamento de dados e a organização das informações encontradas tornou possível a compreensão, ao menos até certo ponto, das relações traçadas entre materiais e sujeitos.

Detemo-nos então na análise das ações dos sujeitos de poder com respeito a cultura material escolar dos quais pudemos identificar diversas representações que estavam presentes nos processos de tomadas de posições, decisões sobre materiais e livros, bem como relações entre a prática pedagógica e concepções de ensino. Essas representações estavam gravadas nos prémios distribuídos pela congregação do Lyceu ligando a instrução praticada à ideais de inteligência, patriotismo e função desta escola junto à sociedade local; outra representação identificada diz respeito às práticas de controle e disciplinamento dos alunos indicando a intencionalidade de inculcar valores morais e éticos presentes nos estatutos da escola que determinavam a função de cada sujeito dentro da gramática escolar do estabelecimento.

Percebeu-se que os professores do Lyceu Maranhense além de suas funções cotidianas atuavam como sujeitos ativos nos processos ligados a cultura material escolar da instituição envolvidos em ações como a busca por materiais para suprir

suas disciplinas, a avaliação para adoção ou veto dos livros escolares para o ensino público, a produção de obras escolares para usos na escola, atuação na imprensa periódica e em diversos cargos da administração pública local tais como na inspetoria da instrução e nas assembleias provinciais. Essa atuação impunha no cerne da profissão de professor dessa escola uma hierarquização balizada nas funções, cargos e status exercido por estes sujeitos em relação aos lentes mais novos que tinham que galgar posições e por vezes tinham algumas de suas funções supervisionadas pelos veteranos.

Dentro desta amalgama de relações identificadas via fontes entre objetos e indivíduos foi possível perceber que os artefatos da cultura material escolar e os sujeitos componentes do processo educativo influenciavam-se de modo complexo, amplo e diverso. As decisões tomadas no gabinete da presidência de província, os debates entre opiniões contrapostas no plenário da assembleia provincial, as correspondências trocadas entre inspetores e presidentes repercutiam de diferentes modos no ambiente da sala de aula do Lyceu influenciando na prática pedagógica dos professores, por exemplos nos compêndios que depois de analisados pela congregação deviam ser autorizados pelo governo provincial, nas reformas as quais constantemente era submetido o prédio do Convento do Carmo, dos materiais que para serem adquiridos precisavam além de posições de inspetores e presidentes dos próprios professores que se ocupavam da pesquisa e avaliação influenciando decisivamente na aquisição destes equipamentos, enfim em todos os aspectos e esferas os materiais escolares se tornaram indissociáveis da prática educativa do Lyceu Maranhense e possibilitaram a realização desta escola no Império.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. J. T. dos. Pontos e contrapontos da historiografia sobre a institucionalização da escola primária na província do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 3, set./dez. 2017. DOI: <http://d.doi.org/10.14764/2174222/v24n3p153> 163. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.umma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/444/4/3> /. Acesso em: 30 jan. 2020.
- BARATA, M. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco: berço da engenharia brasileira**. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, 1973.
- BARBOSA, E. B. L. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)**. 2012, 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pósgraduação em Educação, setor de Educação, UFPR, Curitiba, 2012.
- BARROS, J. D'A. **Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História**. Vozes: Petrópolis, 2013.
- BARROS, J. D'A. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BARROS, J. D'A. **Teoria da história: A escola dos Annales e a Nova História**. 2012.
- BELLINGIERI, J. C. Origem e evolução da aglomeração de empresas fabricantes de filtros de água em Jaboticabal-SP: 1920-2005. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 143-169, jan./jun. 2007.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993, 369f. Tese (departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 1.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. v. 2.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902. v. 7.
- BORGES, A. L. D. **O livro e a leitura na imprensa maranhense de educação e ensino**. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BOTTENTUIT, A. M. **Os discursos dos presidentes da província do Maranhão Império sobre a instrução pública primária no período de 1870 – 1889**. 154f. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAGA, M. de F. A. **Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831)**. 245. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5516. Acesso em 10 nov. 2020.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. NOVAIS, F. A; SILVA, R. F. (Org.). **Nova história em perspectiva**. Propostas e desdobramentos (v. 1). São Paulo: Cosac Naify, 2011. 560 p.

BRITO, A. A. de S. e. Os Materiais na História da Escrita (das placas de argila da Suméria às pastilhas de silício dos processadores actuais). **Ciência e Tecnologia dos Materiais**, Lisboa, v. 22, n. 1-2, p. 102-112, jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-83122010000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2020.

CABRAL, M. do S. C. As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

CALDEIRA, A. M. S.; ZAIDAN, S. Prática pedagógica. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Gestrado/UFGM, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionarioverbetes&id=328> Acesso em: 25 de novembro de 2020.

CASTELLANOS, S. L. V. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e71156, 2020.

CASTELLANOS, S. L. V. **O Livro Escolar no Maranhão Império (1821 - 1889)**. EDUFMA: Café e Lápis, 2017.

CASTELLANOS, S. L. V. Os livros escolares nos jornais maranhenses no período imperial. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V.; FELGEIRAS, Margarida Louro (org.). **Escritos da história da educação: Brasil e Portugal**. São Luís: Café & Lápis, 2012, p. 63-82.

CASTELLANOS, S. L. V. **Práticas leitoras no Maranhão na primeira república:** entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar:** a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

CASTRO, C. A. (Org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império:** 1835-1889. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, C. A. PINHEIRO, A. L. F. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão provincial. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez., 2006.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do cotidiano:** Artes do fazer. Petropolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. **El Mundo como representación:** estúdios sobre história cultural. Barcelona: Gedisa editorial, 1989.

CHARTIER, R. **História da vida privada, 3:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COELHO, J. C. **A inspetoria da instrução pública maranhense 1843 – 1889.** Dissertação de mestrado. UFMA, São Luís, 2017.

COSTA, O. A. da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881).** 2013. 210 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/pt-br.php>. Acesso em 28 abr 2020.

COSTA, Y. Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império. **Outros Tempos**, vol. 16, n. 27, 2019, p. 141 - 161.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 18. ed., Petropolis: RJ, Vozes, 2012.

ELIAS, N. Estudo sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e trapaulins. **Documenta**, Mana 7(1):89-116, 2001.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura:** experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. Etnohistória e cultura material da escola: a educação mas exposições universais In: SILVA, Vera L. G. da; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica:** escritas e possibilidades. Vitória: edufes, 2018. p. 93-119.

FARIA FILHO, L. M. de e VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2000, n. 14 [Acessado 23 Outubro 2021] , pp. 19-34. Disponível

em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200003>>. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200003>.

FARIA FILHO, L. M. **Instrução Elementar no Século XIX**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.

FARIAS, C. M. P. **A cultura administrativa e a sua influência na instrução pública primária no maranhão império (1843-1870)**: entre atos e fatos administrativos. 2020. 262 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

FAUTIM, A. O.; MINASSE, M. H. G. Comensalidade, Hospitalidade e Convivialidade: Um Ensaio Teórico. **Rosa dos ventos**: turismo e hospitalidade, v. 11, n. 3. 2019.

FELGUEIRAS, M. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-posições**, v. 16, n.1(46), jan./abr. 2005, p.87-102.

FERNANDES, H. C. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. 2. ed. São Luis: Instituto Géia, 2003.

FERREIRA, Antonio Gomes Alves; VECHIA, Aricle. Um olhar sobre instituições de ensino secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II. **Cadernos de História da Educação**, nº3, jan. /dez., 2004.

FIGUEIREDO, N.; RODRIGUES, I., O Equipamento ergológico dos índios Anambé do alto rio Cairari. Município do Moju, estado do Par, Brasil. **Revista de Guimarães**, 92 Jan.-Dez. 1982, p. 181-216.

FRANCO, M. A. do R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012
FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FURTADO, L. N. M. **A imprensa estudantil liceísta maranhense na Primeira República (1907-1930)**. 2016. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.Disponível em:<<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1397>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GADAMER, H. G. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIRALDES, J. P. C. Casado. **Tratado completo de cosmografia e geografia-histórica, physica e comercial, antiga e moderna**. Pariz: Fantin livreiro, 1826.

JORGE, S. **Imprensa do Maranhão no século XIX 1821-1900**. São Luís: EDITORA, 2008.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Paedagógica histórica. International Journal of the history of education. 1995. p. 353-382.

LACROIX, M. de L. L. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. São Luís: Edição da autora, 2020. 2. ed. Amp.

LAWN, M.; GROSVENOR, I. (orgs). **Materialities of Schooling**. Didcot, Oxford, UK: Symposium Books, 2005.

LE GOFF, J.. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUZ, M. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília: Senado Federal, 1999 (1a edição). Reimpressão, 2005.

MACHADO, S. G. Entre campainhas e relógios: uma escola e seu tempo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMONIO C& T, 4., 2016, Vitória. **Anais [...]** Vitória: Institutu Federal do Espirito Santo, 2016. Disponível em:

http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_05/44%20%2003%20SUZANA%20GRIMALDI%20-%20Resumo%20expandido%20com%20altera%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em 15 set. 2020.

MARTINS, R. A. F. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 9, n. 18. 2010. p. 107-128.

MEIRELLES, N. S. *et. al.* **Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia**, de 1840 a 1928. Gazeta medica da Bahia, 74, jan./jun., 2004.

MENESES, U. B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D. G. **Museus: dos Gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2005, p. 18-84.

MOROSSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação** (UFMS), v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

NUNES, C.; CARVALHO, M. C. de. **Historiografia da educação e fontes**. Caderno Anped. n. 5, 1993.

OLIVEIRA, D. P. A. **Um estudo (do ensino) da matemática na Escola de Minas de Ouro Preto no período de Henrique Gorceix**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191603>.

- OLIVEIRA, W. R. de. **Do palácio à periferia: a trajetória do Colégio Universitário da UFMA (1980-2006)**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2019.
- PERDIGÃO, D. de C. **O que se deve ler?** São Luís: Imprensa Oficial, 1922.
- PERES, E.; SOUZA, G. de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 43-68.
- PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012
- POULOT, D. **Uma nova história da cultura material?** In: Vera Lucia Gaspar da Silva Gizele de Souza César Augusto Castro (Orgs.) **Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. EDUFES: Vitória, 2018, p. 64-89
- RIBEIRO, V. M. **A implantação do ensino secundário público maranhense**: Liceu Maranhense Secondary school. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/137>.
- ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?. 2016. 112f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- SANTOS, H. H. M. dos; MIGNOT, A. C. V. Com a palavra, as carteiras escolares. In: SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: edufes, 2018. p. 301 - 318.
- SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**: direcções para o ensino de todas as materiais da instrucção primaria elementar para uso dos fundadores, inspectores e directores de escolas. Bahia: Typ. De A. O. de França Guerra e comp. 1854.
- SERRA, J. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 1, n. 1 Julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 9 set. 2020.
- SILVA, P. F. da. Atena revisitada. **Revista do NIESC**, vol. 5, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/35427241-Atena-revisitada-paula-francinetti-da-silva-1-opsis-revista-do-niesc-vol-5-2005.html>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- SILVA, P. F. da. Atena revisitada. **Revista do NIESC**, Vol. 5, 2005.

SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate In: SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: edufes, 2018. p. 119 - 143.

SILVA, J. R. L. **O ensino secundário no Ma**: construção das representações sociais d e intelctuais. 2007.

SOARES, W. de J. B. **Uma história da matemática escolar na cidade de São Luís do século XIX**: livros, autores e instituições. 2017. 280f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Física Gleb Wataghin, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322675>. Acesso em: 1 set. 2020

SOUSA, G. R. de. **A (re)invenção do mobiliário escolar**: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889). 2019. 266f. Tese (doutorado em educação), Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

STORCK, J. B. DO MODUS PARISIENSIS AO RATIO STUDIORUM: OS JESUÍTAS E A EDUCAÇÃO HUMANISTA NO INÍCIO DA IDADE MODERNA. **Hist. Educ.** [online]. 2016, vol.20, n.48 doi: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/57630>.

VALOIS, Maria do Socorro. **A Educação Secundária no Brasil à Luz do Financiamento da Educação**: um estudo sobre o seu caráter elitista e seletivo. In: Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 7. 2012, Recife. **Anais...**Recife:UFPE, 2012

VICENTE, G.; LAHIRE B.; THIN, D. **Sobre a história e teoria da forma escolar**. Educação em revista, Belo horizonte, nº 33, jun/2001.

VIEIRA, A. M. D. P; GOMIDE, A. G. V. História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. In: VIII Congresso Nacional de Educação. Anais... Curitiba/PR: EDUCERE, 2008. p. 3835-3848. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/93_159.pdf, acesso em: 06 de novembro de 2020.

VIÑAO FRAGO, A. História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 0, set./dez. 1995, p. 63-79.

FONTES

JORNAIS

DIÁRIO DO MARANHÃO 1855, ed. 30, p. 4

O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 601, p.1
 O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 632, p. 3
 O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 619, p. 2.
 PUBLICADOR MARANHENSE, ed. 196, p. 1
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 153, p. 1
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 196, p.1
 PUBLICADOR MARANNHENSE, 1863, ed. 258, p.2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1877, ed. 14, 28
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1858, ed.83, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, ed. 34, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1849 ed. 875, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1842. ed. 58, p. 1
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1848, ed. 634, p.3
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, ed. 1011, p. 4
 PUBLICADOR MARANHENSE. 1849. ed. 875, p. 3
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, ed. 758, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1878, ed. 049. p. 3
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 189 p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1875, ed. 127, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1879, ed. 247, p. 2
 PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, ed. 951, p. 1

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

MARANHÃO. Discurso que recitou o Exmo. Presidente da Província do Maranhão Manoel Felisardo Souza Mello na abertura da Assembleia Legislativa, na sessão de 3 maio 1839. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1839.

MARANHÃO. Relatório que Joaquim Franco de Sá, Presidente da Província do Maranhão, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1847. Maranhão: Tipografia Maranhense, 1847.

MARANHÃO. Fala do Exmo. Presidente da Província do Maranhão Herculano Ferreira Penna à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849. Maranhão: Tipografia de J. A. G. Magalhaes, 1849

OFÍCIOS

MARANHÃO. Ofício de Caetano Jose da Silva para o Presidente da Província Olímpio Machado, em 11 de abril de 1855. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Manoel Moreira Guerra para o Presidente da Província Antonio Candido da Cruz Machado, em 13 de dezembro de 1856. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Manoel Moreira Guerra para o Presidente da Província Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, em 16 de junho de 1857. (Manuscrito)

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, em 11 de setembro de 1857. (Manuscrito)

MARANHÃO. Ofício de Manoel Moreira Guerra para o Presidente da Província Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, em 16 de junho de 1857. (Manuscrito)

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, em 11 de setembro de 1857. (Manuscrito)

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Francisco Xavier Barreto, em 23 de janeiro de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Francisco Xavier Barreto, em 1 de março de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Francisco Xavier Barreto, em 6 de março de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Francisco Xavier Barreto, em 17 de março de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Pedro Dias Vieira, em 18 de maio de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de José da Silva Maya para o Presidente da Província Pedro Dias Vieira, em 24 de maio de 1858. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Francisco Sotero dos Reis para o Presidente da Província João Silveira de Souza, em 17 de outubro de 1860 (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Antonio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, em 6 de setembro de 1864. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Antonio dos Santos Jacintho para o Presidente da Província Luiz de Oliveira Lins Vasconcelos, em 3 de janeiro de 1880. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Tiberio Cezar Lemos para o Presidente da Província Luiz de Cincinato Pinto da Silva, em 23 de novembro de 1880. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Fabio Augusto Bayma para o Presidente da Província Luiz de Cincinato Pinto da Silva, em 8 de janeiro de 1881. (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Tiberio Cezar Lemos para o Presidente da Província Jose Manoel de Feitas, em 28 de dezembro de 1882. (Manuscrito).

Leis

MARANHÃO. **Collecções de Decretos, Leis e Resoluções da província do Maranhão**. 1856. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160429171540.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

MARANHÃO. **Collecções de Decretos, Leis e Resoluções da província do Maranhão**. 1849. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160429171540.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

MARANHÃO. **Collecções de Decretos, Leis e Resoluções da província do Maranhão**. 1850. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160429171540.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

MARANHÃO. **Collecções de Decretos, Leis e Resoluções da província do Maranhão**. 1847. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160429171540.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

MARANHÃO. **Collecções de Decretos, Leis e Resoluções da província do Maranhão**. 1876. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160429171540.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.